Mariana Bracks Fonseca
Giovanni Garcia Mannarino
(Orgs)

ÁFRICAS:
REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER

EDIÇÕES ÁFRICAS

ANCESTRE
Produções editoriais

ÁFRICAS:
REPRESENTAÇÕES
E RELAÇÕES DE PODER

Mariana Bracks Fonseca

Giovanni Garcia Mannarino

(Organizadores)

Áfricas:
representações
e relações de poder

Rio de janeiro
2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REITOR
Prof. Dr. Ruy Garcia Marques

VICE-REITOR
Profa Dra. Maria Georgina Muniz Washington

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Grupo de Pesquisa
ÁFRICAS: SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA
COORDENADORES
Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)
Prof. Dr. Washington Santos Nascimento (UERJ)

EDIÇÕES ÁFRICAS

EDITORES
Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)
Prof. Dr. Washington Santos Nascimento (UERJ)

COMITÊ EDITORIAL
Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva (UnB)
Profa. Dra. Divanize Carbonieri (UFMT)
Profa. Dra. Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB)
Prof. Dr. José Rivair Macedo (UFRGS)
Profa. Dra. Marina de Mello e Souza (USP)
Profa. Dra. Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP)
Prof. Dr. Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini (UFT)
Prof. Dr. Silvio Marcus de Souza Correa (UFSC)

ÁFRICAS: REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER

ORGANIZADORES:
Mariana Bracks Fonseca
Giovanni Garcia Mannarino

EQUIPE TÉCNICA:
Coordenação Editorial: Washington Santos Nascimento
Editoração: Mariana Bracks Fonseca e Govanni Garcia Mannarino
Foto da Capa: Mamadou Diop
Podor, Senegal, 2019

REGISTRO DO LIVRO:
Editora responsável: Mariana Bracks Fonseca
Data do Registro: 07/03/2019
Prefixo Editorial: 80254
Número ISBN: 978-65-80254-01-9
Título: Áfricas: representações e relações de poder.
Tipo de Suporte: E-book

Copyright by Organizadores
Todos os direitos são reservados a Edições Áfricas
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F676 g

Fonseca, Mariana Bracks, Org. Mannarino, Giovanni Garcia, Org.

Áfricas: representações e relações de poder/ Organização de Mariana Bracks Fonseca e Giovanni Garcia Mannarino - Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 2019.
280 p. E-Book.

ISBN: 978-65-80254-01-9

1.História. 2. História da África 3.Identidade Nacional 4. Literatura Africana 5. Relações de poder 7.Estudos Africanos. 8.Pan-Africanismo. 9. Independências africanas. I. Título. II. Áfricas: representações e relações de poder. III. Fonseca, Mariana Bracks, organizadora. IV. Mannarino, Giovanni Garcia, organizador. V. Otávio, Anselmo. VI. Durão, Gustavo de Andrade. VII Almeida, Jorge. VII. França, Cristina Pierre de. VIII. Lima, Sávio Queiroz. IX. Mariano, Aline Barbosa Pereira. X. Pinto, João Paulo Henrique. XI. Flores, Marilda dos Santos Monteiro. XII. Edições Áfricas (UERJ/UFRJ). XIII.Ancestre.
CDU. 960
CDU 94(6)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 6

DO PAN-AFRICANISMO AO RENASCIMENTO AFRICANO: ECONOMIA, POLÍTICA E SEGURANÇA EM UM CONTINENTE EM TRANSFORMAÇÃO
Anselmo Otávio 10

AMÍLCAR CABRAL : TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE UM ESCRITOR PÓS-COLONIAL
Gustavo de Andrade Durão 38

A RAINHA GINGA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO ANGOLANA ATRAVÉS DA LITERATURA
Mariana Bracks Fonseca 63

OLHAR O EGITO E VER A ÁFRICA: SOBRE A APROPRIAÇÃO DE TEXTOS CLÁSSICOS POR ABOLICIONISTAS E PAN-AFRICANISTAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX
Jorge Almeida 94

REPRESENTAÇÃO NA ARTE AFRICANA CONTEMPORÂNEA: VÍNCULOS COM O PASSADO
Cristina Pierre de França 116

O VOO DO MORCEGO AFRICANO: TRAJETÓRIA DO 'BATMAN DA ÁFRICA' E A REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS
Sávio Queiroz Lima 137

RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DEBATIDAS DE ACORDO COM OS JORNAIS INGLESES
Aline Barbosa Pereira Mariano 159

OS DEBATES SOBRE A UNIDADE NIGERIANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA DE ACHEBE E OBIOMA
Giovanni Garcia Mannarino 184

DESTRUIR O VELHO PARA CONSTRUIR O [HOMEM] NOVO" – A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA PELO MPLA
João Paulo Henrique Pinto 210

O JAGADO DE CASSANGE: AS MEMÓRIAS DA GUERRA
Marilda dos Santos Monteiro das Flores 251

CONSIDERAÇÕES FINAIS 282

APRESENTAÇÃO

Refletir sobre as relações políticas no continente africano e suas representações em diferentes espaços e temporalidades é fundamental para avançarmos no entendimento das sociedades africanas. Com este objetivo, organizamos o presente livro, fruto dos debates originados no simpósio temático "O Continente Africano na história política" organizado pelos professores Washington Santos Nascimento e Silvio de Almeida Carvalho Filho que ocorreu no âmbito da XI Semana de História Política da UERJ em 2016.

Aqui os autores apresentam o desenvolvimento de suas pesquisas, apoiados em diversos tipos de fontes, o que mostram o dinamismo das pesquisas brasileiras sobre a África e as múltiplas possibilidades de interpretações. A análise historiográfica convida a literatura, artes, quadrinhos para compor as novas produções intelectuais sobre o continente africano, em conexão com a proposta interdisciplinar levantada pela História Geral da África.[1]

No artigo de abertura, Anselmo Otavio faz uma análise comparada das posturas dos países africanos em dois contextos diferentes. O primeiro é o período pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pelo ideal pan-africanista. O segundo, o contexto pós-Guerra Fria, no qual o continente assiste ao crescimento do chamado Renascimento Africano, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990. Enquanto o primeiro seria marcado pela ideia de "contestação" e foi fundamental para buscar o rompimento da dependência econômica existente entre os países africanos e suas ex-metrópoles; o segundo propõe a formação de novos modelos de interação na África e fora do continente, seja pela integração regional ou pelas articulações com os países industrializados pautando a ideia de "responsabilidade mútua".

Gustavo De Andrade Durão analisa a trajetória política e intelectual de Amílcar Cabral, mostrando como o revolucionário buscava conciliar as noções de cultura e libertação nacional para desestruturar as bases teóricas do colonialismo português e obter a independência. Pensador habilidoso, Cabral reflete sobre a noção de identidade para os nativos e lembra a importância de compreender as características

[1] KI-ZERBO. Introdução. **História Geral da África**. Vol. I. Brasília/ UNESCO, 2010.

das massas, ressaltando o caráter popular da cultura. Durão mostra como o intelectual acompanhou alguns dos processos de independência dentro do continente africano e, além da denúncia ao colonialismo português, foi mais além exaltando a necessidade de se refletir sobre os nacionalismos africanos.

No capítulo seguinte, Mariana Bracks Fonseca analisa como os angolanos construíram representações sobre a Rainha Ginga através da literatura visando mobilizar a população na defesa da identidade angolana, que estava sendo gestada no contexto de luta pela independência e nas décadas seguintes. Para tanto, reflete sobre a escrita de autores como Agostinho Neto, Manuel Pacavira e Pepetela que, além da atuação política pela libertação nacional, tinham em comum o fato de colocarem a Rainha Ginga como personagem central do processo de "tomada de consciência nacional", como guerreira que combateu os inimigos estrangeiros e unificou vários povos na defesa do território angolano e de sua soberania.

Olhar o Egito e ver a África é a proposta de Jorge Henrique Almeida de Jesus para analisar as apropriações plurais feitas sobre os textos clássicos. O autor analisa como esses escritos foram utilizados a partir do final do século XV para justificar a escravidão e a suposta inferioridade dos negros, por um lado. E por outro, mostra como desde o final do século XVIII e ao longo do XIX, adeptos do movimento abolicionista europeu e integrantes do pan-africanismo americano buscaram contestar o discurso da inferioridade negra e, ao fazê-lo, apropriaram-se de referências da antiguidade grega, romana e do Egito - este último visto como negro e africano - e usaram-nas como argumentos em defesa da igualdade racial.

Cristina Pierre de França analisa a Arte Africana e reforça a necessidade da desconstrução de estereótipos que a caracterizam como primitiva, imutável, desconectada de sua realidade espaço-temporal de produção e uso. Para tal, a autora analisa diferentes objetos artísticos africanos contemporâneos, como as esculturas e as fotografias posadas, buscando identificar seus traços autóctones e suas interinfluências com outras produções fruto da globalização.

Com a intenção de fornecer subsídios para a utilização de quadrinhos em sala de aula, Savio Queiroz Lima propõe desconstruir o imaginário sobre a África comumente carregado de representações empobrecidas e preconceituosas. Para tanto, o autor lança mão da análise de duas histórias em quadrinhos: *Tintin au Congo* e

Batwing. Frutos de temporalidades diferentes – o primeiro da década de 1930 e o segundo do início dos anos 2000 –, os enredos apresentam semelhanças e diferenças sobre os discursos em relação ao continente africano que ampliam nossa compreensão sobre o imaginário presente neste tipo de fonte, potencialmente rica para ser utilizado como instrumento pedagógico e desfazer imaginários detratores que ainda colocam a África como homogênea e exótica.

Aline Barbosa Pereira Mariano soma esforços para descontruir a imagem de que a Conferência de Berlin realizada ente os anos de 1884-1885 teria sido a responsável por repartir o continente africano entre as potências europeias. Para tal, analisa 100 edições de jornais ingleses que noticiavam o encontro. A autora mostra, em primeiro lugar, como o nome Conferência de Berlin não era unanimidade, com muitos jornais usando também o termo "Conferência do Congo", o que mostra a relevância do tema para os participantes. Além disso, evidencia que os temas mais noticiados pelos periódicos são os mesmos que ganharam destaque na Ata Geral do evento: o livre comércio nas bacias dos rios Congo e Níger, as regras para futuras anexações no continente e a importância do reconhecimento da Associação Internacional Africana.

Os conflitos em relação à unidade nigeriana são a temática analisada por Giovanni Garcia Mannarino. A partir dos romances "A Paz Dura Pouco" (1960) de Chinua Achebe e "Os pescadores" (2015) de Chigozie Obioma, o autor investiga como a construção da identidade nigeriana e sua nação é representada pelos autores e como eles, com suas obras, apresentam e defendem projetos diferentes para a Nigéria. Enquanto o primeiro busca consolidar a unidade, o segundo critica sua validade identificando o atual formado nacional do país como um mecanismo de perpetuação da influência do colonizador na região.

João Paulo Henrique Pinto analisa como o MPLA transmitiu, por meio da educação, discursos identitários para a construção da nova nação angolana. O trabalho tem como foco a análise das imagens presentes no manual de alfabetização "A Vitória é Certa", de autoria é coletiva, utilizado nas bases do MPLA para a alfabetização já durante a guerra de independência. Por meio dele, ensinava-se aos alunos dos Centros de Instrução Revolucionária as disciplinas mais básicas para a formação dos angolanos, principalmente Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e

Geografia, além da preparação política e militar. Inspirado no método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire e também pela exitosa luta contra o analfabetismo em Cuba após a revolução de 1959, o manual objetivava servir como arma contra o colonialismo e instrumento de construção de uma nova nação e de seus cidadãos.

Marilda dos Santos Monteiro das Flores analisa os discursos de memória sobre a Revolta da Baixa de Cassange em 1961 tentando buscar as origens do conflito. A autora mostra que, apesar de conter elementos de uma revolta camponesa e também ser disputada como uma das raízes do movimento anticolonial em Angola, aquela região possuía um longo caráter insurgente que remontava aos primórdios da presença portuguesa. Para mostrar essa resistência contra o colonizador, a autora volta ao livro de memórias de Henrique A. Dias de Carvalho, que viajou à Lunda no período entre 1884-1888 e posteriormente publicou seu relato. Nele, é ressaltada a beligerância dos povos da região e a dificuldade dos portugueses de se estabelecerem e controlarem o comércio, principalmente em função da resistência dos jagas.

Esperamos que estes artigos possam jogar luzes sobre os processos históricos vivenciados em África, estimulando debates e a construção de novas epistemes para se pensar o continente. Ótima leitura!

Giovanni Mannarino e Mariana Bracks
(Organizadores)

DO PAN-AFRICANISMO AO RENASCIMENTO AFRICANO: ECONOMIA, POLÍTICA E SEGURANÇA EM UM CONTINENTE EM TRANSFORMAÇÃO

*Anselmo Otavio**

No mês de abril de 2018 completaram-se vinte anos do discurso intitulado *The African Renaissance, South Africa and the World.* Proferido na Universidade das Nações Unidas pelo então vice-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, tal discurso apresentava ao mundo o que passaria a ser comumente conhecido como *African Renaissance* (Renascimento Africano)[2]. Grosso modo, este renascimento pode ser compreendido sob duas ópticas. A primeira refere-se ao *African Renaissance* como estratégia de inserção regional da África do Sul. Neste caso, seja voltado a liquidar com os desafios herdados do regime *apartheid,* seja direcionado a romper com as desconfianças geradas pelos países africanos acerca da atuação de Pretoria durante a administração Mandela (1994-1998), em verdade o *African Renaissance* volta-se a maior atuação do país no continente.

Já a segunda óptica, e em destaque neste artigo, diz respeito ao *African Renaissance* como o conceito que explica o cenário africano a partir dos anos finais de 1990. Conforme é sabido, se nos anos finais de 1980 e iniciais de 1990 as perspectivas referentes aos países africanos eram caracterizadas pelo pessimismo, motivadas pelas constantes guerras, economias colapsadas, continuidade de regimes autoritários, dentre outros desafios, a partir da segunda metade da década de 1990, o que se viu foi um continente em transformação, este impactado tanto por uma conjuntura internacional favorável, como também por uma conjuntura regional favorável a resolução de desafios existentes no continente.

* Professor de Relações Internacionais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS e Pesquisador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA/UFRGS). Email: otavio@unisinos.br

[2] MBEKI. Thabo. **Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University the African Renaissance, South Africa and the World, United Nations University.** 1998. Disponível em:< http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>. Acesso em 14 mai 2013.

No âmbito internacional, tal otimismo ganhava espaço visto que a busca por matérias-primas ou por parcerias estratégicas, fez com que países como Estados Unidos, França, Inglaterra e, destacadamente, a China, passassem a intensificar suas respectivas atuações no continente. Exemplo disso pode ser encontrado na criação por parte da administração Clinton (1993-2001) da chamada Iniciativa para África em 1997, esta direcionada a abertura do mercado norte-americano para um conjunto de produtos advindos do continente africano. Em contrapartida, os países africanos garantiriam certa preferência aos investimentos dos EUA direcionados a setores como telecomunicações e infraestrutura. Além dos Estados Unidos, outro país importante neste processo diz respeito à China, que desde o período da Guerra Fria vem atuando no continente africano. Na atualidade, além de parceria com países como Nigéria, Angola, República Democrática do Congo, dentre outros considerados importantes para a obtenção de recursos naturais, Beijing também desenvolveu o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), cuja primeira reunião ocorreu em 2000 e, desde então, representa a maior aproximação entre as partes.

Em certa medida, o caminho traçado pelo *African Renaissance* se distingue do principal movimento que influenciou o continente africano ao longo do século XX, o Pan-africanismo, movimente cujo surgimento remeta ao continente americano, que foi na África durante o período da Guerra Fria. De fato, as premissas defendidas pelo Pan-africanismo foram fundamentais na influência dos movimentos de libertação nacional, no modo como os países recém-independentes deveriam se articular regionalmente, e em como deveria ser a interação destes com o mundo que surgia após o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto no âmbito político-diplomático, como também no econômico.

É pautado nas diferenças anteriormente apresentadas que se propõe compreender as especificidades existentes entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance.* A partir de bibliografia vasta, composta por livros, artigos, documentos oficiais, dentre outros considerados relevantes para esta análise, busca-se demonstrar que, mesmo sendo respostas africanas para cenários internacionais, tanto o Pan-Africanismo quanto o *African Renaissance* são marcados pelas diferentes estratégias para alcançar suas finalidades. Em outras palavras, enquanto o primeiro pautou-se na contestação, o segundo deu preferência à chamada responsabilidade mútua.

Pan-africanismo, África e Ordem Internacional pós-Segunda Guerra Mundial: o prevalecimento da contestação

O fim da 2ª Guerra Mundial apresentava ao mundo uma Europa destruída. Tanto os países derrotados, como Itália e Alemanha, quanto os vitoriosos, no caso, Inglaterra e França, entravam na segunda metade do século XX enfraquecidos e em declínio[3]. De modo geral, o surgimento do mundo dividido entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), somado à falta de capacidade por parte das grandes potências europeias em se manterem fortalecidas no pós-Segunda Guerra Mundial, tornavam-se fatores importantes no processo de desintegração dos antigos impérios europeus no continente asiático e no africano.[4]

Paralelamente a esta conjuntura externa adequada aos processos de independência, o continente africano encontrava-se diante do fortalecimento do chamado Pan-africanismo, movimento que, direta ou indiretamente, se tornava fator importante na construção de um cenário continental favorável à intensificação dos processos de independência em África. Em linhas gerais, é possível destacarmos dois momentos no Pan-africanismo. O primeiro refere-se a sua criação - entre os séculos XVIII e XIX no continente americano - e a realização da Conferência de Manchester, em 1945, período em que o Pan-africanismo caracterizou-se como um movimento de luta por melhores condições para a população negra, de luta pela libertação, e contra a dominação e a exploração exercida pela população branca[5], bem como de questionamento do imperialismo exercido pelas potências européias no continente africano.

---

[3] KENNEDY. P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências***.* Ed. Campus, 1989.

[4] Ver: HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991) – o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; GENTILI, Anna M. **El león y el cazador:** História de África Subsahariana. Buenos Aires: CLACSO, 2012. De acordo com Hobsbawm (p. 314), tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética eram favoráveis, ao menos em um primeiro momento, ao fim dos grandes impérios. De acordo com o autor, "[EUA e URSS] tampouco ignoraram o fato de que as duas potências que haviam de fato derrotado o Eixo, os EUA de Roosevelt e a URSS de Stalin, eram ambas, por motivos diferentes, hostis ao velho colonialismo, embora o anticomunismo americano logo tomasse Washington o defensor do conservadorismo no Terceiro Mundo".

[5] DUFFIELD, Ian. Pan-Africanism since 1940. In: CROWDER, Michael. **The Cambridge History of Africa:** from 1940 to 1975. Cambridge: 2008, vol. 8, p. 195-141; CHANAIWA. David. KODJO. Edem. Pan-africanismo e libertação**.** In: MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO**,** 2010, p. 897-924.

Reflexo deste primeiro momento pode ser encontrado no repúdio por parte de seus principais idealizadores a invasão italiana na Etiópia em 1935. Discutindo acerca disso, Harris e Zeghidour destacam a existência de diversos meios que traziam como objetivo questionar esta dominação, tais como: a criação por parte de C.L.R. James, da *International African Friends of Ethiopia,* esta desenvolvida na Inglaterra em 1936 cujo principal objetivo era conquistar o apoio da opinião pública na luta contra a invasão italiana na Etiópia; e a criação em 1934 por William Leo Hansberry, Ralph Bunche, Willian Steen, Hosea Nyabongo e Malaku Bayen do *Ethiopian Research Council,* que também se voltava a expor para a opinião pública, neste caso, norte-americana, a situação do povo etíope com a invasão italiana[6].

Vale ressaltar que embora Hosea Nyabongo e Malaku Bayen fossem, respectivamente, ugandense e etíope, em verdade outros idealizadores de movimentos de combate a dominação da Itália na Etiópia, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, eram todos frutos da Diáspora Africana, fator que exemplifica outra característica do Pan-Africanismo, a de ser um movimento nascido e desenvolvido, ao menos inicialmente, fora do continente africano. Grosso modo, o predomínio de africanos da Diáspora em reuniões e movimentos em prol do continente passou a ser alterado a partir da Conferência de Manchester (1945), evento organizado por Peter Milliard (Guiana), R. T. Makonnen (Antilhas), Kwame Nkrumah (Gana), George Padmore (Trinidad e Tobago), Peter Abrahams (África do Sul) e Jomo Kenyatta (Quênia) cujo número de representantes africanos nascidos no continente se tornou preponderante.[7]

Paralelamente a especificidade anteriormente apresentada, outra característica importante da Conferência de Manchester diz respeito aos pontos por ela defendidos, destacadamente, a revogação de leis racistas e discriminatórias, a abolição do trabalho forçado, a busca pelo direito ao voto – bem como da igualdade de salários e da

[6] HARRIS, Joseph E. ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO**,** 2010. pp. 849-872.

[7] CHANAIWA; KODJO, 2010, p. 900. "Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano."

assistência médica a todos os cidadãos – e o ativismo na emancipação e na total independência das colônias existentes no continente[8]. Em outras palavras, tais pontos demonstram a principal característica do Pan-africanismo, no caso, a contestação há séculos de exploração realizados pelas potências ocidentais no continente africano.

Além de impactar nos movimentos de libertação nacional entre as décadas de 1950 e 1960, se tornando no principio impulsionador na derrubada do sistema colonial, a contestação também passaria a representar o segundo momento do Pan-africanismo, este simbolizado pela criação de iniciativas africanas direcionadas aos desafios existentes no continente durante a disputa Leste-Oeste. Exemplo disso pode ser encontrado na criação da Organização da Unidade Africana (OUA), cujo debate a cerca de sua criação foi polarizado entre dois projetos divergentes no que se refere à integração continental.

O primeiro refere-se ao chamado Grupo de Casablanca, este formado por países como Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia, Gana, entre outros membros que concordavam com a idéia de construir os Estados Unidos da África, com foco na planificação e centralização do desenvolvimento econômico e na criação de um sistema de segurança voltado para o continente. A possibilidade em tal caminho ganhava destaque uma vez que desde meados da década de 1950 alguns países se pautaram nesta integração, como, por exemplo, Guiné Conacri e Mali em 1956, Gana e Guiné Conacri em 1958, Mali, Senegal, Benin, Sudão e Burquina Faso em 1959, Guiné, Mali, Libéria e Mauritânia em 1959, e Togo, Costa do Marfim, Benin, Burquina Faso e Níger em 1960, entretanto, até então nenhuma dessas uniões havia conseguido obter continuidade.[9]

Diferentemente desta perspectiva, o Grupo de Monróvia - este composto por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, entre outros - acreditava em um modelo cuja soberania, integridade territorial, gerência dos assuntos internos e independência dos Estados se tornavam pontos que não deveriam ser alterados, ou seja, essa estrutura política não deveria ser pautada na criação dos Estados Unidos da África, mas sim em

[8] DUFFIELD, 2008; CHANAIWA & KODJO, 2010; HARRIS & ZEGHIDOUR, 2010.

[9] DUFFIELD, 2008; GENTILI, 2012; CASTRO, Therezinha de. **África:** Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**.** Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1981.

uma espécie de confederação entre Estados[10]. Durante a Cúpula de chefes de Estados africanos ocorrida em 1963, na cidade de Addis-Abeba, Etiópia, pode-se considerar que o projeto integracionista defendido por este grupo foi preponderante, sendo consubstanciado com a aprovação da *Organization of African Unity Charter* (OAU *Charter*), documento que criava a Organização da Unidade Africana (OUA). [11]

Estruturada em Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros, Secretário Geral e Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (art. VII da OUA *Charter,* 1963, p. 5), a OUA surgia para dar continuidade aos pontos valorizados pelo Grupo de Monróvia, tais como a autodeterminação dos povos, os ideais de liberdade, justiça e igualdade, o respeito aos direitos humanos e a preservação da soberania dos Estados.[12] Logo, romper com qualquer forma de dominação herdada do imperialismo europeu passava a ser a principal proposta da OUA para o continente africano e, para esta concretização, dois instrumentos foram desenvolvidos pela organização. O primeiro foi o incentivo dado aos países-membros para que treinassem, militarmente, os movimentos de libertação surgidos no continente. Já o segundo relaciona-se ao Comitê Africano de Libertação, este composto por países como a Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, Senegal e Tanzânia que se destacou ao auxiliar, financeiramente, tais movimentos.[13]

A eficácia de tais instrumentos nos processos de independência pode ser exemplificada através de movimentos como o *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e o *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) – ambos voltados à independência Rodesia do Sul, país que se tornaria independente em 1980 e seria renomado como Zimbábue, e o *South West Africa People's Organization* (SWAPO),

---

[10] CHANAIWA. David. ASANTE.S.K.B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In MAZRUI, Ali; WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935,** Brasília: UNESCO, 2010, p. 873-896.

[11] "Os seguintes trinta Estados estavam nela representados (as denominações são aquelas da época): Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Leopoldville [atual República Democrática do Congo], Costa do Marfim, Dahomey [atual Benin], Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta [atual Benin], Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida [composto por Egito e Líbia], República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika [atual Tanzânia], Tchade, Tunísia." (CHANAIWA & KODJO, 2010, p.903)

[12] Segundo o Artigo II da OAU *Charter, "*(a)To promote the unity and solidarity of the African States; (b) To coordinate and intensify their cooperation and efforts to achieve a better life for the peoples of Africa; (c) To defend their sovereignty, their territorial integrity and independence; (d) To eradicate all forms of colonialism from Africa; and (e) To promote international cooperation, having due regard to the Charter of the United Nations and the Universal Declaration of Human Rights." (Art. II da OAU *Charter*, 1963, p.3)

[13] CHANAIWA & KODJO, 2010.

movimento relacionado à luta pela independência da Namíbia, que ocorreu em 1990. Grosso modo, o sucesso alcançado pelo ZANU e ZAPU de um lado, e da SWAPO de outro, encontra-se diretamente relacionado ao apoio de países como Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia aos movimentos indicados.[14]

Além do exemplo anterior, outro que simboliza o êxito da OUA diz respeito à luta contra o regime racista (*apartheid*) existente na África do Sul.[15] Embora a segregação racial e a crença na superioridade da raça branca já fizessem parte da sociedade sul-africana desde os primórdios da colonização holandesa no século XVII[16], foi ao longo das seis administrações que perduraram por todo o período de disputa Leste-Oeste, Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1678), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993), todas pertencentes ao Partido Nacional (PN), que a segregação racial se tornou institucionalizada.

Neste caso, a institucionalização do racismo pode ser encontrada na criação de leis discriminatórias; no uso da força em manifestações contrarias ao regime; e pela discriminação de partidos contrários ao regime, tais como o Congresso Pan-Africano (CPA) e o Congresso Nacional Africano *(*CNA), ambos que se tornaram ilegais no início da década de 1960[17]. Logo, os instrumentos desenvolvidos e adotados pela OUA foram importantes no apoio ao CNA e ao CPA*,* fundamentalmente após terem sido banidos pelo regime *apartheid*, como também no isolamento da África do Sul por meio de sanções econômicas e políticas, como forma de combater o regime *apartheid.*[18]

Paralelo à luta pela libertação completa das últimas colônias existentes no continente e no combate ao regime do *apartheid* existente na África do Sul, a atuação

---

[14] CHANAIWA. David. A África Austral**.** In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010, p. 295-334.

[15] Discutindo acerca do *apartheid,* Bahia (2000, pp. 114-115), pode-se considerá-lo como "(...) um sistema social, econômico e político constitucional que se baseia em princípios teóricos e em uma legislação *ad hoc.* Neste sistema, a diferenciação corresponde à definição de grupos sociais diversos e ao seu desenvolvimento em separado. Significa a manutenção da supremacia de uma aristocracia branca, baseada numa rígida hierarquia de castas sociais, para as quais existe uma correlação entre a cor de pele e as possibilidades de acesso aos direitos e ao poder social e político."

[16] BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul.** Brasília: FUNAG, 2011.

[17] BRANCO. Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A Política Externa Sul-Africana: Do *Apartheid* a Mandela.** Tese de Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, especialidade de Política e Relações Internacionais em África pelo ISCTE, 2003; BRAGA, 2011.

[18] OTAVIO, Anselmo. **A África do Sul Pós-apartheid:** a inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial. 2013. 175f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

da OUA também esteve atrelada ao âmbito econômico, mais especificamente, em encontrar meios que rompessem com o subdesenvolvimento e suas mazelas. De certo modo, ao acompanharmos a década de 1960, enquanto havia o aumento do número de países independentes no continente, este mesmo período foi marcado pela dificuldade destes em alcançar o desenvolvimento[19]. Conforme análise desenvolvida por Bujra[20], entre 1960 e 1975 a África foi marcada pelo baixo crescimento no setor agrícola, média de 1,6%, no setor manufatureiro, 6%, e nas exportações em gerais, cuja média foi de 2,8%.

Na interpretação pan-africanista, os índices acima indicados refletiam a relação de dependência e desequilíbrio existente entre os países africanos - cujas exportações eram marcadas pelo predomínio dos produtos primários e as importações de bens manufaturados - e os países ocidentais, estes que eram os principais consumidores de tais produtos e exportadores destes bens[21]. Logo, romper com qualquer forma de dominação fruto do imperialismo europeu no continente significava também romper com esta dependência. É baseado nesta busca que o *Lagos Plan Action* (LPA) foi criado.

Voltado a questões relacionadas à agricultura, indústria, recursos naturais, ciência e tecnologia, transportes e comunicações, comércio e finanças, meio-ambiente, entre outros[22], o LPA pode ser considerado como o instrumento da OUA voltado ao processo de independência econômica. Tal constatação ocorre visto que se por um lado o mau-desempenho africano no âmbito econômico era interpretado como fruto do imperialismo europeu no continente, por outro, a melhora destes índices passava pela crença no rompimento com a dependência econômica existente entre os países africanos e os ocidentais[23]. De modo geral, para tal realização foi indicado a necessidade dos países africanos alcançarem a autossuficiência, em valorizar a equidade na distribuição de riqueza do país, a maior participação do setor público no

[19] CHANAIWA; ASANTE, 2010.
[20] BUJRA. Abdalla. **Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU:** From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD). 2004.
[21] CHINWEIZU, D. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935,** Brasília: UNESCO, 2010 p. 927-963.
[22] LAGOS PLAN OF ACTION FOR THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF AFRICA (1980-2000). 1980.
[23] LPA, 1980

desenvolvimento econômico, e voltarem-se a lutar por uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa para os países pertencentes ao Terceiro Mundo.[24]

O desejo por um novo ordenamento na economia internacional mais justo entrava em sintonia com o Terceiro Mundo, bloco de países que mesmo sendo caracterizados pela diversidade em seus sistemas político e econômico, voltavam-se a luta contra o subdesenvolvimento e a falta de representatividade no cenário internacional pós-2ª Guerra Mundial[25]. De fato, se no âmbito das grandes potências a Guerra Fria era marcada pelo conflito Leste-Oeste, este simbolizado pela disputa entre capitalismo e socialismo, o mesmo período também era marcado pelo conflito Norte-Sul, onde articulações como a Conferência de Bandung (1955), o Movimento dos Não Alinhados (1961) o G 77 (1964), a Conferência de Lusaka (1970), dentre outras iniciativas de caráter multilateral, voltavam-se a busca em solucionar demandas similares entre os países terceiro-mundistas, destacadamente, a pobreza e suas mazelas. No entanto, quando analisado tanto a busca por uma Nova Ordem Econômica Internacional, como também das outras soluções africanas indicadas anteriormente pela LPA, o que se viu foi o fracasso, uma vez que o Plano de Ação caminhava na contramão do que passava a ser preponderante no contexto econômico mundial, o neoliberalismo.

De acordo com análise desenvolvida por Anderson, é possível indicar que, mesmo tendo sua criação remontada aos anos finais do pós-2ª Guerra Mundial, o neoliberalismo ganhou relevância a partir de dois episódios ocorridos a partir da década de 1970[26]. Um primeiro diz respeito à recessão causada pela baixa taxa de crescimento acompanhada pela elevação da inflação nos países capitalistas centrais, ambos relacionados a crise do petróleo de 1973. Já o segundo refere-se às eleições de Thatcher na Inglaterra (1979), Reagan nos Estados Unidos (1980), Khol na Alemanha (1982), dentre outros governantes e países capitalistas que passaram a não apenas

[24] BUJRA, 2004

[25] VIGEVANI, Tullo. **Terceiro mundo:** conceito e história. São Paulo: Editora Ática, 1990; PEREIRA, Analúcia D. MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre: v.7, n.4, 2015, p.119-138.

[26] ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.*)* **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

adotarem em seus respectivos países políticas de cunho neoliberal, mas também a defenderem a difusão destes pelo mundo. [27]

A partir disso, se ainda durante a década de 1970, alcançar o desenvolvimento era semelhante à criação de empregos, a distribuição de renda, ao alívio da pobreza através do fornecimento de condições básicas por parte do Estado, este que buscaria equilibrar o crescimento econômico com a redistribuição de renda, por meio de reformas básicas. A partir dos anos 1980, alcançar o desenvolvimento equivalia à necessidade do Estado se voltar à estabilização da economia, ao equilíbrio na balança de pagamentos, a adoção de planos de ajustes estruturais e a minimização da atuação estatal na economia.[28]

O reflexo da divergência entre o que se tornava preponderante na economia mundial e o LPA pode ser encontrado no *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action* (Relatório Berg), documento criado pelo Banco Mundial em 1981 que representava um contraponto às soluções propostas pelo LPA. Nesse contexto, enquanto o LPA destacava os pontos anteriormente indicados, o Relatório Berg recomendava a aceitação do neoliberalismo, através da diminuição do papel do Estado, por meio de privatizações, liberalização e valorização do setor privado[29]. Inclusive, o documento aconselhava os países africanos não priorizarem a integração continental, esta considerada pelo pan-africanismo como necessária a redução da dependência dos países africanos[30], mas que para o Relatório Berg era interpretada como um obstáculo à adequação do continente as regras do mercado mundial.[31]

Em resumo, o LPA não obteve o sucesso esperado, primeiramente porque a África manteve-se como o continente com as mais baixas taxas de crescimento econômico, com diminuta participação no mercado internacional e marcada pela pobreza excessiva[32]. Além disso, diante de um período marcado pela instabilidade

---

[27] ANDERSON, 1995

[28] THORBECKE, Erik. The evolution of the development doctrine, 1950-2005. In: MAVROTAS, George; SHORROCKS, Antony. **Advancing development:** core themes in global economics. London: Palgrave-Macmillan, 2009.

[29] EZEOHA. Abel. UCHE. Chibuike. **South África, NEPAD and the African Renaissance**, 2005, Disponível em: <www.ascleiden.nl/Pdf/workingpaper64.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2013.

[30] CHANAIWA & ASANTE, 2010

[31] EZEOHA & UCHE, 2005

[32] FUNKE. Norbert, NSOULI. Salah M. (2003) **The NEPAD: Opportunities and Challenges**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0369.pdf > Acesso em: 05 jan. 2012.

política existente em alguns países, fruto de guerras civis e do colapso de alguns Estados[33], os países africanos buscaram se adequar ao neoliberalismo. Exemplo disso pode ser encontrado no Zimbábue, país que entre os anos 1980 e 1990, adotaria o *Economic Structural Programme* (ESAP) como forma de se enquadrar ao neoliberalismo, obtendo como resultado a estagnação econômica, o aumento do desemprego, e o fenômeno do "*brain drain*", isto é, a saída de mão de obra qualificada para países como África do Sul, Botsuana, Reino Unido, Austrália e Estados Unidos.[34]

Semelhante ao fracasso na esfera econômica, a OUA também foi falha no campo securitário. Em certa medida, a incapacidade desta organização no que tange a prevenção e resolução de conflitos encontra-se atrelada principalmente a três motivos. O primeiro, diz respeito ao não pagamento das cotas de manutenção da organização por parte dos Estados-membros, fato este que alijou a OUA de sua principal fonte de financiamento, transformando a organização em uma tribuna política e em uma ferramenta de representação externa do continente africano.[35]

Já o segundo relaciona-se à própria estrutura institucional e funcional da OUA, na medida em que o seu principal órgão, a *Assembly of Heads of State and Government*, só podia deliberar sobre uma intervenção militar se convidado pelas partes em conflito, e se houvesse o consenso entre seus membros[36]. Grosso modo, tal impedimento encontrava-se relacionado aos artigos II e III da *OUA CHARTER,* onde, por um lado, o destaque dado ao respeito e a inviolabilidade da soberania garantia aos países africanos certa proteção à ingerência em assuntos internos, em contrapartida, inibia a possibilidade da OUA em atuar no âmbito interno de seus membros.

Por fim, o terceiro motivo refere-se à existência da chamada guerra *proxy* (guerra por procuração), que foi preponderante na África, cuja existência encontrava-se atrelada a envolvimento tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética no continente africano. O surgimento deste tipo de guerra impôs limites à atuação da

---

[33] BUJRA, 2004

[34] RUPIYA, Martin; SOUTHALL, Roger. In: SOUTHALL, Roger; MELBER, Henning (orgs.) **A New Scramble for Africa?** Imperialism, Investment and Development. Kwazulu-Natal: University of Kwazulu-Natal Press, 2009, p. 165-189.

[35] VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional:** O Sistema Interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

[36] MURITI. Tim. The African Union's evolving role in peace operations: the African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. In **African Security Review**. Vol. 17, n. 1, 2008.

OUA, uma vez que esta organização não foi capaz de romper com a instabilidade gerada pela intervenção de potências externas ao continente durante este período. Discutindo acerca deste período, Duffield destaca que:

> Os cubanos estavam presentes em força substancial em Angola e na Etiópia, e presentes em menor número em vários outros países, principalmente em Moçambique. Durante muitos anos a França apoiou militarmente o Chade em sua longa guerra contra seus dissidentes nórdicos. [...] As forças francesas permaneceram em Djibuti após sua independência. A intervenção mais polêmica de todas, foi da França, juntamente com os belgas e com o apoio logístico dos EUA, em Shaba, Zaire, em junho de 1978. [...] Em 1964 e em 1978, a intervenção militar estrangeira foi apresentada como uma operação humanitária de resgate para salvar residentes brancos de massacres bárbaros, embora os massacres de africanos bem mais extensos fossem mais ou menos ignorados, exceto para fornecer uma imagem de propaganda da suposta selvageria africana.[37]

Nesse sentido, embora a OUA tenha mediado com sucesso às disputas de fronteiras entre Marrocos e Argélia (1963), Somália e Quênia (1964) e entre a Líbia e Chade (1977), - eventos que, no geral, demonstravam uma das principais características desta organização nesse campo, atuar via envio de pequenas missões de observadores voltadas à resolução de disputas de fronteiras. Ao longo de todo o período da Guerra Fria, a organização enviou apenas uma força militar para intervir na guerra civil no Chade em 1981 (*OAU Neutral Force in Chad*), guerra iniciada em 1960 cuja iniciativa foi tomada a partir de pressões advindas de países externos ao continente, principalmente da França.

Em síntese, mesmo sendo inegável o êxito da OUA no que diz respeito aos processos de independência existentes no continente, é fato que nas esferas econômicas e securitárias o que se viu foi à dificuldade em responder aos impactos do cenário internacional.[38] Em outras palavras, tornava-se claro que se a contestação como estratégia foi vitoriosa nos processos de independência surgidos no continente,

[37] DUFFIELD, 2008, p. 136.

[38] O êxito encontrado nos processos de independência acabou por impactar não apenas no âmbito regional, mas também no cenário internacional. Segundo Duffield, "O advento dos estados independentes da África negra, começando com Gana em 1957 e atingindo o clímax nos anos 1960, causou uma imensa agitação de interesse e orgulho em toda a diáspora, e um desejo de se relacionar e imitar esse movimento. No nível da cultura popular negra, isso encontrou expressão no uso de penteados afro, [...] no uso de nomes africanos nos recém-nascidos, e até mesmo a moda de frequentar aulas de suaíli." (DUFFIELD, 2008, p. 115).

a mesma foi incapaz de garantir a resolução dos desafios econômicos, tais como a pobreza e a dependência econômica, como também dos constantes conflitos existentes no continente.

O continente africano no pós-Guerra Fria: o *African Renaissance* e a estratégia da Responsabilidade Mútua

O término da Guerra Fria simbolizou não apenas o fim do cenário internacional marcado pela disputa Leste-Oeste, mas também a fase de intensa difusão dos valores socioculturais estimados pelo Ocidente[39]. De modo geral, se no âmbito político a democracia passava a ser o modelo que os países deveriam adotar, no plano econômico, a vitória do capitalismo sobre o socialismo criava um cenário propício à disseminação do neoliberalismo e seus condicionantes, tais como o fim de possíveis barreiras à globalização financeira, a diminuição da participação do Estado na economia, à intensificação nos processos de privatizações de empresas estatais, e a valorização do livre-mercado e do livre-comércio[40]. Diante deste cenário, o continente africano encerrava os anos 1980 e iniciava a década de 1990, marcado pela proliferação de conflitos armados, baixos índices econômicos, continuidade de regimes autoritários, dentre outros desafios que faziam a visão Afro-pessimista acerca do futuro da África ser preponderante.[41]

No entanto, diferentemente do pessimismo referente ao continente, no fim dos anos 1990 e ao longo da década de 2000, a África era vista como um continente em transformação, marcado por acentuada euforia com relação ao seu futuro. No âmbito internacional, tal otimismo ganhava espaço visto que a busca por matérias-primas fez com que países como Estados Unidos, França, Inglaterra e, principalmente,

---

[39] IANNI, Otavio **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

[40] HARVEY. David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press. Great Britain, 2005; MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In: CARRION, Raul K.M; VISENTINI, Paulo G. Fagundes (orgs). **Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?** 2ªed, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

[41] Segundo Bujra, o afro-pessimismo "(…) era a ideia central de que os povos africanos - suas sociedades, culturas, mentalidade e estruturas - são incapazes de executar seus estados e suas economias e, portanto, foram fadados a permanecerem em um estado permanente de crise - estagnação e crescimento negativo. [...] O afro-pessimismo nasceu fora da África e sua ideologia foi propagada tanto fora como dentro do continente por aqueles com o interesse em ver a África como permanentemente fraca e desorganizada." (BUJRA, 2004, p.8, tradução do autor).

China, vissem um continente cujo território é possuidor de "cerca de 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e 10 a 15% do petróleo"[42], dentre outros.

Paralelamente a procura em fortalecer os lações econômicos por parte das potências mundiais, esta euforia também ganhava força uma vez que a África adentrava em um ciclo de transformações internas. Discutindo acerca destas, Nyang'oro e Shaw[43], indicam que no decorrer da década de 1990 diversos países entraram em uma fase de crescimento econômico, esta caracterizada pelo intenso processo de financeirização da economia via criação de bolsas de valores. Além destes fatores econômicos, o continente também passava a ser palco de transformações políticas, como o fim do *apartheid* na África do Sul, a diminuição, o isolamento ou o fim de ditaduras[44], e o surgimento de eleições democráticas multipartidárias.[45]

Em síntese, o interesse internacional e as transformações pelas quais o continente estava passando, eram indícios de que a África entrava em um ciclo de mudanças, ou, nas palavras de seu criador, Thabo Mbeki, que a África entrava em sua fase de renascimento, mais comumente apresentado como *African Renaissance.* Grosso modo, o *African Renaissance* pode ser compreendido como a doutrina que prima pela sincronia entre o conjunto de transformações políticas e econômicas ocorridas em África a partir da última década do século XX - que dão base e são a essência de sua existência - e os valores estimados e disseminados pelo mundo Ocidental no Pós-Guerra Fria. [46]

Em Hlophe e Landsberg, é possível destacarmos duas dimensões deste Renascimento Africano[47]. A primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense "*Sankofa*", que significa mover tanto o continente africano em direção a um futuro próspero, prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate ao passado africano anterior a invasão européia. Já a segunda refere-se à

[42] SARAIVA. José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.51. n. 1, p.87-104, 2008, p. 122.
[43] NYANG'ORO. Julius E. SHAW. Timothy M. African Renaissance in the New Millennium?From Anarchy to Emerging Markets?. In **African Journal of Political Science**. v. 5. n. 1, p. 14-28. 2000.
[44] GILLEY. Bruce. **The End of the African Renaissance**, 2010.
[45] NYANG'ORO & SHAW, 2000.
[46] OTAVIO, 2013.
[47] HLOPHE. Dumisani, LANDSBERG. Chris. **The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy**, 1999.

importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo a África o acesso à globalização.

De modo geral, as dimensões anteriormente indicadas por Hlophe e Landsberg são centrais no *African Renaissance* e já vinham sendo trabalhadas por seu criador, Thabo Mbeki antes mesmo de assumir a presidência da África do Sul[48]. Neste caso, o principal exemplo pode ser encontrado no discurso proferido pelo ainda vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, na *United Nations University* e intitulado de *The African Renaissance, South Africa and the World* (AFSAW), de 1998. Neste discurso, Mbeki expõe que o continente encontrava-se em transição e o caminho pelo qual a África deveria seguir deveria estar pautado tanto na valorização de um passado glorioso, como também e na interação entre desenvolvimento e democracia.

De fato, o AFSAW (1998) deixa claro à necessidade em resgatar um passado africano marcado pelo surgimento de grandes obras arquitetônicas, de importantes civilizações, e caracterizado pela valorização da liberdade. Logo, ainda que fazendo menção ao imperialismo europeu e suas consequências para o continente africano, o intuito de Mbeki é expor sobre um passado anterior a invasão européia na África, sobre um período digno de ser valorizado. O regresso proposto por Mbeki a um passado anterior ao imperialismo europeu, leva-nos a compreender que tal intuito objetiva construir uma espécie de contrapeso à imagem amplamente divulgada da África como continente incapaz de combater suas mazelas e passivo ao surgimento de governos ditatoriais, demonstrando que os povos africanos sempre valorizaram e lutaram pela liberdade, e, portanto, os regimes autoritários não deveriam ser vistos como administrações que representavam os interesses do povo.

Além de romper com esta imagem, a valorização de um passado glorioso também se relaciona a reconstrução da dignidade africana - sentimento importante no combate ao estigma existente sobre o continente de território eternamente dependente da caridade advinda do mundo exterior - e a busca em formar uma espécie de pacto entre todos os povos africanos como meio de romper com os flagelos existentes no continente. De fato, esta ideia de trabalho em conjunto refere-se ao "reconhecimento do fato de que nenhum dos nossos países é uma ilha que pode

[48] HLOPHE & LANDSBERG, 1999.

isolar-se do resto, e que nenhum de nós pode realmente ter sucesso se o resto falhar".[49]

Além disso, outro objetivo que surge no *The African Renaissance, South Africa and the World* é demonstrar para o mundo que o continente africano vem buscando se adaptar ao contexto internacional surgido no pós-Guerra Fria. Seja através da expansão de sistemas democráticos em diversos países, seja através da adoção de premissas neoliberais, tais como a redução da participação do Estado na economia e o fortalecimento do setor privado, este documento objetiva apresentar uma África preparada para receber investimentos. Se por um lado o AFSAW (1998) objetivava o resgate de um passado marcado por grandes civilizações, pela riqueza artística, pela diversidade cultural existente na África e destacava a importância da integração continental como forma de romper com a pobreza excessiva, com o subdesenvolvimento e outros desafios africanos; por outro, atrelava este renascimento a aceitação por parte dos países africanos, do mundo globalizado, de seus condicionantes e da necessidade em forjar parcerias com os países industrializados.

Nesse sentido, divergindo do caráter contestatório visto no Pan-Africanismo, o *African Renaissance* considera primordial a responsabilidade de ambas as partes, indicando que o sucesso ou o fracasso da renovação do continente caminharia lado a lado a dinâmica existente entre os países industrializados, estes que teriam sua participação relacionada, por exemplo, aos investimentos direcionados ao continente e a garantia de acesso dos produtos africanos. Em contrapartida, os países africanos deveriam valorizar e buscar a "prevenção e resolução de conflitos, a boa governança, a governança democrática, os direitos humanos, a democratização e a administração responsável e transparente*".*[50]

O ideário proposto e defendido pelo *African Renaissance* também se tornou presente nas novas iniciativas direcionadas ao desenvolvimento econômico. Um primeiro exemplo pode ser encontrado no *Millennium Partnership for Africa's Recovery Programme* (MAP), este resultado da cooperação entre a África do Sul, a Nigéria e a Argélia, que, grosso modo, voltava-se ao entendimento dos motivos e

[49] MBEKI, 1998 (tradução do autor).
[50] LANDSBERG, 2005, p. 746 (tradução do autor).

encontrar soluções que liquidassem com a dívida externa dos países africanos[51]. Paralelamente ao MAP, outro plano relacionado ao desenvolvimento africano era o *Omega Plan*, este criado e defendido pela então administração Wade (2000-2012) do Senegal, e voltado à priorização por parte dos países africanos em quatro setores, no caso, a agricultura, educação, saúde e infraestrutura.[52]

A semelhança do MAP e do *Omega Plan* em indicarem que o desenvolvimento estaria atrelado a atuação dos países africanos, bem como nas metas traçadas nestas iniciativas (UNECA, 2001), demonstrava a complementaridade de ambas, fator que levaria a junção do MAP e do *Omega Plan* no ano de 2001, criando a chamada Nova Iniciativa Africana (NAI), que, posteriormente, seria transformada em um dos principais exemplos da responsabilidade mútua, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). Iniciativa baseada em pontos como à "*Peace, Security, Democracy and Political Governance; Economic and Corporate Governance; Bridging the Infrastructure Gap; Human Resources Development; Agriculture; Environment; Culture; Science and Technology Platforms; Capital Flows, Market Access"* dentre outros direcionados ao desenvolvimento econômico do continente, a NEPAD foi interpretada pelos países-membros do G8 como uma espécie de Plano Marshall para a África[53], como também foi recebida com entusiasmo por parte das potências ocidentais.[54]

Tal aceitação e entusiasmo ocorrem visto que a NEPAD aceita a globalização, o neoliberalismo e todos seus condicionantes, e indica a democracia e a prevenção de conflitos como precondições para o desenvolvimento do continente africano[55]. Logo, ainda que faça ressalvas acerca das consequências do imperialismo no continente, esta nova parceria considera ser possível alcançar o desenvolvimento adequando-se aos condicionantes surgidos no Pós-guerra Fria, por meio da interação entre os interesses africanos e dos países industrializados.

---

[51] DE WAAL, Alex. **What's new in the "New Partnership for Africa's Development?**, 2002, Disponível em: <www.sarpn.org.za/NEPAD/dewaal/dewaal.pdf>. Acesso em 23 nov. 2012.
[52] ROSS. Herbert. **Implementing NEPAD:** A Critical Assessment, 2002.
[53] MERCER, Claire; MOHAN, Giles; POWER, Marcus. Toward a critical political geography of African development. In **Geoforum,** V. 34. 2003. p. 419-436.
[54] BUJRA, 2004
[55] NEPAD. **The New Partnership for Africa's Development.** 2001; CHABAL. Patrick. The quest for good government and development in África: is NEPAD the answer?, **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs), V. 78, nº 3, p. 447-462, 2002; FUNKE & NSOULI, 2003.

Para acompanhar e monitorar a aceitação por parte dos países-africanos dos objetivos traçados pelo programa, a NEPAD vem utilizando o *African Peer Review Mechanism* (APRM). Segundo Déme, "Revisão por Pares é quando partes, como governos ou sociedades, concordam em trocar suas experiências com base em um cenário intelectual e moral comum, e identificar princípios consensuais e compartilhar valores".[56] No caso da NEPAD, pode-se indicar a existência de duas funções do APRM. A primeira refere-se à própria essência do *Peer Review,* isto é, de fazer com que exista o acompanhamento de uma parte pela outra buscando demonstrar os avanços, retrocessos e desafios que o país analisado vem encontrando. Logo, o APRM se destacaria servindo como meio de fazer com que os países trabalhassem juntos e compartilhassem experiências e soluções que levassem ao avanço da *good governance*. [57]

Já a segunda função do APRM é demonstrar à Comunidade Internacional, principalmente aos países industrializados do Ocidente, a seriedade dos países-membros em assumirem os compromissos firmados na NEPAD[58]. Nesse sentido, se por um lado este mecanismo serve como um meio de intensificação da interação entre os países, uma vez que a revisão de pares, consequentemente, leva a maior aproximação. Por outro, sua adoção se torna importante, pois indica que os países estão empenhados em realizar as mudanças necessárias e, assim, aptos a receberem investimentos advindos dos países desenvolvidos.

De modo geral, ao acompanharmos os primeiros quinze anos da NEPAD, é possível realizarmos algumas considerações acerca desta nova parceria. A primeira refere-se ao incentivo em tornar os países africanos cada vez mais integrados. Reflexo disso pode ser encontrado no aumento dos investimentos externos diretos (IED) advindos da África do Sul direcionados ao continente africano. De fato, desde pequenos investimentos realizados por empresas como Checkers, Game an Makro, Protea Hotels, Debonairs, Nandos and Steers, Truworths and Weoolworths, Standard Bank/Stanbic and Multichoice, a mega investimentos advindos da MTN, Vodacom,

---

[56] DEMÉ. Ousmane. **Between Hope and Scepticism: Civil Sciety and the African Peer Review Mechanism.** Ed. Partnership Africa Canada, 2005, p. 15.
[57] DÉME, 2005.
[58] MASTERSON, Grant Edward Thomas. **Governance Quality and Government Commitment to the NEPAD African Peer Review Mechanism.** Ed. EISA. Johannesburg. South Africa, 2004; DÉME, 2005.

Transnet, Eskom, AngloGold Ashanti, Randgold Resources, Sasol e PetroSA, tornaram-se cada vez mais constantes no continente africano.[59]

Uma segunda consideração a ser realizada sobre a NEPAD refere-se à busca em elevar o fluxo de IED advindo dos países industrializados destinados ao continente. Neste caso, é clara a discrepância entre os valores encontrados nas décadas de 1980 e 1990, e aqueles pertencentes aos primeiros quinze anos da NEPAD (2001-2016). Em números, enquanto que o continente africano iniciava a década de 1980 com uma taxa de IED de aproximadamente US$ 2 bilhões (1981), em 2014, isto é, treze anos após o início da NEPAD, este valor chegava a US$ 53.912 bilhões, tendo em 2008 seu ápice, no caso, US$ 57.770 bilhões (UNCTAD, 2016). Reflexo deste aumento pode ser encontrado na entrada de IED advindo da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), que passou de US$ 4 bilhões em 2002 para US$ 32 bilhões em 2008.

Paralelamente a NEPAD, o segundo exemplo refere-se à transição da OUA para UA. De modo geral, segundo Döpcke (2002), desde a década de 1986, através da adoção da Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, passando pelos anos iniciais de 1990, no caso, em 1991 com a fundação da Comunidade Econômica Africana e, em 1993, com a adoção do Mecanismo para Prevenção, Administração e Solução de Conflitos, a OUA demonstrava certa tendência à reformulação. Entretanto, foi através da Cúpula Extraordinária da OUA, na cidade de Sirte, Líbia, em 1999, que esta organização passaria por mudanças.

Em Landsberg é possível encontrar duas vertentes que passaram a ser predominantes durante esta Cúpula e diziam respeito acerca do futuro da OUA[60]. A primeira refere-se ao interesse da Líbia em criar os Estados Unidos da África, isto é, mover o continente para a formação de um Estado Federalista. Nesse sentido, o governo líbio resgatava a discussão levantada durante as décadas de 1950 e 1960 pelo grupo de Casablanca acerca da viabilidade em transformar o continente em um Estado.

---

[59] COMNIMOS, Alex; DANIEL, John; LUTCHMAN, Jessica. South Africa in Africa: trends and forecasts in a changing African political economy. In: LUTCHMAN, Jessica; DANIEL, John; SOUTHALL, Roger; BUHLUNGU, Sakhela (orgs.). **State of the Nation: South Africa.** HSRS Press. Cape Town. South Africa, 2007.

[60] LANDSBERG. Chris. Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign**. Journal of African and Asian Studies.** v. 47. n. 4. 2012.

Diferentemente desta visão, a outra via se enquadrava no que o autor considerou como *Pan-continentalism* e tinha como principal expoente a África do Sul. Conforme sua análise, o *Pan-continentalism* pode ser entendido como um "processo pelo qual os Estados se unem para criar novas normas, princípios, instituições e estruturas políticas, e concordam em viver por essas normas e estruturas e em harmonia uns com os outros. (...) ele defende uma regulamentação rigorosa do comportamento de estados independentes (...)".[61]

O fim da Cúpula Extraordinária da OUA simbolizou tanto o início do processo de transformação da OUA em UA como também o predomínio do *Pan-continentalism* nesta transição. Reflexo disso pode ser encontrado no *Constitutive Act of the African Union* (CAAU), documento fruto da cimeira de Lomé, Togo, ocorrida em 2000 em que pontos como a valorização e construção de princípios, de instituições, de estruturas políticas e de mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados passaram a fazer parte da UA .[62]

Ao analisarmos o CAAU, além dos pontos anteriormente indicados, é perceptível que se de um lado este documento indicava a manutenção por parte da UA de algumas características da OUA, tais como a busca pelo aumento da integração, da unidade e da solidariedade entre os Estados-membros, o respeito à soberania, a promoção da paz, a integridade territorial e a independência dos Estados africanos. Por outro, novos pontos ganhavam importância nesta organização, tais como a valorização da democracia, dos direitos humanos e, principalmente, o direito de intervenção por parte da UA em situações relacionadas a crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade.

De fato, segundo o Artigo IV da CAAU, é garantido "(h) o direito da organização intervir num Estado-Membro por força de decisão da Assembleia em circunstâncias graves, nomeadamente: crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade;".[63] Portanto, mesmo mantendo alguns princípios encontrados no Artigo III da OAU *Charter* (1963, p. 3-4), como o respeito à soberania dos Estados-membros, a

[61] LANDSBERG, 2012, p. 438-439.
[62] Entre a Cúpula Extraordinária da OUA ocorrida em Sirte, até o lançamento da UA em 2002, na Cúpula de Durban, África do Sul, houveram a Cimeira de Lomé (2000), no Togo, em que foi adotado o *Constitutive Act of the Union,* e, no ano de 2001, na Cimeira de Lusaka, na Zâmbia, foi programado o roteiro de implementação da UA (AFRICAN UNION, 2013).
[63] AFRICAN UNION. **Constitutive Act of the African Union (CAAU)**, 2000, p. 7 (Tradução do autor).

busca pela paz através da negociação, mediação, conciliação e arbitragem, e a não intervenção dos assuntos internos dos Estados-Membros, a possibilidade encontrada no Artigo IV da CAAU (2000) assegurava a UA o direito de atuar na resolução de conflitos armados - papel este exercido via missões de *Peacemaking* e *Peacekeeping* - e, portanto, romper com uma das principais demandas existentes no continente.[64] Exemplo disso pode ser encontrado em na *African Union Mission in Burundi* (AMIB) de 2003.

Primeira missão de paz realizada pela União Africana, a AMIB buscou, através da estabilização do país, da criação de um acordo de cessar-fogo, do apoio ao desarmamento e reintegração dos ex-combatentes, entre outros objetivos, criar um cenário favorável à instalação de uma missão de paz da ONU voltada ao Burundi[65]. Através da participação de tropas advindas da Etiópia, de Moçambique e, principalmente, da África do Sul - países que foram importantes para a pacificação de grande parte do território deste país[66] - tal objetivo foi alcançado por meio da aprovação do Conselho de Segurança em criar a *United Nations Operations in Burundi* (ONUB), esta que englobaria a AMIB (SECURITY COUNCIL, 2004).

Somado a esta possibilidade em alcançar a pacificação via missões de paz, a UA encontra no modo em que foi estruturada importantes meios para alcançar tal fim. De fato, sua composição em "Assembly of the Union, Executive Council, Pan-African Parliament, Court of Justice, Commission, Permanent Representatives Committee, Specialized Technical Committees, Economic, Social and Cultural Council, Financial Institutions"[67] , lhe garante mecanismos políticos voltados tanto para a regulamentação do comportamento dos Estados-membros, como para a aceitação dos princípios e objetivos estimados e adotados por esta organização.

---

[64] HAWKINS. Virgil. An Overview of Peace and Security in Southern Africa. In HAWKINS. Virgil. **Southern African Peace and Security Studies,** v. 1, n. 1, 2012. Segundo Boutros-Ghali (1992, pp. 45-57) **Peacemaking**: (…) action to bring hostile parties to agreement, essentially through such peaceful means as those foreseen in Chapter VI of the Charter of the United Nations. (…) **Peace-keeping**: (…) the deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. Peace-keeping is a technique that expands the possibilities for both the prevention of conflict and the making of peace. (…)"

[65] MURITI, 2008.

[66] MURITI, 2008

[67] Art. V da CAAU, 2000, p. 8.

Além disso, com este modelo de estruturação baseado no *Pan-continentalism*, a UA vem garantindo a possibilidade em criar ou introduzir outros mecanismos dentro desta organização, tais como o estabecimento do *African Peer Review Mechanism* (APRM) em 2003, e o reconhecimento das *Regional Economic Communitites* (RECs), no caso a *Community of Sahel-Saharan States* (CEN-SAD), a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA), a *East African Community* (EAC), a *Economic Community of Central African States* (ECCAS), a *Economic Community of West African States* (ECOWAS), a *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD), a *Southern African Development Community* (SADC) e a *Arab Maghreb Union* (AMU) (AFRICAN UNION, 2013), como instrumentos que dinamizam a prevenção e a resolução de conflitos surgidos na África[68].

Considerações Finais

Conforme indicado anteriormente, o objetivo deste artigo era compreender as especificidades existentes entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance.* A partir da análise desenvolvida, ficou claro que, mesmo tendo surgido fora do continente africano, o Pan-Africanismo foi fundamental no combate, inicialmente, de uma ordem internacional caracterizada pelos grandes impérios europeus em África, e, posteriormente, na contestação da ordem internacional fruto da disputa Leste-Oeste, em que Estados Unidos e União Soviética buscavam adequar o cenário internacional de acordo com seus respectivos interesses.

Além de influenciar os movimentos de libertação nacional, o Pan-africanismo se transformou em um movimento de integração continental, e, dentro da Organização da Unidade Africana (OUA), se tornou um movimento voltado ao rompimento da dependência econômica existente entre os países africanos e suas ex-colônias. Embora não alcançando o resultado esperado, ao buscar a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, o Pan-africanismo demonstrou seu caráter crítico e contestador da Ordem Internacional vigente ao longo da Guerra Fria.

Diferentemente do Pan-africanismo, o *African Renaissance* tem sua criação e desenvolvimento dentro do continente africano. Além de buscar reconstruir a

[68] APDSA. **African Peace And Security Architecture: 2010 Assessment Study**.

dignidade africana, sentimento importante no combate ao estigma existente sobre o continente de território eternamente dependente da caridade advinda do mundo exterior, o *African Renaissance* propõe a formação de novos modelos de interação na África e fora do continente. No âmbito regional, considera que a maior articulação entre todos os povos africanos é fundamental para romper com os flagelos existentes no continente.

Já na interação entre o continente africano e o mundo, o *African Renaissance* deseja uma forma diferenciada de pacto, este não mais marcado pelo assistencialismo, mas sim pela cooperação. Em outras palavras, além de demonstrar para o mundo que os países africanos passaram a adotar a boa governança, a democracia, o respeito aos direitos humanos, os preceitos neoliberais, dentre outros pontos que simbolizam o mundo pós-Guerra Fria, o Renascimento Africano deixa claro que sua continuidade encontra-se atrelada aos países industrializados, cuja participação relaciona-se ao aumento do investimento externo direto e a abertura de seus mercados aos produtos africanos.

Nesse sentido, o *African Renaissance* defende a responsabilidade mútua como o melhor caminho para os desafios existentes no continente. Por um lado, considera que os países africanos devem se adequar ao mundo pós-Guerra Fria, valorizando os direitos humanos, respeitando a democracia, o meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, dentre outros pontos que desde a década de 1990 ganharam importância no cenário internacional. Por outro, indica a necessidade das potências ocidentais tradicionais participarem deste processo de renascimento, seja apoiando economicamente, via auxilio financeiro, perdão de dividas externas e facilidade na entrada de produtos africanos em seus respectivos mercados internos, seja via apoio no âmbito militar, apoiando, por exemplo, as missões de paz que surgem no continente.

Mesmo havendo diferenças entre o Pan-africanismo e o *African Renaissance,* é inegável o papel que um representou e que o outro vem representando para o continente africano. Enquanto o caráter contestador existente no Pan-africanismo foi fundamental no rompimento com os grandes impérios europeus no continente africano; a crença defendida pelo *African Renaissance* de uma possível parceria entre os países africanos e as potências tradicionais ocidentais se mantém importante, visto

que pode ser uma ferramenta de destaque na continuidade das transformações pelas quais os países africanos estão passando desde os anos finais da década de 1990. Grosso modo, o sucesso alcançado com a criação da NEPAD e da transição entre a OUA e a UA, são episódios que fazem da responsabilidade mútua a estratégica africana para as primeiras décadas do século XXI.

Referências Bibliográficas

AFRICAN UNION. **Advent of the AU.** 2013.

AFRICAN UNION. **Constitutive Act of the African Union (CAAU)**, 2000.

AFRICAN UNION. **Organization of African Unity Charter.** 1963.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

APDSA. **African Peace And Security Architecture: 2010 Assessment Study**.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. A Política Externa da África do Sul: da internacionalização à globalização**.** In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro**. África do Sul: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, FUNAG. 2000.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul.** Brasília: FUNAG, 2011.

BOSHOFF, Henri; VERY, Waldemar. The African mission in Burundi. In: RAUTENBACH, George; BOSHOFF, Henri; VERY, Waldemar. **The Burundi Peace Process From civil war to conditional peace.** Institute for Security Studies, 2010.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An Agenda for the Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping.**

BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela.** Tese de Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, especialidade de Política e Relações Internacionais em África pelo ISCTE. 2003.

BUJRA, Abdalla. **Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU:** From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD). 2004.

CASTRO, Therezinha de. **África:** Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**.** Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1981.

CHABAL, Patrick. The quest for good government and development in África: is NEPAD the answer?, **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs), V. 78, nº 3, p. 447-462, 2002.

CHANAIWA. David. A África Austral**.** In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010, p. 295-334.

CHANAIWA, David. ASANTE, S.K.B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In MAZRUI, Ali; WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935,** Brasília: UNESCO, 2010, p. 873-896.

CHANAIWA. David. KODJO. Edem. Pan-africanismo e libertação**.** In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO**,** 2010. p. 897-924.

CHINWEIZU, D. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935,** Brasília: UNESCO, 2010 p. 927-963.

COMNIMOS, Alex; DANIEL, John; LUTCHMAN, Jessica. South Africa in Africa: trends and forecasts in a changing African political economy. In: LUTCHMAN, Jessica; DANIEL, John; SOUTHALL, Roger; BUHLUNGU, Sakhela (orgs.). **State of the Nation: South Africa.** HSRS Press. Cape Town. South Africa, 2007.

DE WAAL, Alex. **What's new in the "New Partnership for Africa's Development?**, 2002, Disponível em: <www.sarpn.org.za/NEPAD/dewaal/dewaal.pdf>. Acesso em 23 nov. 2012.

DEMÉ, Ousmane. **Between Hope and Scepticism: Civil Sciety and the African Peer Review Mechanism.** Ed. Partnership Africa Canada, 2005.

DÖPCKE, Wolfgang. O encontro estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional. In. **Colóquio sobre as Relações Brasil – África**. 2002. Disponível em: < http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0174.pdf>. Acesso em: 18/03/2012

DUFFIELD, Ian. Pan-Africanism since 1940. In: CROWDER, Michael. **The Cambridge History of Africa:** from 1940 to 1975. Cambridge: 2008, vol. 8, p. 195-141.

EZEOHA, Abel; UCHE, Chibuike. **South África, NEPAD and the African Renaissance**, 2005, Disponível em: <www.ascleiden.nl/Pdf/workingpaper64.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2013.

FUNKE, Norbert; NSOULI, Salah M. **The NEPAD: Opportunities and Challenges**. 2003.

GENTILI, Anna M. **El león y el cazador:** História de África Subsahariana. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

HARRIS, Joseph E. ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO**,** 2010. pp. 849-872.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press. Great Britain, 2005.

HAWKINS, Virgil. An Overview of Peace and Security in Southern Africa. In _____. **Southern African Peace and Security Studies,** v. 1, n. 1, 2012.

HLOPHE, Dumisani. LANDSBERG, Chris. **The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy**, 1999. Disponível em: <www.ceri-sciencespo.com/archive/octo99/artcl.pdf > , Acesso em: 05/07/2011

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991) – o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otavio **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Ed. Campus, 1989.

LAGOS PLAN OF ACTION FOR THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF AFRICA 1980-2000. Disponível em: <http://www.nepadst.org/doclibrary/pdfs/lagos_plan.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

LANDSBERG, Chris. Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. In: **Social Research.** Vol. 72, n. 3, 2005.

LANDSBERG, Chris. Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign**. Journal of African and Asian Studies.** v. 47. n. 4. 2012.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In: CARRION, Raul K.M; VISENTINI, Paulo G. Fagundes (orgs). **Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?** 2ªed, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

MASTERSON, Grant Edward Thomas. **Governance Quality and Government Commitment to the NEPAD African Peer Review Mechanism.** Ed. EISA. Johannesburg. South Africa, 2004.

MBEKI, Thabo. **Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University the African Renaissance, South Africa and the World, United Nations**

University. 1998. Disponível em:< http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>. Acesso em: 14/05/2013

MERCER, Claire; MOHAN, Giles; POWER, Marcus. Toward a critical political geography of African development. In **Geoforum,** V. 34. 2003. p. 419-436

MURITI, Tim. The African Union's evolving role in peace operations: the African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. In **African Security Review**. Vol. 17, n. 1, 2008.

NEPAD. **The New Partnership for Africa's Development.** 2001. Disponível em: < http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf>, Acesso em: 16/09/2012

NYANG'ORO, Julius E; SHAW, Timothy M. African Renaissance in the New Millennium? From Anarchy to Emerging Markets?. In **African Journal of Political Science**. v. 5. n. 1, p. 14-28. 2000.

OTAVIO, Anselmo. **A África do Sul Pós-apartheid:** a inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial. 2013. 175f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Analúcia D.; MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre: v.7, n.4, 2015, p.119-138.

ROSS, Herbert. **Implementing NEPAD:** A Critical Assessment, 2002, Disponível em: <www.nsi-ins.ca/english/pdf/herbert.pdf>. Acesso em: 18/03/2013

RUPIYA, Martin; SOUTHALL, Roger. In: SOUTHALL, Roger; MELBER, Henning (orgs.) **A New Scramble for Africa?** Imperialism, Investment and Development. Kwazulu-Natal: University of Kwazulu-Natal Press, 2009, p. 165-189.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.51. n. 1, p.87-104, 2008.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1545**. New York: 21 may 2004**.** 2004. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1545(2004) >. Acesso em: 23 de jul. 2013.

THORBECKE, Erik. The evolution of the development doctrine, 1950-2005. In: MAVROTAS, George; SHORROCKS, Antony. **Advancing development:** core themes in global economics. London: Palgrave-Macmillan, 2009.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA (UNECA). **COMPACT FOR AFRICAN RECOVERY**. 2001.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Foreign direct investment: Inward and outward flows and stock, annual, 1980-2014.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro mundo:** conceito e história. São Paulo: Editora Ática, 1990.

VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional:** O Sistema Interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

AMÍLCAR CABRAL:
TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE UM ESCRITOR PÓS-COLONIAL

Gustavo De Andrade Durão[*]

> "Amílcar Cabral está associado a um bem-sucedido combate de libertação, a inovadoras táticas de guerrilha, a efetivas estruturas de governo participativo nas áreas libertadas, mas também a uma importante contribuição intelectual"[69].

Para começarmos a nossa análise devemos perguntar qual é o papel da historiografia africana para os historiadores recém-chegados ao campo de estudos africanos? Como estão sendo constituídas as narrativas e análises acerca dos movimentos de emancipação no continente africano? Foi pensando nisso que nos debruçamos em pensadores africanos e suas produções como elemento importante de análises responsáveis pela fundação de novas perspectivas analíticas.

Precisa estar claro a não linearidade dessa narrativa repleta de idas e vindas, mas que propõe compreender os papéis no campo político e intelectual de Amílcar Cabral face à luta de emancipação de Cabo Verde e da Guiné Bissau. Seria impossível detalhar aqui todo o viés da luta revolucionária desses dois países, mas busca-se uma narrativa mais plural e cuja perspectiva seja problematizar o discurso oficial das independências.

Nesse sentido, o papel intelectual de Amílcar Cabral contribuiu para demonstrar de que modo um pensador como ele pode ter realizado essa ligação entre o político e o cultural, o que o caracteriza como pensador pós-colonial. A trajetória desse notável escritor será posta em perspectiva levando em consideração sua teoria, mas também os silenciamentos de uma historiografia ainda voltada ao culto do seu passado, dificultando as análises sobre os processos históricos contemporâneos.

---

* Prof. Dr. Gustavo de Andrade Durão (UFRJ) Tem pós-doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e atualmente é professor do quadro permanente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI - São Raimundo Nonato).

[69] LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África:** O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 10.

Estado Novo, Colonialismo e produção intelectual.

Grande parte da historiografia portuguesa chegou até aos escritos sobre os movimentos de emancipação via crítica ao Estado Novo português, demonstrando interessantes aproximações entre as perspectivas anticoloniais e anticapitalistas. A Revolução dos Cravos – ocorrida em abril de 1974 em Portugal – teve relação direta com a independência das colônias portuguesas, principalmente, Cabo Verde e Guiné Bissau. [70]

As movimentações entre os trabalhadores do Primeiro de Maio de 1974 reverberavam nas movimentações pela emancipação da África colonizada por Portugal, demonstrando que de algum modo houve uma grande circulação de ideias entre a antiga metrópole e as suas ex-colônias. Embora ainda haja muito que se discutir sobre o processo de independência em Cabo Verde e na Guiné importante lembrar como mais uma vez a historiografia voltava-se aos preceitos e bases do nacional.

Como ocorreu em grande parte dos países africanos lusófonos foi somente na década de 1990 que os partidos únicos deixaram o poder. Os mesmos foram responsáveis pelas lutas de independência de 1970 na África lusófona e mantiveram-se no poder durante duas décadas. Por isso, boa parte dos estudiosos dos processos de emancipação acabou se concentrando na crítica ao discurso oficial da formação nacional.[71]

Paradoxalmente o discurso colonial português teve um papel importante nessa equação, visto que grande parte da luta dos partidos africanos era destinada a desconstruir os preceitos do racismo e da inferioridade intelectual dos africanos. O projeto de assimilação português passava por essa vontade de incorporar as colônias à grande nação portuguesa e, o racismo foi só uma dessas consequências diante de três décadas de dominação escravista e colonial via Estado Novo.[72]

---

[70] FURTADO, Claudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 855-87, set-dez, 2016, p. 857.

[71] FURTADO, 2016, p.859-60

[72] ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. **A Ditadura Salazarista**: Uma Introdução. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014, p. 119.

A constituição de todo o Império colonial português se deu através da supressão dos direitos de todos os habitantes das colônias, a saber: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Todo o processo foi dado em grande parte devido ao Regime de Salazar que enxergava nas suas províncias ultramarinas uma excelente condição de ascensão política, econômica e geopolítica[73]. As tensões entre os colonizados e os colonizadores eram muito grandes e desde a abolição da escravatura as relações de controle do trabalho e do corpo do outro era temáticas presentes no mundo do trabalho.

> Os regimes coloniais tentaram atenuar esta tensão de várias maneiras, principalmente alegando que o trabalho forçado só seria usado por algum tempo para atingir os objetivos de longo prazo de ensinar aos africanos o valor do trabalho e construir uma infraestrutura que trouxesse as mercadorias que os africanos queriam comprar.[74]

O colonialismo português foi um dos últimos a acabar e, além de tudo, Salazar fazia questão de afirmar "orgulhosamente sós" diante de toda uma conjuntura internacional que se desvencilhava dos estigmas imperialistas. Com o lema de ir do "Minho a Timor" utilizou-se de seus territórios coloniais como fonte de riqueza importante para um já desgastado Estado português das décadas de 1950 e l960.[75]

A relação entre o estiolamento do regime de Salazar e o eclodir das independências africanas ainda está para ser relacionado com profundidade, contudo, fica claro o papel das elites políticas tanto na metrópole quanto nas colônias. Sem desconsiderar as emancipações que já haviam ocorrido em Gana (1950) e Guiné Conacri (1958) processos fundamentais para impulsionar outras lutas anticoloniais nas décadas de 1960 e 1970. Assim, percebe-se:

> As guerras de libertação colonial nos anos 1960 foram, assim como a sangria na mão de obra portuguesa para o exterior, o feitiço que virou contra o feiticeiro, pois a violação da soberania dos indivíduos condenou, dialeticamente, as elites à inanição política em face do

[73] ALMEIDA, 2014, p. 10.
[74] COOPER, Frederick (*et al*). **Além da Escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 210.
[75] FURTADO, 2016, p. 860.

> Estado, enquanto as guerras de libertação ganhavam fôlego de independência.[76]

O estudo do Estado na África ainda está muito distante das perspectivas adaptadas aos anseios e estruturas tradicionais em determinadas culturas africanas. Ou seja, de algum modo o que Bayart definiu como a "política do ventre" define as manutenções e permanências de toda uma estrutura de Estado transplantada para o seio das sociedades africanas. Por isso a importância dos processos de emancipação em que de algum modo já apresentavam uma estrutura definida de Estado, muito embora os projetos políticos e econômicos ainda funcionassem em função do seu ponto de partida europeu.[77]

De algum modo as lutas de independência e a Revolução dos Cravos (responsável por acabar com o regime ditatorial português) tiveram relação e se retroalimentaram. Grande parte dos historiadores do período era voltada à esquerda e aproximaram a luta de classes na Europa às atrocidades cometidas nos territórios coloniais[78]. O abuso de poder dentro do Estado português se disseminava e era reproduzido de maneira exatamente igual nas colônias demonstrando claramente as relações entre o capitalismo e o imperialismo.[79]

As críticas ao colonialismo eram pautadas na perspectiva marxista em que as classes eram levadas às suas últimas consequências, ou seja, as análises acerca dos processos de emancipação eram tidas como algo inerente às lutas entre oprimidos (colonizados) e opressores (colonizadores). Daí a nossa dificuldade em compreender o projeto para as novas nações recém-independentes, visto que as narrativas mostravam o discurso ideológico diante de um mundo completamente dividido devido à conjuntura da Guerra Fria.

Outro elemento importante nessa análise é a repressão e a violência perpetrada pela colonização portuguesa visto que a PIDE (polícia política do Estado português) foi o que gerou grandes tensões entre os colonizados e a administração colonial portuguesa. Igualmente, acredita-se que a narrativa da luta contra o Estado

---

[76] ALMEIDA, 2014, p. 10.
[77] BAYART, 2010, p.39.
[78] FURTADO, 2014, p. 862
[79] BIENEN, Henry. State and Revolution: The work of Amilcar Cabral. **The Journal of Modern African Studies**, v. 15, n. 4, 1977, p. 555.

Novo não chegava até os intelectuais nas colônias, em grande parte por conta da repressão e da censura.[80]

O império português na dobradinha Salazar-Caetano propiciou o acirramento dos questionamentos sobre a democracia e sobre a própria liberdade dos indivíduos. O contexto geopolítico da Guerra Fria ocasionou grande debate no interior das colônias para as elites letradas, visto que era necessário estar envolvido com a proposta capitalista ou marxista. No caso português a dificuldade foi manter a estrutura da dominação colonial mesmo, diante da contramão de outros processos de descolonização das antigas colônias francesas e britânicas.[81]

A percepção do Império português foi buscar o apoio dos governos ligados ao bloco capitalista, sobretudo, os Estados Unidos e parte da Europa Ocidental. A Aliança Atlântica - NATO - teve também um papel importante nos investimentos que sustentassem o colonialismo português.

> O desmantelamento tardio do império português resultou em mudanças geopolíticas importantes, principalmente na África Austral. A introdução de elementos novos na geopolítica da região, radicalizados no longo combate, acabaram por pesar na configuração de forças e influências, no quadro da confrontação global Leste-Oeste.[82]

Assim, o Estado Novo incentivava essa estrutura ideológica do seu colonialismo e usou de todos os artifícios para manter o *status quo* dos povos africanos e insulares dos quais ele tinha influencia direta. Um elemento jurídico-político para essa estrutura se perpetuar foi o sistema de assimilação. Dito de maneira bastante simplificada os assimilados eram aqueles que passavam a ocupar um papel de cidadão português. Em contraposição a ele estavam os indígenas cuja estrutura era fazer parte da unidade política, mas por sua condição, eram obrigados a contribuir com o trabalho forçado.[83]

O trabalho forçado só seria abolido em 1962, mas a ideia de civilização ainda era o principal argumento para a continuidade da administração dentro das colônias portuguesas. Desde que Salazar concentrou todo o poder do Estado, ele preconizou o

---

[80] FURTADO, 2014, p. 862

[81] CARDOSO, Humberto. **O Partido Único em Cabo Verde**: um assalto à esperança. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993, p. 9.

[82] CARDOSO, 1993, p. 9.

[83] MACAGNO, 2006, p. 47-9.

controle ostensivo das suas colônias e apostava tudo nos proventos desses preciosos territórios. Evitando chamar de colônias e agora de "províncias ultramarinas" todo um aparato foi criado no campo dos saberes para legitimar aqueles espaços vistos como a extensão da nação. Como bem aponta o professor Omar R. Thomaz: "No interior dos limites impostos por uma ditadura, podemos observar um esforço razoável que perpassava diferentes campos de saber e que procura debater uma realidade imperial que se quer a tradução da nação". [84]

A condição de assimilação dificilmente era atingida, pois exigia uma série de modificações dos "usos e costumes", além de levar em consideração a conversão espiritual dos indivíduos. Os saberes coloniais foram utilizados para cumprir a agenda política do Estado Novo e reforçar o quanto a Pátria era capaz de englobar todos os seus "tutelados".[85]

Nesse sentido, a ideia nacional foi em certo sentido uma ideia adaptada dos colonizados responsáveis por compor os quadros efetivos dentro de seus países, cumprindo as funções exigidas pela ordem colonial. Assim, compreendemos a dificuldade de se abarcar as demandas de uma tradição "africana" cuja história do arquipélago rejeitou durante tanto tempo. A experiência de constituição nacional foi exógena e imposta às percepções ocidentais, muitas vezes respeitando as especificidades de Cabo verdianos e guianenses.[86]

Complicando ainda mais a situação do colonizado dentro desses processos de assimilação sempre os colonizados eram "os Outros", os "duplos da nação" em que não se atingiria nunca um ideal de autonomia visto que as noções de modernidade e civilização eram ditadas através da metrópole. Mesmo que as elites ou a burguesia buscassem romper com os parâmetros impostos, elas necessitavam ser incorporados à "civilização portuguesa" através dos processos de assimilação pelos quais julgavam poder fazer parte do sistema. Até mesmo Amílcar Cabral identificou essa ambiguidade

---

[84] THOMAZ, Omar Ribeiro. O Bom Povo Portugues. In: L'ESTOILE, Benoît de (*et al*). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 96-97.
[85] THOMAZ, 2002, p. 103
[86] FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação**. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo. Santa Catarina: Editora UFSC, 2006, p. 29-31.

e pontuou a situação complicada em que essa burguesia se encontrava, se alimentando da ambiguidade incapaz de tirá-la de uma situação de marginalidade.[87]

Depois desse breve contexto sobre o colonialismo português, buscarmos compreender parte dos processos de dominação colonial abordando questões relevantes para se chegar às perspectivas analíticas que direcionavam a atividade revolucionária no caso da Guiné e de Cabo Verde. Em 30 de abril de 1974 foram libertos os presos políticos do campo de concentração de Tarrafal e a ditadura portuguesa começava seu declínio. No campo político, o governo português parecia finalmente se abrir para o multipartidarismo, contudo, no lado das colônias portuguesas o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) surgia se espraiando no espaço hegemônico nos debates pela libertação desses países.[88]

Sobre a luta de libertação

O Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde foi construindo ao longo de sua criação desde a sua fundação em setembro de 1956, uma ampla rede de diálogo com a intelectualidade na metrópole. Considera-se clara a importância de Amílcar Cabral nesse processo, sobretudo devido ao grande desafio de conciliar valores tão heterogêneos tanto para Cabo Verde como para a Guiné.[89]

As lutas dos africanos nas colônias dominadas por Portugal começava no final dos anos 1950 e em 1960 foi ganhando maior consistência até atingir maior expressão revolucionária no final da década de 60[90]. Pode-se dizer de maneira geral que o continente foi palco de independências negociadas como a do Senegal e da Costa do Marfim, mas apresentou processos violentos como em Argélia e Angola.

O colonialismo português foi sustentado por tanto tempo porque ele representava lucro efetivo para o Estado português. As colônias eram responsáveis pela produção dos produtos agrícolas e o sucesso maior desse moderno “pacto

[87] FERNANDES, 2006, p. 33.
[88] FURTADO, 2014, p.862-863.
[89] FURTADO, 2014, p.863-864.
[90] BOUKARI-YABARA, Amzat. **Africa Unite!** Une Histoire du Panafricanisme. Paris: LA Découverte, 2014, p. 206.

colonial" era direcionar todo o lucro com exclusividade para a metrópole[91]. Talvez por isso possamos afirmar que no final da "Segunda Guerra Mundial, os portugueses estão, no entanto, muito atrasados no calendário do que eles consideraram a 'missão civilizadora' deles."[92]. Mas essa era a alternativa encontrada para dar sobrevida ao Estado português diante da lógica da política global das décadas de 1960 e 1970.

As lutas pelas independências africanas no que diz respeito a Cabo Verde e Guiné foram uma contestação a essa missão civilizadora e ao mesmo tempo uma busca pelos elementos identitários para as populações africanas. No caso desses países, é possível afirmar a existência de uma forte inserção de um aspecto unitário, visto que foram processos que apesar das suas especificidades acabaram abarcando um processo simultâneo de emancipação.[93]

A formação do "personagem" Amílcar Cabral contribuiu para que a historiografia atrelasse sua formação intelectual e étnica aos desafios da heterogeneidade de Cabo Verde e Guiné. Não é nosso objetivo negar a importância desse intelectual, contudo, perceber as dificuldades no projeto binacional do PAIGC é algo importante para as pesquisas envolvendo esse pensador e o próprio sentido da emancipação.

De orientação marxista, o PAIGC tinha na época da independência uma forte ligação com o Partido Socialista Português (PS) e o Partido Comunista Português (PCP). Inegável era a estrutura diplomática criada pela liderança do partido e suas conquistas como o apoio da Organização da Unidade Africana e do Comitê de Descolonização das Nações Unidas.[94]

No quadro das dificuldades de compreender como se deu o processo de negociação entre as dificuldades internas e externas, é possível seguir um pouco da trajetória de Amílcar Cabral cujas linhas mestras se identificam com o partido no tempo pré-independência. Ou seja, se por um lado ele aparece como um herói durante a luta pela emancipação também se caracteriza como um pai de duas nações.

Nascido em 1924, filho de uma elite mestiça e assimilada, Amílcar Cabral teve a possibilidade de receber uma educação universitária fundamental para o seu processo

[91] ALMEIDA, 2014, p. 125.
[92] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 205.
[93] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 206
[94] FURTADO, 2014, p.867.

de formação intelectual. Seus pais eram imigrantes cabo-verdianos e em Bafata (na Guiné) eles fizeram a vida profissional deles. [95]

Em relação a Cabo Verde devem-se salientar dois aspectos importantes. O primeiro é ressaltar as grandes secas ocorridas entre os séculos XIX e XX. Essas secas foram geradas pela exploração errada do solo, exaurindo as culturas e ocasionando grandes períodos de fome. O outro foi o processo de "desafricanização" dos indivíduos buscando levar o ideal de civilização através dos costumes portugueses. Ambos os processos foram muito prejudiciais para os habitantes do arquipélago.[96]

Objetivando sair do lugar comum que leva o debate para o conceito de classe ou raça, defende-se uma narrativa voltada para se pensar o projeto de emancipação de Cabral e quais os mecanismos utilizados por ele para atingir a independência dos dois países. Inegável a habilidade de Cabral, sua característica de liderança diante do partido, o qual ajudou a fundar e sua obstinação diante da tarefa de desmantelar o domínio colonial português.[97]

Infelizmente, não conseguiremos aqui adentrar em profundidade o projeto de nação de Amilcar Cabral e do PAIGC, contudo, tentaremos mostrar de que maneira a sua atuação deixava claro um projeto genérico de libertação para a África subsaariana contemporânea.

A década de 1950 apresentava alguns elementos importantes para a instrução dos colonizados e em geral não havia um ensino superior de qualidade nos seus territórios, sendo que eles precisavam ir para a Metrópole estudar. Nesse processo, poderiam ganhar uma bolsa de estudos do governo (devido a prêmios ou condecorações como ocorreu com Frantz Fanon), ou poderiam ir com incentivo das instituições religiosas ou ainda por conta própria, quando tinham condições familiares para fornecer esse apoio. No Caso de Amilcar Cabral ele ganhou o incentivo por conta de suas notas e quando entrou em contato com a casa dos Estudantes do Império, ele

---

[95] BETI, Mongo; TOBNER, Odile. **Dictionnaire de la Négritude**. Paris: L'Harmattan, 2001, p. 56.

[96] MENDY, Peter M. **Colonialismo português na África**: A tradição da resistência na Guiné-Bissau (1979-1959). Bissau: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994, p. 93-94.

[97] MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné Bissau: contexto, desafios e liçoes para uma liderança efetiva. In: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África:** O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 16.

pôde ter uma visão geral não só do colonialismo, mas da real condição de exploração pelas quais passavam os africanos.[98]

Amílcar Cabral participou ativamente dos processos de despertar da necessidade urgente de libertação nacional e o campo da cultura lhe proporcionou essa dupla experiência.

> Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Noémia de Souza e outros [...] todos não brancos, fizeram funcionar o Centro de Estudos Africanos (entre 1951–54), praticamente clandestino, à margem das actividades da CEI."[99]

Como uma plêiade de escritores negros desse tempo Cabral poderia não ter buscado o rompimento com as elites intelectuais portuguesas. Assim como Eduardo Mondlane, Agostinho Neto entre outros pensadores desse tempo ele não atribuía crédito pessoal às suas conquistas, mas se engajava na luta pela libertação de todo o continente. "Sou apenas um simples africano cumprindo o meu dever para com o meu país no contexto de nossa época."[100]

O fator étnico também foi bastante importante para Amilcar Cabral, visto que tanto em Cabo Verde quanto na Guiné, a sociedade era dividida também em função da cor da pele, mesmo que o projeto de assimilação trabalhasse para encobrir isso[101]. Sobre a etnicidade temos ainda a questão da grande divisão dentro da Guiné separando balantas (52%), fulas (22%), manjaks (15%) e mandingas (13%) e isso foi percebido com grande sensibilidade durante a pesquisa de Amílcar Cabral.[102]

Interessante notar que as dificuldades nunca impediram Cabral de continuar avançando e sua sensibilidade com o elemento humano foi certamente uma das principais características. Suas qualidades estratégicas e diplomáticas foram essenciais para compreender os desafios que enfrentaria, mas por isso o estudo de sua personalidade ainda se confunde com o processo de libertação da Guiné e de Cabo Verde.[103]

---

[98] BOUKARI-YABARA, 2014, p.206
[99] LARANJEIRA, 2000, p.XV
[100] MENDY, 2011, p.28
[101] MENDY, 1993, p. 99; MENDY, 2011, p.24
[102] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 207
[103] BETI & TOBNER, 2007, p.56

Cabral foi um pensador importante porque desestruturou parte do pensamento colonial nas suas bases filosóficas e ideológicas. Grande parte das suas interpretações se debruçaram sobre identidade cultural formando uma espécie de rede de intelectuais preocupados com as estruturas do saber apesar de toda uma complexa condição colonial. Um líder nacionalista e um pensador engajado do mesmo estilo de um Frantz Fanon (Martinica) e de um Léopold Senghor (Senegal), Amílcar Cabral é um grande exemplo de alguém responsável por formar os quadros letrados de dentro da luta revolucionária combinando perfeitamente ativismo intelectual com produção intelectual. [104]

Em 1954, Amílcar Cabral se tornava engenheiro agrônomo e seu trabalho tomava o rumo de suas percepções humanistas, visto que passava a adentrar na vida das pessoas do campo para compreender como poderia melhorar as suas vidas. Caracterizado como uma espécie de "antropólogo revolucionário" ele foi capaz de fazer a relação do colonialismo português com as necessidades da agricultura campesina na Guiné.[105]

No aspecto da vida cultural o pensador guineense teve acesso aos escritos da Movimentação da *Négritude*, compreendeu a importância do retorno às bases africanas nas colônias portuguesas e pôde ser facilmente associado aos pensadores do patamar de Fratnz Fanon e Kwame Nkrumah.[106]

Quando Cabral funda o PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde) em 1955 já tinha se apropriado de algumas dessas teorias (*Négritude* e *African Personality*) para compreender não só o modo de vida do povo, mas quais estratégias precisariam ser modificadas para atender as necessidades da população rural. A sua ação no PAIGC surgiu da percepção de outras experiências anticoloniais buscando o combate com os meios de dominação e controle da produção, os quais ainda eram muito presentes na estrutura socioeconômica tanto da Guiné quanto em Cabo Verde.[107]

---

[104] WILLIANS, Patrick; CHRISMAN, Laura. **Colonial Discourse and Post-colonial Theory**: A reader. Edingburgh: Longman, 1994, P. 23.
[105] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 206-7; McCULLOCH, Jock. Amilcar Cabral: A Theory of Imperialism. **The Journal of Modern African Studies**, v. 19, n. 3, 1981, p. 503.
[106] LOPES, 2013, p.11.
[107] LOPES, 2012, p. 10; McCULLOCH, 1981, p. 503.

Dois fatores devem ser levados em consideração, quando abordamos a postura intelectual e política de Amílcar Cabral. O primeiro é perceber o quanto a época do pós-segunda Guerra representou um tempo e um espaço bastante propício para a divulgação das ideias anticolonialistas. E o outro aspecto é perceber que os projetos nacionais de pensadores como Che Guevara, Fanon e mesmo o de Amílcar Cabral pareciam estar condicionados a garantia da emancipação, não contendo uma estrutura tão delineada do futuro para os países.[108]

> Amílcar Cabral, engenheiro agrônomo e Secretário Geral do Partido pela Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) apresenta uma teoria interessante realçando o papel da teoria de libertação nacional via cultura, refletindo as diferenças entre as formas francesas e portuguesas de colonialismo, bem como as diferenças políticas e históricas entre os movimentos de resistência na Argélia e na Guiné Bissau. [109]

Aliado a isso, temos os problemas das complexas configurações sociais nos dois países também pode ser levado em consideração. Na Guiné, os colonizados ficavam atrás de uma burguesia africana, de funcionários liberais, empregados de comércio, pequenos proprietários agrícolas que acabam se sobrepujando sobre a população autóctone. No contexto de Cabo Verde a estrutura parecia ser mais simples visto que os grandes funcionários passaram a dominar a economia do arquipélago, levando em consideração a necessidade de atender os interesses colonialistas portugueses. Os trabalhadores se concentravam no campo como pequenos fazendeiros e meeiros tendo pouco acesso aos bens produzidos.[110]

Essa parte mais rural da população foi pouco a pouco sendo cooptada para a luta de libertação. A grande parte deles não via vantagem em romper com a metrópole e foi necessário um longo processo para conscientização dessa parte da população que pode fazer frente ao poderio português, principalmente, quando começaram a utilizar

---

[108] McCULLOCH, 1981, p. 504; BIENEN, 1977, p.557

[109] Amilcar Cabral , agronomist and Secretary-General of the African Party for de Independence of Guinea and Cape Verde Islands (PAIGC), presents an interestingly contrasting theory of culture's role in national liberation movements, reflecting the differences between French and Portuguese forms of colonialism, as well as historical and political differences between the resistance movements of Algeria and Guinea-Bissau (WILLIANS & CHRISMAN, 1994, p. 24-5).

[110] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 207

as técnicas de guerrilha[111]. O papel de Amilcar Cabral de conscientização da classe rural, sobretudo quando criou as associações recreativas e de trabalhadores em Cabo Verde e na Guiné.

Buscou-se analisar um pouco os grandes temas que perpassam tanto a luta de emancipação colonial quanto a trajetória de Amílcar Cabral para traçar um rápido panorama da relevância desse pensador, não só para a África, mas para todo o Terceiro Mundo. Segundo aponta Robert Young, Amílcar Cabral pode ser conceituado como um pensador pós-colonial porque congrega os ideais de não alinhamento, representando a quebra da relação capitalista e socialista, demonstrando em seu pensamento toda uma estrutura político-intelectual própria[112]. Como se vê na afirmativa seguinte: "Os colonialistas costumam dizer que foram eles que nos trouxeram para dentro da história: hoje mostramos que não é assim. Eles nos fazem deixar a história, a nossa história, segui-los, logo atrás, para acompanhar o progresso de sua história. "[113]

As análises até agora foram feitas visando apresentar algumas das questões e uma espécie de balanço das perspectivas político-sociais dentro do contexto de emancipação. Desde a década de 1980, as análises dos textos de Amílcar Cabral ganham grande destaque e as interpretações acerca do anticolonial começam a abandonar a perspectiva marxista, sem, contudo, perder seu viés crítico. Assim, esse pensador pode ser categorizado como pós-colonial e teórico de um "mundo atlântico" amplo o qual merece maior atenção.[114]

Amílcar Cabral: pensamento pan-africanista

Para alguns analistas, como o congolês Amzat Boukari-Yabara, Amílcar Cabral era um micronacionalista com um grande diferencial: sua atuação política foi totalmente voltada para as questões locais. Ele também teria uma postura pan-

[111] NGUYEN, Éric. **Géopolitique de l'Áfrique** : Du continent Noir oublié à la Renaissance Africaine. Maury: Groupe Studyrama, 2017, p. 112.
[112] YOUNG, Robert. **Postcolonialism**: a Very short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 17-18.
[113] "The colonialists usually say that it was they who brought us into history: today we show that is not so. They make us leave history, our history, to follow them, right at the back, to follow the progress of their history" (Amílcar Cabral, Return to the Source, 1973 apud YOUNG, Robert. Postcolonialism – a Very short Introduction, 2003, p. 18 - Tradução do autor).
[114] WILLIANS & CHRISMAN, 1994, p.15.

africanista, pois englobaria dois espaços diferentes e uma forte tendência a estender os processos revolucionários aos outros países que ainda não haviam alcançado suas independências.[115]

> O argumento de Cabral parece-me proceder da seguinte forma. O importante é determinar quais são as formas de violência que devem ser usadas para responder à violência do imperialismo e garantir uma independência eficaz e não meramente nominal. [...]. Assim, somente através da luta armada pode ocorrer a verdadeira libertação que derrotará o imperialismo. [116]

De forma bastante parecida com Fanon, Amílcar Cabral também estabeleceu um método para o uso da violência, típico na luta de guerrilha. Essa seria uma estratégia para desarticular o colonialismo português sendo o inimigo não o português, mas o colonialismo. A situação da guerra gerava receio de traições, requeria conhecimento dos locais bem como das tropas, o que fez com que o PAIGC tivesse que se rearticular todo o tempo, visando, inclusive, apaziguar as divergências internas.[117]

O pensamento de Amílcar Cabral foi analisado através do viés pan-africano porque uniu duas perspectivas divergentes de luta de emancipação entre Guiné Bissau e Cabo Verde. De alguma forma o conhecimento das realidades sociais cabo-verdianas e guineenses foi percebido de modo bastante homogêneo, adotando certo viés étnico-cutural.[118]

Amílcar Cabral foi habilidoso em pensar a cultura como conceito que traria as noções de identidade para os nativos e ao mesmo tempo combateria a alienação perpetrada pelo colonialismo. Através da teoria e da ação políticas, Amílcar Cabral conseguiu animar as linhas revolucionárias do PAIGC unindo duas nações bastante heterogêneas. Como afirma Sanches: "A cultura nacional é, assim, a condição da libertação e de uma união solidária entre os países africanos e para além deles,

---

[115] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 207

[116] (tradução livre do autor) "Cabral's argument appears to me to proceed as follows. The important thing is to determine which forms of violence have to be used to answer the violence of imperialism, and to guarantee effective and not merely nominal independence. […] Thus only through armed struggle can true liberation come about which will defeat imperialism." (BIENEN, 1977, p.564).

[117] CARDOSO, 1993, p.22-3

[118] LOPES, 2011, p.167; SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011, p.40.

transcendendo noções meramente culturalistas ou afinidades ideológicas 'raciais' ou continentais, como sucede com a negritude ou o pan-africanismo."[119]

Graças a essa visão de emancipação compartilhada, ele fez uma série de interpretações em seus periódicos, sem limitar as suas análises, elaborando uma contestação ao colonialismo português, mas buscando o diálogo com outros pensadores como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Eduardo Mondlane, igualmente importantes para os processos de libertação da África portuguesa. Suas apreciações atravessaram o espaço africano e, atualmente, já pode ser caracterizado como um dos mais importantes pensadores anticoloniais ou pós-coloniais.

O pensamento de Amílcar Cabral é a síntese da relação entre a independência, tanto no campo cultural quanto a sua relação no campo político, espaços fundamentais na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Esses países não teriam alcançado a emancipação e a África falante do português não teria a dimensão de todo o desgaste colonial se não fosse a crítica cabralina e sua articulação diplomática. A sua principal articulação no campo geopolítico foi seu contato com o presidente da Guiné Conacri – Sékou Touré.[120]

O PAIGC conseguiu negociar com o presidente da Guiné Conacri e, desse modo, ficou mais difícil para os portugueses dar continuidade à guerra de guerrilha[121], sobretudo porque o apoio de Touré representava maior contingente militar disponível nas colônias. O General Espíndola comandava a Guiné Bissau em nome do governo português e não conseguiu derrubar as investidas da Guiné vizinha. Depois das suas articulações, acredita-se que tenha entrado infiltrado no governo português nas linhas mestras do PAIGC, o que levou a morte de Amílcar Cabral em 1973.[122]

As guerras de libertação nacional na África também ecoaram na já desgastada forma de administrar as províncias ultramarinas no governo de Marcello Caetano, tirando toda a legitimidade portuguesa no contexto internacional de Guerra Fria. Com isso, uma insatisfação com a ditadura portuguesa gerou grande impacto de forma a gerar grandes críticas ao monopólio dos domínios africanos. Apesar das expectativas

[119] SANCHES, 2011, p. 40.
[120] CARDOSO, 1993, p. 21.
[121] A guerra de guerrilha é uma modalidade de combate em que os nativos se escondiam e trabalhando com o elemento surpresa acabavam se utilizando do meio para "minar" as defesas dos adversários.
[122] CARDOSO, 1993, p.21-22.

de uma liberalização da economia com o governo de Caetano, ocorreriam movimentos de maior controle das colônias e repressão das reivindicações dentro dos espaços coloniais ocasionando a intensificação das suas lutas de emancipação, sobretudo, em Angola, Moçambique, Guiné Bissau e em Cabo Verde.[123]

O PAIGC pode ser analisado como um espaço exemplar das noções pan-africanas, demonstrando o sucesso das investidas revolucionárias contra a metrópole. O colonialismo português tentava sempre se moldar às realidades africanas, mas somente no âmbito retórico, sendo a articulação de Amílcar Cabral, um dos momentos mais significativos em que, apesar da grande heterogeneidade dos integrantes do partido, a luta pela autodeterminação dos povos era um ponto comum a todos.[124]

A articulação de Amílcar Cabral se espraiou para outros contextos político-sociais representando uma crítica ao colonial, o que culminou na geração de pensadores voltados aos projetos de emancipação. Foi uma das primeiras vezes que um autor colonizado havia contestado a teoria colonial lusitana usando a palavra como arma de combate.

Ironicamente, o pan-africanismo de Amílcar Cabral parece ter se fortalecido após seu assassinato em 21 de janeiro de 1973. No mesmo ano, a Guiné pedia sua independência e um ano depois seria a vez de Cabo Verde. Mesmo que não tenha havido uma independência bilateral (com projetos semelhantes) parecia haver uma noção de solidariedade orbitando entre os dois países.

> Agora cabe perguntar: com o que se fica depois da independência? As respostas indicam uma série de desafios cuja compreensão passa, necessariamente, por uma análise crítica do próprio processo pelo qual se desenvolve o movimento pela emancipação da Guiné e Cabo Verde.[125]

A arma da teoria para Amílcar Cabral

Nesse ponto, iremos analisar parte do texto contido no livro "A arma da Teoria: Unidade e luta" (1995). Esse breve trecho vai analisar um pouco de suas noções de

[123] ALMEIDA, 2014, p.146-147
[124] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 208
[125] HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da Terra do Sol:** A formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus, 2002, p. 185.

cultura em face de luta anticolonial. Vale lembrar que o texto é escrito em homenagem ao amigo Eduardo Mondlane, assassinado em 1970 que tem o peso emocional bastante forte.

As noções de cultura e libertação nacional eram interligadas para Amílcar Cabral e representava o esforço de desestruturar as bases teóricas do colonialismo português, mostrando igualmente os meios ideológicos para acabar com o mais "retrógrado dos colonialismos"[126]. A relação entre cultura e política ficou presente e clara no contato com outros escritores extremamente engajados com a luta anticolonial e, certamente, o legado de Cabral também fica bem marcado nas representações literárias sobre ele.

Ainda seu livro Unidade e Luta (1974), encontra-se um compêndio lançado para demonstrar um pouco mais do pensamento político-intelectual de Amílcar Cabral. A obra demorou a ser publicada porque era um conjunto de reflexões estilizadas por ele nas suas conferências e reuniões do partido. Mais especificamente o trecho constituído no capítulo 4, intitulado: "a cultura nacional", aborda uma série de elementos importantes para compreender o conceito de cultura para o autor e como ele se integra na luta de libertação nacional. Para esse teórico da revolução, a metrópole precisou pegar em armas para reprimir o povo, o que eram as últimas consequências no processo colonial, contudo para neutralizar um grupo, bastava paralisar sua vida cultural. [127]

Nesse curto espaço serão abordadas algumas das noções de cultura para Cabral, visto que as "forças produtivas" eram também os meios socioculturais para um povo. Segundo o pensador guineense, era preciso compreender os métodos de dominação e afirmar que as melhores análises acerca do método de dominação colonial veem desse autor, sobretudo, quando ataca a alienação disseminada pela assimilação portuguesa. O seu olhar de cientista se juntar como de filosofo vai associar cultura (saber) com a cultura (cultivo da terra), demonstrando a importância de compreendermos as raízes para a constituição do nacional.

---

[126] SANCHES, 2011, p. 355

[127] SANCHES, 2011, p.357. Aqui o pensamento de Cabral se assemelha muito ao de Aimé Césaire quando detecta que o principal instrumento de dominação do colonizador surge através da imposição da cultura. (CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo, 1956).

Desse modo, a compreensão das tentativas de aculturação visava contribuir para identificar-se a importância de uma cultura. Segundo ele era necessário acabar com os essencialismos raciais os quais definiam que a "cultura do negro" era inferior e que por isso os colonizadores precisavam assimilar as "culturas africanas"[128]. Assim, o pensador da revolução acabava definindo o caráter histórico dos povos africanos, e esse era totalmente diferente dos saberes históricos coloniais.[129]

A tentativa de tornar invisível o elemento "tradicional africano" foi uma estratégia utilizada durante muito tempo pelos colonizadores portugueses. Ou seja, o duplo valor de Amílcar Cabral está no fato de que ao mesmo tempo em que "reabilita" uma noção de cultura africana, ele consegue unir sua explanação teórica à práxis. Por isso, a retórica da assimilação portuguesa foi tão incentivada, sobretudo, após o fim da Segunda Guerra Mundial e tão combatida por esses pensadores anticoloniais[130]. Tal como aponta a pesquisadora Villen:

> A ação do pretendido colonialismo missionário português é também acusada de ser uma retórica sem efeito prático significativo na população africana colonizada, em particular na Guiné onde, diferente de Cabo Verde, havia uma menor concentração de colonos portugueses e de africanos assimilados. [131]

A percepção dos avanços no campo cultural era importante porque ajudava a denunciar a lógica de domínio imperialista. Primeiramente, o objetivo era liquidar praticamente toda a população do país ao impor-se sem afetar a cultura do povo dominado, isto é, harmonizar o domínio econômico e político desse povo com sua personalidade cultural. Contudo "não é possível harmonizar o domínio político e econômico de um povo, seja qual for o seu grau de desenvolvimento".[132]

Destarte, a pretensa teoria da assimilação das populações nativas não é totalmente verdadeira, mas sim uma tentativa de negar a cultura em questão. O regime ditatorial de Salazar afirmava que a África não existe e nesse sentido, Cabral

---

[128] VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. Sãom Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 168-169.

[129] McCULLOCH, 1981, p.509. Vale dizer aqui o quanto as análises dos estudos históricos buscam o distanciamento dessa documentação cunhada na perspectiva colonial. Hoje os estudos de História da África propõe, justamente, uma reforma nessas análises.

[130] BETI & TOBNER, 2006, p. 56.

[131] VILLEN, 2013, p.170-171.

[132] SANCHES, 2011, p. 358.

enfrentava-o criticando fortemente o sistema de clivagens étnicas já em curso na África Austral.

> Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura que se alimenta da realidade viva do meio, e negue tanto as influencias nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras.[133]

A definição de cultura era o fruto da história de um povo e o colonialismo trabalhava para a negação de um processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade no processo de desenvolvimento das forças produtivas[134]. Interessante notar as relações que Cabral faz das forças produtivas associando essas forças à capacidade de expressar a "cultura", ou seja, as bases de um povo. Ele faz uma relação entre o controle da produção agrícola e a dinâmica excludente do capitalismo (que rejeitava as expressões da produção cultural), surgindo como elemento chave e uma das mais importantes analogias realizadas por ele.

De acordo com esse pensador, somente a luta de classes conferiria o fator principal da história de cada povo. Ou seja, o nível das forças produtivas é verdadeira e permanente força motriz da história[135]. Para tentar resolver esse problema e de certo modo atender as demandas das duas nacionalidades, o pensador defendia que era condição *sine qua non* diante da dominação realizar um "retorno às bases". Essa busca das origens estaria nas mãos da pequena burguesia, responsável pelo protagonismo dessas novas manifestações culturais.[136]

> Alguns, esquecendo ou ignorando como os cabo-verdianos foram formados, pensam que Cabo Verde não é África por causa dos seus muitos mestiços. Não sabem que, por exemplo, na África do Sul, existem mais mestiços do que em Cabo Verde e que Angola e Moçambique juntos têm tantos mestiços quanto Cabo Verde – e nem por isso esses países deixam de ser africanos.[137]

---

[133] SANCHES, 2011, p. 361.
[134] SANCHES, 2011, p. 359.
[135] SANCHES, 2011, p. 360.
[136] LOPES, 2013, p. 77.
[137] Amílcar Cabral: sou um simples africano, p. 31 *apud* MENDY, 2012, p. 26.

A lembrança de Amílcar Cabral no trecho acima é um vestígio de quanto o pesquisador precisava elaborar sua argumentação devolvendo o arquipélago de Cabo Verde à África. A didática e a capacidade argumentativa também eram fatores que qualificavam o seu discurso e dessa maneira, ele defendia que somente a capacidade de um povo desenvolver os seus modos de produção (mais adequados à sua realidade) auxiliaria no seu desenvolvimento.[138]

A grande reflexão do pensador cabo-verdiano é compreender a importância da volta às raízes não só como maneira de ligar o indivíduo ao seu passado e suas tradições, mas ainda também conectá-lo com sua condição racial, religando-o a sua identidade étnica. O retorno foi importante por trazer essa conscientização do cabo-verdiano e do guineense com a realidade africana das quais faziam parte. A percepção de Cabral foi divulgar a identidade para as massas em contraposição com a alienação do sistema de assimilação, gerando um sentimento coletivo de unidade cuja identificação era se diferenciar do projeto lusitano de nação. [139]

Os próprios povos africanos sobre o estigma da colonização eram estrangeiros dentro de sua própria terra para usar a expressão de Gandhi. As elites culturais estavam sempre destacadas dos valores dos autóctones e a pequena burguesia não se dava conta do seu distanciamento dos valores culturais. Demorariam décadas para que os grupos sociais criassem de modo conjunto um projeto e definições culturais comuns[140]. “Vemos assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é necessariamente um ato de cultura”.[141]

Acredita-se que ele fazia uma dura crítica aos movimentos tidos como pan-africanos (Movimento da *Négritude* e *Personalidade Africana)* como movimentos que não definiram características culturais *in loco*, sempre realizando um processo de imitação dos valores europeus, mesmo que estivessem defendendo uma contestação destes valores. A pequena burguesia assimilava os valores do colonizador para se

[138] SANCHES, 2011, p. 361
[139] MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e Sentidos. São Paulo: Editora Autêntica, 2009, p. 44-45.
[140] LOPES, 2013, p.76
[141] SANCHES, 2011, p. 361

destacar dos valores culturais do povo. Amilcar Cabral afirmava a necessidade de uma reafricanização das mentalidades.[142]

> Mas durante a luta pela independencia da África, apenas os pan-africanistas , como Amílcar Cabral, viram a solidariedade – tanto regional como continental – como um obstáculo seguro e estratégico contra o neocolonialismo e a nova imposição da lei colonial. [...] Amílcar Cabral sentiu que uma forma semelhante de solidariedade era necessaria entre os africanos e os outros povos anteriormente colonizados. [143]

O pensador do PAIGC lembra assim a importância de compreender as características das massas, ressaltando o caráter popular da cultura que não é um privilégio de algumas classes. A cultura se desenvolve uniformemente, se desenvolve em diversas formas em cada setor da sociedade.[144]

Posteriormente quando Cabral começou a escrever no periódico de divulgação da revolução, "Libertação", ele precisava centrar-se não só no convencimento, mas nas alternativas de alianças como fez com a ONU e quando precisou da ajuda da China comunista.[145]

Ao apontar os malefícios da alienação cultural pôde inclusive direcionar suas críticas aos dirigentes políticos mais célebres como Léopold Senghor (Senegal) e Mobutu Sese Seko (Zaire/ atualmente RDC). Amílcar Cabral ainda apontava os prejuízos nos processos de instalação dos chefes dentro das comunidades locais, o que era uma maneira de se manter a dominação colonial dentro dos grupos, tal como aconteceu com os fulas.[146]

De acordo com o autor a cultura é um instrumento basilar para os debates e caracterização dos movimentos de emancipação, por isso necessitavam de ampla investigação. As coordenadas da cultura sempre se modificam no tempo e espaço, quer sejam materiais, físicas ou humanas (biológicas e sociais). Aponta-se que foi talvez devido a essa grande dificuldade de se perceber a cultura em todos os seus

---

[142] VILLEN, 2013, p. 179-180.
[143] FOBAJONG, John. Articulando as visões Regionalistas e Pan-africanistas de Cabral. In: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África**. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 179.
[144] SANCHES, 2011, p. 362.
[145] BOUKARI-YABARA, 2014, p. 208
[146] SANCHES, 2011, p.364-365.

aspectos que a atuação do pensador da revolução tenha sido criticada. Ou seja, abarcar as especificidades de duas (ou três) culturas e tentar identificá-las pode ter sido a causa das desavenças e do assassinato de Amílcar Cabral.

O projeto para a África de Amílcar Cabral foi certamente interrompido porque a sua ideia inicial era fazer uma federação de países africanos os quais, libertos do colonialismo, poderiam constituir suas novas identidades de maneira conjunta. Apesar de sua morte em 1973, suas noções de liberdade e de luta foram adiante e seu irmão Luis Cabral pode continuar a dirigir o partido tornando-se o primeiro presidente de Cabo-Verde.[147]

Uma das principais iniciativas de Amílcar Cabral foi ter criado uma consciência de participação dos indivíduos nos processos de sua sociedade. Por um lado, parte das elites compreendia a necessidade de combater a alienação com a "africanização" dos cabo-verdianos e guineenses, de outro modo ele convidava os trabalhadores autônomos e rurais para tomar parte dos processos para a obtenção da emancipação dos dois países. Isso sem falar de seu caráter pan-africanista, tal como afirma o estudioso John Fobajong: "A capacidade de Cabral para trabalhar com os Estados vizinhos nos primeiros anos de luta é um sinal de sua visão como regionalista e pan-africanista." [148]

Tanto pan-africanista quanto um pensador pós-colonial Cabral articulou seu projeto de independência com países como Gana, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné (Conakry) e obteve sucesso apesar de sua morte, afinal as ideais não morrem de um dia para outro. Os expoentes das independências africanas, afirmaram terem sido influenciados pelo seu pensamento foram Eduardo Mondlane (Frelimo), Agostinho Neto e Mário de Andrade (MPLA), Marcelino dos Santos (Moçambique), Francisco José Tenreiro (São Tomé e Príncipe), entre tantos outros.[149]

Todos esses expoentes das Independências da África falante do português tinham um sentimento conjunto de necessidade de libertação do jugo colonial e Cabral foi um dos mais inflamados atores-autores desse processo de descolonização. Ou seja, ele foi responsável pelo processo pan-africanista de integração rejeitando um sistema

[147] NGUYEN, 2017, p.113.
[148] FOBAJONG, 2011, p.171.
[149] FOBAJONG, 2001, p. 169.

de dominação global que reforçava a centralidade dos saberes como única fonte de produção e recepção de saberes de mundo. [150]

Considerações finais

A trajetória de Cabral foi bastante breve, sendo assassinado em 20 de janeiro de 1973, em Conacry (Guiné), muito provavelmente por algum agente infiltrado da PIDE – a polícia política portuguesa. Contudo, sua capacidade de articulação chama até hoje a atenção por exemplificar a união entre teoria e prática, assim: "não contente de preconizar o enraizamento do fenômeno revolucionário dentro da alma e das realidades populares, ele é interligado à essa tarefa cotidiana dentro do combate dos *maquis*[151] como dentro das realizações camponesas mais pacíficas".[152]

De alguma maneira Cabral foi filho da geração de 1960 e acompanhou alguns dos processos de independência dentro do continente africano e, além da denúncia ao colonialismo português, foi mais além exaltando a necessidade de se refletir sobre os nacionalismos. Ele esteve atuante praticamente do mesmo modo que outros pensadores/revolucionários a dizer Che Guevara, Frantz Fanon, Patrice Lumumba e Kwmae Nkrumah.[153]

Sua atuação enquanto revolucionário e teórico da mesma revolução será por muito tempo um ganho nos estudos africanos contemporâneos. A sua percepção de unidade e de solidariedade africana deve ser ainda analisada e repensada, pois sua noção de conjunto era central e o valor de sua percepção se baseava no projeto de que para "qualquer país africano seja verdadeiramente independente, toda a África tem que ser independente."

[150] SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 9-11.
[151] Os Maquis eram como foram chamados os resistentes ao colonialismo, indivíduos que lutaram na guerra de guerrilha participando dos combates nas matas e selvas, fundamentalmente.
[152] TOBNER & BETI, 2001, p. 56 (Tradução do autor).
[153] LOPES, 2011, p. 9.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. **A Ditadura Salazarista**: Uma Introdução. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014.

BALANDIER, Georges. **La notion de Domination Coloniale**. Paris: La Découverte, 1963.

BETI, Mongo; TOBNER, Odile. **Dictionnaire de la Négritude**. Paris: L'Harmattan, 2001.

BIENEN, Henry. State and Revolution: The work of Amilcar Cabral. **The Journal of Modern African Studies**, v. 15, n. 4, 1977, p. 555-568.

BOUKARI-YABARA, Amzat. **Africa Unite!** Une Histoire du Panafricanisme. Paris: LA Découverte, 2014.

CARDOSO, Humberto. **O Partido Único em Cabo Verde**: um assalto à esperança. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CHICOLTE, R. **Amílcar Cabral**: revolutionary theory and practice. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

COOPER, Frederick (*et al*). **Além da Escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DAVIDSON, David. **As ilhas afortunadas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação**. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo. Santa Catarina: Editora UFSC, 2006.

FURTADO, Claudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 855-87, set-dez, 2016.

FOBAJONG, John. Articulando as visões Regionalistas e Pan-africanistas de Cabral. In: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África**. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Edições 34, 2001.

HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da Terra do Sol:** A formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus, 2002.

LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África:** O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LOPES, Carlos. **Amilcar Cabral**: Recueil de textes introduit par Carlos Lopes. Genéve: CETIM, 2013.

McCULLOCH, Jock. Amilcar Cabral: A Theory of Imperialism. **The Journal of Modern African Studies**, v. 19, n. 3, 1981, p. 503-511.

MENDY, Peter M. **Colonialismo português na África**: A tradição da resistência na Guiné-Bissau (1979-1959). Bissau: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné Bissau: contexto, desafios e liçoes para uma liderança efetiva. In: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África:** O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e Sentidos. São Paulo: Editora Autêntica, 2009.

NGUYEN, Éric. **Géopolitique de l'Áfrique** : Du continent Noir oublié à la Renaissance Africaine. Maury: Groupe Studyrama, 2017.

PEZARAT-CORREIA, Pedro. Amílcar Cabral, o combatente da libertação colonial e o cidadão africano. **CEAUP-Working Papers 8**, 2007.

SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O Bom Povo Portugues. In: L'ESTOILE, Benoît de (*et al*). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. Sãom Paulo: Expressão Popular, 2013.

WATHIER, Claude. **L'Afrique des Africains** : Inventaire de la Négritude. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

WILLIANS, Patrick; CHRISMAN, Laura. **Colonial Discourse and Post-colonial Theory**: A reader. Edingburgh: Longman, 1994.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism**: a Very short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.

A RAINHA GINGA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO ANGOLANA ATRAVÉS DA LITERATURA

*Mariana Bracks Fonseca**

A Rainha Ginga governou os reinos do Ndongo e Matamba, atual Angola, no século XVII e é hoje a mais conhecida das soberanas africanas.[154] Episódios de sua longa e conturbada vida foram registrados por missionários, militares, governadores e inspiraram literatos em diferentes temporalidades.

Em 1769, o francês Castilhon publicou *Zingha, Reine d'Angola,* o primeiro romance dedicado à rainha angolana, em que ela foi descrita com caráter desumano, bárbara, "*un mostre de férocité*". Este romance é próprio do "século das Luzes", em o pensamento iluminista via os outros – os não europeus – como selvagens, atrasados, sem ética ou moral[155]. A literatura esteve envolvida no processo de construção do discurso da superioridade europeia frente às outras nações do mundo, forjando a ideia da inferioridade africana. Neste sentido, a rainha angolana aparece como luxuriosa, com enorme apetite sexual, que preferia ser chamada de rei. O exótico e o bárbaro dominam a descrição europeia sobre os comportamentos daquela rainha e seu reino. Marques de Sade citou a rainha angolana como exemplo de como os africanos entrelaçavam selvageria e erotismo, inspirando o filósofo alemão Hegel, que a evocou para ilustrar o primitivismo (ou delinquência) que ele atribuiu aos africanos. [156]

O enfoque aqui não é analisar como os europeus descreveram e buscaram criar uma representação da personagem consonante com seus ideais. Proponho discutir como os próprios angolanos construíram representações da célebre rainha através da literatura. Para tanto, reflito sobre o papel da prática literária no contexto das lutas de

*Doutora em História Social pela USP. Projeto de Doutorado financiado pela FAPESP. [Processo nº 2015/23825-5]

[154] Seu nome é grafado de variadas formas. Nzinga seria a escrita conforme as regras Kikongo, já Njinga segue a língua quimbundo, falada na região onde nasceu a personalidade histórica. Opto aqui pelo nome aportuguesado "Ginga", como é comum nas fontes do século XVII.

[155] CASTILHON, Jean-Louis. **Zingha, Reine d'Angola**. Histoire Africaine en Deux Parties. Paris : Lacombe Librarie, 1769. Disponível em : https://matricien.files.wordpress.com/2012/06/zingha-reine-dangola-histoire-africaine-en-deux-parties-reproduction-par-m-l-castilhon-1769-monographies-castilhon-jean-louis-1721-1798.pdf

[156] SADE, Marquise de. **La philosophie dan le boudoir**: ou Les instituteurs immoraux. Paris: Gallimard, 1976.

libertação a partir de 1970 e nas décadas seguintes, em que se buscou construir a identidade nacional angolana e unificar o Estado.

A literatura é entendida como campo privilegiado para a produção de fontes para o conhecimento das sociedades humanas e em Angola, especificamente, foi bastante utilizada como "arma política" para mobilizar a memória e construir a identidade nacional, sendo determinante no processo da luta emancipatória.[157]

Foi grande o envolvimento de literatos no processo de libertação de Angola do julgo colonial e na construção da nação nos anos que seguiram a inauguração do novo Estado. Grande parte destes intelectuais estava ligada às ideias progressistas, de base ideológica marxista-leninista, que entrelaçava a ação política com a cultural. A arte revolucionária deveria ser um instrumento de conscientização das massas, um veículo da mensagem de libertação dos povos. Desde o princípio da organização das lutas de libertação, escritores exerceram a direção de Centro de Instrução Revolucionária (CIR), voltados para a educação política de adultos, onde se treinavam guerrilheiros.[158] Isto demonstra a imbricação da literatura no processo de formação da consciência nacional empreendida pelos revolucionários, sendo a poesia e a prosa escritos com objetivos de mobilizar a população na defesa da identidade angolana, que estava ali sendo gestada.

Agostinho Neto

O líder do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola - que protagonizou a conquista da independência do país em 1975, era - a despeito de sua formação médica - um literato, considerado a mais alta expressão poética de "angolanidade".

Agostinho Neto, o "pai da nação angolana", é tido também como o fundador da moderna poesia angolana. Em seus poemas articulou o entendimento do que seria o "ser Angolano", construiu a identidade cultural de sua gente e, com a difusão de seus versos articulou a construção da nação, forjou o sentimento de "angolanidade" posto que até aquele momento não havia uma identidade que os conectasse. Eram

[157] CARVALHO, Silvio Almeida. **Angola**: História, Nação e literatura (1975-1985). Curitiba: Editora Prismas, 2016.
[158] CARVALHO, 2016, p.40-43.

ambundos, ovimbundos, bakongos, lundas, tchowes, etc. Foi necessário criar uma coesão entre os diversos grupos, dando-lhes uma unidade.

Agostinho Neto era filho de um pastor messiânico, com condições financeiras para mandar-lhe estudar medicina em Portugal, para onde partiu em 1947. Logo se envolveu com em atividades da Casa dos Estudantes do Império e fundou, em parceira com outros estudantes africanos, o *Centro de Estudos Africanos* e o *Clube Marítimo Africano*, articulando os jovens angolanos que viviam em Portugal.

Sua primeira prisão foi por envolvimento político em 1951, quando reunia assinaturas para a Conferência Mundial da Paz em Estocolmo. Após a sua libertação, tornou-se representante da Juventude das Colônias Portuguesas junto ao Movimento da Juventude Portuguesa, o MUD juvenil. Em fevereiro de 1955, em virtude de um comício de estudantes foi preso pela PIDE pela segunda vez, só sendo libertado em junho de 1957.

Neste período seus poemas vieram a público, denunciando as amargas condições de vida do povo angolano.[159] A sua prisão desencadeou vários protestos. Houve grande mobilização no meio artístico aderida por renomados intelectuais franceses como Jean-Paul Sartre, André Mauriac, Aragon e Simone de Beauvoir, pelo poeta cubano Nicolás Gullén e pelo pintor mexicano Diogo Rivera. Ainda em 1957, Agostinho Neto, foi eleito Prisioneiro Político do Ano pela Amnistia Internacional.

Em 1958, Agostinho Neto licenciou-se em Medicina e, casou-se com Maria Eugénia. Neste mesmo ano, foi um dos fundadores do Movimento Anticolonial (MAC), que reunia clandestinamente militantes oriundos de diversas colónias portuguesas. No ano seguinte, retornou a Luanda, onde abriu um consultório médico e continuou articulando politicamente a população. Mais uma vez a PIDE lhe prendeu, sendo deportado para Cabo Verde. Devido às pressões internacionais, foi transferido para Lisboa, permanecendo em residência vigiada. Em 1962, conseguiu fugir de Portugal com a família, indo para Léopoldville, República do Congo, onde estava sediado o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA que o elegeu como presidente do partido. Agostinho Neto passou a liderar a luta armada contra o colonialismo, em favor da libertação nacional alcançando a independência de Angola no dia 11 de novembro de 1975.

[159] NETO, Agostinho. **Quatro Poemas de Agostinho Neto**. Póvoa do Varzim, e/a 1957.

É importante refletir que o entendimento sobre a "angolanidade" começou a ser formulado em Portugal, refletindo também a visão de um "assimilado", um angolano que buscava desenvolver-se pela lógica europeia, através de estudos em universidades portuguesas. Agostinho Neto não veio das camadas populares, era considerado um "homem de cultura" que teve condições de ir à metrópole estudar. De Portugal ele pôde entender o sistema colonial português e suas fragilidades do regime salazarista. A inserção na política estudantil lhe trouxe contato com as ideias nacionalistas que emergiam em outras colônias e experiência na articulação política, para a qual tinha natural habilidade. Os anos em prisões também contribuíram para a "gestação" do que seria a nação angolana já que ali se reuniam outros presos políticos que compartilhavam ideias libertárias. A opção pela causa dos oprimidos e o encontro com a doutrina marxista possibilitou-lhe firmeza ideológica para acreditar na revolução e organizar as massas. Neste sentido, sua poesia foi utilizada como arma.

A organização editorial do livro *Sagrada Esperança* apresenta a evolução política da tomada de consciência do povo angolano. Inicia-se com poemas que focam no sofrimento dos contratados, das quitandeiras de Luanda, denunciam a exploração do povo, a discriminação dos *musseques*[160]. No meio da edição, há poemas que oferecem alguma esperança diante do cruel colonialismo, indicam caminhos para transformar a ira da exploração em uma sociedade mais justa, acreditam na formação de um novo homem.[161] Em poemas como "O caminho das estrelas" e "Na pele do tambor", as culturas tradicionais aparecem como fontes de energia e vitalidade que animam os povos africanos, instrumentos musicais e rituais são referenciados como capazes de conferir ancestralidade e fortalecer a resistência. A música nas poesias de Agostinho Neto cumpre função social e de classe, permitindo ao angolano dançar em meio ao "batuque de morte" provocado pelo colonialismo.[162] Música e dança servem de coesão e de possibilidade de tomada de consciência sobre a situação colonial, para

[160] Musseque designa os assentamentos informais em torno da cidade de Luanda, onde habita a população mais pobre, o que corresponderia às favelas no Brasil. Do quimbundo *mu seke,* areia vermelha.

[161] PAVÃO, Suzana. O desenvolvimento da consciência nacional em *Sagrada Esperança.* In: **SCRIPTA**. Belo Horizonte, v.6, n.12, pp.337-347, 1ª sem. 2003.

[162] A expressão "batuque de morte" aparece no poema "Adeus à hora da largada" (NETO, 1957).

a alteração do processo político existente e para encontrar novas expressões que reafirmem a legitimidade da cultura nacional angolana.[163]

Em alguns poemas, o sonho da África livre e unida é explicitado, difundindo as ideias pan-africanistas e a esperança de tempos vindouros melhores, como na poesia "sangrantes e germinantes":

> Pelo futuro eis os nossos olhos
> Pela Paz eis as nossas vozes
> Pela Paz eis as nossas mãos
> da África unida no amor.[164]

No último poema da edição, "Havemos de voltar", ele conclama o povo a voltar para suas terras (em oposição ao sistema de contratos), a voltar ao cultivo dos campos, a assumir o controle da nação e de seus recursos naturais, a voltar a praticar suas tradições:

> [...] À frescura da mulemba
> Às nossa tradições
> Aos ritmos e às fogueiras
> Havemos de voltar.
>
> À marimba e ao quissange
> Ao nosso carnaval
> Havemos de voltar.
> À bela pátria angolana
> Nossa terra
> Nossa mãe
> Havemos de voltar.
>
> Havemos de voltar
> À Angola libertada
> Angola independente.[165]

A disposição dos poemas em *Sagrada Esperança* mostra o amadurecimento da consciência política e social do povo angolano. O sentimento de alienação é vencido, o povo é mobilizado e acredita, tem esperança e, por fim, a luta é iniciada rumo à construção da nação, mãe livre, sendo este o sentido mais pleno da angolanidade pretendida pelo poeta-político.

---

[163] GARCIA, Xosé Lois. Presença da música e da dança em *Sagrada Esperança* de Agostinho Neto. **Via Atlântica**. Nº 16. Dezembro de 2009.
[164] NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.
[165] NETO, 1974.

Suzana Pavão analisa o desenvolvimento da consciência nacional nos poemas de Neto a partir da proposta de Frantz Fanon apresentada no Segundo Congresso dos Artistas e Escritores Negros, em 1959, que divide o processo de tomada de consciência pelos africanos em três etapas: Condenação, Apelo e Comando, o que corresponde ao estado de inconsciência, o despertar da consciência e conscientização propriamente dita.[166] A evolução de *Sagrada Esperança* mostra o africano sofredor e inferiorizado se erguendo para eliminar os mitos da ideologia dominante, a passividade é substituída pela consciência reflexiva e chega-se à marcha rumo à independência e à liberdade.

Para nós é importante perceber como a rainha Ginga foi recuperada pela poesia de Agostinho Neto. Em um dos poemas mais aclamados de Agostinho Neto, "O içar da bandeira", ela é consagrada como heroína do contexto pré-colonial.

O Içar da Bandeira

Quando voltei
as casuarinas tinham desaparecido da cidade

E também tu
amigo Liceu
voz consoladora dos ritmos quentes da farra
nas noites dos sábados infalíveis
também tu
harmonia sagrada e ancestral
ressuscitada nos aromas sagrados do Ngola Ritmos

Também tu tinhas desaparecido
e contigo
a liga
o Farolim
as reuniões das ingombotas
a consciência dos que traíram sem amor

Cheguei no momento do cataclismo matinal
em que o embrião rompe a terra humedecida pela chuva
erguendo a planta resplandecente de cor e juventude

Cheguei para ver a ressurreição da semente
a sinfonia dinâmica do crescimento da alegria nos homens

E o sangue e o sofrimento
eram uma corrente tormentosa que dividia a cidade

[166] PAVÃO, 2003, p. 342.

Quando eu voltei
O dia estava escolhido
e chegava a hora

Até o riso das crianças tinha desaparecido
e também vós
meus bons amigos meus irmãos
Berge, Joaquim, Gaspar, Ilídio, Manuel
e quem mais?
- centenas, milhares, de vós amigos
alguns desaparecidos para sempre
para sempre vitoriosos na sua morte pela vida

Quando eu voltei
qualquer coisa gigantesca se movia na terra
os homens nos celeiros guardavam mais
os alunos nas escolas estudavam mais
o sol brilhava mais
e havia juventude calma nos velhos
mais do que esperança era certeza
mais do que bondade era amor

Os braços dos homens
a coragem do soldado
os suspiros dos poetas
Tudo todos tentavam erguer bem alto
Acima das lembranças dos heróis
Ngola Kiluanji
Rainha Ginga
Todos tentavam erguer bem alto
A bandeira da independência[167]

O poema aborda a conquista da independência como algo certo, “mais do que esperança era certeza”. Os poetas aparecem lado a lado dos soldados e dos trabalhadores braçais como aqueles que tentavam erguer a bandeira da independência, transparecendo com esta metalinguagem a importância de todos para o processo emancipatório. A Rainha Ginga aparece como heroína, cuja lembrança motivava aqueles agentes revolucionários a erguerem a referida bandeira.

Importante salientar que o MPLA buscava fundar uma nação pluricultural, ultrapassando as noções de tribo e etnias. Desejavam que todos os povos circunscritos naquele território desenvolvessem o sentimento da “angolanidade”, sentissem “filhos de Angola”. Neste sentido, a Rainha Ginga e Ngola Kiluanji (o grande herói conquistador que unificou o reino do Ndongo), aparecem como referências simbólicas

[167] NETO, 1974.

da luta transétnica. Para além do espaço do antigo reino do Ndongo, a Rainha Ginga articulou a resistência de diversos povos descontentes com a presença portuguesa no século XVII. Sua trajetória política foi marcada pela união de vários povos (ambundos, sambas, imbangalas, etc) e por grandes deslocamentos territoriais em que "costurava" as malhas da resistência contra o inimigo estrangeiro comum. O MPLA valeu-se destas características históricas da personagem para construir seu ideal de nação.

O poema "O içar da bandeira" foi escrito na cadeia do Aljube em Lisboa, em 1960, ou seja, bem antes da empreitada emancipacionista alcançar êxito, antes mesmo da política salazarista endurecer a repressão na colônia angolana, marcada pelo "massacre da Baixa de Cassanje", em janeiro de 1961, considerado como o acontecimento que "despertou consciência patriótica dos angolanos e de unidade dos angolanos em prol da sua liberdade"[168]

Manuel Pacavira

Nzinga Mbandi, romance de Manuel Pacavira, é um ícone da literatura histórica. Foi publicado em 1975 com o propósito de contar a história ambundo a partir de uma perspectiva própria, endógena.

Os escritores são como interlocutores de um imaginário coletivo e assim nunca podem ser desvinculados de seu contexto e de seu papel na sociedade. Desta forma é importante dizer que Manuel Pacavira nasceu em 1939, no Golungo Alto, Província do Kwanza Norte em Angola, filho de um alfaiate com uma lavadeira. Entrou para a Escola Primária aos 8 anos de idade, e aos 15 já lecionava na escola onde estudara, devido à falta de professores. As limitações financeiras de sua família impediram que prosseguisse os estudos do primeiro ano da Casa das Beiras. Passou então a trabalhar como auxiliar de contas de uma mercearia para frequentar o curso no período noturno. Em 1958 perdeu o emprego, mas pôde continuar o terceiro ano do liceu graças à autorização da Diretora que lhe perdoou o pagamento das mensalidades em atraso. A razão de ter perdido este emprego está atrelado ao seu posicionamento politico-ideológico, sendo acusado de "comunista" por um dos sócios da empresa. Na

[168] Disponível em: <http://agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=843:baixa-de-cassange> , acesso em ago. 2017.

época, procurava entender o significado da filosofia Pan-Africana, da Revolução Cubana e a vida dos negros norte-americanos. Foi um dos fundadores do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola em 1956.

Em 1960, com a confiança de Agostinho Neto, deslocou-se para Brazzaville, no Congo, onde funcionava a base do MPLA e quando regressou a Luanda foi preso, assim como Neto, sendo, no ano seguinte deportado para a Colônia Penal do Bié, no centro do país, e, posteriormente, transferido para o Campo de Concentração do Missombo, em Menongue, ao sul de Angola. Em 1966, a PIDE – a polícia política de Salazar – o acusou de atividades que abalavam os princípios de "recuperação psicossocial" no Campo de Concentração, sendo ele um "mau exemplo" para outros prisioneiros. Em março de 1967 conseguiu a liberdade, sendo preso novamente em setembro do mesmo ano. Em fins de julho de 1968, foi deportado para Cabo Verde, para o Campo de Concentração de Tarrafal, de onde saiu somente após a Revolução dos Cravos de Portugal em 1974.

Naquele ano foi eleito membro do Comitê Central do MPLA e, no ano seguinte foi escolhido para o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Organização de Massas. Em 1976 passou a Diretor dos Portos e Caminhos-de-Ferro de Angola e, no ano seguinte, ocupou o cargo de Ministro dos Transportes; em 1978, foi nomeado para o Ministério da Agricultura. Licenciou-se em Ciências Sociais em Havana pela Escola Superior do Partido Comunista de Cuba “Nico Lopes” em 1983. Exerceu a função de deputado, governador da província de Kwanza-Norte e embaixador de Angola em Cuba, Nicarágua, México, Itália e nas Nações Unidas. Morreu em setembro de 2016, recebendo homenagens e elogios fúnebres dos dirigentes do país. [169]

Por esta sucinta biografia, percebemos que apesar da origem humilde, Pacavira conseguiu avançar com os estudos, o que era bastante incomum para as pessoas simples de Angola no período. Sua inserção junto à esquerda revolucionária lhe conduziu a cargos de grande prestígio e essa escalada rumo ao poder, somada aos treze anos em que viveu preso, influenciou sua escrita, onde se percebe o desejo da construção da nação Angola.

[169] Disponível em: <http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=25574:mpla-integra-do-elogio-funebre-ao-nacionalista-manuel-pedro-pacavira&catid=23:politica&lang=pt&Itemid=1123> , acesso em ago. 2017.

Além do romance *Nzinga Mbandi,* Pacavira também escreveu *Gentes do Mato,* publicado pela África Editora em 1974, *Boneca, Ndalatando em chamas, 4 de Fevereiro pelos Próprios,* sobre um dos mais importantes episódios da luta anti-colonial angolana ocorrido em 1961. Escreveu também *JES – Uma Vida em prol da Pátria*, dedicado ao Presidente José Eduardo dos Santos, além de contos e apontamentos sobre as regras de ortografia do quimbundo. Seu último livro foi *Angola e o movimento revolucionário dos Capitães de Abril em Portugal- memórias (1974-1976), publicado em Luanda pela editora Mayamba em 2014.*

Nzinga Mbandi- romance foi escrito entre os anos de 1972-1974, na prisão do Tarrafal e publicado pela primeira vez em 1975 pela Atualidade Editora, em Luanda com a tiragem foi de três mil exemplares.[170] A segunda edição foi em 1979, pela Edições 70, com circulação bem maior. [171]

O romance reporta às relações entre os primeiros portugueses que chegaram à região e as pessoas da terra, narrando em estilo literário a história dos contatos iniciais e da transformação da amizade inicial para os processos de enfrentamento e resistência, a partir de um local cultural angolano. O narrador utiliza tom de oralidade, conversa com o leitor convidando-o a mergulhar no passado. Sua perspectiva é o das gentes "da terra" e a história do encontro das duas culturas é contada pelo olhar dos angolanos:

> Mas os da terra querem é saber de onde é que eles [os portugueses] vêm, de que raça, de que nação, com uns ares de amalucados que aparentam, os cabelos parecem que passaram no fogo, a cor da pele, tudo, tudo, um albino, filho-sereia. Com um falar que ninguém entende, ainda por cima.[172]

A narrativa revela aspectos culturais e sociais relevantes dos povos ambundos, tomados como metonímia do povo angolano que estava a se forjar. O enredo é a luta pelo território e pelo controle das estruturas religiosas, culturais, político-administrativas, comerciais e dos recursos naturais. A literatura é aqui entendida como um produto ideológico, em que se expressam e se confrontam os interesses materiais

[170] MONTOLVANI, Rosangêla. **Njinga Mandi, de Pacavira**: novo romance histórico angolano.
[171] PACAVIRA, Manoel. **Nzinga Mbandi***: romance.* Lisboa, Edições 70, 1979.
[172] PACAVIRA, 1979, p.19-20.

e simbólicos dos diversos grupos sociais. De acordo com os estudos de Inocência Mata, o romance persegue o processo de transformação dos portugueses de navegadores, sucessivamente em comerciantes (e traficantes), colonizadores e em colonialistas, até o século XX, portanto passa por cinco séculos da presença portuguesa em Angola.[173]

A resistência à ocupação territorial pelos portugueses é, no romance, iniciada com o avô da protagonista, Ngola Ndambi, que mantém Paulo Dias de Novais como prisioneiro por seis anos. Seu sucessor Ngola Kiluanji, o *Rei-soldado,* acirrou as lutas e seus filhos Ngola Mbandi e Ginga deram prosseguimento a elas. Desta forma Pacavira procurou mostrar a antiguidade da luta contra a presença portuguesa nos territórios angolanos.

Silvio Carvalho afirmou que muitos escritores nacionalistas buscaram construir uma imagem de que a luta pela independência de Angola era bem antiga, originada nos séculos passados, colocando-as no contexto mais amplo das lutas dos explorados contra o sistema capitalista.[174]

Inocência Mata considera o livro *Nzinga Mbandi* como "a narração da resistência angolana contra a dominação estrangeira", em que são apresentadas as lutas e solidariedades entre as etnias, alianças políticas, acordos e traições.[175] A estudiosa considera este romance seminal, não apenas por tematizar a história angolana, "mas por fazê-lo visando um perfil da identidade nacional a partir do mapeamento territorial desenhado do cimento da solidariedade étnica e da consciência política do território dos Ngolas."[176]

Em *Nzinga Mbandi* percebe-se a "angolanização" dos antropônimos e topônimos como fruto do processo nacionalizante. A utilização do quimbundo expressa o desejo de valorização das línguas originárias faladas no território. Em muitas passagens, o português é entremeado por palavras e expressões em quimbundo, que trazem ao leitor angolano um ambiente familiar e próximo da sua cultura, já que o quimbundo atua como uma "língua franca" em Angola. O padre Gouvéia é chamado de Nganga Ngovêa. O rei de Portugal, Muene-Putu, a rainha D.

[173] MATA, Inocência. Representações da Rainha Njinga/Njinga na Lietratura Angolana. In: MATA, Inocência (org.) **A Rainha Njinga Mbandi**: História, Memória e Mito. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 28.
[174] CARVALHO, 2016.
[175] MATA, 2012.
[176] MATA, 2012, p. 25.

Catarina, Nda Katidina dia Mutudi. Algumas vezes, as frases são construídas totalmente em quimbundo, o que traz uma certa incompreensão aos leitores falantes do português.

De acordo com Inocência Mata, o quimbundo aparece como "motivo identitário", utilizado abundantemente na comunicação entre africanos e portugueses:

> (...) no discurso no narrador em que a gramática do Kimbundu é visível na sintaxe do português, estruturada- isto é, pensada e vivida- de acordo com a lógica da sintaxe do kimbundu. Por outro lado, às vezes o kimbundu "invade" a comunicação com os portugueses.[177]

Logo no início, o autor explica o nome da protagonista, que dá título ao livro:

> Tinham-lhe dado o nome de Ana de Sousa, havia os que lhe chamavam Jinga (ao lhe referir nas suas cartas, usava El-Rei D. João IV escrever: Rainha Dona Ana, Rayña Singa o sr. Correa Salvador Saa e Não-Sei-Quantos, Ginga os seus mais), mas o nome dela verdadeiro é esse mesmo que vem na capa: Njinga Mbandi.[178]

A opção pela grafia Nzinga revela a aproximação com a língua kicongo (Kikongo), falada majoritariamente no norte do atual país Angola. Em quimbundo, língua falada na região onde protagonista nasceu, seu nome seria Njinga, mas isso sequer é levado em consideração, criando uma sensação de que a grafia exposta no título é a adequada. Percebe-se que as grafias das palavras originárias dos diversos territórios que passaram a constituir a nação Angola estavam também inseridas nas disputas políticas entre os grupos étnicos. No contexto em que se buscava construir as referências linguísticas com bases em suas línguas maternas, a publicação de Pacavira contribuiu para "oficializar" o uso da grafia "Nz" para o nome da soberana. Contudo, este debate está longe de estar encerrado, pois até hoje vemos a irregularidade no tratamento, tanto em documentos oficiais como midiáticos.

A marcação do tempo histórico no romance é explícita, muitas vezes apontando o dia e o mês do fato. Situa o contexto político vivido em Portugal e em

[177] MATA, 2012, p. 39.
[178] PACAVIRA, 1979, p. 17.

outros reinos centro-africanos, como o da Lunda e o Kongo. Isto indica que o livro foi fruto de muita pesquisa e estudo por parte de Pacavira. No final, há uma bibliografia, que transpõe ao gênero "romance" explicitado no título.

Para apresentar a protagonista, o narrador desempenha o papel de *griot* e assume o seu propósito biográfico:

> Não devia ser mulher de se dar lá a essas fitas de puxar a cara, amarrar a testa, alçar os peitos, pôr o rabo a pino, e coisas outras dessas. Factos há que nos levam a pensar que ela cresceu bela, carinha bonita, alegre, simpática, sendo o seu defeito: virar bicha-fera-ferida, caso que lhe violassem um direito. Tanto é que uma formidável história ela nos deixou, uma história que mete respeito, o motivo que me traz a conversar aqui com vocês. Mas comecemos pelos tempos dos seus passados.[179]

A protagonista é citada como descendente de Nzinga Nkuvu, neta de Ngola Ndambi, filha de Ngola Kiluanji dia Samba e irmã de Ngola Mbandi, sobrinha de Tata Mbamba. Sua vida é contada a partir de sua ascendência, a estratégia narrativa desenha a ancestralidade como o elemento que confere a legitimidade histórica.

Ao longo do enredo são apresentadas lendas originárias e tradições de diferentes povos angolanos que visam a afirmar a diversidade cultural do povo angolano.

> Se misturaram lundas e ambundos no Kuango, se casaram, e daí: os Jagas de Kasangi, ou seja: os Imbangala, quase que dilatam por entre a depressão de Tala-Mugongo e o Kuango, mais os Mbondo, por entre o alto Luyi até as nascentes do Kambu e Luhanda. Na ordem moral, no culto das tradições, na personalidade, sempre os maioritários prevalecem, os do lugar. E os ambundos aí não perderam a sua identidade e características principais. De maneira quando se dá a fragmentação política de entre os minoritários, a filha de Ngola Kiluanji Kia Samba vai de receber daquelas partes de Kasanji filhos muitos para soldados, e mantimento às carradas, e jimbongo em sacos.[180]

Na trama, a rainha se desloca por vários territórios e geografias, angariando apoio de vários reinos, de norte a sul, de leste a oeste. Esta solidariedade política e a

[179] PACAVIRA, 1979, p. 17.
[180] PACAVIRA, 1979, p. 151.

convergência de interesses constrói simbolicamente a "comunidade imaginada" que reuniria vários povos de Angola.

Pacavira mostra a heroicidade da personagem, assinalada pela sua coragem para liderar as tropas, como ocorreu quando seu general Nzinga Mona foi sucumbido no Alto Kuango:

> -Não triunfem sobre nós os nossos inimigos, filhos da Pátria! Coragem! Tende bom ânimo! Vamos! Força! Se ascende a coragem de todos. E muito aceso estará o combate. Treme a terra sob o fragor da artilharia inimiga (...) Mas é a própria Ngola que vai lhes ficar à frente do combate.[181]

Nzinga Mbandi foi escrito em um momento em que a questão identitária era primordial. A ideia de "pátria", apesar de anacrônica para o século XVII, é recorrente no romance. Por exemplo, na fala de Ngola Kiluanji em relação ao avanço lusitano: "O triunfo do Inimigo, a ruína da Pátria, a perda da sua Independência. O desaparecimento da sua História e usos e costumes. Para servirem seus filhos de escravos."[182]

A questão das diferenças culturais é pontuada de forma genial pelo autor. Paulo Dias de Novais chega se proclamando como embaixador da civilização: "Abri-vos à Civilização, El-Rei d'Amgola e meu Senhor! Abri-vos à Civilização a quem apresento como seu verdadeiro e único embaixador perante vós" [183]. Para Paulo Dias de Novais, o Muene-Ngola "nada mais representaria que crendices, superstições e gentilidades da barbárie- Feitiços." O Ngola questiona o embaixador sobre a substância desta "civilização", questiona o "Deus Senhor Jesus-Não-Sei-Que" que rodeia a terra alheia, e critica a lógica deste "Filho de Deus que se deixou matar por amor às pessoas do mundo inteiro".[184] Desta forma, Pacavira consegue ironizar a superioridade cristã que os portugueses afirmavam. Questões filosóficas e metafísicas que passam pelas diferenças culturais aparecem em profusão nos diálogos entre portugueses e ambundos.

---

[181] PACAVIRA, 1979, p. 147.
[182] PACAVIRA, 1979, p. 126.
[183] PACAVIRA, 1979, p. 48.
[184] PACAVIRA, 1979, p. 49.

Uma das passagens mais significativas da diferenciação cultural é o momento em que ela rejeita o nome de Ana de Souza:

> Eu vós saúdo daqui de Kindonga, sr. Bento Banha Cardoso, aonde de certeza vós não me achareis já. A mim e a minha Corte comigo. Estamos a caminho das terras altas deste nosso rico País, lá para as montanhas. Aí, sim, aí me acharei. Mas de arco e lança na mão, e lanças peçonhentas, pois continuaremos a peçonhar nossas lanças, e com a pior espécie de peçonha que pode haver debaixo do céu. Rogo a v. fineza ide isso dizer ao que vos manda. Ao v/ Governador, sr. Fernão de Sousa. Ide dar-lhe este meu recado. E dizei também que o nome de Ana de Sousa que o outro me quis oferecer não pegou. Não podia pegar. O mesmo sucede com as minhas irmãs, a Kambo não quer o nome de Bárbara, a Fuxi manda dizer que seu nome é mesmo Fuxi. Que ide aplicando o nome de Engrácia às vossas filhas que is parindo, vós outros.[185]

Inocência Mata analisa que a "diferenciação constante" entre as duas cosmovisões e crenças religiosas é dinâmica. Em momento nenhum, segundo ela, se percebe qualquer intenção judicativa e hierarquizante, apenas um "apurado perfil inquisitivo dos interlocutores que se disponibilizam para a aquisição de conhecimento sobre o *outro."*[186] Embora a diferença cultural seja uma constante neste romance, o que predomina é a "transitividade que permite o reconhecimento de conteúdos e lógicas, usos e costumes, possibilitando o diálogo e potenciando a convivialidade."[187] Em sua leitura, o propulsor da narrativa seria mais a resistência ao controle territorial pelo estrangeiro do que a demanda identitária.

Com isto, entendo que as culturas angolanas estavam em constante diálogo, abriam-se a conhecer o novo, eram construídas a partir de elementos trazidos de outros povos. Isso que possibilitava o convívio, pois as noções culturais eram abertas, permeados por elementos externos, novas práticas eram recebidas e incorporavam-se com facilidade. Desta forma, a disputa entre portugueses e povos centro-africanos não residia na defesa de uma identidade, e sim no controle territorial. Tal controle, na realidade ambundo, correspondia à direção política dos povos que ocupavam aquele território.

---

[185] PACAVIRA, 1979, p. 128.
[186] MATA, 2012, p. 40.
[187] MATA, 2012, p.41.

A fala da rainha abaixo demonstra um alvorecer de uma "consciência nacional":

> Já que a bem não quereis ir-vos daqui, e tão pouco quereis portar-vos tal qual um hóspede se deve portar em casa alheia, ou um amigo em casa amiga. O meu povo não quer cá na sua terra gente dessa natureza.[188]

A guerra contra o controle lusitano do território é "uma guerra de vida ou morte (eles diziam, eles da Pátria: Kufua-kufua, kubola-kubola). Pois está em jogo a Independência da terra, liberdade do povo. Ameaçada de completo a existência da sua civilização".[189] A protagonista exorta seus guerreiros a reagir, como no assalto à fortaleza de Massangano, perguntando-lhes se tinham medo do "estrangeiro".[190]

O local de enunciação de *Nzinga Mbandi* é africano, a história é narrada nos diversos espaços angolanos, as aldeias, rios, matas são referenciados, revelando as relações socais e simbólicas, que ocorriam nos espaços públicos e privados. O "local ideológico" é bem ostensivo, bem marcado, onde se faz uma defesa declarada da importância desta soberana para a história angolana.[191] Os escritores angolanos do período não admitiam a inferiorização das culturas nativas, porém exaltavam apenas os traços culturais que não contradissessem os princípios de uma nação pretensamente revolucionária. Sendo assim, a valorização das culturas étnicas estava subordinada ao "nacional".

A obra é assinada por: "Kakulo Ka Henda Ka Mona. Eu simplesmente escrevi. Manoel Pedro Pacavira"[192] Inocência Mata revela que Kakulo era o codinome do autor durante os anos em que viveu clandestino. Pacavira quis assim colocar-se não como autor, mas apenas como aquele quem registrou a história narrada por Kakulo, abdicando da responsabilidade enunciativa. O narrador da história é observador, não onisciente, apresenta suas dúvidas e lacunas acerca do processo histórico e se exime de dar garantias sobre as afirmações que tece, fala em tom coloquial, descontraído, como se conversasse com os leitores. Esta estratégia discursiva aproxima o narrador

[188] PACAVIRA, 1979, p. 109.
[189] PACAVIRA, 1979, p. 109.
[190] PACAVIRA, 1979, p. 198.
[191] MATA, 2012, p. 42.
[192] PACAVIRA, 1979, p. 216.

de um *griot*, em que a legitimidade de suas palavras é atestada pelo lugar social que ocupa, trazendo o romance para o universo das tradições orais angolanas.

Pepetela

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela) nasceu em Benguela, a 29 de Outubro de 1941. Fez os seus estudos primários e secundários em Benguela e Lubango, partindo em 1958, para Lisboa para fazer o curso superior. Frequentou o Instituto Superior Técnico e participou em atividades literárias e políticas na Casa dos Estudantes do Império. Por razões políticas em 1962, saiu de Portugal para Paris, onde passou seis meses, seguindo para a Argélia, onde se licenciou em Sociologia e trabalhou na representação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e no centro de Estudos Angolanos, que ajudou a criar.

Em 1969, foi para a região de Cabinda participando diretamente na luta armada como guerrilheiro e como responsável pelo setor da educação. Adotou o nome de guerra de Pepetela, que significa pestana na língua Umbundo, e que mais tarde viria a utilizar como pseudónimo literário. Em 1972 é transferido para a Frente Leste desempenhando as mesmas funções até 1974. Integrou a primeira delegação do MPLA que chegou a Luanda em Novembro de 1974. Desempenhou os cargos de Diretor de Departamento de Educação e Cultura e do Departamento de Orientação Política e foi membro do Estado Maior da Frente Centro. De 1975 a 1982 foi vice-ministro da Educação, passando posteriormente a lecionar sociologia na Universidade de Luanda.

Pepetela foi um dos 32 membros fundadores da União dos Escritores Angolanos (UEA) em dezembro de 1975. Hoje é um dos autores angolanos mais lidos e estudados. As suas obras publicadas são: "As aventuras de Ngunga" (1973), "Muana Puó" (1978), "A revolta da casa dos Ídolos" (1979), "Mayombe" (1980), "Yaka" (1985), "O cão e os calús" (1985), "Lueji" (1989), "Luandando" (1990), "A geração da utopia" (1992), "O desejo da Kianda" (1995), "Parábola do cágado velho" (1996); "A gloriosa família" (1997); "A montanha da água lilás" (2000), "Jaime Bunda, agente secreto" (2001). Na maioria delas são discutidos temas pertencentes às tradições orais pré-coloniais, exalta-se a cultura angolana, mergulhando no universo das fábulas e contos, recuperando personagens que habitam o imaginário coletivo angolano.

Assim como os demais escritores ligados ao processo de libertação de Angola, a escrita para Pepetela é entendida como uma "atividade libertadora', que carrega a proposta-ativa de fazer do pensamento uma poderosa arma contra as moléstias sociais, políticas e culturais. "Guerrilheiro que foi, Pepetela sabe definir os tempos e as circunstâncias. Por isso mesmo, guerrilheiro continua, guerrilheiro, todavia, que usa as palavras para um combate que tem de travar-se nos campos do conhecimento e da reflexão." [193]

Para Inocência Mata, Pepetela:

> "é um escritor que se tem revelado singular nesse trabalho de desconstrução discursiva, sem operar rupturas, e consequente desestabilização desse "local da cultura" nacionalista, pela reinvenção de uma estratégia que consiste em articular a sua ficção com as transformações da História, da sociedade angolana, e com as exigências de um pensamento novo face ao país real (que hoje pouco tem a ver com o país ideal). Muitas referências coincidem quanto a considerar a obra de Pepetela como buscando na História matéria para a ficção (...) a sua singularidade reside no questionamento do Presente (valores, comportamentos, ideias) a partir das mitificações (às vezes das falsificações) da História"[194]

O romance *Gloriosa família: o tempo dos flamengos* – publicado pela primeira vez em 1997- transcorre no período da ocupação holandesa de Luanda e tem como protagonista Baltazar Van Dum, um holandês que vive em Angola há mais de duas décadas dedicando-se ao tráfico de escravos. O narrador é um escravo de Van Dum nascido nas terras da rainha Jinga e propriedade desta, filho de uma negra Lunda e um padre napolitano. Teria sido dado à Van Dum devido a uma negociação bem-sucedida, em que o holandês se apresentou como um emissário vindo diretamente de Pinda, no reino do Congo, contrário aos portugueses. "Jinga se deixou enganar"[195]. Além dos negócios que fizeram, a rainha deu este escravo narrador a Van Dum como forma de demonstrar como eram bem-vindos todos que se opunham aos portugueses. Só que Van Dum não havia sido enviado pelo reino do Congo e nem era porta-voz dos flamengos, como fez a rainha entender, era um simples comerciante que tinha

[193] Maria Augusta Silva, Diário de Notícias. Disponível em: http://www.ueangola.com/bio-quem/item/53-pepetela Acesso em ago. 2017.
[194] MATA, Inocência. **Silêncios e Falas de Uma Voz Inquieta**. Lisboa: Mar Além, 2001, p. 196-197.
[195] PEPETELA. **A gloriosa família***: o tempo dos flamengos.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.24.

relações estreitas com os portugueses e estava tentando "resgatar" algumas peças nas terras da rainha, no que obteve êxito. Por esta esperteza, Van Dum muito se gabava por ter enganado a rainha Jinga.

O nome do narrador não é mencionado por todo o enredo. Na verdade, descobre-se quase no final que ele é mudo, por isso não fala nada a nenhum personagem, apenas observa todos os detalhes e os registra com exatidão. Anota as lendas, boatos, opiniões do que se passava em Angola naqueles anos de 1640.

As referências à Jinga são constantes no livro e nossa atenção recai sobre como a soberana foi apresentada pelo narrador, quais características foram destacadas. A primeira vez que a rainha é citada, ela aparece como refúgio dos escravos fugidos, no contexto da fuga dos portugueses de Luanda em 1641: "Levaram muitos escravos, mas a maior parte deles aproveitou as abertas provocadas pela confusão e deixou donas bikuatas sozinhas, fugindo para as terras da Rainha Jinga, à busca de proteção e liberdade"[196]

No romance, Jinga participa ativamente do comércio de escravos, negocia com os pumbeiros[197] de acordo com seus interesses. Este traço destoa um pouco da historiografia oficial patrocinada pelo estado fundado em 1975, em que se omite - ou pelo menos, não se joga luzes sobre - a participação dela no tráfico negreiro. Entretanto, questiona quem seriam os escravizados vendidos por Jinga:

> Os flamengos tinham apanhado poucos escravos, claro, não é difícil imaginar, os da minha condição escaparam para o mato aos primeiros tiros, a esta hora estão a chegar às terras de Jinga, onde encontrarão protecção. A Jinga poderá mais tarde vende-los aos holandeses (...) E venderia ela escravos de seu próprio povo, ou apenas prisioneiros de guerra pertencentes a outros povos?[198]

A imagem da rainha que é desvelada pelo romance é de uma grande guerreira, com quem é melhor não entrar em conflitos, se quer passar perto é aconselhável. "Não te aproximes de Jinga, essa está com a força toda."[199]. Sua personalidade instável

[196] PEPETELA, 1999, p. 15.
[197] Pumbeiro designa os agentes do tráfico transatlântico que percorriam os sertões em busca de escravizados e os levavam aos portos de embarque no litoral.
[198] PEPETELA, 1999, p.68.
[199] PEPETELA, 1999, p. 25.

é evidenciada, "(...) com a Jinga nunca se sabe"[200] , seu posicionamento político não é seguro. Os "locais da diferença" entre angolanos e europeus são apresentados pelas memórias do narrador e pelas falas dos personagens:

> Lembro o meu Rei, que é a rainha Jinga, sempre dizia, eu era pequeno mas já percebendo algumas coisas, os brancos têm muita fome de ouro e prata, chegam a um sítio e perguntam logo, não por comida, mas por ouro. Um dia vou obrigar um a comer isso em grande quantidade. Pra ver se fica mais feliz. Ou se come até morrer.[201]

O narrador insiste, em diversas passagens, que a soberana preferia ser chamada de rei, e não de rainha:

> A propósito, foi muito ousada a maneira como Baltazar Van Dum aproveitou sua ascendência flamenga para enganar a rainha, que de facto detesta que a tratem assim, pois ela diz é rei, porque só o rei manda, e ela não tem nenhum marido que mande nela, ela é que manda nos muitos homens que tem no seu harém e que chama de minhas esposas. É Rei Jinga Mbandi e acabou. Rainha ou rei, no entanto, foi enganada e bem enganada pelo meu dono.[202]

O reforço da masculinidade da personagem não acompanha as descrições da literatura europeia iluminista, em que o desejo sexual desenfreado dos africanos determina sua moral. Aqui, a opção pelo designativo "rei" tem a ver com o poder ligado exclusivamente ao masculino, "porque só o rei manda". Desta forma, Pepetela contribui para a difusão desta "regra" para o poder no reino do Ndongo, o que é bem controverso na historiografia. [203]

Os Jagas, também são discutidos pelo narrador:

> Convocara alguns chefes Jagas, os terríveis guerreiros cujo nome fazia tremer todos. Mesmo Jinga, que diziam ser aparentada a eles,

---

[200] PEPETELA, 1999, p. 27.
[201] PEPETELA, 1999, p. 37.
[202] PEPETELA, 1999, p. 23.
[203] MILLER, Joseph."Njinga of Matamba in a new perspective". **The Journal of African History,** v.6, n.2, 1975. p.201-216; THORNTON, John. "Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663". **The Journal of African History**, v. 32, n. 1, p. 25-40, Cambridge University Press, 1991; HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Estudos sobre Fontes, Métodos e História, Luanda: Kilombelombe, 2007. *nos séculos XVI e XVII*. Estudos sobre Fontes, Métodos e História, Luanda: Kilombelombe, 2007; FONSECA, Mariana. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**. Século XVII. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

> respeitavam o seu poderio. Os portugueses tratavam os jagas sempre por canibais, mas quando estavam aflitos, perdiam o auxílio de alguns dos seus sobas, particularmente do mais fiel, Kabuko ka Ndonga, talvez mesmo o único fiel, pois os outros uma vez estavam de lado, outras passavam para o inimigo, qualquer que este fosse. De facto, os jagas seguiam a sua própria política, que era irem avançando os seus exércitos, ocuparem territórios, matarem os homens, ficarem com as mulheres e educarem as crianças militar, deixar uma chefia no território e irem mais para a frente. Assim dominaram o Kassane, a Matamba, o Libolo e toda a margem sul do Kuanza até Benguela. Pelo menos. Mas não eram reinos unificados, apenas chefias independentes e com muitas makas entre elas. Jinga sempre aproveitou isso. Também os portugueses. Os mafulos ainda estavam muito verdes nestas questões da terra e para isso tinha urgência em fazer alianças com o rei do Kongo e com Jinga. Se conseguissem, os portugueses tinham os dias contados, a menos que aparecessem reforços importantes. Os flamengos já tinham mandado uma embaixada ao Kongo negociar um acordo. Ainda não tinha contactado Jinga, ao que me parecia, pois os portugueses lhe cortavam os caminhos. Tinham urgência.[204]

Com estas palavras, Pepetela dá ao leitor a definição dos misteriosos povos Jagas. Este nome foi dado a diversos bandos de guerreiros nômades nos séculos XVI e XVII, quando eram considerados decisivos para vitória militar e a captura de escravos. A identidade étnica dos Jagas é um assunto polêmico na historiografia: Vansina associou a saga do famoso Jaga Kassanje às tradições Imbangalas, buscando entender a cronologia das migrações e encontros[205]. Miller sugeriu a abolição da noção de Jaga da historiografia da África Central como uma entidade etno-cultural definida, pois afirma que eles nunca existiram fora da imaginação dos missionários, traficantes de escravos ou dos oficiais do Governo português, que criaram estes míticos canibais para justificar suas próprias atividades na África e como os europeus enxergavam a crueldade, canibalismo e barbárie em vários povos africanos e acabaram dando o nome de "Jaga" a todos que vivam de forma "não-civilizada". [206] Thorthon, tentando

[204] PEPETELA, 1999, p. 44.
[205] VANSINA, Jan. "The Foundation of the Kingdom of Kasanje." **The Journal of African History,** v. 4, n. 3, p. 355-374, 1963; VANSINA, Jan. "More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda." **The Journal of African History**, v. 7, n. 3, p. 421-429, 1966.
[206] MILLER, Joseph. "The Imbangala anfd the cronology of Early Central African History". **The Journal of African History**, Vol. 13, n.4, 1972; MILLER, Joseph "Requiem for the Jaga." **Cahiers d'Etudes Africaines**, v. 13, n.49. p.121-149, 1973.

"ressuscitá-los", conclui que o nome Jaga descreve mais um modo de vida do que um grupo étnico específico.[207]

Em sintonia com este debate e ouvinte das tradições locais, Pepetela fornece uma síntese histórica sobre quem foram estes enigmáticos personagens e reforça a importância do apoio destes bandos para a sobrevivência política no sertão angolano. Mais adiante, ele questiona a visão europeia sobre os jagas: "é claro que duvidei um pouco da afirmação sobre a falta de amor filial dos jagas, mas os brancos têm a mania de ver o diabo nesses guerreiros". [208]

De acordo com o narrador, circulavam boatos de que Jinga seria aparentada com os jagas, E ela, mais uma vez, aparece como sábia aproveitadora dos conflitos (*makas*) de seus inimigos, reforçando a ideia de líder perspicaz.

Alguns episódios históricos da trajetória da rainha são pincelados no romance. O célebre episódio da cadeira, na reunião com o governador em 1622, é referenciado por duas vezes, a primeira de forma bem sutil, acompanhando a descrição dos costumes locais:

> Mas o que mais me perturbou foi saber que havia outras mulheres que não sentavam sempre no chão. Era a posição natural das nossas, menos a rainha Jinga, que sentava em cadeirões ou nas costas de escravos, mas essa era rei.[209]

Adiante, narra-se o ocorrido em meio a uma reflexão existencial:

> Como se eu não existisse. Mas existiria mesmo? Só pelo orgulho de meu dono, que fazia questão de me apresentar a novos conhecimentos, um escravo que a Jinga me deu. Não era qualquer um que tinha um escravo como oferta da poderosa e lendária rainha Jinga Mbandi, talvez ele fosse o primeiro europeu a poder se gabar disso. Se não contarmos aquela escrava que ficou esquecida no salão nobre do governador, quando Jinga veio a Luanda, ainda não era rainha, negociar um acordo em nome do rei seu irmão, e o chefe português, confortavelmente sentado num cadeirão de veludo carmesim, segurando um bastão com punho de ouro,

[207] THORTHON, John. "A ressurection for the Jaga". In: **Cahiers d'Études Africaines**, v. 18, n 69, p. 223-227, 1978. Outros autores prosseguiram o debate: BONTINCK, François. "Un mausolée por les Jaga." **Cahiers d'Etudes Africaines**, v 20, n.79. p. 387-389, 1980; HILTON, Anne. "The Jaga reconsidered". **The Journal of African History**. Vol. 22, n. 2, p. 191-202. Cambridge University Press, 1981.
[208] PEPETELA, 1999, p. 225.
[209] PEPETELA, 1999, p. 87.

> desprezivelmente lhe deixou de pé. O meu rei fez um gesto para a comitiva e uma escrava se aproximou e se pôs de quatro para ela se sentar nas costas. Terminada a audiência, Jinga ia se retirar, quando o governador disse e então essa mulher fica aí? O meu rei fez um gesto de desdém e replicou, nunca levo as cadeiras em que me sento. O português só não sufocou de raiva porque levou certo tempo a entender. E depois fez as contas para saber quantos cruzados poderia valer a escrava. Mentalmente agradeceu a generosidade do meu rei, que ele apostrofou, no entanto de arrogante.[210]

A morte violenta do feiticeiro Sudeko, a mando do governador Pedro César de Menezes também aparece na trama. [211] Este fato foi registrado por Cavazzi e Cadornega,[212] que descreveram com minúcias os ardis do governador português para reprimir as tradições e anular a influência que tinham sobre as populações.

Pepetela pesquisou as fontes do século XVII para construir seu romance, visitou arquivos, consultou documentação. Este material que lhe deu inspiração para construir seu romance, há fidedignidade aos fatos, verossimilhança. A história fornece elementos contextualizados para o desenrolar da vida dos personagens, o enredo acompanha a cronologia dos fatos. A literatura está ancorada em uma base factual, que sustenta a trama. Os acordos, tréguas e guerras entre holandeses, Rainha Jinga, portugueses, Rei do Congo interferem nas ações dos personagens do romance. De forma literária, o leitor passa a conhecer os fatos históricos, recebe uma informação produzida com o propósito de formar cidadãos conscientes, conhecedores da história do país.

As fontes históricas aparecem de forma explícita, citadas expressamente nas epígrafes que abrem os capítulos. Extratos de "*Descrição históricas dos três reinos", "História Geral das Guerras Angolanas"* e cartas de governadores são utilizadas para iniciar cada um dos capítulos, em que os episódios dão continuidade ao fato exposto pelo documento histórico em um jogo "metatextual". [213]

O próprio Cadornega é colocado rapidamente como um personagem da trama, o que fornece uma interessante discussão sobre a escrita da história. Enquanto o

---

[210] PEPETELA, 1999, p. 125.
[211] PEPETELA, 1999, p. 154-155.
[212] CAVAZZI. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965 . 2 Vols.; CADORNEGA, **História Geral das Guerras Angolanas**. Agência Geral das Colônias, 1971. 3 vols.
[213] MATA, 2012, p. 34.

militar conta os eventos sobre a perspectiva portuguesa centrado na ideia de vencedores e de atos heroicos, o escravo-narrador apresenta os "relatos ausentes, a narrativa alternativa". [214]

Muitas vezes há questionamento sobre a veracidade do ponto de vista das fontes, o que aponta para uma "desconstrução" ou "subervsão" da história oficial-contada pelos portugueses. Ao colocar como narrador um escravo mudo, Pepetela dá o espaço central da articulação de pensamentos e discursos a um "natural da terra", o elemento mais silenciado pela história oficial. Sua mudez, neste sentido, é também metafórica, assim como a ausência de seu nome. Este sujeito anônimo silenciado é quem apresenta seu ponto de vista crítico, possui autonomia para contrapor-se a todas as formas de controle e de poder, ele passa a ser agente e sujeito de sua própria fala.

> Na medida em que esse narrador é deslocado da margem para o centro, põe em xeque o discurso oficial, já que oferece um contraponto entre a história oficial – centrada no discurso do poder e, consequentemente, nos diversos textos históricos com os quais o romance dialoga – e a história não-oficial – centrada nele, na voz da margem, na visão de baixo. Desse ponto de vista, o narrador subverte os relatos oficiais para interpor a visão dos excluídos – não contemplada na história dita oficial – distorcendo e pondo por terra o discurso oficial.[215]

Jinga aparece como exemplo de sabedoria política e inteligência, articuladora, que sabe exatamente o momento de falar e de silenciar: "o meu rei Jinga era espantosamente hábil a fazer e a quebrar o silêncio no momento de maior efeito. E um dia chegou a dizer que só os verdadeiros chefes sabem usar totalmente as hesitações simuladas da fala".[216] Jinga é descrita como chefe hábil embora implacável, uma política com uma inteligência tática eficaz, capaz de mover apoios em ambientes adversos, "diabolicamente inteligente e hábil". [217]

---

[214] LEITE, A. M. Janus-narrador em A gloriosa família de Pepetela, ou o poder profético da palavra narrativa. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T. (orgs). **Portanto... Pepetela**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 116.

[215] BRANDILEONE, Ana Paula Franco. A Gloriosa Família, de Pepetela: o outro lado da história. **Scripta Uniandrade**, Curitiba, PR, v. 11, n. 2 (2013), p. 42-53. 17 dez. 2013, p. 47.

[216] PEPETELA, 1999, p. 168.

[217] PEPETELA, 1999, p. 262.

O escravo-narrador comenta que "ficava horas ouvindo estórias, muitas das quais já conhecia, de Jinga, dos makotas, dos sobas da área, (...)"[218], assim reforça a ideia da grande circulação de narrativas sobre a rainha que percorriam a região ainda no século XVII. O narrador estava em Luanda, muito distante dos quilombos de Jinga, mas isto não o impedia de sempre ter notícias de seus ataques e defesas.

O romance conta o desespero dos portugueses, confinados no interior e "constantemente confrontados com rebeliões das populações subjugadas e com a hostilidade do rei do Kongo e da rainha Jinga. " A imagem que os portugueses tinham da rainha aparece através das falas dos personagens, como Domingos Fernandes: "Mas então não temos o direito de receber apoios militares, se constantemente estamos a ser atacados por aquela canibal da Jinga?"[219]

Esta estratégia discursiva permite mostrar todas as perspectivas. Mostra como a imagem negativa da rainha foi construída em virtude de seus êxitos militares. Os governadores portugueses clamaram por reforços militares para as guerras contra a rainha. O perfil de uma terrível canibal justificava, além dos pedidos de socorro, as muitas derrotas sofridas, afinal, seus homens morriam em combate contra uma mulher de poderes mágicos seguida por guerreiros invencíveis. Pepetela evidencia esta construção imagética a partir do olhar português através de seus personagens. O mesmo recurso é usado para adentrar nos universos holandês e angolano.

O protagonista holandês tinha um filho pumbeiro, que ia ao interior em busca de escravos. Nas conversas entre eles, são reveladas as conjunturas políticas, as alianças:

> os chefes da Kissama estão em bons termos com os holandeses, já é possível atravessá-la, pelo menos para nós. Os portugueses é que não podem, são dizimados sempre que põem o pé fora de Muxima, ou se passam de Massangano para o outro lado do rio. Os Kissamas têm uma aliança com Jinga, como sabes. E houve contatos bem-sucedidos com os holandeses. (...) Porque a Jinga é sempre um problema, nunca se sabe como aprecia o tráfico. Ao passo que os Jagas, até vendem a mãe.[220]

[218] PEPETELA, 1999, p. 114.
[219] PEPETELA, 1999, p. 183.
[220] PEPETELA, 1999, p. 93.

O protagonista ocupa uma posição estratégica para a década de 1640, tem boas relações tanto como os holandeses quanto portugueses, e ainda é influente entre alguns sobas do interior, assim seu escravo-narrador que o acompanha sempre, escuta informações de todos os lados. Van Dum é solicitado para intermediar os interesses entre ambos, como quando o diretor holandês pede para ele convencer o governador Sottomayor de evitar a guerra: "não podem lutar contra a Jinga, o Kongo e nós, todos coligados, que é o que vai acontecer" [221] em referência à tríplice aliança, que de fato se uniu contra os portugueses. A conjuntura política é revelada pelo comandante holandês:

> o rei do Kongo está disposto a despachar um exército numeroso para nos apoiar na guerra. Também recebemos indicações da rainha Jinga, furiosa perante a nossa passividade. Os portugueses estão a invadir o seu território e castigam os sobas que lhe são fiéis. Querem impor como rei do Ndongo o fantoche que eles criaram, o tal Filipe Ari. E voltam a fazer razias em territórios que dependem da rainha. Ela tem muita gente aguerrida, todos sabemos, mas precisa da artilharia.[222]

O golpe político de 1626 aparece na narrativa. O "tal Filipe Ari" era Ngola Ari, entronizado pelos portugueses, que não encontrou legitimidade entre a população do Ndongo. Reparem que pelas palavras do oficial holandês, prevalece a perspectiva da rainha Jinga, que tinha razão em suas reivindicações. Apesar de seu famoso poderio, ela precisava de armas de fogo, dando a chave da negociação entre holandeses e a rainha de Matamba.

Em *A Gloriosa Família,* a rainha é apresentada a partir de um "local ideológico" mais brando, mais lúdico do que aquele exposto em *Nzinga Mbandi*. A grafia de seu nome aportuguesado, Jinga, já revela uma opção política que concilia as grafias das línguas kicongo (Nzinga) e quimbundos (Njinga). Sua vida e trajetória entram no enredo como assunto periférico, que dá substância histórica aos eventos desempenhados pelos personagens. Ela não ocupa espaço central na narrativa e não há defesas contundentes de sua pessoa, apesar de reforçar sua importância e sabedoria.

[221] PEPETELA, 1999, p. 252.
[222] PEPETELA, 1999, p. 253.

Apesar do escravo-narrador pertencer à "nação ambundo" e ser consciente e orgulhoso de sua identidade e origem, a narrativa é dotada de uma "visão prismática", apontando um evento sobre diversos pontos de vista. O que faz deste romance uma obra interessantíssima para o estudo da década de 1640 em Angola.

Considerações finais

A rainha guerreira do século XVII manteve-se viva no imaginário angolano, inspirando poetas e romancistas. Os três autores citados acima guardam em comum a escrita militante, a concepção de que a literatura é uma arma para se conscientizar a população e o envolvimento com o processo revolucionário de emancipação. Além disso, no momento posterior à independência, assumem a direção do MPLA e da nação angolana.

Neste sentido, percebemos como a Rainha Ginga foi recuperada por estes literatos como personagem central do processo de "tomada de consciência nacional", como guerreira que combateu os inimigos estrangeiros e unificou vários povos na defesa do território angolano e de sua soberania. A luta contra os portugueses no século XVII foi tomada como algo contínuo, que perpassou por séculos de dominação, sem nunca cessar o processo de resistência. A imagem da rainha vitoriosa, jamais vencida, jamais submetida tornou-se uma boa referência histórica para construir a nova identidade nacional.

Se *Nzinga Mbandi* foi escrito no calor revolucionário, em meio às agitações que levaram a construção da nova nação livre, *A Gloriosa Família*, publicada mais de vinte anos depois, apresenta uma interpretação da história que busca provocar reflexões sobre o passado. Mas ambos seguem a mesma lógica da literatura a serviço da mobilização política.

Após as vitórias nas guerras de libertação, o MPLA indicou intelectuais para comporem os primeiros escalões do Estado, confirmando a íntima relação entre a intelectualidade e o poder. A chamada "geração da utopia", composta por revolucionários bem-sucedidos, encontrou a oportunidade de utilizar o poder do Estado e do Partido para realizar a sua gama de projeto de nação. Através das relações com UEA e outros órgãos tidos como independentes, "o MPLA tornava o seu projeto

nacional socialmente hegemônico e assumia a direção intelectual e moral da sociedade". [223]

A literatura em Angola é entendida e utilizada como arma ideológica a serviço da libertação popular, como bem mostra o discurso de Agostinho Neto em 1978:

> A história de nossa literatura é testemunho de gerações de escritores que souberam, na sua época, dinamizar o processo de nossa libertação, exprimindo anseios de nosso povo, particularmente o das suas camadas mais exploradas. A literatura angolana escrita surge assim não como simples necessidade estética, mas como arma de combate pela afirmação do homem angolano.[224]

Agostinho Neto esperava que a arte e a literatura estivessem a serviço do povo e exprimissem seus anseios, especialmente das camadas mais exploradas. Desejava tornar a literatura combatente, principalmente entre o proletariado. Em um país com grande analfabetismo e pouca formação acadêmica, "foram os escritores que, ao retratarem o imaginário coletivo, se tornaram quase os únicos elaboradores de reflexões sobre a sociedade, apresentadas em outros países por cientistas sociais."[225] A literatura angolana das décadas de 1970-1980 apresenta o projeto político que os revolucionários queriam levar a cabo em Angola.

É importante pensar que a identidade nacional que os literatos buscavam retratar não existia antes de se concluir o processo revolucionário. Era esta mesma literatura que estava a forjar esta identidade e os valores da nova nação.

Um dos pilares do MPLA era a defesa de uma Angola pluriétnica e multirracial. Enquanto na UNITA havia predominância ovimbundo e na UPA/FNLA, bakongo, o MPLA queria estabelecer uma política que representasse várias etnias, a despeito da predominância mestiça e ambundo de sua liderança. A saga da rainha seiscentista também corroborava com este propósito uma vez que ela reunira pessoas das mais diversas origens étnicas e percorreu boa parte do território em suas campanhas, não

---

[223] CARVALHO, 2016, *p*. 45-46.
[224] Agostinho Neto apud CHAVES, R. **A formação do romance angolano**. São Paulo: Via Atlântica, 1999, p. 32.
[225] CARVALHO, 2016, *p*. p.59.

se restringindo a liderança da etnia ambundo, o que Mata chamou de processo de "transnacionalização Ngola": [226]

> A heroicidade da rainha, uma Muene-Ngola, também se constrói através de deslocamentos geográficos vários, e da sua capacidade de convocar outros povos e outros reinos (...) circunscrevendo territorialmente um corpo simbólico, a dos "povos de Angola", gerando uma "comunidade imaginada" a partir da solidariedade politica e de convergência de interesses."[227]

Podemos afirmar que os intelectuais angolanos ligados às ideias de libertação construíram, através da literatura, a imagem da heroína nacional que enfrentou os invasores estrangeiros, uniu diversos povos e defendeu a soberania e liberdade de seu povo.

A literatura foi uma forma eficaz de contar a história dos antepassados guerreiros de Angola para aquela população. Talvez tenha sido uma estratégia de conscientização das massas, já que a literatura, com sua linguagem mais prazerosa do que a acadêmica, entra em maior profusão nos lares e escolas, fazendo com que as tradições angolanas se tornassem conhecidas em larga escala, conferindo a identidade almejada pelos literatos.

Referências Bibliográficas

BONTINCK, François. "Un mausolée por les Jaga." **Cahiers d'Etudes Africaines**, v 20, n.79. p. 387-389, 1980.

BRANDILEONE, Ana Paula Franco. A Gloriosa Família, de Pepetela: o outro lado da história. **Scripta Uniandrade**, Curitiba, PR, v. 11, n. 2 (2013), p. 42-53. 17 dez. 2013.

CAVAZZI. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965 . 2 Vols.

CADORNEGA, **História Geral das Guerras Angolanas**. Agência Geral das Colônias, 1971. 3 vols.

CHAVES, R. **A formação do romance angolano**. São Paulo: Via Atlântica, 1999, p. 32.

[226] MATA, 2010, p. 28.
[227] MATA, 2012, p. 35.

CASTILHON, Jean-Louis. **Zingha, Reine d'Angola**. Histoire Africaine en Deux Parties. Paris : Lacombe Librarie, 1769.

CARVALHO, Silvio Almeida. **Angola**: História, Nação e literatura (1975-1985). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

FONSECA, Mariana. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**. Século XVII. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

GARCIA, Xosé Luís. Presença da música e da dança em Sagrada Esperança de Agostinho Neto. **Via Atlântica**, n. 16, dez. 2009.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Estudos sobre Fontes, Métodos e História, Luanda: Kilombelombe, 2007.

HILTON, Anne. "The Jaga reconsidered". **The Journal of African History**. Vol. 22, n. 2, p. 191-202. Cambridge University Press, 1981.

LEITE, A. M. Janus-narrador em A gloriosa família de Pepetela, ou o poder profético da palavra narrativa. In: CHAVES, R.; MACÊDO, T. (orgs). **Portanto... Pepetela**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MATA, Inocência. **Silêncios e Falas de Uma Voz Inquieta**. Lisboa: Mar Além, 2001.

MATA, Inocência. **A Rainha Njinga Mbandi**: História, Memória e Mito. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MILLER, Joseph. "The Imbangala anfd the cronology of Early Central African History". **The Journal of African History**, Vol. 13, n.4, 1972.

MILLER, Joseph "Requiem for the Jaga." **Cahiers d'Etudes Africaines**, v. 13, n.49. p.121-149, 1973.

MILLER, Joseph."Njinga of Matamba in a new perspective". **The Journal of African History,** v.6, n.2, 1975. p.201-216.

MILLER, Joseph. **Poder político e parentesco**: os antigos estados Mbundu em Angola. Trad. De Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995. Título original: Kings and Kinsmen: early Mbundu States in Angola. Oxford: Claredon Press, 1976.

MONTOLVANI, Rosangêla. **Njinga Mandi, de Pacavira**: novo romance histórico angolano.

NETO, Agostinho. **Quatro Poemas de Agostinho Neto**. Póvoa do Varzim, e/a 1957.

NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

PACAVIRA, Manoel. **Nzinga Mbandi**: romance. Lisboa, Edições 70, 1979.

PAVÃO, Suzana. “O desenvolvimento da consciência nacional em Sagrada Esperança.” In: **SCRIPTA**. Belo Horizonte, v.6, n.12, p.337-347, 1ª sem, 2003.

PEPETELA. **A gloriosa família**: o tempo dos flamengos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SADE, Marquise de. **La philosophie dan le boudoir**: ou Les instituteurs immoraux. Paris: Gallimard, 1976.

THORTHON, John. “A ressurection for the Jaga”. In: **Cahiers d’Études Africaines**, v.18, n 69, p. 223-227, 1978.

THORNTON, John. “Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663”. **The Journal of African History**, v. 32, n. 1, p. 25-40, Cambridge University Press, 1991.

VANSINA, Jan. “The Foundation of the Kingdom of Kasanje.” **The Journal of African History,** v. 4, n. 3, p. 355-374, 1963.

VANSINA, Jan. “More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda.” **The Journal of African History**, v. 7, n. 3, p. 421-429, 1966.

OLHAR O EGITO E VER A ÁFRICA: SOBRE A APROPRIAÇÃO DE TEXTOS CLÁSSICOS POR ABOLICIONISTAS E PAN-AFRICANISTAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Jorge Henrique Almeida de Jesus[*]

Segundo Roger Chartier, um mesmo objeto cultural pode ser compartilhado por diferentes grupos sociais e usado de modos diferentes. Assim, a sociologia retrospectiva, que por muito tempo fez da distribuição desigual dos objetos o principal critério da hierarquia cultural, deve ser substituída por uma abordagem diferente, que concentre sua atenção nos empregos diferenciados, nas *apropriações* plurais dos mesmos bens, das mesmas ideias, dos mesmos gestos[228].

A lógica da apropriação pode ser percebida no modo como determinados textos produzidos na Antiguidade foram lidos e interpretados na Modernidade[229]. Textos gregos, latinos e hebraicos registraram os contatos estabelecidos pelos gregos, romanos e hebreus com os povos do continente africano, a exemplo dos egípcios e dos etíopes. A partir do final do século XV, alguns desses registros foram usados para justificar a escravidão e a suposta inferioridade dos negros, a exemplo da passagem bíblica em que Noé amaldiçoa um dos seus filhos, Cam. Outros relatos, como os de Heródoto de Halicarnasso e de Diodoro da Sicília, foram usados nos séculos XVIII e XIX por autores europeus e afro-americanos para afirmar a igualdade das "raças", defender a abolição da escravidão e a união dos povos de origem africana. Entre os principais argumentos desenvolvidos por estes autores a partir dos textos antigos está a afirmação de que o Egito faraônico era uma civilização negra e africana.

Do etnocentrismo ao racismo científico

[*] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ). Bolsista CAPES. Professora orientadora: Maria Regina Candido. E-mail: rickdealmeida@yahoo.com.br

[228] CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 12.

[229] "Modernidade", neste artigo, se refere ao período compreendido entre a segunda metade do século XV e o final do século XIX.

O mundo antigo não ignorou o problema da recusa da alteridade. Os gregos, por exemplo, se recusavam a admitir a diversidade cultural e aplicavam às outras populações uma estrutura binária antitética e etnocêntrica ao dividir o conjunto da humanidade em dois grupos desiguais: o mundo grego e o mundo bárbaro. Originalmente, o termo bárbaro era aplicado às pessoas que utilizavam uma língua incompreensível, diferente da grega, mas em seguida começou a ser usado para se referir a todos os povos não gregos. Após as Guerras Médicas (499 a. C. – 449 a. C.), o persa passou a simbolizar o bárbaro por excelência e o termo em questão adquiriu o sentido pejorativo que conserva até os dias de hoje[230].

Contudo, os gregos acreditavam que o gênero humano era uno e que as diferenças entre os povos eram acidentais. No final do século V a. C., o sofista ateniense Antífona disse que os gregos e os bárbaros eram iguais por natureza; as necessidades naturais eram comuns a ambos: "todos nós respiramos o ar pela boca e pelas narinas" [231]. Tucídides, por sua vez, acreditava que os bárbaros da sua época viviam como os gregos do passado, mostrando que as diferenças entre ambos não eram naturais, mas civilizacionais[232].

Os gregos estabeleceram contatos com populações negras ao circular pela África e ao recebê-los em seu território. Os vestígios deixados por esses contatos mostram a ausência do pré-conceito de cor. No século V a. C., Heródoto de Halicarnasso viajou pela África e fez belas narrativas sobre os egípcios e os etíopes. Ao defender a hipótese de que os colquídios – população negra fixada às margens do Mar Negro – eram de origem egípcia, ele argumentou dizendo que "ambos têm a pele negra e o cabelo crespo" [233]. Viajando mais ao sul em direção à Etiópia – atual Sudão –, relatou que os etíopes eram "os mais altos e belos de todos os homens" [234].

---

[230] SALMON, Pierre. « Racisme » ou refus de la différence dans le monde gréco-romain. In: **Dialogues d'histoire ancienne**, vol. 10, 1984, p. 75.
[231] ANTIPHON. **Discours**. Traduction : Louis Gernet. Paris: Les Belles Lettres, 1923 *apud* SALMON, 1984, p. 77.
[232] ANTIPHON apud SALMON, 1984, p. 77.
[233] HERÓDOTO. **Histoire d'Hérodote.** Tome I. Traduction: Larcher. Paris: Charpentier, 1850, p. 187.
[234] HERÓDOTO. **História**. Livro III. Brasília: UnB, 1988 apud CANDIDO, Maria Regina. A África Antiga sob a ótica dos clássicos gregos e o viés africanista. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018, p. 25.

Depois que os romanos transformaram o mar Mediterrâneo no lago privativo do seu império, os contatos entre eles e os etíopes se multiplicaram, o que foi acompanhado pelo aumento das referências aos etíopes. Estudando a história romana, constatamos que essa civilização também ignorava o pré-conceito de cor. Nenhum legislador teve a ideia de criar leis para interditar os casamentos e as relações sexuais entre os negros e os brancos. Os homens de letras, por sua vez, tecerem elogios aos etíopes, a exemplo de Propércio, segundo o qual a mulher negra possuía o mesmo poder de sedução que a branca[235].

Os hebreus também conheciam os etíopes: está na *Bíblia* que Moisés se casou com uma etíope. Contudo, seus compatriotas Míriam e Arão ficaram revoltados e o criticaram por causa disso, e questionaram se Moisés era o único interlocutor e porta-voz de Deus. Onisciente, o ser supremo ouviu a reclamação e convocou os três para comparecerem na Tenda Sagrada. Ele desceu sob a forma de uma coluna de nuvem e se pôs na entrada da Tenda. Reafirmou a autoridade de Moisés para falar em nome dele e depois se retirou enraivecido. "Assim que Deus saiu, a nuvem que estava sobre a Tenda desapareceu. No mesmo instante Míriam foi atacada por uma doença da pele, que ficou branca como a neve" [236]. Ao que tudo indica o casamento entre Moisés e a etíope foi mal visto por contrariar o costume dos casamentos endógamos, e não por uma atitude racista em relação às características físicas da mulher que encantou o líder dos hebreus. Seja como for, Míriam pagou caro pela sua atitude, e Arão só escapou porque pediu perdão a Moisés: "Por favor, chefe, eu lhe peço que não nos faça sofrer o castigo desse pecado que cometemos num momento de loucura. Não deixe que Míriam seja como um aborto que nasce com metade do corpo destruído" [237].

Como se vê, os antigos lidaram com a rejeição da alteridade, mas não o fizeram em termos raciais. O racismo propriamente dito é um fenômeno moderno. Segundo Catherine Coquery-Vidrovitch, foi a partir da segunda metade do século XV, quando os portugueses obtiveram seres humanos oriundos do delta do Níger e do Congo e fizeram com eles uma experiência de trabalho escravo na ilha de São Tomé, que se

[235] SALMON, 1984, p. 85.
[236] NÚMEROS 12, 1-12 in: BÍBLIA Sagrada. **Bíblia Sagrada:** nova tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Paulinas Editora, 2005, p. 142.
[237] NÚMEROS 12, 1-12 in: BÍBLIA, 2005, p. 142..

iniciou o regime escravista moderno baseado em mão de obra negra. Ele foi acompanhado pelas primeiras teorizações racistas em relação aos negros. Doravante, negro seria sinônimo de escravidão e inferioridade. O próprio termo "raça" só começou a ser aplicado aos seres humanos no final do século XV e só se tornou corrente no final do XVII[238].

Os homens sempre buscam justificar seus atos. Com o advento do regime escravista moderno o problema moral da escravização do homem pelo homem foi resolvido pela reinterpretação e apropriação do passado. Assim, passagens bíblicas, como a rejeição do casamento de Moisés com a etíope por Míriam e Arão, foram lidas pelos modernos como evidências da inferioridade dos negros. Contudo, o episódio que mais serviu aos propósitos legitimadores modernos foi a maldição de Cam. Tendo Noé bebido para além da conta e dormido nu, um dos seus filhos, Cam, o viu sem roupas. Ao acordar, Noé soube do ocorrido e o amaldiçoou dizendo: "Maldito seja Canaã! Ele será escravo dos seus irmãos, um escravo miserável"[239]. Em nenhum momento a *Bíblia* menciona a cor de Cam ou de seus descendentes, porém os modernos chegaram à conclusão de que eles eram negros. Segundo Coquery-Vidrovitch:

> A Bíblia parou ali. Mas não foi o que fizeram seus comentaristas. Ao texto sagrado se juntou uma série de contos, como o de Cuxe, outro filho de Cam. Este, novamente, teria desobedecido a Noé, que havia proibido seus descendentes de terem relações sexuais na Arca. Ora, Cam concebeu uma criança durante o dilúvio: Cuxe. Deus o amaldiçoou e o fez nascer negro. Dele teriam nascido os etíopes e todos os negros africanos.[240]

A reinterpretação e apropriação de passagens bíblicas como essa foram monopolizadas pelos religiosos e contribuíram para a legitimação da escravidão, bem como para a instauração do racismo. No século XVIII, o discurso da inferioridade do negro foi elevado a um novo patamar pelos filósofos iluministas. Apesar de se oporem

---

[238] COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. Le postulat de la supériorité blanche et de l'infériorité noir. **Le livre noir du colonialisme**, Paris : Robert Laffont, 2003.

[239] GÊNESIS 9, 25 in: BÍBLIA, 2005, p. 10.

[240] O texto em língua estrangeira é: « La Bible s'arrête là. Il n'en fut pas de même, pour ses commentateurs. Au texte sacré s'ajoutèrent une série de contes dont celui de Koush, autre fils de Cham. Celui-ci, à nouveau, aurait désobéi à Noé qui avait interdit à sa descendance d'avoir des rapports sexuels dans l'Arche. Or Cham conçut un enfant pendant le déluge : Koush. Dieu le maudit et le fit naître noir. De lui naquirent les Éthiopiens et tous les Noirs africains ». COQUERY-VIDROVITCH, 2003, p. 5-6.

à Igreja em muitos aspectos, esses pensadores se mantiveram fiéis a ela ao retomar e aprofundar a rejeição do outro em termos culturais e físicos.

Dos 12 milhões de negros que Coquery-Vidrovitch acredita terem sido comercializados entre o século XV e o XVIII, quase 6 milhões o foram apenas neste último século. O grande peso do tráfico de escravos na economia europeia estimulou o recrudescimento do etnocentrismo e do racismo contra os povos negros africanos. À maldição de Cam se somaram reflexões filosóficas que defendiam a sua inferioridade cultural e natural.

Porém, entre os iluministas a rejeição dos povos negros africanos era dúbia, dando-se tanto em termos culturais quanto físico-raciais. Os iluministas acreditavam que os povos se dividiam em civilizados, bárbaros e selvagens. Os europeus monopolizavam a condição de civilizados e bárbaros, ao passo que os outros povos eram considerados selvagens. O civilizado era dotado de cultura e tinha consciência de si mesmo; quando incorria em falhas morais, por exemplo, ao praticar e apoiar a tirania tornava-se bárbaro. Os outros povos, como os índios americanos e os negros africanos, não teriam consciência de si mesmos e não se diferenciariam do estado de natureza. Essa ideia aparece em Jean-Jacques Rousseau, que falava do "bom selvagem", isto é, dos indígenas não afetados pelos vícios da Europa civilizada. Está presente também em Friedrich Hegel, segundo o qual, "Na África, nós encontramos aquilo que pode ser chamado de 'estado de inocência', onde se supõe que o homem vive de acordo com Deus e com a natureza"[241]. Filósofos como Rousseau e Hegel eram etnocêntricos, mas não necessariamente racistas[242].

As filosofias de outros pensadores do século XVIII, porém, percebiam o outro não apenas em termos de cultura, mas também de natura, o que demonstra que o racismo vinha ganhando terreno. Em 1748, David Hume propôs que a humanidade progredia de forma linear e que todas as outras espécies da humanidade eram *naturalmente* inferiores aos brancos. No final do século, Emmanuel Kant corroborou essas ideias em uma passagem famosa, ao dizer que:

---

[241] HEGEL *apud* COQUERY-VIDROVITCH, 2003, p. 11.

[242] DIENG, Amady Aly. **Hegel et l'Afrique noire:** Hegel était-il raciste? Dakar: CODESRIA, 2006.

> Hume desafia quem quer que seja a lhe mostrar um negro que tenha demonstrado talentos, e ele afirma que, entre centenas de milhares de negros transportados para longe de seu país, e dos quais um grande número foi posto em liberdade, jamais se encontrou um para produzir qualquer coisa de grande nas artes, nas ciências ou em qualquer outra nobre disciplina, ao passo que não é raro ver brancos oriundos da plebe suscitar a admiração do mundo pela excelência de seus dons[243].

Filósofos iluministas como Hume e Kant explicavam as ações individuais e coletivas dos outros povos, neste caso os de origem negra, não apenas em termos culturais, mas também em termos naturais. Além de etnocêntricos, eram racistas.

De acordo com Renato da Silveira, ao longo da segunda metade do século XVIII as doutrinas racistas não passavam de aglomerados de preconceitos baseados em aparências, impressões mal fundamentadas, interesses mal disfarçados, na extensão abusiva de imagens familiares e em padrões inspirados pela estética do classicismo. Foi ao final desse século e, sobretudo, no decorrer do XIX que uma objetividade baseada na quantificação começou a ganhar força[244].

Pelo final do século XVIII começaram a surgir algumas disciplinas mais ou menos científicas cujo objetivo era estabelecer relações de causa e efeito entre as características físicas, psicológicas e culturais dos seres humanos. Em 1780, o suíço Caspar Lavater sistematizou a fisiognomonia, método que pretendia detectar todas as qualidades de um indivíduo a partir da sua fisionomia. Segundo Silveira:

> Com a sucessão das obras de Lavater, todos os povos do vasto mundo começaram a ser enquadradas pela doutrina fisiognomonista, pretendendo-se estabelecer o caráter de cada qual pelo exame de traços faciais individuais e logo também pela cor da pele, considerada reveladora da alma. A pele escura, previsivelmente, era tida pela fisiognomonia como signo de uma alma pervertida, enquanto a pele clara conotava um caráter nobre[245].

No início do século XIX, o médico austríaco naturalizado francês Franz Josef Gall publicou uma obra intitulada *Anatomia e fisiologia do sistema nervoso em geral* em que criticou a superficialidade da fisiognomonia. Segundo ele, devia-se partir

[243] KANT *apud* COQUERY-VIDROVITCH, 2003, p. 13 (Tradução do autor).
[244] SILVEIRA, Renato. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia,** 23, p. 98-99, 1999.
[245] SILVEIRA, 1999, p. 102.

exclusivamente da caixa craniana, da forma e do volume do cérebro para se estabelecer as diferentes posições e inclinações inatas dos indivíduos e das raças. Os brancos teriam cérebros privilegiados, ao contrário dos povos selvagens e dos marginais do continente europeu. O holandês Willem Vrolik, por sua vez, criou um método de mensuração da pelve em que estabelecia uma relação direta entre o comprimento da bacia e a superioridade ou inferioridade racial. As raças não europeias, a exemplo das africanas, teriam pelves mais largas e por isso seriam moral e culturalmente mais próximas do reino animal[246].

Entre 1853 e 1855 foi publicada uma obra que se tornou emblemática das teorias raciais, trata-se de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, escrita por Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882). Segundo Gobineau, a humanidade dividia-se em três grandes raças organizadas hierarquicamente. Em primeiro lugar vinham os brancos, portadores de energia e inteligência, únicos capazes de criar civilizações; em seguida vinham os amarelos, pré-dispostos à apatia, mas que conservavam certa forma de racionalidade; por fim vinha a raça negra, condenada a nunca deixar o círculo intelectual mais estreito e que era caracterizada pela avidez das sensações. O que o negro desejava era comer, comer em excesso, com furor[247].

Gobineau retomou muitas ideias raciais formuladas antes dele, e introduziu outras. Na época muitos autores repugnavam a mistura das "raças", que conforme se acreditava degeneraria a raça branca superior. Gobineau concordava com essa ideia, mas partia do princípio de que a mistura, desde que feita na devida proporção, poderia surtir efeitos positivos. Ao estabelecer que a inteligência competia prioritariamente aos brancos e a sensibilidade aos negros, ele concluiu que a raça negra seria portadora do gênio criativo. Mas para que essa tendência se materializasse na forma de arte, seria preciso unir a sensibilidade do negro à inteligência do branco. Ao analisar a história da antiguidade, Gobineau disse que a Grécia foi a civilização que fez a melhor combinação ao incluir poucos negros e muitos brancos, ao passo que civilizações como Egito e Mesopotâmia falharam na dosagem:

---

[246] SILVEIRA, 1999, p. 103.

[247] MOUSSA, Sarga. Le langage des Noirs dans l' « Essai sur l'inégalité des races humaines » de Gobineau. Sensation et création. **Wort Macht Stamm. Rassismus und Determinismus in der Philologie**, Fink, p.227-238, 2012, p. 1.

> Se admitirmos, ao lado dos gregos e dos juízes mais competentes nessa matéria, que a exaltação e o entusiasmo são a vida do gênio das artes, que esse gênio, mesmo quando é completo, confina à loucura, não será em nenhum sentimento organizador e sábio de nossa natureza que encontraremos a causa criadora, mas bem no fundo da revolta dos sentidos, nesses ambiciosos surtos que o levam a casar o espírito com as aparências, a fim de tirar qualquer coisa que agrade mais do que a realidade. Ora, vimos que para as duas civilizações primitivas [assíria e egípcia], o que organizou, disciplinou, inventou leis, governou com base nessas leis, em uma palavra, fez obra de razão, foi o elemento branco, camita, ariano e semita. Desde então se impõe esta conclusão rigorosa, a saber, que a fonte da qual a arte brotou é alheia aos instintos civilizadores. Ela está escondida no sangue dos negros. Esta universal potência da imaginação, que vemos envolver e penetrar as civilizações primordiais, não possui outra causa senão a influência crescente do princípio melanino[248].

Mas este exame sobre a percepção da alteridade a partir de critérios raciais, que tanto afetou a imagem dos negros, não estaria completo se não fizéssemos referência ao debate em torno da origem do homem. Por muito tempo essa discussão foi vetada pela Igreja Católica, que a partir da *Bíblia* endossou a monogenia como a única explicação correta para a origem do homem. Na modernidade, porém, esse assunto perdeu paulatinamente o consenso e deu margem a calorosas discussões. Ao que tudo indica, o debate a respeito da origem una ou múltipla dos seres humanos, a problematização acerca da existência de apenas uma ou várias espécies humanas ganhou força nos Estados Unidos da América em meados do século XIX. Naquele contexto, a teoria monogenista era defendida, sobretudo, pelos defensores da abolição da escravidão, ao passo que a teoria poligenista era entusiasticamente apoiada pelos defensores do regime escravista. Como estes últimos não conseguiam mais legitimar a manutenção da escravidão evocando apenas o mito da descendência amaldiçoada de Cam foram feitos esforços científicos para se demonstrar que os negros não tinham a mesma origem que os brancos. As plantações de algodão do sul dos Estados Unidos da América precisavam de mãos negras.

Na Europa o debate também ganhou força ao longo do século XIX, mas parece ter sido muito mais uma reação dos filósofos e naturalistas aos postulados da Igreja, numa luta entre ciência e religião. A ciência ganhou a guerra e a teoria poligenista tornou-se hegemônica. Seus principais defensores e expoentes foram Georges Pouchet

[248] GOBINEAU *apud* MOUSSA, 2012, p. 6 (Tradução do autor).

e Paul Broca. Adotando critérios físicos, este argumentava que os negros constituíam uma raça diferente da branca. Vejamos como Broca descreveu a raça negra:

> A fisionomia dos negros (sem falar da sua cor) é caracterizada por uma fronte estreita e fugidia, um nariz esmagado na base e achatado na altura das narinas; olhos muito descobertos, de íris amarronzada e esclera amarelada; lábios extremamente grossos e virados para fora e para frente; enfim, mandíbulas salientes, em forma de focinho, suportando longos dentes oblíquos. Tais são os principais traços que dão à figura etíope uma marca especial [249].

Essa descrição desfrutou de grande credibilidade no século XIX e serviu aos propósitos de Broca para justificar a teoria poligenista, bem como a hierarquização entre as raças. Pouchet, que assim como ele defendia a pluralidade das raças humanas, preferiu critérios de ordem intelectual e moral ao invés dos físicos. No livro *De la pluralité des races humaines* (1858), um dos pontos em que Pouchet distingue as raças é na religião. Segundo ele, nem todos os povos possuíam a noção da existência de um Deus. Ele escreveu:

> Três vastas regiões da Terra parecem ter permanecido até a nossa época isenta de crenças religiosas, quais sejam, a África central, a Austrália e as terras boreais, isto é, as três partes do mundo mais difíceis de explorar, as únicas que ainda não o foram inteiramente[250].

Hoje, a suposta maldição dos filhos de Cam, a selvageria dos povos não europeus, a descrição caricata dos negros, tal como feita pelos filósofos iluministas, a hierarquização das raças feita por Gobineau, os brancos sendo os mais inteligentes, e os negros figurando como sensíveis, os argumentos físicos, intelectuais e morais usados por Broca e Pouchet etc., podem parecer pueris e fáceis de serem contestados.

---

[249] O texto em língua estrangeira é: « La physionomie des nègres (sans parler de leur couleur) est caracterisée par un front étroit et fuyant, un nez écrasé a sa base et épaté au niveau des narines; des yeux trés découverts a iris brun et a sclerotique jaunâtre ; des lèvres extremement epaisses, retroussées au dehors et retroussées en avant; enfin des machoires saillantes, *en forme de museau* et supportant de longues dents obliques; tels sont les principaux traits qui donnent a la figure ethiopienne un cachet tout a fait spécial ». BROCA *apud* FIRMIN, Anténor. **De l'égalité des races humaines:** anthropologie positive. Paris: Librarie Cotillon, 1885, p. 58.

[250] O texto em língua estrangeira é: « Trois vastes régions de la terre paraissent être restées jusqu'à notre époque, franches de croyances religieuses, c'est l'Afrique centrale, l'Australie et les terres boréales, c'est-à-dire les trois parties du monde les plus difficiles à explorer, les seules qui ne l'aient pas encore été tout entières ». POUCHET, Georges. **De la pluralité des races humaines**. Paris: J. B. Baillers et Fils, 1858, p. 96.

Na época em que foram elaborados e veiculados, porém, eles desfrutavam de grande credibilidade. Tanto foi assim que esse discurso virou o século XIX e chegou ao XX, diminuindo a partir de meados desse século, mas permanecendo de certa forma até os dias de hoje.

Olhar o Egito Antigo e ver a África Moderna

A ideia de que os negros eram inferiores aos outros povos, menos inteligentes do que eles, sensíveis, infantis, selvagens, violentos, debochados e assim por diante, se bem que cada vez mais hegemônicas nos séculos XVIII e XIX, nunca chegaram a ser unânimes. Exatamente nesses dois séculos, quando o eurocentrismo e o racismo anti-negro recrudesceram, ouviram-se vozes que dissonavam do coro. Elas pertenciam em sua grande maioria aos defensores do abolicionismo e do pan-africanismo, que defenderam o fim da escravidão e a igualdade entre negros e brancos evocando argumentos de várias ordens. Entre eles estava a alegação de que o Egito antigo era uma civilização negra. Muitos afirmaram isso baseados nos autores da antiguidade clássica, como Heródoto de Halicarnasso e Diodoro da Sicília, mas em alguns casos combinaram os testemunhos antigos com outros tipos de informação. O precursor foi Constantin François de Chassebœuf (1757-1820), o conde de Volney.

Por volta de 1780, após ser agraciado com uma boa fortuna, o conde de Volney resistiu à tentação de gastar o dinheiro em frivolidades e resolveu empregá-lo de forma mais proveitosa. Erudito, apaixonado por livros, amante da história e interessado no aprendizado de línguas estrangeiras, decidiu torrar o dinheiro em viagens de estudo. Mas para onde iria? Descartou a França e os países vizinhos, que conhecia bem. Cogitou visitar a América dos “selvagens”, mas voltou atrás. Finalmente, optou pela Síria e o Egito, que naquela época faziam parte do Império Turco. Afinal, foi nesses países que nasceram, pensava ele, a maior parte das ideias que nos governam. De lá saíram as ideias religiosas que influenciaram tão poderosamente nossa moral pública e particular, nossas leis e, sobretudo, nosso estado social. Viajando à Síria e ao Egito, seria possível descobrir até que ponto o espírito e os costumes antigos se alteraram ou conservaram. Seria possível interrogar acerca da influência do clima sobre as gentes, os efeitos dos diferentes tipos de

governos, as causas dos hábitos, “em uma palavra, julgar a partir do estado presente qual foi o estado dos tempos passados” [251].

Segundo o conde de Volney, ao longo de toda a história ocorreram revoluções que aproximaram os diferentes povos. Em alguns casos, os vencedores misturaram-se com os vencidos, originando uma população homogênea; em outros, eles viveram de forma segregada, preservando em maior ou menor medida suas características originais. Nestas situações, as diferenças físicas entre os povos poderiam fornecer índices para a reconstituição da história dessas revoluções e dos povos que a protagonizaram. Algo parecido ocorreu no Egito, onde desde os últimos séculos anteriores à era Cristã sucederam-se persas, macedônicos, romanos, gregos, árabes, georgianos e tártaros, isto é, turco-otomanos. Esses povos se misturaram a tal ponto que ficou difícil a tarefa de distinguir cada um. Todavia, prossegue o conde de Volney, seria possível identificar quatro “raças” principais na população egípcia. A mais antiga delas seria a dos coptas, assim descritos pelo autor:

> Considerando a feição de muitos indivíduos dessa raça, descobri um traço particular que reteve minha atenção: todos têm um tom de pele amarelado e enfumaçado, que não é nem grego nem árabe. Todos eles têm faces balofas, olhos inchados e lábios grossos, em uma palavra, rostos realmente mulatos. Fiquei tentado a atribuir essas características ao clima, até que, visitando a Esfinge e olhando para ela, percebi a pista para a solução do enigma. Contemplando essa cabeça, cujos traços são todos caracteristicamente negros, lembrei-me da conhecida passagem de Heródoto: ‘De minha parte, considero os colquídios uma colônia do Egito porque, como os egípcios, eles têm a pele negra e o cabelo crespo’. Em outras palavras, os antigos egípcios eram verdadeiramente negros, da mesma matriz racial que os povos autóctones da África; a partir desse dado, pode-se explicar como a raça egípcia, depois de alguns séculos de miscigenação com sangue romano e grego, perdeu a coloração original completamente negra, mas reteve a marca de sua configuração[252].

Após concluir que os coptas eram negros, e que eles constituíam uma das principais “raças” que ocupavam o Egito há milênios, o conde de Volney diz que esse

[251] VOLNEY. **Voyage en Syrie et en Égypte, pendant les annés 1783, 1784 e 1785.** Paris: Librairie Volland, 1787.
[252] VOLNEY, 1787, p. 76-77.

país oferecia boas reflexões à filosofia. Que tema para meditação, diz ele, ver a atual "barbárie" e "ignorância" dos coptas, originários da mistura do gênio profundo dos egípcios e do espírito brilhante dos gregos, "de pensar que essa raça de homens negros, hoje objeto de nosso desprezo, é a mesma a quem devemos nossas artes, nossas ciências e até mesmo o usa da palavra". Crítico mordaz, não perdeu a oportunidade para criticar as ideias e práticas de seus contemporâneos em relação aos negros, ao problematizar o fato de que "no meio de povos que se dizem os maiores amigos da liberdade e da humanidade [isto é, entre os europeus] é que se sancionou a mais bárbara escravidão e se questionou *se os homens negros possuem uma inteligência da mesma espécie dos homens brancos!"* [253].

Ao defender que os coptas eram os principais remanescentes do Egito antigo ainda presentes no Egito moderno, e que esses coptas eram negros, o conde de Volney contestou as bases do discurso que alegava a inferioridade dos negros. Ao invés de incultos, eles teriam sido no passado altamente civilizados e criado muitos dos elementos culturais valorizados pela Europa moderna. Hipócritas seriam os europeus, pensava o conde de Volney, que escravizavam e menosprezavam os inventores da civilização.

No século XIX, outros homens de letras engajados na campanha abolicionista adotaram pontos de vista semelhantes aos do conde de Volney. Victor Schoelcher (1804-1893), membro da burguesia francesa, viajou para as Américas entre 1829 e 1830. Ao observar diretamente o sistema escravista vigente em países como Cuba, México e Estados Unidos da América, bem como a resistência dos escravizados ao regime de trabalho forçado, decidiu engajar-se na campanha abolicionista. De volta à França, publicou o livro *De l'esclavage des noirs et de la législation coloniale* (1833), onde defendeu a abolição gradual da escravidão e uma série de medidas preparatórias, como, por exemplo, a proibição da separação dos filhos dos escravizados, por venda, de seus parentes; a supressão da indenização dos proprietários de escravizados submetidos à castigo ou mortos por essa razão; criação de um fundo previdenciário em caso de doença ou incapacidade funcional para os escravizados; direitos civis e políticos para os negros e mestiços livres; inclusão de

[253] VOLNEY, 1787, p. 76-77.

todos os homens livres no sistema educacional, a despeito da origem étnica; autorização do casamento entre brancos e negros e outras medidas[254].

Em 1840, Schoelcher participou de um concurso que tinha como tema "Quais são os meios para extirpar o pré-conceito injusto e bárbaro contra a cor dos africanos e dos mestiços?". Para concorrer, o abolicionista redigiu o livro *Examen critique du préjugé contre la couleur des Africains et des Sang-Mêlé*. Entre os argumentos utilizados na obra, citou a grandeza e a anterioridade da civilização egípcia, vista como uma criação de negros:

> Ao lançar os olhos sobre o Egito, esse Egito tão misterioso antes de ser desvendado pelo olho escrutador dos sábios modernos, através de suas fábulas, sua alta antiguidade e civilização, nós encontramos uma população negra. Diodoro da Sicília, Heródoto e outros escritores nos ensinaram que o Egito foi povoado e civilizado por homens descendentes da Etiópia: foram esses homens que importaram os caracteres hieroglíficos, escrita vulgar dos etíopes. Sendo assim, é um ponto fora de qualquer contestação que o Egito foi povoado por negros, dos quais recebeu parte de sua primeira civilização[255].

No extrato destacado, Schoelcher defende o pertencimento do Egito faraônico à África negra apoiando-se nos testemunhos oriundos da Antiguidade clássica. Autores como Heródoto de Halicarnasso e Diodoro da Sicília são tomados como referências em favor da composição étnica da civilização egípcia[256]. Ao contrário da tendência que se afirmou na egiptologia do século XIX e da primeira metade do XX, não é com base na entrada de populações exógenas não negras que o autor explica o surgimento do

---

[254] SOMET, Yoporeka. Victor Schoelcher et nous. **Ankh – Revue d'égyptologie et des civilisations africaines**, Gif-sur-Yvette, nº 17, 2008, p.151.

[255] O texto em língua estrangeira é : « En jetant les yeux sur l'Égypte, cette Égypte si mystérieuse avant que l'oeil scrutateur de nos savants modernes eût démêlé, à travers ses fables, sa haute antiquité et sa civilisation, nous trouvons une population noire. Diodore de Sicile, Hérodote, et d'autres écrivains, nous apprennent que l'Égypte fut peuplée et civilisée par des hommes descendus de l'Ethiopie : ce sont ces hommes qui y ont importé les caractères hiéroglyphiques, écriture vulgaire des Ethiopiens. Ainsi, c'est un point hors de toute contestation que l'Égypte fut peuplée par les nègres, et reçut d'eux une partie de sa première civilisation ». SCHOELCHER *apud* SOMET, 2008, p. 151.

[256] Segundo Mario Beatty, antes da decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion, em 1822, os eruditos modernos apoiavam-se principalmente nos textos greco-latinos e na Bíblia para acessar a civilização egípcia (vide o caso de Volney, mencionado neste capítulo). Décadas depois da decifração da antiga escrita egípcia, aquelas fontes ainda gozavam de centralidade, sendo substituídas pelos textos hieroglíficos gradualmente. É por isso que Schoelcher, nos anos 1840, defendeu a origem etíope da civilização egípcia citando relatos gregos, e não egípcios.

Egito; ao contrário, ele a atribui aos próprios negros, ideia cada vez mais heterodoxa na época em que escrevia.

A ideia segundo a qual o Egito era uma civilização negra também esteve presente entre os abolicionistas dos Estados Unidos da América. Desde o começo do século XIX essa tese vinha sendo usada pelos negros como uma de suas armas na luta contra o pré-conceito e a discriminação raciais. Segundo Stephen Howe, o primeiro livro de história escrito nesse país a tratar especificamente de pessoas negras, *Light and Truth*[257], foi escrito em 1836 por Robert Benjamin Lewis, homem de origens mestiças.

> Esse trabalho é emblemático do que seria um certo número de obras historiográficas posteriores, escritas por negros e não negros do século XIX e da primeira metade do XX. Esse livro mostra, sem se preocupar com o status dos negros da época, que eles haviam sido na antiguidade muito mais do que simples cortadores de madeira ou carregadores de água. Lewis identificou como negros uma multidão de personagens da antiguidade que a erudição moderna não definia como tal. Ele afirmou que Cipião Africano, Belisário, Cícero, Hannibal, Moisés, Pompeu, Terêncio e Tertuliano eram homens de cor. Os negros americanos usaram essa história a fim de realçar psicologicamente a raça e fazer valer seus direitos sobre um passado que fazia deles agentes na história, e não apenas sujeitos [258].

O interesse do intelectual pan-africanista Martin Robinson Delany (1812-1885) pelo Egito antigo foi estudado por Mario Beatty. Segundo ele, Delany foi o primeiro negro norte-americano a apresentar visualmente, transcrever e traduzir os hieróglifos egípcios em sua obra *Principia of Ethnology*, de 1879. Na época em que foi escrito, esse livro defrontou-se com o racismo científico representado pela *American School of Ethnology* que, nas pessoas de Josiah Nott, Samuel Morton e George Gliddon, teve

[257] Luz e verdade, em tradução livre.

[258] O texto em língua estrangeira é : « Ce travail est emblématique de ce que furent un certain nombre d'ouvrages historiques postérieurs, écrits par des Noirs et par d'autres du XIXe et dans la première moitié du Xxe siècle. Ce livre montrait, sans se préoccuper du statut des Noirs à l'époque, qu'ils avaient été dans l'Antiquité bien plus que des coupeurs de bois ou des porteurs d'eau. Lewis identifiat comme noirs une foule de personnages de l'Antiquité que l'érudition moderne ne définirait pas comme noirs. Il afirmait que Scipion l'Africain, Bélisaire, Cicéron, Hannibal, Moïse, Pompée, Térence et Tértullien étaient tous des hommes de couleur. Les noirs américains fussent usage de cette histoire afin de reahausser psychologiquement la race et faire valoir leurs droits sur un passé qui fasait d'eux des agents dans l'histoire, et non pas seulement des sujets » HOWE, Stephen. L'Afrique comme objet sublime de l'idéologie. In : FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier ; CRHÉTIEN, Jean-Pierre ; PÉRROT, Claude Hélène (org.). **Afrocentrismes**. L' Histoire des Africains entre Égypte et Amérique. Paris: Karthala, 2000, p. 68.

uma atuação decisiva para a legitimação das hierarquizações étnicas na sociedade norte-americana com base em um discurso supostamente objetivo e científico. Egiptólogo amador, Gliddon atuou, mais do que qualquer outro da sua época, para introduzir o campo da egiptologia entre os norte-americanos, veiculando uma interpretação da civilização egípcia na qual ela figurava como obra da "raça" caucasiana[259].

Enquanto Gliddon apresentava o Egito e a Núbia como produtos da inteligência pretensamente superior do homem branco, e implicitamente utilizava-se disso para justificar a posição subalterna dos negros na sociedade norte-americana do século XIX, Delany, adotando postura diferente, buscou rebater a ideia de que o Egito era uma civilização caucasoide ao assimilá-la ao mundo negro-africano. Para Delany, o país dos faraós e a nação das candaces foram os berços do monoteísmo, algo que veio a calhar com suas convicções religiosas cristãs e com sua filiação à maçonaria. Muito em razão dessas vinculações pessoais, Delany traduziu os hieróglifos egípcios com o propósito de demonstrar a existência de um Deus supremo entre os antigos egípcios e núbios, de maneira a conectar a antiguidade negro-africana com o passado bíblico[260]. Seja como for, a presença da temática egípcia sob a pluma de um intelectual e ativista negro da estatura de Delany, no século XIX, revela a importância da apropriação das civilizações africanas para a defesa da igualdade racial.

[259] BEATTY, Mario. Martin Delany and Egyptology. **Ankh – Revue d'Égyptolgoie et des Civilisations Africaines**, nº 14/15, 2005-2006, p. 90.
[260] BEATTY, 2005-2006, p. 80.

Essas duas linhas de hieróglifos egípcios foram escritas por Delany e representam o primeiro esforço textual de um afro-americano para transcrever e traduzir os hieróglifos egípcios. Elas estão inclusas na obra *Principia of Ethnology* (1879), no capítulo 10, intitulado "Construtores das Pirâmides". Fonte: BEATTY, 2005-2006, p. 92.

Outra contestação às teorias raciais que pregavam a inferioridade dos negros veio do Haiti. Em 1884, o advogado e intelectual pan-africanista haitiano Anténor Firmin (1850-1911) foi eleito membro titular da Sociedade de Antropologia de Paris, onde passou a conviver com os principais representantes da antropologia física francesa. Durante o tempo em que frequentou a instituição, Firmin pode aprimorar as pesquisas antropológicas que vinha conduzindo há alguns anos em seu país de origem. Elas foram publicadas em 1885 sob o título *De l'égalité des races humaines*, numa resposta direta às teorias racistas simbolizadas pelo *Essai sur l'inégalité des races* escrito por Gobineau entre 1853 e 1855.

No que diz respeito à origem do homem, questão que opôs monogenistas e poligenistas, Firmin adotou uma postura relativamente indiferente. Segundo ele, pouco importava se o homem teve uma origem única ou se desde o começo se dividia em várias espécies, o importante é que a "raça" negra não era inferior a nenhuma outra em termos de inteligência, virtude e força de vontade. Apesar dessa convicção, julgou pertinente passar em revista os argumentos defendidos pelos principais defensores da teoria poligenista, pois esta teoria se tornou hegemônica na época em que escrevia e era defendida pela maioria esmagadora dos cientistas que acreditavam na inferioridade dos negros.

Firmin prestou bastante atenção aos argumentos defendidos por Paul Broca e Georges Pouchet. Ambos eram poligenistas, mas defendiam seus pontos de vista com argumentos diferentes. O primeiro privilegiou os aspectos físicos para distinguir as raças e comprovar suas origens múltiplas, ao passo que o segundo viu por bem diferenciá-las a partir dos fenômenos intelectuais e morais, destacando o fenômeno religioso. Firmin buscou problematizar as alegações de ambos, dizendo, por exemplo, que as características físicas dos negros apresentadas por Broca eram assaz generalizadas e caricatas, não correspondendo à diversidade e à realidade dos tipos físicos dos negros. Contudo, os argumentos de Pouchet – como a alegação de que os negros não tinham consciência de Deus e eram incapazes de elaborar sistemas religiosos – foram vistos por Firmin como um argumento ainda mais frágil que o de Broca. Ele refutou essa ideia lembrando que os vedas, população negra do Ceilão, possuíam cultos religiosos, portanto seus cérebros eram dotados da capacidade imaginária necessária à religião.

> Por minha parte, considero [o culto veda] mais tocante, mais penetrado de poética tristeza e de tenra efusão que muitas outras cerimônias litúrgicas, que excitariam geralmente a hilaridade não fosse o respeito humano e, sobretudo, esta delicada conveniência que deve ser mantida diante dos atos de fé[261].

Ao longo das quase 700 páginas de *De l'égalité des races humaines*, Firmin desenvolveu vários argumentos para rebater a tese da inferioridade dos negros, mas o argumento-chave que gostaríamos de destacar se encontra no capítulo IX, intitulado "L'Égypte et la civilisation". Ele diz que os defensores da inferioridade dos negros buscaram solidificar seus argumentos alegando que eles sempre foram inferiores aos brancos. Sem romper com a ideia de que havia culturas mais evoluídas e menos evoluídas – pensamento corrente no século XIX – Firmin diz que a inferioridade atual dos negros em relação à Europa era cultural e passageira, e não natural ou eterna. Para provar isso, o melhor caminho seria vasculhar a história em busca de civilizações

[261] O texto em língua estrangeira é : « Pour ma part, je le trouve plus touchant, plus penétré de poétique tristesse et de tendre effusion que bien des cérémonies liturgiques, qui exciteraient souvent l'hilarité, n'était le respect humain, n'était surtout cette delicate convenance que l'on doit garder devant tout acte de foi ». FIRMIN, 1885, p. 63.

negras. “A existência de um tal fato, qualquer que seja a época de sua manifestação, não bastará por si mesma para refutar a teoria da desigualdade das raças?”, perguntou-se[262].

Ao vasculhar a história, a civilização mais antiga que podemos encontrar é a egípcia, prossegue o autor. Os egípcios foram os iniciadores incontestes das nações brancas ocidentais no que diz respeito à ciência e à arte, e criaram sozinhos, no vale do Nilo, “o mais belo edifício social jamais concebido por uma aglomeração humana” [263]. Na época do surgimento do Egito, a Europa ainda estava mergulhada na “barbárie”, o que prova que todas as raças experimentaram diferentes graus de cultura a depender do momento histórico[264].

Para sustentar a ideia de que os egípcios eram negros, Firmin usou os testemunhos da antiguidade clássica – como fizeram antes dele autores como o conde de Volney –, porém aprofundou a investigação ao analisar as representações humanas presentes nos monumentos antigos. Ao descrever o modo como os egípcios representavam a divindade, Gaston Maspero disse que os egípcios consideravam a divindade como um ser único, de cujos olhos brotaram os quatro tipos humanos presentes na Terra: os egípcios e os negros foram postos sob a proteção de Hórus, os asiáticos e os povos do norte de pele branca receberam a proteção de Sekhet. Essa descrição é apropriada por Firmin, que ao contrário de Maspero, vê nela elementos suficientes para provar que os egípcios não se viam como diferentes dos demais negros da África. Ele escreveu:

> Um fato positivo se apresenta desde logo. É que os antigos egípcios se colocaram ao lado dos negros (Nahsi ou Na’hasiou) sob a proteção de Hórus que é, por assim dizer, a divindade étnica da África em oposição ao resto do mundo. [...] Por outro lado, eles agrupam o conjunto dos asiáticos (Aamoû) e dos povos do norte de pele branca (Tamahoû ou Tahennoû). Esta divisão não é significativa? Não indicaria que eles se reconheciam como sendo da mesma origem que os outros negros da África e que com ou sem razão eles supunham uma origem comum aos brancos da Ásia e da Europa? É de se admirar que um homem da sagacidade do senhor Maspero não tenha refletido acerca desses fatos antes de afirmar que os Retous

[262] FIRMIN, 1885, p. 333-334.
[263] FIRMIN, 1885, p. 33.
[264] FIRMIN, 1885, p. 334.

> [os egípcios] são da mesma raça que os povos brancos da Ásia Anterior[265].

Firmin acreditava que havia evidências suficientes para provar que o Egito era uma civilização negra e que, portanto, os negros não eram inferiores aos brancos, sendo dotados do mesmo grau de inteligência e capacidade para criar civilizações. O que levava os europeus, a exemplo de homens como Maspero, a não admitirem esse fato seria o orgulho. Contudo, ele não se limitou aos testemunhos dos autores clássicos e às representações humanas feitas pelos próprios egípcios, também chamou a atenção para os fatos linguísticos.

Desde os anos 1840 se tornou hegemônica a tese de que o egípcio antigo era uma língua semítica, aparentada a idiomas como o árabe e o hebraico. Os autores que defendiam essa ideia alegavam que a língua egípcia foi introduzida no vale do Nilo por populações caucasoides oriundas da Ásia. Porém, alguns estudiosos do período notaram que a língua egípcia também apresentava afinidades com as línguas africanas, e contestavam a origem externa dos egípcios. De posse dessa literatura, Firmin chegou à seguinte conclusão:

> Em face de tais provas, creio ser possível declarar o seguinte: aqueles que ainda desejam admitir os antigos egípcios como pertencentes à raça branca da Ásia Anterior não possuem o direito de se valer da linguística para consolidar sua opinião[266].

Conhecedor de botânica, o intelectual haitiano chamou a atenção para o fato de que muitas espécies da flora e fauna egípcia eram oriundas da Etiópia. Das duas uma: ou a população egípcia adquiriu o hábito de lidar com essas espécies na época

---

[265] O texto em língua estrangeira é: « Un fait positif nous apparaît de prime abord. C'est que les anciens Egyptiens se rengeaient à côté des Nègres (Nahsi ou Na'hasiou) sous la protection d'Hor qui est, pour ansi dire, la divinité ethnique de l'Afrique opposée au reste du monde. [...] Cependent ils mettaient ensenble les Asiatiques (Aamoû) et les peuples du Nord à peau blanche (Tamahoû ou Tahennoû). Cette division n'est elle pas significative ? N'indique-t-elle pas qu'ils se reconnaissaient de même origine que les autres noirs de l'Afrique et qu'à tort ou à raison, ils supposaient une origine commune aux blancs d'Asie et aux blancs d'Europe ? On s'étonne qu'un homme de la sagacité de M. Maspero n'ait pas réflechi sur ces faits avant d'affirmer que les *Retous* [os egpípcios] sont de la même race que les peuples blancs de l'Asie antérieure ». FIRMIN, 1885, p. 346-347.

[266] O texto em língua estrangeira é : « En face de telles preuves, je crois qu'il est permis de déclarer que ceux qui veulent encore admettre que les anciens Egyptiens appartenaient à la race blanche de l'Asie antérieure, n'ont aucun droit de s'autoriser de la linguistique pour consolider leur opinion ». FIRMIN, 1885, p. 345.

em que vivia na Etiópia, emigrando depois em direção ao Egito – o que confirmaria o relato de Diodoro da Sicília, segundo o qual se dizia que os egípcios eram uma colônia da Etiópia – ou os egípcios tiveram fortes contatos com os etíopes e foram influenciados por eles[267].

Por todas essas razões, diz o autor, é possível afirmar que os egípcios eram negros. "Eu a considero, por minha parte, como um ponto capital contra a doutrina da desigualdade racial, pois basta que convenhamos acerca da origem etíope dos antigos civilizadores do Egito para que reconheçamos forçosamente a aptidão geral de todas as raças para o desenvolvimento do gênio e da inteligência" [268].

O que devemos reter da obra *De l'égalité des races humaines* é que, apesar da manutenção da ideia de raça, Firmin em nenhum momento adotou um discurso racista, posto que jamais advogou a superioridade dos negros sobre os brancos ou amarelos. No que diz respeito à cultura, ele retomou a ideia iluminista de que existem culturas atrasadas e culturas avançadas, mas não a atribuiu a predisposições biológicas, e sim ao momento histórico. E a respeito do Egito antigo, ele apresenta o mérito de combinar diferentes tipos de documentação para defender a hipótese da origem negro-africana, superando os autores anteriores que abordaram a questão.

Por fim, destaquemos a humildade de Firmin, que reconheceu os limites da sua obra: "Assim, é religiosamente que trago minha oferta humilde e respeitosa". No entanto, prossegue ele, "outros farão melhor que eu, um dia [...]" [269]. A profecia do haitiano se cumpriria, pois décadas depois, do outro lado do Atlântico, os intelectuais africanos retomariam e aprofundariam o assunto. A história estava apenas começando.

Considerações Finais

Todos os povos tiveram experiências etnocêntricas e rejeitaram a alteridade, mas o fizeram de diferentes modos a depender da época. Da Antiguidade até o início da Modernidade, a rejeição do outro se dava em termos de cultura; a partir do final do

[267] FIRMIN, 1885, p. 353.
[268] FIRMIN, 1885, p. 352.
[269] FIRMIN, 1885, p. XIX.

século XV o fenômeno começou a mudar, pois o outro não era apenas o culturalmente diferente, mas também o fisicamente distinto. Em seguida veio o século XIX com sua falange de cientistas, com destaque para os antropólogos físicos, que estabeleceram a "raça" como principal critério de apreensão do outro. O advento do racismo afetou especialmente a imagem dos negros, que passaram a ser vistos como inferiores.

Contudo, desde o final do século XVIII e ao longo do XIX, alguns adeptos do movimento abolicionista europeu e integrantes do pan-africanismo americano buscaram contestar o discurso da inferioridade do negro. Ao fazê-lo, se apropriaram do Egito antigo, visto como negro e africano, e usaram-no como argumento em defesa da igualdade racial.

Apesar dos esforços feitos nos séculos XVIII e XIX por eruditos como o conde de Volney, Schoelcher, Delany e Firmin em defesa da igualdade racial, as ideias e práticas que prevaleceram foram a da desigualdade e hierarquia entre as raças humanas, na qual a negra ocupava a posição inferior. As imagens negativas prevaleceram sobre as positivas e chegaram ao século XX. Após a abolição da escravidão, vieram o imperialismo e o colonialismo, que fizeram largo uso da suposta inferioridade dos negros para justificar a conquista e a dominação da África. A igualdade racial ficaria para o futuro.

Referências Bibliográficas

BEATTY, Mario. Martin Delany and Egyptology. **Ankh – Revue d'Égyptolgoie et des Civilisations Africaines**, nº 14/15, 2005-2006.

BÍBLIA Sagrada. **Bíblia Sagrada:** nova tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Paulinas Editora, 2005.

BROCA, Paul. **Mémoires d'anthropologie.** Tome: III. Paris : C. Reinwald et C°, 1877.

CANDIDO, Maria Regina. A África Antiga sob a ótica dos clássicos gregos e o viés africanista. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem, 2018.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. Le postulat de la supériorité blanche et de l'infériorité noir. **Le livre noir du colonialisme**, Paris : Robert Laffont, 2003.

DIENG, Amady Aly. **Hegel et l'Afrique noire:** Hegel était-il raciste? Dakar: CODESRIA, 2006.

FIRMIN, Anténor. **De l'égalité des races humaines:** anthropologie positive. Paris: Librarie Cotillon, 1885.

HERÓDOTO. **Histoire d'Hérodote.** Tome I. Traduction: Larcher. Paris: Charpentier, 1850.

HOWE, Stephen. L'Afrique comme objet sublime de l'idéologie. In : FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier; CRHÉTIEN, Jean-Pierre; PÉRROT, Claude Hélène (org.). **Afrocentrismes**. L' Histoire des Africains entre Égypte et Amérique. Paris: Karthala, 2000.

MOUSSA, Sarga. Le langage des Noirs dans l' « Essai sur l'inégalité des races humaines » de Gobineau. Sensation et création. **Wort Macht Stamm. Rassismus und Determinismus in der Philologie**, Fink, p.227-238, 2012.

OBENGA, Théophile. Hommage à Anténor Firmin (1850-1911), égyptologue haïtien. **Ankh – Revue d'égyptologie et des civilisations africaines**, Gif-sur-Yvette, nº 17, 2008, p. 132-145.

POUCHET, Georges. **De la pluralité des races humaines**. Paris: J. B. Baillers et Fils, 1858.

SALMON, Pierre. «Racisme» ou refus de la différence dans le monde gréco-romain. In: **Dialogues d'histoire ancienne**, v. 10, 1984, p. 75-97.

SILVEIRA, Renato. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia,** 23, p. 98-99, 1999.

SOMET, Yoporeka. Victor Schoelcher et nous. **Ankh – Revue d'égyptologie et des civilisations africaines**, Gif-sur-Yvette, nº 17, 2008, p. 146-161.

VOLNEY. **Voyage en Syrie et en Égypte, pendant les annés 1783, 1784 e 1785.** Paris: Librairie Volland, 1787.

Representação na Arte Africana Contemporânea: Vínculos com o Passado

Cristina Pierre de França[270]

Vislumbrar a Arte Africana além dos elementos instituídos pela prática usual é compreendê-la como produção que se estabelece de maneira diferenciada no tempo e no espaço. Apesar disso no campo das Artes Visuais, suas realizações estudadas nas universidades brasileiras limitam-se em grande parte, ao acervo etnográfico, exposto via de regra, sob a forma de slides circunscritos a um grupo especifico de peças.

O conjunto desses artefatos é formado por uma maioria de objetos classificados como ritualísticos, exemplificados predominantemente por máscaras e esculturas. Consideradas isoladamente essas peças são analisadas apartadas do seu lugar específico em sua sociedade originária. Além disso, são incorporadas também, e de maneira subjacente, às concepções de atemporalidade, que mantêm esses apetrechos em um tempo místico. Desta maneira, esta produção aparece sem conexão com a função original estabelecida por seu grupo nativo, frequentemente entendida como elaboração imemorial, cristalizada e perpetuada como um produto original e imutável.

Essa configuração via de regra é a mesma com a qual nos defrontamos em grande parte do ensino básico, ao mostrarmos a Arte Africana aos estudantes sem uma inserção geográfica-histórica das peças expostas, não obstante serem artefatos de diversos locais, com simbologias e funções diferenciadas. Ao serem apresentadas isoladamente perpetuam a concepção de uma produção estagnada, relacionada a um pensamento primitivo, pois não está inserida numa perspectiva espaço-temporal, não se acerca de maneira mais elucidativa nos seus significados, das tradições que a corporificam e lhe dão uma dimensão definida. Perde-se assim, a chance de relacioná-

[270] *Cristina Pierre de França. Doutora em Artes Visuais EBA/UFRJ. Atuação como professora de Artes Visuais do Colégio Pedro II no ensino básico. Também atua nos cursos de extensão da instituição, cujo foco é a formação continuada de professores.

la ao mundo contemporâneo e ao conhecimento, pois tratamos esse acervo de maneira superficial e breve.

Essa superficialidade está diretamente relacionada à inclusão da Arte Africana sob o selo de Arte Primitiva. Nos dicionários da língua portuguesa basicamente podemos encontrar duas acepções principais para o termo. Etimologicamente o vocábulo reporta-se a concepção de "primeiro a existir",[271] de primeiros tempos, inicial, primevo, primordial, definições que encontram-se sob a égide histórica e cronológica. Entretanto outras acepções denotam uma condição negativa, pois se referem a primitivo como: antigo, atrasado, remoto, rudimentar, antiquado, arcaico, básico, primário, algo que não evoluiu e não se aperfeiçoou.

Nessa perspectiva, observando apenas a questão histórica-cronológica, considerar a Arte Africana como primitiva é um equívoco, na medida em que grande parte das produções expostas nos museus europeus não foram confeccionadas no período da pré-história, embora haja datações de artefatos descobertos recentemente que remontam a 70.000 anos atrás[272] e apontam para as significativas contribuições da arte desse continente e sobretudo para as inovações que corporificam. De acordo com essas descobertas arqueológicas inúmeras esculturas de terracota que datam de mais de dois mil anos podem ser encontradas na região entre os rios Bani e Níger, em locais que compõem atualmente países como Benin, Guiné, Mali, Níger e Nigéria.

A ideia de estagnação também pode ser desconstruída quando enumeramos a extensa lista de materiais com que a produção africana de arte se constitui. Nela podemos incluir: pedra, madeira, marfim, metal, barro, fibras, pigmentos, conchas, contas, couro, usados em conjunto ou separadamente, as quais podemos adicionar materiais orgânicos vindos de indivíduos componentes dessas sociedades como cabelo por exemplo. Essa gama de elementos nos permite inferir a existência de tecnologias sofisticadas para confecção de determinados artefatos, um domínio sobre a matéria

[271] **DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001, p. 2298.

[272] CLARK, Christa. **The Art of Africa**: A Resource for Educators. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2006, p. 12 e 15. Descobertas arqueológicas recentes registraram placas de cerâmica desenhadas com essa datação.

para execução das máscaras, esculturas, tecelagens e utensílios que atestam a sofisticação e conhecimento para sua elaboração.

Segundo Frank Willett muitas das peças encontradas nos museus foram confeccionadas entre os séculos XII e início do século XVI.[273] Essa cronologia assinala alguns fatos relevantes para o entendimento da concepção de atraso relacionado ao julgamento da arte da África pelos europeus. Entre essas motivações podemos enumerar: as concepções sobre a Arte de Leonardo da Vinci, o discurso para apoiar a ideia de escravização de parcelas significativas do povo africano que consideravam os povos negros como inferiores e o colecionismo instituído em um primeiro momento isoladamente e, posteriormente, nos Gabinetes de Curiosidades.

Os objetos africanos em solo europeu incialmente eram fruto da prática de agrupamento de itens de natureza semelhante, sobretudo os de caráter estranho ou bizarro aos olhos dos habitantes do 'velho continente', que eram expostos em salas reservadas denominadas de Gabinetes de Curiosidade. Também chamados de Câmara das Maravilhas, eram compostos por coleções particulares da nobreza europeia constituídas entre os séculos XVI e XVII. Os ambientes em que eram expostos suscitavam a concepção de uma aristocracia erudita, que condensava nesses locais um microcosmo do universal, primeiramente no campo das ciências naturais, e mais tarde no da história, tanto dos povos autóctones quanto dos povos ádvenos.

Esses Gabinetes e seu forte colecionismo são a base da concepção de Museus que se estabelece então, notadamente dos museus etnográficos e antropológicos que trazem objetos de fora do continente europeu, de onde se originam as peças do continente africano e seus artefatos. No livro *African Art* há narrativas dessa situação: "no séculos XVIII e XIX, existia na Europa uma verdadeira febre de colecionismo [...] importando de todos os rincões do mundo a museus e coleções privadas".[274] Não iremos nos deter aqui sobre a forma como esses objetos passaram a fazer parte dos acervos. Entretanto, cumpre o registro que via de regra sua possessão apresenta alguma obscuridade.

De acordo com Frank Willett a interpretação da Arte Africana como primitiva se apoia também em certas concepções fundadas sobre o desenvolvimento da arte

[273] WILLETT, Frank. **Arte Africana**. São Paulo: Edições SESC-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2017, p.14.
[274] BOLZ, Franziska. **African Art**. Spain: Konemann, 2016, p. 9.

europeia, que durante o Renascimento instituiu uma hierarquia nas produções de arte, distinguindo as Belas Artes (produzidas por artistas) e as Artes Úteis (produzidas pelos artesãos). A primeira foi valorizada, enquanto que a segunda foi desprestigiada, pois se considerava que apenas o artista era o criador intelectual, ao passo que o artesão era um executor das demandas práticas e de formas recorrentes eleitas pelo uso. Havia ainda uma concepção defendida por Leonardo da Vinci, que considerava a pintura como "a forma mais elevada de arte e a última a se desenvolver."[275] Nesse sentido, esse meio de arte era considerado superior aos outros por seu caráter abstrato e conceitual, porque sua materialidade se constituía nas imagens produzidas sobre superfícies, de acordo com o artista "arte é coisa mental"[276], isto é, nascia principalmente de atividade mental. Essa teoria compartilhada pelo pensamento europeu considerava como atrasadas as sociedades que apresentavam apenas esculturas como manifestação de arte.[277]

A utilização do termo primitivo pelos historiadores da arte apresenta outro sintoma, alude as tradições que " têm em comum um desrespeito pelo naturalismo nas proporções do corpo humano".[278] Os exemplos da produção de Arte de maneira geral demonstram que essa argumentação se mostra frágil, mesmo assinalando a problemática de sua datação, na medida em que encontramos a pintura como meio na pré-história e a arte moderna apresenta uma ruptura com a ideia de mímesis, conceito basilar para a constituição do naturalismo em suas representações. Assim nem a instância cronológica, nem a formal sustentam as definições que constituem o pensamento da Arte Africana como uma arte primitiva.

No caso da Arte Africana essa denominação assenta-se também na limitação de apresentação e exposição de um repertório específico. Assim, o mote inicial dessa investigação concentra-se em sair do repertório comumente associado à arte da África, construir uma aproximação sólida com a produção de arte desse continente como forma de atualizar e compreender de maneira mais ampla os artefatos produzidos nas várias culturas componentes do solo africano para atualizar nossa visão

[275] BOLZ, 2016, p. 38.
[276] BARROS, José D'Assunção. Arte é coisa mental: reflexões sobre o pensamento de Leonardo da Vinci sobre a arte. Niterói: **Revista Poiésis**, n. 11, p.71-82, nov. 2008, p. 71.
[277] WILLET, 2017, p. 38.
[278] WILLET, 2017, p. 38.

a respeito dessa produção. Nesse sentido, apresentava-se como ponto essencial, o rompimento com modelos unificadores, vinculados a uma iconografia estratificada; fundada sobre os primeiros objetos trazidos daquele continente para Europa, ainda no século XVIII; abrigados pelo entendimento Iluminista e sua compreensão da civilização europeia hegemônica como modelo unitário e paradigmático de organização social e cultural. Um padrão de pensamento que classificava o que não fosse europeu, como exótico ou bizarro e era sob esse último aspecto que os artefatos africanos eram compreendidos.

Os motivos pelos quais não podemos considerar a Arte Africana primitiva, primária ou rudimentar estão assentados sobre questões relacionadas à sua execução: como a diversidade e complexidade das formas e padrões, o domínio dos materiais utilizados e a mestria na sua manipulação, além das distintas e diversas configurações representativas a que aludem.

Superada a inquirição a respeito da primitividade, o foco se dirige para atualização dessa produção em relação às influências recebidas, não só do mundo contemporâneo, mas também daquelas engendradas intrinsecamente, nos desdobramentos da Arte Africana; com interesse em investigar como são elaboradas e revistas suas concepções singulares. Centraliza-se essa reflexão inicial em dois meios potentes, presentes nas manifestações artísticas atuais do continente: as esculturas – privilegiando as máscaras – e a fotografia. Ambas permitem uma percepção mais imediata das conexões entre tradição e contemporaneidade, além de observar como a representação se configura nas obras.

As máscaras e as esculturas são as manifestações artísticas figurativas mais reconhecidas quando o assunto é África. Mas essas formas não são exclusivas desse continente, pode-se encontrá-las em todos os recantos do planeta com uma diversidade muito grande de funções. Dessa maneira, procura-se relativizar as afirmações, na medida em que suas atribuições mudam nas diversas culturas que compõem o continente em questão.

Esses artefatos apresentam natureza de diversas categorias, podem ser protetivos, identitários, científicos, medicinais, místicos e assinalam desde efemérides à rituais religiosos e sobrenaturais. Diferente da cultura ocidental, os objetos de arte da África são marcados por sua associação direta com a vida social e o cotidiano

comunitário, nessa perspectiva esses itens são usados em atividades que demandam daqueles que os portam algum tipo de ação ou performance.

Além do isolamento aos quais essas peças são submetidas nos museus, as máscaras também são apresentadas incompletas, reduzidas a um só elemento, pois perdem seus complementos, como as vestimentas, a pintura corporal ou os outros itens suportados por seu condutor, os quais integram seu sentido e constituem a sua potência e significados em sua sociedade originária. Nesse sentido é esclarecedor o seguinte fragmento de Franziska Bolz:

> [...] a única coisa que os colecionadores europeus trouxeram foi a máscara em si. O contexto de significação de uma máscara está também definido pelas capas e outras vestimentas, ações rituais e [...] determinadas forma de mover-se – ou uma determinada hora do dia – que a acompanham. [279]

A autora está se referindo às máscaras de um espaço particular, compreendido entre Costa do Marfim, Guiné Bissau, Guiné, Libéria e Serra Leoa e de maneira específica descreve este artefato na cultura *Wè/Wees* (grupo assentado na Costa do Marfim), mas que se estende em suas funções e usos para outras culturas africanas.

A máscara africana supera a noção ordinária do objeto definido pelo dicionário, que a define o utensílio como uma peça que cobre o rosto total ou parcialmente, e que nas artes visuais determina-se pela representação, cópia ou molde da face. Também pode ser indicada como forma de ocultamento da identidade de seu portador ou ainda, da representação de um outro. Pelo que já foi explicitado, podemos assinalar que na África essa produção faz parte de um conjunto de elementos e envolve todo o corpo de seu portador.

Na analise formal das esculturas africanas aponta-se para sua influência sobre a Arte Moderna - as chamadas vanguardas históricas - que durante o primeiro quarto do século XX se afastaram do naturalismo e abraçaram configurações estéticas novas. O teórico alemão Carl Einstein confere aos artefatos africanos o estatuto de arte ao escrever: “A possibilidade de fazer uma análise formal apoiando-se sobre certos elementos específicos da criação do espaço e da visão, englobando-os, prova

[279] BOLZ, 2016, p. 38.

implicitamente que as criações dadas são artísticas." [280] Aponta ainda que a escultura africana é definida por sua frontalidade, pensamento no qual é acompanhado também pelo antropólogo britânico Frank Willett no livro *Arte Africana*, editado recentemente no Brasil.

Willett teve uma ligação extensa com o continente africano. Entre os anos de 1950 e 1958, conduziu expedições arqueológicas em Velho Oió e Ifé. Entre 1958 e 1963, foi arqueólogo do Governo Federal da Nigéria e curador do museu de Ifé, não abandonando a pesquisa até 2006, ano de seu falecimento. O livro editado sobre Arte Africana é fruto das pesquisas diretas e de aproximação com esta produção, fruto de sua vivência. No seu texto afirma a necessidade de um contato imediato para a construção de reflexões mais balizadas sobre o tema.

Em relação à escultura assinala que a abordagem das peças se apresenta sob duas óticas: a etnográfica, fundada sobre o conhecimento acerca dos conteúdos das obras, e a estética que segundo ele, considera esse "conhecimento desnecessário para sua apreciação". [281] Conclui que uma abordagem que aproxime essas duas instâncias – a antropológica e artística – se mostraria mais eficaz para a construção de um juízo mais produtivo e profundo das obras em questão.

Nas análises das esculturas africanas a partir de sua visualidade, podemos apontar algumas características, cujas significações nem sempre são as mesmas nas diferentes culturas, mas que compõem um arcabouço que nos informa sobre as corporificações e mentalidade de seus produtores e das sociedades que as constituem. A confecção desses artefatos indica a habilidade de obter a máxima potência da forma engendrada.

Algumas características singulares podem ser indicadas nas esculturas africanas. Além da figuração também se observa a manutenção da simetria em grande parte dos itens, presente tanto nas esculturas plenas, quanto nos relevos e nas máscaras. Essa simetria aliada a determinadas convenções estilísticas, conferem não só a estabilidade, mas também um aspecto transitório entre o humano e inumano, que grande parte das máscaras e esculturas conduz. Elas aludem a modelos presentes no

[280] EINSTEIN, Carl. Negerplastik. **Concinnitas**: Rio de Janeiro , ano 9, v. 1, n. 12, julho 2008, p. 165.
[281] WILLET, 2017, p. 45.

imaginário das sociedades na qual estão imersas, estabelecidos por convenções formais que outorgam atributos específicos e reconhecidos as peças produzidas.

Uma descrição mais generalizada das peças indica a propensão para o posicionamento que privilegia a posição de frente em suas representações, ao invés da disposição de perfil, como já comentado anteriormente. Essa organização é tipificada dessa maneira por Willett: "A escultura africana é comumente descrita como frontal, isto é, as figuras são dispostas simetricamente ao longo de um eixo vertical e estão voltadas para frente"[282]. Desse modo, a peça sintetiza os atributos que representa de maneira direta aos olhos da sociedade que a observam. Carl Einstein assinala que:

> a frontalidade, na qual se vê em geral clarificação estrita e "primitiva" da forma, deve ser considerada preensão pictórica do volume, porque aí a tridimensionalidade está concentrada em alguns planos que reduzem o volume; enfatizam-se, assim, as partes mais próximas do espectador, ordenando-as na superfície, considerando que as partes posteriores são modulações acessórias da superfície anterior, que é enfraquecida em sua dinâmica. Reiteram-se os temas dos objetos posicionados à frente.[283]

Para esse teórico há uma condição de perenidade na obra, vinculada ao caráter religioso, considerado por ele como única fonte de constituição dessa arte. Assim, enfatiza, no trecho que se segue, a condição de atemporalidade das produções e centraliza sua análise em questões espaciais.

> Para ressaltar a presença da obra de arte, é preciso excluir toda função temporal, ou seja, impedir-se de girar em torno da obra, de tateá-la. O deus não possui devir; o que seria contestar a natureza de sua existência definitiva. [...] A visão do espaço que se manifesta em tal obra de arte deve absorver completamente o espaço em três dimensões e exprimir sua unidade; a perspectiva ou a habitual frontalidade são aqui proscritas; elas seriam heréticas. A obra de arte deve oferecer a equação geral do espaço, pois só quando exclui qualquer interpretação temporal fundada sobre as representações do movimento ela se torna intemporal. Ela absorve o tempo, integrando em sua própria forma o que nós vivemos como movimento. [284]

---

[282] WILLET, 2017, p. 153.

[283] EINSTEIN, 2008, p. 166. Nesta nota há um esclarecimento da tradutora na qual informa traduziu os termos em alemão "kubisch" e "das kubishe" pelos termos "volume" e "tridimensional" porque para a Einstein eles designam a apreensão de uma outra espécie de tridimensionalidade.

[284] EINSTEIN, 2008, p. 170.

A concepção do autor estava equivocada ao correlacionar toda a produção artística africana à religião. As máscaras e outros artefatos escultóricos atendem a outras demandas sociais, como a construção de objetos de caráter utilitário em seus vários níveis, desde aqueles cuja função os vincula ao uso cotidiano, como bancos, tampas de panelas, entre outros utensílios, até aqueles de maior durabilidade como portas e janelas de utilização mais prolongada que, portanto, não estão relacionados à religião. Existem outras finalidades em sua execução, nas quais se incluem também o lazer e entretenimento.[285]

Em relação às mascaras essas distinções podem ser exemplificadas com as máscaras *Pwo.* Nelas os quesitos técnicos de manipulação de diferentes materiais como madeira, fibras, metais e contas são observáveis. Apresentam inúmeras configurações formais que representam modelos de fertilidade feminina, embora sejam trajadas por homens, o que complementa seu caráter performático. A face do artefato apresenta marcas identitárias dos habitantes da região (Figuara 1). Na descrição acerca de uma máscara do acervo do Museu Afrobrasil o artefato é descrito do seguinte modo:

> O rosto da máscara *Pwo* é geralmente ornamentado com a representação das tatuagens ou escarificações mais tradicionais dos tchokwe. É possível observar na região da testa da máscara [...] o chamado *cingelyengelye,* entrelaçado cruciforme de extremidades triangulares. [..]. Encontrado tanto em pingentes, como em tatuagens e escarificações o *cingelyengelye* é o símbolo identitário mais conhecido dos tchokwe e simboliza para esse povo o deus supremo *Nzambi.* Na área logo abaixo dos olhos é possível encontrar marcas que fazem referência às lágrimas chamadas entre os *tchokwe* de *masoji*. É a designação de uma tatuagem de cicatrizes em grãos usada tanto por homens quanto por mulheres também na região imediatamente abaixo dos olhos. Nas orelhas é possível observar o *ukulungu*, um gracioso adorno feminino formado por um fio de latão com as extremidades enroladas em espiral. Atada ao rosto é fixada uma cabeleira de fibra, que faz referência aos penteados mais apreciados [...][286]

[285] WILLETT, 2017, p. 166.
[286] BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva; SILVA, Renato Araújo da. **África em Artes**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2015, p. 10.

Figura 1: Mascara Máscara Mwana Pwo ou Pwo
Povo Tchokwe (ou Chokwe, Cokwe, Quioco)
Angola
Madeira pintada, miçangas, metais e fibra vegetal 41 x 26 x 27 cm

Essa configuração de máscara exemplifica um atributo especifico da tradição africana, que simultaneamente, economiza e sintetiza nos aspectos referentes à forma, com a simetria, com a redução concentrada dos elementos essenciais, conceitualizados por meio de convenções imagéticas, e trabalha também com o acúmulo de materiais de natureza diversa, dentro do caráter sintético de cada obra.

Esses dispositivos sob a forma antropomórfica ou antropozoomórficas fazem parte do acervo consolidado da arte africana, o qual é reapropriado ou ressignificado por artistas contemporâneos africanos, transformando e amalgamando sua tradição as condições da atualidade.

Na contemporaneidade a máscara continua fazendo parte do repertório da arte africana. Destacamos aqui o trabalho de dois artistas do continente. O primeiro Romual Hazoumè (1962) de Benin e o segundo Gonçalo Mabunda (1975) de Moçambique.[287] Ambos se apropriam da peça tipificada em sua forma singular e a atualizam, ao trazer demandas recentes e perceptíveis, não só na África, mas também em outros cantos do planeta para constituição de suas obras. Simultaneamente a essa

[287] A escolha dos artistas em questão deve-se ao fato de trabalharem com a máscara e ao fazê-lo trazem uma atualização do tema que os inscrevem no seio das demais produções da arte contemporânea, superando a questão étnica que perpassa grande parte das produções não ocidentais.

inserção na problemática mundial ambos utilizam o acervo ancestral no tocante a elaboração formal de suas obras, imersos na imagética de tradição africana.

Suas obras aparecem na cena mundial de arte como resultado do fenômeno da globalização da arte, numa nova perspectiva de caráter multicultural e inclusiva. As produções artísticas fora do eixo cultural hegemônico (ocidental e do norte) aparecem e trazem com elas todo aporte imagético de suas culturas, e gradualmente desconstroem um ideário que cristalizava suas produções,[288] que as mantinha sob o rótulo de exotismo e imutabilidade, como acontece com a Arte Africana.

E nesse cenário que as obras de Romuald Hazoumè, Gonçalo Mabunda e outros artistas não só da África, mas também da América Latina e de qualquer outro lugar, emergem. O mundo da arte se torna mais abrangente e amplia sua esfera de receptividade para artistas de outros lugares além da Europa, o movimento nesse sentido estimula a aceitação e entendimento de propostas de arte, específicas desses locais.

Romuald Hazoumè trabalha com materiais industriais e fora de uso, descartados pela sociedade, como recipientes de plástico, vasilhas de gás, rodas de carros, artefatos eletrônicos, itens de uso doméstico e os recombina de modo que apresentem semelhança com a ideia de rosto, aproximando suas composições das máscaras africanas, mas igualmente avizinha-se dos *objets trouvés* surrealistas, relacionados a uma prática fundada sobre o acaso, posta em voga durante as Vanguardas Históricas no início do século XX.

Hazoumè faz uso da frontalidade, da simetria, da representação sintética e condensada, fortemente ancorada sobre a tradição e convenção imagética da arte de seu continente. Esse fato é comentado no trabalho recente de Lotte Poorterman quando assinala seu parecer a respeito das realizações do artista: " ele apresenta uma estética tradicional nas aparência que lembra as máscaras cerimoniais das tribos africanas que viveram no passado"[289]. Seu comentário encontra eco na percepção geral ao observar-se a produção de Hazoumè, assentadas sobre paredes a olhar para

[288] POORTMAN, Lotte. **Diversity in Contemporary Art from Benin**. p.4 e 5.
[289] POORTMAN, p. 37.

o espectador[290] - uma disposição semelhante àquela na qual as máscaras africanas tradicionais são expostas.

O artista manipula as vasilhas e containers, especificamente as *jerry cans*[291] de plástico, para que se pareçam com rostos, aos quais agrega diversos materiais, os quais podem ser de natureza industrial ou artesanal, além de acessórios comuns como brincos, panos, lenços ou óculos que fazem parte do repertorio ordinário utilizado cotidianamente. Nesse aspecto, trabalha com a longa tradição das convenções africanas na elaboração das máscaras, assim como a concepção estereotipada desses artefatos no Ocidente, razão de seu reconhecimento pelo mercado internacional, ao inverter a atribuição principal da máscara que deixa de ser produzida para "cerimônias rituais tradicionais e passa a se referir a objetos de fetiche encontrados no mundo do consumo ocidental"[292]. Sua produção aponta para a superação do encarceramento ao qual as obras são submetidas a partir dos rótulos aos quais são submetidas, pois transita entre a tradição e a contemporaneidade, a africanidade e a arte ocidental.

Seu trabalho apresenta um caráter de complexidade ao elaborar simultaneamente questões relacionadas à antropologia, ao "colonialismo ocidental, à escravização, às diásporas e ao lugar dos rituais tradicionais africanos na sociedade contemporânea"[293]. Essa complexidade permite que se avizinhe em sua obra problemáticas envolvendo assuntos pertinentes tanto ao mundo da arte, quanto as relações entre a humanidade, o meio ambiente, o consumo, a sustentabilidade, o desperdício e a crise da imigração de caráter humanitário.

A nível específico das Artes Visuais seu trabalho suscita indagações referentes à autenticidade e à identidade ao não ocultar a especificidade de ser artista na África, as raízes de sua obra e as consequência do passado colonial sobre a população e a cultura, no qual o trabalho com resíduos não deixa de ser um sintoma.

---

[290] Para observar a obra do artista acessar: YOUTUBE 1) Romuald Hazoumè na Exposição AquiAfrica. Publicada em 18/02/2016 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8m5WgxaiuqM> [Video file] ; 2) Romuald Hazoumè and his masks. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p0XoGZQG5Iw> [Video file]

[291] Originalmente *Jerry can* ou *Jerrican* são vasilhames de metal com capacidade de 20 litros para armazenar combustível, inventados pelos italianos para uso na II Guerra Mundial foram mais tarde adotados pelos alemães. Como característica apresentavam 3 pegas e uma bolsa de ar. Disponível em: <https://passadocurioso.blogspot.com/2006/02/jerry-can-ou-jerrican.html> Acesso: 18/07/2018.

[292] POORTMAN, p. 37 e 38.

[293] POORTMAN, p. 37.

O trabalho de Gonçalo Mabunda parte da "apropriação" de objetos existentes, uma prática comum na arte ocidental desde o advento do Dadaísmo, mas cuja prática na África com a inserção de objetos inartísticos às máscaras e esculturas já avança há um longo período. O que distingue sua obra é sua escolha por armas, balas e elementos bélicos descartados e inutilizados. Esses componentes são reagrupados, desmontados, soldados e rearranjados pelo artista para produção de um novo objeto, de maneira que potencializem reflexões acerca do artefato original, ao mesmo tempo em que geram perplexidade pelo prazer estético que suscitam nos espectadores.

As esculturas que produz são classificadas como máscaras, tronos, cadeiras. Expõe ainda peças que exibem simbiose e transição entre categorias, que se encontram fincadas dentro da tradição africana, alicerçada sobre objetos presentes em suas diferentes culturas, notadamente as que apresentavam um regime político assentado sobre a figura do rei, do qual encontramos vários exemplos no continente.

Apesar de estar intrinsecamente relacionadas a seu país de origem e aos processos de descolonização e guerra civil que se seguiram, suas obras não estão desvinculadas das situações de conflito e combate que se configuram na atualidade em outras partes do mundo. A crise migratória sem precedentes, estabelecida em nossos dias comprova o fato. Nesse aspecto, o trabalho de Mabunda situa-se como uma obra de enfrentamento e engajamento politico e artístico contra uma realidade tortuosa que afeta todo o planeta.

Sua obra coloca em questão uma problemática que vai além do objeto artístico diz ele em uma entrevista datada de 2011:

> Eu, como moçambicano, sou dum país que não produz armas, vocês produzem as armas aqui. Então, quando vocês mandam as armas para nós, é Moçambique que vai se matar. Mas agora o que estamos a dizer para vocês é uma coisa mais positiva, mais para o lazer. Nós estamos a mandar as armas, mas num sentido completamente diferente. Acho que é por isso que hoje apareço a fazer muitas exposições. [...] No meu entender, cada bala que eu uso é uma vida que eu estou a salvar. Destruí uma bala, e aquela bala já não vai matar ninguém.[294]

[294] KHAN, Sheila, FALCONI, Jéssica e KRAKOWSKA, Kamila. Moçambique: Novas Gerações em Diálogo. **Cerrados**, n. 41, 2016, p. 324. Trata-se de uma entrevista dada por um grupo de artistas/ativistas moçambicanos entre eles s o escultor Gonçalo Mabunda, o poeta Sininho Paco e o prosador e professor de Literatura Lucílio Manjate que teve lugar em Maputo em 2011.

Nessa fala podemos divisar duas questões fundamentais. A primeira seria uma subversão da utilização das armas, que se transformam de objetos de matar, em material para produção de obras de arte. Uma prática que as desconfigura e as inutiliza para sua função primária. Embora inicialmente se possam ver semelhanças conceituais com os *ready-made* e as *assemblages*[295], a proposta do escultor é diversa, pois cria um novo objeto a partir da manipulação da matéria prima escolhida e da técnica de acumulação das partes, da qual voltaremos a falar posteriormente. A outra questão se traduz pela ironia utilizada por ele na afirmação de que Moçambique não fabrica armas, contrapondo rapidamente que estas são produzidas no Ocidente, um discurso que indica uma reflexão verticalizada sobre o poder e hegemonia, ao transferir responsabilidades do produtor para o usuário.

Com caráter politico, a produção de Mabunda dialoga com a "memória coletiva de seu país," [296] com o objetivo de construir lembranças alternativas ao pensamento hegemônico. Completa suas reflexão ao afirmar que não se enterra a história, mas se pode reconstruí-la, "dando outro sentido"[297]. Sua obra propõe considerações a respeito da guerra e dos seus efeitos sobre a população.

Em termos de produção imagética pode-se assinalar que a produção escultórica do Mabunda também apresenta características formais decorrentes do legado africano. Grande parte se sua produção apresenta simetria ou um equilíbrio axial entre os dois lados da produção. A frontalidade também é presença marcante em sua obra, enfatizadas no seu desenho expositivo ao reproduzir o modo como as máscaras ancestrais eram expostas.[298] Nessa perspectiva é salutar o modo como os elementos da tradição imagética são potentes, mesmo que referendados de um modo novo. Eles aludem ao formato 'original', na falta de um termo que explicite a força da arte

---

[295] Os *ready-mades* e as *assemblages* são produtos inventados pela Arte Moderna. São objetos já existentes (industrializados ou não) alçados a condição de arte, a partir do deslocamento e apropriação para um espaço distinto daquele para o qual foram criados. Entretanto em ambos os casos as referencias originais permanecem e não são alteradas para forjar um novo, como faz nosso escultor.

[296] RAPOSO, Sílvia. As balas no dorso do crocodilo: escultura, memória e resistência em Moçambique. **CICS NOVA** – **Fórum Sociológico** [Online], Lisboa , 2017, p.71.

[297] MABUNDA *apud* RAPOSO, 2017, p. 71.

[298] Estamos chamando de expositivo ao modo como as máscaras eram visualizadas pelos participantes das comunidades, e destacamos também que as máscaras não eram objeto de contemplação, eram objetos de uso e performance.

africana, consolidada através de anos de prática, observação e estudo para construção de síntese e concentração da forma.

Por outro lado, apesar da estética do equilíbrio presentes em sua obra, percebe-se no trabalho de Mabunda um acúmulo de materiais de uma mesma natureza, como as balas, que impregnam a superfície frontal ao espectador, e que por vezes contrastam com um tipo diverso de matéria, como os tecidos presentes em algumas de suas máscaras. Por vezes, a inserção das balas em suas esculturas lembram os pregos encravados em algumas formas de esculturas ancestrais. Pode-se compreender que essa recorrência tem ligação com a consolidação de um espaço memorial, de reminiscência presente na cultura de seu país.

Assim como Hazoumè, o trabalho de Mabunda traz a tona problemáticas e tensões entre a arte tradicional africana e a produção contemporânea. Mantendo a inquietação, seus trabalhos superam a cisão inicialmente imposta entre essas condições. Não obstante o lastro e reverberação da forma tradicional que ambos trazem, existe em suas obras uma intensa inserção na atualidade, tanto relacionada aos conceitos como em relação aos procedimentos.

Nos conceitos, porque ao relacionar sua produção com instâncias vivenciais, não se diferenciam dos demais artistas e de sua atuação, diante das indagações contemporâneas. Nos procedimentos, porque apresentam praticas que se assemelham a de grande parte a dos criadores atuais, como a apropriação e a heterogeneidade dos materiais, o uso de componentes inartísticos que constituem o elenco das atitudes artísticas correntes.

Após essa incursão sobre o mundo plástico e matérico das esculturas seria interessante constituir uma analise das obras de caráter imagético. Não procederemos, nessa análise, uma aproximação entre a arte dos continentes europeu e africano, uma vez que buscamos um estudo intrínseco da produção da África. Procuramos por meios de arte que apresentem sucedâneos em sua própria constituição. Evidente que a pintura africana contemporânea apresenta encaminhamentos formais que levam em conta sua fundação identitária, entretanto optamos por percorrer esse caminho a partir do estudo das fotografias africanas.

Inventada na primeira metade do século XIX, a fotografia teve difusão expressiva em todos os continentes. Seu propósito inicial estava muito conectado a

ideia de captar, documentar e espelhar fragmentos do real em registros, tanto de paisagens locais, quanto de espaços longínquos e exóticos, tanto de objetos inanimados, quanto de seres vivos. Dentre as temáticas da fotografia interessamo-nos pelos retratos, pois estes atendem a uma nova demanda, ao retratar um extrato social que anteriormente não teria como ter uma representação de si, por não poder arcar com os custos de uma pintura. Nesse aspecto, pode-se entender porque a foto também pode ser pensada como um sucedânio da pintura, como assinala Micheli quando afirma que:

> A fotografia é uma técnica de registro e de reprodução, em que se imagina a ausência do fotógrafo, apenas presente para pressionar o botão do obturador. Assim, o retrato fotográfico se vê acusado de ser apenas o resultado de uma cópia do real e de ser meramente um substituto para o retrato pintado, aquele que o sucedeu na tradição ocidental. [299]

A princípio a percepção da máquina se alinha a ideia de neutralidade, pois congela, e reproduz um átimo de realidade efetivamente vivido. Documenta os fatos de um momento que se torna permanente, como no caso da fotografia instantânea. Entretanto, a criação fotográfica na África, a despeito de seu caráter documental, expõe desde o fim do século XIX uma feição representativa que não pode ser ignorada e que permanece na produção fotográfica daquele continente até os dias atuais.

Não obstante uma parte de sua produção em cartões postais ou em imagens constituídas para alimentar uma concepção de exotismo relacionada ao continente, apresenta uma peculiaridade que pode ser observada nos retratos. Uma grande parte dessas fotografias foi realizada em estúdios e mantém uma tradição imagética própria, com uma estética autóctone que a vincula ao seu local de origem, são imagens autorreferentes à África.

Historicamente, a fotografia chega ao continente africano ainda na primeira metade do século XIX, inicialmente por mão estrangeiras. Segundo a *Encyclopedia of Africa* Volume 1, a primeira fotografia foi tirada pelos anos 1839-40 pelo colonialista

[299] MICHELI, Christian-Angelo. **Double et gemellite**: une approche des portraits photographiques de studio en Afrique de l'Ouest. Art et histoire de l'art. Université Lumière - Lyon II, 2009.

francês M. Worhnitz. Outro fotógrafo foi o americano A. Washington, um ex-escravo vindo dos Estados Unidos que atuava no continente por volta do ano de 1857.

As primeiras fotos tinham um caráter científico e documental, provavelmente de viés antropológico, como modo de catalogação dos tipos africanos. Entretanto não é essa a fotografia sobre a qual nosso interesse se debruça. O foco aqui se dirige às imagens produzidas nos estúdios fotográficos, que emergiram desde as últimas décadas dos Oitocentos, com o predomínio da pose e da criação de um cenário específico para cada indivíduo representado, como maneira de tratar a individualidade e alteridade.

Com o avanço da técnica fotográfica o meio deixa de focar apenas na documentação, no congelamento de um momento vivido. Alguns fotógrafos elegem a pose como produção ideal, pois ela caracteriza a intencionalidade de eternizar um determinado momento. Uma possibilidade ampliada com a disseminação dos estúdios fotográficos, que realizaram o que cabia anteriormente ao pintor, em um tempo mais exíguo e com o comprometimento de menos recursos financeiros. No estúdio há uma transformação no cerne da fotografia que passa a priorizar a representação. Desse modo não pode ser confundida com uma documentação estrita, porque o momento ao qual está atrelada é um espaço de ficção.

Essa nova função representativa traz algumas dubiedades. A etimologia do termo traz uma ambiguidade conforme podemos constatar no trecho que se segue:

> 'representação' provém da forma latina *"representare"* – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto. Tal seria, por exemplo, o sentido da afirmação de que o Papa e os cardeais 'representam' Cristo e os Apóstolos.[300]

Na filosofia o termo se relaciona também a "semelhança com o objeto" e ainda: "aquilo com que se conhece alguma coisa;" [301] que configuram as definições do

[300] MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 57, dez. 2003, p. 3.
[301] ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 854.

vocábulo. Assim, a representação apresenta um caráter ficcional, constituinte de uma narrativa intencional por parte de quem a configura.

Figura 2: George A. G. and Albert George Lutterodt (Ghanaian, active from 1876). Five men, ca. 1880–85.

Na África do final do século XIX e inicio do século XX, essas poses apresentavam variações em relação à vestimenta e a postura gestual, que ora se reportava à Europa, com seus ternos, vestidos e chapéus, ora apresentavam sua ancestralidade com orgulho. George Lutterodt foi um dos primeiros africanos proprietários de estúdio naquele continente. Retratava ali a burguesia africana, que ora se dispunha a ser retratada com trajes europeus, ora com trajes africanos (figura 2). Na fotografia exposta podemos observar uma imagem de seu ateliê, produzida ainda no século XIX.

A primeira característica em relação à forma diz respeito a frontalidade dos personagens e a simetria e equilíbrio que constituem o espaço fotográfico. O piso sobre o qual os modelos posam parece estar forrado com uma espécie de tapete ou pano e contrasta com o chão de terra no degrau frontal a frente das figuras. Ao fundo um painel aproxima o espaço imaginado, representado por uma pintura que reproduz repertório arquitetônico marcadamente europeu, que contrasta com as vestimentas nativas utilizadas pelos modelos. Nota-se no gestual dos modelos posicionamento hierático, rígido, que nos homens em pé parece até forçado, para manterem o aspecto

de dignidade que a representação exige e que os aproxima enquanto imagem as esculturas do continente.

O objeto de nosso estudo aqui são as fotografias posadas, retratos que constroem um diálogo imagético sofisticado nas ambientações entre figura e fundo, desde as primeiras produções dos estúdios fotográficos que se estabeleceram em diferentes locais do continente, que podem ser encontrados em Gana, Senegal, Togo, Serra Leoa, entre outras localidades e que fazem parte de um imaginário original.

Observa-se na iconografia da foto posada, a construção de um ambiente criado artificialmente, que confere singularidade em relação às imagens nas quais os indivíduos são congelados em um instante dentro de uma realidade vivida, como a fotografia instantânea. Nesse sentido, reforçam a ideia do retrato como representação pessoal, que alude à particularidade, e torna possível a identificação do personagem retratado; pois invocam um nome, uma existência única que paradoxalmente, remete no caso das fotografias africanas, a determinados modelos de exibição que constituem uma visualidade própria, e que as aproxima da tradição secular de construção de suas imagens. São fotos que indicam paradigmas gestuais e posturais a ser seguido culturalmente.

Esse viés pode ser percebido nas primeiras imagens registradas nos estúdios de Albert George Lutterodt (Gana) no século XIX, nas fotografias de Malick Sidibé e Seydou Keïta (Mali) em meados do século XX; e ainda na nas fotografias de Kudznai Chiurai (Zimbawe) e de Omar Victor Diop (Senegal) na contemporaneidade, construídas em estúdios. São representações assentadas sobre uma visualidade identitária autócne, fundadas na tradição particular do continente. Abarcando momentos do período colonial e da descolonização.

O esforço aqui se concentra em buscar os fatores intrínsecos de transformação na arte africana, fundados nos próprios meios desenvolvidos no continente. No caso do fotógrafo Seydou Keita e depois de Malick Sidibé, essa visualidade é construída a partir da composição de elementos relacionados simultaneamente à estética africana como: tecidos com estampas inspiradas nos desenhos do continente, vestimentas, turbantes, acessórios e à modernidade em signos como relógios, automóveis, lambretas, bicicletas, que convivem no corpo e no espaço das figuras retratadas.

Produzidas ao período de independência de seu país, em meados do século XX, Keita constitui uma sofisticada imagética gráfica com suas fotografias em preto e branco. Ao mesmo tempo em que afirma a caráter autoral de sua obra, consolidado nos detalhe de constituição do cenário engendrado.

As fotografias que produz apresentam um apelo gráfico refinado e intenso, atribuídas por alguns a seu "tino para desenho"[302]. São consequência direta do uso que faz de imensos panos, com estamparias singulares, que compõem todo o enquadramento da foto e configuram uma estética original, centrada nas formas da África. Há um diálogo imagético entre modelos, seus adereços e o entorno que os cerca. Nesse período, a fotografia tirada em estúdio fazia parte de um desejo social identitário de beleza da sociedade malinesa, por isso o sucesso de seu estúdio.

Em narrativas a respeito desse período, o fotografo afirma que mantinha vários itens em seu estúdio especificamente para que seus clientes se trocassem, faziam parte desse acervo: "ternos europeus, gravatas, relógios, chapéus, boinas", completa sua fala ao afirmar que "poderia vestir meus clientes dos pés a cabeça".[303]

Era necessário obedecer a paradigmas visuais em sua representação. Nesse ideário estão contidas ideias de equilíbrio, não só entre os modelos da representação, mas também do cenário constituído, de iluminação e de frontalidade que ajudem a constituir uma imagem assemelhada a concepção de beleza africana tradicional, ao se mostrar com a máxima potência ao olhar do observador.

Essa faceta de construção e domínio dos elementos que compõem a imagem está presente na fotografia contemporânea africana, uma particularidade encontrada nas obras de jovens africanos que perpetuam essa visualidade. Uma investigação mais precisa e aprofundada é necessária para compreender os mecanismos de ligação entre as formas das fotografias africanas de períodos tão diferenciados. No entanto a pesquisa sobre os meios apresentados aqui se configura como o inicio de uma caminho extenso que se pretende percorrer.

---

[302] LEENHARDT, Jacques ; TITAN JR., (Org). **Seydou Keïta**. São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2018, p. 8.
[303] LEENHARDT & TITAN JR., 2018, p. 8.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Arte é coisa mental: reflexões sobre o pensamento de Leonardo da Vinci sobre a arte. Niterói: **Revista Poiésis**, n. 11, p.71-82, nov. 2008.

BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva; SILVA, Renato Araújo da. **África em Artes**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2015.

BOLZ, Franziska. **African Art**. Spain: Konemann, 2016.

CLARK, Christa. **The Art of Africa**: A Resource for Educators. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2006.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001.

EINSTEIN, Carl. Negerplastik. **Concinnitas**: Rio de Janeiro , ano 9, v. 1, n. 12, p. 163-177, julho 2008.

LEENHARDT, Jacques, e TITAN JR., (Org). **Seydou Keïta**. São Paulo : Instituto Moreira Salles, 2018.

KHAN, Sheila, FALCONI, Jéssica e KRAKOWSKA, Kamila. Moçambique: Novas Gerações em Diálogo. **Cerrados**, n. 41, 2016 .

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 57, dez. 2003.

MICHELI, Christian-Angelo. **Double et gemellite**: une approche des portraits photographiques de studio en Afrique de l'Ouest. Art et histoire de l'art. Université Lumière - Lyon II, 2009.

PAOLETTI, Giulia; BIRO, Yaële. **Photographic Portraiture in West Africa**: Notes from "In and Out of the Studio". New York: Metropolitan Museum of Art, 2016.

RAPOSO, Sílvia. As balas no dorso do crocodilo: escultura, memória e resistência em Moçambique. **CICS NOVA** – **Fórum Sociológico** [Online], Lisboa , 2017.

SOTO, Moana Campos. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 4, v. 48, 2014.

WILLETT, Frank. **Arte Africana**. São Paulo: Edições SESC-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2017.

O VOO DO MORCEGO AFRICANO: TRAJETÓRIA DO 'BATMAN DA ÁFRICA' E A REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

*Savio Queiroz Lima**

Não é incomum encontrar produtos de entretenimento que se valham da liberdade narrativa para descrever o continente africano. Lugares do mundo servem de cenários para arriscadas aventuras e perigos inumeráveis, principalmente quando essa representação do espaço físico e cultural do outro é feita através de exageros alimentados por séculos de estereótipos. A África está presente na ficção como parte de cenários de narrativas tanto da literatura convencional quanto das histórias em quadrinhos. Selvagem, exótica, carregada de diversos perigos vindos da sua natureza exuberante ou mesmo da periculosidade de seus povos autóctones. Assim vem sendo descrita a África para civilizações que a margeiam sem de fato conhecerem.

Com o adendo da lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade de ensino da África nas salas de aula, estratégias pedagógicas veem sendo desenvolvidas a passos lentos. A lei já ultrapassou o decênio, mas está ainda bastante longe de ser cumprida a contento, tornando não apenas bem-vindas como necessárias todas as formas pedagógicas possíveis que possam auxiliar a sua aplicabilidade dentro do cenário nacional. Desde sua implementação, em muitos eventos acadêmicos a lei tornou-se central em abordagens críticas e seus usos nos diversos campos de saberes, em especial o ensino de história, bem como propostas práticas e acessíveis para sua aplicação[304]. Como foram os volumes 1[305] e 2[306] da Coleção *A Lei 10.639/03 e a Formação de Educadores*, o primeiro lançado no ano de 2012 e o segundo no ano de 2014.

* Mestre pela Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Sob orientação da professora doutora Mary Del Priore. Pesquisa história através das histórias em quadrinhos enquanto objeto e fonte de investigação e análise crítica. savio_roz@yahoo.com.br

[304] Tanto seu uso didático como paradidático. O caso da coleção A Lei 10.639 e a Formação de Educadores, em dois volumes, de autoria compartilhada entre as antropólogas Maria Alice Rezende Gonçalves e Ana Paula Alves Ribeiro, ambas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

[305] GONÇALVES, Maria Alice Resende; RIBEIRO, Ana Paula Alves (Org.). **História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola**. Coleção A Lei 10.639/03 e a Formação de Educadores – volume 1. 1ª edição. Outras Letras Editora, Rio de Janeiro, 2012.

Mas a quantidade crescente de interesse de pesquisa sobre o livro didático enquanto instrumento pedagógico no ensino de África se faz visível. Não basta o suporte legal para que tal conhecimento seja contemplado, é bastante necessário que diálogos e trocas de experiências possam servir de ponto de partida para que seja posto em prática e nisso são importantes as novas abordagens e produção textual de apoio. Entretanto, mesmo com o índice tão exponencial de novos materiais[307], ainda existe um longo caminho de construção e reconstrução, para que exista uma equidade de fato com o trato sobre outros povos, culturais e continentes, muito além da Europa e da América[308].

O uso de histórias em quadrinhos em sala de aula, também, vem ocupando seu espaço de respeitabilidade dentro das estratégias de ensino. Longe de se compreender como inovadora proposta, já que existe a discussão de seu uso desde os trabalhos de nomes como Álvaro de Moya e Moacy Cirne, com uma incontável miríade de textos de pesquisadores e educadores produziram sobre a razão de seu uso, o debate se concentra na análise pontual e crítica do objeto. Seu simples uso, entretanto, "não garante em momento algum a eficácia de sua aplicação em sala de aula"[309], havendo a clara necessidade de uma abordagem consciente de tal escolha. O educador, diante de tão inusitado material, também se vê diante de singulares dificuldades. As histórias em quadrinhos exigem tanto (ou mais) que quaisquer outros suportes para o educador.

Os quadrinhos como instrumentos pedagógicos de história da África precisam, antes de mais nada, serem lidos com criticidade. A África, em tais narrativas, aparece por diversas formas, muitas vezes descrita através de estereótipos e percepções rasas sobre o vasto continente. Primeiro é preciso entender o lugar social e cultural da

---

[306] GONÇALVES, Maria Alice Resende; RIBEIRO, Ana Paula Alves (Org.). **Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro**. Coleção A Lei 10.639/03 e a Formação de Educadores – volume 2. 2ª edição. Outras Letras Editora, Rio de Janeiro, 2014.

[307] JANZ, Rubia Caroline. **Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? Uma proposta de análise**. In: Anais do XV Encontro Estadual de História da ANPUH – SC - 1964 - 2014: Memórias, Testemunhos e Estado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014, p.5.

[308] Epicentro do diálogo ocorrido no simpósio temático de título História da África, desafios da pesquisa e aplicações no Ensino, coordenado por Edgleice Santos da Silva e Eduardo Augusto Vieira Ferraz na XXXII Semana de História Universidade Federal de Juiz de Fora, na manhã do dia 19 de outubro de 2016.

[309] LIMA, Savio Queiroz; PIMENTA, Lucas. **Um Índio na Imensidão 'faraônica': O olhar educacional do quadrinho Tiki sobre a rodovia Transamazônica**. In: MODENESI, Thiago; BRAGA JR, Amaro X. (Org.). Quadrinhos & Educação – Volume 1: Relatos de Experiências e Análises de Publicações. 1ª edição. Recife, Tarcísio Pereira Editor, 2015, p.170.

produção selecionada e qual relação existe entre a realidade e a representação. Segundo tais representações e estereotipias fazem parte de uma agenda imaginativa, ainda que seu uso dentro de uma rede de discursos, aparentemente despretensiosos, favoreçam a naturalização dessas imagens. De pretensão, então, basta a aqui proposta de desconstruir o imaginário sobre a África fazendo uso das próprias histórias em quadrinhos, comumente carregadas de representações empobrecidas e preconceituosas.

A começar pela destituição de uma tola homogeneidade da África enquanto lugar de cor e de unidade. Diferente disso, correríamos o risco de repetir, por simplificação e generalização, abordagens que desejamos que sejam abandonadas, onde a África é representada por um todo monocromático e uníssono. Por conta disso o artigo propõe focar a região do Congo antes de seu processo de emancipação ao neocolonialismo e, historicamente, seu estado social e político mais recente, pós independência. Partiremos, desta maneira, de uma história em quadrinhos belga, *Tintin au Congo* e seguiremos por uma revisita ao país em uma introdução de um personagem das histórias em quadrinhos do Batman: o Batwing.

O Congo de Tintim

Desde as incursões de Tarzan nas matas exóticas da África na primeira metade do século XX, muita coisa mudou em relação à representação da África. Tarzan, descendente de europeus no mito de origem, nasce em território africano, mas é um estranho por sua diferença, sua singularidade, transformada em superioridade. O personagem criado em 1912 pelo escritor Edgar Rice Burroughs é fruto do fascínio que as pessoas possuem diante da ideia de crianças criadas por animais[310]. O pesquisador Marco Aurélio Luz, em edição de número 7 da *Revista de Cultura Vozes*, em setembro de 1973, dedica artigo ao herói. Entre o herói romântico e o herói moderno, byroniano, Tarzan e seus macacos são reflexos de um imaginário sobre a África através de relação natureza e cultura em seus estágios mais primordiais.

[310] Em curto texto para público amplo em site de entretenimento, descrevi a relação de Tarzan e outros personagens, como Mogli, com o fenômeno não incomum de crianças que, em situação de abandono humano, tiveram criação em grupos de animais, assimilando seus hábitos e adaptadas ao meio natural. O texto pode ser lido em: http://planoinfalivel.com/a-antropologia-de-tarzan/.

A África de Tarzan é o estereótipo a ser repetido, a ser perpetuado em outras narrativas textuais ou visuais, em novelas escritas ou sequências de quadrinhos. Para produções ocidentais, geralmente europeias e/ou americanas, os outros continentes, em especial a África, sempre foram retratados pelo espanto diante do perigoso e exótico. As ciências modernas, em especial a geografia, através de sistematização oriunda das formações das ciências no século XIX, permitiu às sociedades ocidentais vislumbrarem os espaços de formações e fenômenos da natureza, aos aspectos sociais e culturais que, naquele momento, influenciados por ideias como a do Determinismo Geográfico de Friedrich Ratzel, segundo a qual os povos evoluem ou transformam-se de acordo com o mundo físico e natural ao seu redor.

Essa trajetória africana como cenário para diversas narrativas ficcionais entre a literatura e as histórias em quadrinhos foi feita por estereotipias. O Determinismo Geográfico corroborou os discursos que justificavam o processo de neocolonização da África pelos povos europeus, definidos como superiores através de graus de desenvolvimentos determinados e determinantes. Nas hierarquias entre as sociedades humanas, o continente africano foi rotulado como atrasado pelas dificuldades impostas pela natureza hostil e interpretações pejorativas de seus povos e suas estruturas. Mas a maior influência para as narrativas de quadrinhos foram as descrições dos povos e continentes subalternos entre o século XIX e XX, fundamentalmente pelos contatos de nações europeias e suas possessões no continente africano[311].

Motivações econômicas fizeram os interesses europeus desaguarem numa verdadeira corrida pelo domínio das regiões do continente africano. Dois conceitos são caros à compreensão desse período histórico: o neoimperialismo e o neocolonialismo, ambos fomentaram os impérios europeus iniciar a chamada partilha da África. Por conta dessa relação de dominação intercontinental, a região da bacia do Congo foi controlada pelo Império Belga. Primeiro foi uma posse territorial do rei Leopoldo I ~~e~~ herdada por seu filho Leopoldo II, depois de muitas estratégias jurídicas e diplomáticas, como a criação da *Associação Internacional Africana*, antes da

[311] LIMA, Savio Queiroz. Há Outros "Griots": Outros Olhares sobre a África nos Quadrinhos. In: **Revista Temporis[ação]**, volume 16, número 2. Dossiê Temático sobre Histórias em Quadrinhos. Goiás, Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2016a.

Conferência de Berlim[312] e do *Estado Livre do Congo* posteriormente. O controle do Congo-Belga durou até a década de 1960[313].

Neste contato, os colonos e viajantes registraram experiências que sintonizavam com a ideia de lugar de natureza hostil e população subdesenvolvida, justificando seu controle através do tripé de civilização: Estrutura educacional, estrutura de saúde pública e estrutura de governo. Obviamente se tratava de um discurso civilizatório eurocêntrico para justificar a ocupação política e econômica da região para apoio da opinião pública. Nos três pontos, interferidas pela religião, já que eram missionários que as implementavam. Durante o processo colonial, tais interferências produziam desvios culturais das populações controladas e fortaleciam em imagens e discursos as depreciações sobre os saberes não escritos, o curandeirismo naturalista e as estruturas culturais da política local.

Dentro desse longo e tortuoso espaço de tempo foi publicada a série de quadrinhos belgas protagonizada por Tintim. Repórter e aventureiro, Tintim e seu cão Milu foram publicados em um periódico católico *Le Vingtème Siècle* entre 1930 e 1931[314] e depois em álbum separado, fechado e em cores, em 1946[315]. Diferente das folhas periódicas vindas no jornal supracitado, o álbum fechado, mais próximo de um livro, trouxe todo o conteúdo do jornal e suas devidas alterações para um formato editorial completo. Neste período o jornal não mais publicava o material do Tintin. Tintim viajou o mundo sem que seu criador, Hergé, pseudônimo de George Remi, sequer conhecesse os lugares que retratou em imagens. Consciente de que sua obra transmite mensagens sobre os lugares por onde seu protagonista ficcional transitou, Hergé fez usos de relatos de viajantes, em sua maioria os missionários vinculados ao periódico *Le Vingtème Siècle*, e outros registros acessíveis aos belgas dos anos 1930[316]. Animais selvagens e populações infantilizadas aparecem com insistente frequência na

---

[312] UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África - VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. Brasilia, UNESCO, 2010, p.32.

[313] O que não resolveu de imediato os problemas anteriores e posteriores à dominação belga, pois durante mais de 8 anos o país viveu em intensa instabilidade social e crise política.

[314] LIMA, Savio Queiroz**.** Tintin no Congo e a Lei 10.639: Conflitos e Acordos para Aplicação em Sala de Aula. In: MODENESI, Thiago; BRAGA JR, Amaro X. (Org.). **Quadrinhos & Educação** – Volume 3: Fanzines, Espaços e Usos Pedagógicos. 1ª edição. Recife, Tarcísio Pereira Editor, 2016b, p.166.

[315] LIMA, 2016b, p.168.

[316] LIMA, 2016b, p.167.

obra, mas em momento algum se mostraram visíveis os movimentos de insurreição contra os colonizadores, entre o final do século XIX e início do XX[317].

O teor propagandista de Tintim sobre outras nações e povos é bastante presente em suas aventuras[318]. Foi a partir de críticas sofridas que o autor, Hergé, buscou equalizar a ficção com a realidade, como aconteceu com a edição *As Aventuras de Tintim – O Lotus Azul*, de 1936, buscando ajuda de um artista chinês para melhor retratar a China, mas, infelizmente para o Congo-Belga, a construção bastante pejorativa e carregada de estereótipos danosos na história em quadrinhos *Tintim na África* faz com que seja a mais detratora representação dos povos colonizados. Toda a base de informação de Hergé era de missionários, ele jamais pisou em solo africano, o filtro das suas representações, afastado de seu saber empírico, sofria interferências das descrições de terceiros.

Foram duas edições de *Tintin au Congo* originalmente, a periódica entre 1930 e 1931, e a edição encadernada em formato álbum de 1946, como vimos, e muitas coisas foram alteradas nos diálogos e nas imagens de uma para outra. Os discursos menos elaborados e empobrecidos de narrativa literária e de estética linguística foram melhorados, aproximando com o amadurecimento das publicações posteriores. Mesmo assim, a forma depreciativa se manteve, sempre apresentando o lugar físico como cerceado por feras selvagens e povos infantilizados[319]. Animais selvagens são tratados através do exagero, ainda que sejam fauna presente na região da bacia do Congo, aglutinados dentro do cenário de atuação do protagonista[320]. O nativo, cativo, precisa, em Tintim, ser educado pelo protagonista europeu, de forma dura e impositiva, visivelmente paternalista por conta de sua imaturidade civilizatória. Além disso, há uma clara relação da estética do congolês em Tintim com as imagens de sorriso negro *banania*[321].

Este nativo, rude nas expressões visuais e nas falas em seus balões, é uma criança eterna diante da maturidade de Tintim. Registra-se, na história em quadrinhos de Tintim no Congo (No Brasil ficou titulada como *Tintim na África*, por curiosa

[317] LIMA, 2016b, p.166.
[318] LIMA, 2016a, p.165.
[319] FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, Editora Edufba, 2008, p.41.
[320] LIMA, 2016b, p.168.
[321] FANON, 2008, p. 47.

generalização), o imaginário colonial de classificação do outro, inferiorizado, havendo o "bom selvagem" em apoio à Tintim e deste merecedor de benesses, e o "mau selvagem" a ser por Tintim combatido[322]. Suas formas de governo e as motivações de seus conflitos internos são reduzidos às caricaturas, desqualificados pelo risível, e mesmo seus saberes, como as potencialidades curativas de sua medicina tradicional, eram suplantados por práticas civilizadas médicas.

A região do Congo e sua população são ridicularizadas e reduzidas aos mais claros estereótipos. São destituídos de personalidades, de cultura, de elementos locais, senão enquanto discursos de desqualificação. Seu mundo social está inserido em matas, florestas, perigos diversos em rios e campos. Leões, elefantes, cobras, macacos. Existem doenças e curandeiros, existem chefes militares abobalhados, enfim, a aventura de Tintim no Congo se sustenta pela propagação da ideia de superioridade belga e sua paternal relação com o infantil Congo. As informações transmitidas na obra são de uma educação que fortalece a imagem de inferioridade do povo congolês e que se mantém em muitos discursos e imaginários nas narrativas de entretenimento que são consumidas no ocidente, como as histórias em quadrinhos.

Quiróptero no Congo

Longe, principalmente temporalmente, de Tintim, houveram outras representações da África. Muitas vezes tais representações acabavam por repetir as fórmulas tidas por convencionais, de um lugar africano exótico e perigoso, com a fauna e a flora assombrosas e uma população local inferiorizada nas hierarquias positivistas das civilizações, condenada a um passado vívido pela apatia do tempo. Mesmo com a decadência do neocolonialismo, na reorganização das metrópoles e suas colônias após a Segunda Guerra Mundial[323], o imaginário sobre a África se manteve nas histórias em quadrinhos.

Muitos desses quadrinhos se sustentavam numa espécie de deslocamento temporal, com suas narrativas ainda sendo vividas no século XIX. Como são os casos de

[322] LIMA, 2016b, p.169.

[323] MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. UNESCO, Brasilia,2010, p.13.

Tarzan e Fantasma, personagens do começo do século XX, que em suas mitologias próprias vivem em florestas recheadas de perigos e se deparam com nativos inferiorizados e estrangeiros mal-intencionados, geralmente piratas ou contrabandistas de diversas espécies. Tal cenário exótico, geograficamente localizado, migra com facilidade das narrativas de heróis para as narrativas de super-heróis, no período posterior à Segunda Guerra, numa grande variedade de histórias, mas mantendo a estrutura estereotipada sobre a imensidão africana, tratada através de simplificações.

O norte da África, quase sempre retratado pelos mistérios e ruinas do Antigo Egito, marcou presença nas histórias em quadrinhos. A esfinge aparece em contos assombrosos, como na revista *Strange Tales* número 70, em 1959[324], e também antagoniza-se contra o Super-homem na revista *Action Comics* número 240 em maio de 1958[325]. Múmias e maldições são ameaças à Mulher Maravilha na revista *Wonder Woman* de número 161 em abril de 1966 e Batman enfrentou um ensandecido Faraó renascido na edição de número 508 da revista *Detective Comics* em novembro de 1981[326]. Mesmo fazendo parte do continente africano, entretanto, o Egito gozou, na ficção, um certo distanciamento não apenas geográfico, como temporal e populacional.

A região da bacia do Congo, com sua magnífica rede de florestas, tende a ser usada como cenários selvagens para aventuras de super-heróis. Exploradores europeus vislumbravam o exótico, muitas vezes o inóspito, outras vezes o fantástico. Como é o exemplo da fantasiosa cidade de Gorilla City, habitada por gorilas sapientes, oriundos de outro planeta, de acordo com sua origem na revista *Congo Bill* de número 6 em julho de 1955, pela editora *DC Comics*. Os personagens da franquia, incluso o Batman, sabiam que nas entranhas da floresta escondia-se a cidade de Gorilla City. Além disso, não haviam atrativos para o universo do morcego. A região se tornou interessante para a mitologia do Batman no momento de maior maturidade narrativa após os anos de 1980 onde as equipes criativas reformularam as mitologias de seus personagens-produtos.

---

[324] Inédita no Brasil.
[325] No Brasil, publicada em *Superman Bi* de número 13 em março de 1967 e depois na *Superboy* número 36 em abril de 1969, ambas pela editora Ebal.
[326] Ambas inéditas no Brasil.

Outro projeto editorial de reformulação dos personagens da empresa DC-Warner ocorreu entre 2006 e 2007. Neste empreendimento, tendo por objetivo atualizar o mito para uma nova geração de leitores, a editora[327] contratou o renomado escritor Grant Morrison para liderar a narrativa central dos personagens principais da empresa, através da minissérie *Crise Infinita*, e chegou ao seu ápice na saga *Crise Final* em 2008. As editoras de quadrinhos tendem a construir atualizações dos seus personagens como estratégia para conquista de novo público consumidor, atualizando conceitos e ideias, adequando o produto para expectativas e interesses desses novos leitores.

Com a autonomia autoral da série mensal do Batman, Morrison elaborou uma narrativa envolvendo personagens coadjuvantes antigos e novos. Essa etapa, dentro da mitologia do Batman, chamada *Corporação Batman*, de 2011[328], trouxe reviravoltas envolvendo um plano do protagonista, em sua identidade civil do milionário Bruce Wayne, de financiamento e controle de super-heróis espalhados pelo mundo. Tais personagens, igualmente soturnos vigilantes, representariam características de cada lugar, trazendo nas suas vestes e trejeitos traços de diversos países e culturas.

Nenhuma novidade, já que dentro da mitologia do Batman esse tipo de abordagem já havia sido usado. Trata-se de uma história de 1955 chamada *Batmen of all nations* (*Batmen de todas as nações)*, com super-heróis de outros países que inspiraram-se no Batman para atuar em suas respectivas localidades. No período, era comum que as narrativas, mais direcionadas ao público infantil, tivessem características mais jocosas, por isso os personagens eram representações simplistas de ideais culturais dos povos que descreviam. São uma verdadeira agremiação de estereótipos, como o mexicano Bat-hombre vestido tipicamente com um *sombrero* e poncho. Entre a segunda metade dos anos 50 e começo dos anos 70, as narrativas pouco se interessavam pela coerência, e evitavam confrontar o código de moral e ética que limitava discursos mais elaborados. Conhecido como *Comic Code*, nele vinham determinações morais que deveriam guiar os roteiristas e artistas, uma auto-regulamentação feita pelas próprias editoras diante da perseguição sofrida pelos quadrinhos durante o macarthismo, na década de 1950.

[327] Chefiada pelo editor Dan Didio.
[328] Lançado no Brasil em encadernações a partir de 2012.

Na atualização de 2011, entretanto, a narrativa estava mais sintonizada com a maturação que os personagens vinham experimentando desde os anos de 1980. A premissa, muito parecida, era de que o protagonista, Batman, organizaria uma rede de influências através de representantes do combate ao crime, cada qual em seu lugar social de origem. Elegendo diversos personagens em diversas partes do mundo, Batman escolhe o super-herói Batwing na edição número 5 da série *Corporação Batman*. David Zavimbi, alter-ego de Batwing, é um jovem da República Democrática do Congo que atua em auxílio do Batman no continente africano tendo recebido deste uma armadura ultratecnológica. Desta forma, Grant Morrison, roteirista de quadrinhos, inseriu o Batwing na mitologia do Batman.

Os idealizadores que projetaram seu visual se inspiraram em uma história em quadrinhos décadas antes. Estava notório que o personagem seria uma versão do Batman na África, por conseguinte, um homem negro. Ter um personagem central que não fosse um homem negro certamente causaria certo incômodo, e sua cor surge, então, como uma potencialidade representativa, mesmo ao negro não africano. Na edição de número 250 da revista *Batman*, em junho de 1973, crianças em volta de uma fogueira confabulam sobre quem seria o Batman (ou como seria, para elas, o Batman ideal)[329]. Nesta história, *The Batman Nobody Knows*, o jovem negro Ronnie chama a sua versão de Batwing e diz que esse "exército de um homem só" é uma mistura de várias celebridades do *Blaxplotation*[330], como um Shaft de *colant* escuro, luvas e botas azuis, seguro no ar por grandes asas de morcego.

O Batwing, esse Batman negro sonhado pelo jovem Ronnie, porém, é estadunidense. A versão atualizada por Morrison, por sua vez, é congolense, inserido na contemporaneidade com *design* mais próximo da estética pós-2010, *high-tech*, nos desenhos de Yanick Paquette e Chris Brunham. Basicamente é um exoesqueleto que deixa apenas a parte superior do crânio e o contorno dos lábios, entre a base da narina e o queixo, expostos. Quase monocromático, apenas com o detalhe do símbolo do morcego no tórax como emissor de luz. Depois de surgir como parte do elenco da saga

[329] Aqui no Brasil foi publicada na *Batman em Cores*, número 36 em 1973 pela editora Ebal. Recentemente foi republicada em 2008 no encadernado especial *Coleção DC 70 Anos* de número 6 pela Editora Panini.

[330] Expressão cultural televisiva e cinematográfica com forte presença de negros e elementos culturais suburbanos nos Estados Unidos em meados dos anos 70.

Corporação Batman, o Batwing ganhou um título periódico próprio dentro do projeto editorial chamado Novos 52, com exatamente 52 títulos de revistas publicadas e mantidas conforme a audiência do público. Dentre as edições estava a do novo super-herói do Congo.

Nesta etapa, então, era necessário tornar a origem do personagem muito mais sólida, para que pudesse enriquecer o novo mito. Para a série mensal do personagem foi contratado Judd Winick que, assumidamente, buscou assimilar o máximo de informações possíveis sobre a realidade congolense[331]. A arte ficou na responsabilidade de Bem Oliver, com participações de outros artistas, como Chris Cross na edição de número 4 e Dustin Nguyen na edição de número 7. O nosso herói, David Zavimbe (nome modificado, anteriormente era Zavimbi), em sua origem mais elaborada, perdeu os pais ainda muito novo para a epidêmica AIDS e, desassistido, acabou se filiando a uma milícia local como criança guerrilheira. O drama apresenta dois elementos da realidade africana, mas tratados pelos excessos: perder os pais para uma doença tão vinculada ao continente e ter sido membro de um organismo paramilitar.

Entre essas forças paramilitares de Senhores da Guerra e de regimes autoritários, com uma força policial precária e corrupta, está o protagonista. Winick faz uso desses "caras reais"[332] como os vilões do Batwing, tornando-se uma ameaça mais palpáveis para qualquer um que procure notícias nos meios de comunicação sobre a segurança pública e política da República Democrática do Congo. Principalmente dos problemas que orbitam o período em que a nação se chamava Zaire e a Guerra Civil em 1997, que estimulavam levantes de grupos menores, liderados por Senhores de Guerra (*Warlords*) e suas práticas de guerrilha, principalmente em zonas rurais. Na edição 0 de Batwing, de junho de 2013, aparece um vilão chamado Jack Morte, descrito como ex-membro de exército guerrilheiro, "agora ele é um senhor do crime"[333]. Os antagonistas são verossimilhantes, facilmente reconhecíveis como parte

[331] Como o mesmo afirma em diversas entrevistas, como as cedidas para o site *The Huffington Post* em 9 de julho de 2011 (*Judd Winick Talks Batwing, a New Batman Comic Set in África).*

[332] Trecho da entrevista supracitada.

[333] A edição 0 apareceu após 12 edições mensais, uma espécie de edição comemorativa mostrando elementos da história de origem de David anteriores à edição 1.

de uma realidade congolesa em constante exposição pela mídia, principalmente com foco em conflitos sociais armados.

A questão, bastante sensível nas relações internacionais entre o discurso ficcional e de entretenimento e a realidade sócio-política precisa de um conforto. Tratar de temas tão sensíveis exige riscos demasiados em se construir retratos da realidade carregados de traços indesejados. Ainda que algumas localidades no mundo sofram de certas interferências bélicas, nem sempre são a expressão máxima daquele povo, daquela sociedade. O conforto se faz numa baliza segura entre o reconhecimento do estereótipo sem que se faça uso acusatório da realidade. Proveitosamente, esse conforto vem nas asas da própria ficção, que assegura no uso de localidades e cidades não reais o abuso no trato sobre narcotráfico, guerras civis e terrorismo. Os idealizadores criam, para a atuação livre de Batwing, a cidade fictícia de Tinasha.

Modalidade bastante comum nas narrativas em quadrinhos, sigamos com o exemplo da própria Gotham City. Tinasha está para Kinshasa, a capital da República Democrática do Congo, como Gotham está para Nova York ou Chicago, fazendo com que a semelhança aporte segura sem que a realidade seja reduzida a essencialismos. Os moradores da cidade real saberão que a cidade ficcional tem a função de guiar a denúncia redundante para outro terreno[334]. A construção de uma urbanidade fictícia assegura mais liberdade para usar de elementos diversos sem entrar em conflito com qualquer descontentamento representativo. É feito uso do caos, do descontrole administrativo público, e o super-herói se vale justamente dessa relação entre a política pública ineficiente e a atuação do próprio vigilante[335].

As distâncias temporais das duas narrativas em quadrinhos, Tintim e Batwing, já poderiam explicar seus tratamentos diferentes. Além disso, os condicionantes políticos que envolvem os produtores dessas narrativas, o belga colonizador diante de sua colônia congolesa e o então estadunidense da contemporaneidade, fazem parte de outro espaço histórico. Diferente de Tintim na África, a versão do Congo em Batwing não se vale do exotismo natural. O próprio escritor, Winick, alerta que não

---

[334] LIMA, Sávio Queiroz. **Um Conto de Duas Cidades: História de Duas Editoras e Muitos Mundos nos Quadrinhos**. In: Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos – ECA-USP. São Paulo. 23 a 26 de agosto de 2011.

[335] LIMA, 2011, p. 14.

haverá nada de Rei Leão em sua novela gráfica[336]. Sua representação da República Democrática do Congo já não tem as interferências depreciativas do Congo-Belga de Tintim, mas ainda está longe de ser fidedigna. Winick assume que é difícil produzir uma narrativa apenas com pesquisa superficial, mas que procurou se esforçar neste quesito[337].

Falar da capital Kinshasa ou de sua correlata divisória, Brazzaville, seria um demasiado risco de incômodo[338]. Ainda que o trato sobre o descontrole da AIDS, na morte dos pais de David, não seja uma incoerência, trata-se, portanto, de um exagero representativo, onde o mal da AIDS, tão espalhado pelo mundo, pareça ter na África sempre o seu lugar de existência. Desta forma, os eventos tratados na narrativa precisam ocupar um lugar ficcional. Tinasha é a simulação perfeita de Kinshasa, e garante para o empreendimento ficcional o afastamento devido da realidade, sem se responsabilizar com os seus discursos, já que os mesmos não são proferidos contra a população real, mas ao seu reflexo deliberadamente construído.

A situação política pós-independência seguiu tortuosa, a ponto de ser uma longa aflição da população local. A Guerra Civil, entre 1960 e 1965 culminou na ascensão de um regime militar que estabeleceu o general Mobutu Sesse Seco como líder da nação. O nome Zaire foi adotado em 1971, por conta da oficialização da nação descolonizada com o nome de República do Zaire. Entre 1965 e 1997, o regime autoritário de Mobutu marcou a política interna congolesa, seguido pelos governos dos Kabila, Joseph, o pai, entre 1997 e 2001, e o filho, Laurent-Désiré em eleição formal desde 2006. Foi na chamada Primeira Guerra do Congo, entre 1996 e 1997, opondo Mobutu e Joseph, que o cenário político se transformou. O clima de insegurança política é mantido nos quadrinhos de Batwing sem nomear diretamente seus envolvidos e nem mesmo qualquer citação direta da história política[339].

---

[336] A correlação com o Rei Leão é de sua própria autoria na entrevista já citada.

[337] ROGERS, Vaneta. **Winick Brings Batman, INC´s Batwing to DCnU Solo Series**. In: Newsarama. Disponível em: http://www.newsarama.com/7793-winick-brings-batman-inc-s-batwing-to-dcnu-solo-series.html. Postado em 13 de junho de 2011. Acessado em 20 de outubro de 2016.

[338] Kinshasa é capital da República Democrática do Congo e a segunda, Brazzaville, da República do Congo. A primeira foi possessão Belga enquanto a segunda de controle francês na partilha do continente africano no período neocolonial.

[339] ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África - VIII: África desde 1935**. UNESCO, Brasília, 2010, p.530.

A própria história da nação representada precisou ser readequada dentro da ficção, sem fazer qualquer menção à ainda existente ferida sócio-política. Na edição de número 7 da revista *Batwing*, através do roteiro de Winick, há uma espécie de *flashback* contextualizando os eventos recentes através de uma compreensão do passado não tão distante. Durante o processo revolucionário, "uma semana antes da nossa nação se tornar a República Democrática do Congo"[340], um grupo de super-heróis chamado "O Reino" intercedeu a favor do movimento popular chamado "A República do Povo", contra o governo do ditador Masika Okura, devidamente fardado na imagem de destaque, e contra o que é descrito como "meia dúzia de guerrilheiros sedentos de sangue, que abasteciam rivalidades tribais e recrutavam crianças para lutar em seus exércitos"[341].

O roteirista de Batwing fez usou da metáfora ficcional para evitar retratar uma história recente e trágica da República Democrática do Congo. A nação recebeu esse nome justamente após a derrocada do regime de Mobutu na Primeira Guerra do Congo, e tinha em seu cenário político justamente essa fragmentação, com levantes populares e atuações de grupos paramilitares chefiados pelos Senhores de Guerra. Na ficção, o governo de 20 anos de Masika Okura foi encerrado, mas não sem um massacre que fez se chocar guerrilheiros e o exército revolucionário popular, custando a vida de cinquenta mil pessoas, um número muito menor em comparação com o saldo de mortos na Primeira Guerra do Congo estimado em duzentos mil mortos[342]. Okura conseguiu escapar em exílio. No mundo real, Mobutu enfrentava a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire[343] e as forças militares de Ruanda.

A participação de Ruanda na tomada do poder das mãos de Mobutu está diretamente ligada ao massacre em 1994. Durante o período de neocolonização, a metrópole, Bélgica, favorecia a população da etnia tutsi em detrimento da população majoritária de hutus, fortalecendo um ressentimento que culminou num conflito civil e genocídio da população tutsi de abomináveis proporções. Retratado no filme Hotel

[340] Logo na primeira caixa de texto recordatório da página 23 da revista *A Sombra do Batman* de número 7, de dezembro de 2012.
[341] Nas páginas 24 da mesma edição supracitada.
[342] SILVA, 2011, p.20.
[343] WONDJI, C. Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. UNESCO, Brasília, 2010, p.1140.

Ruanda, de 2004, sob direção de Terry George e protagonizado por Don Cheadle, o genocídio fora apoiado pelo general Mobutu, que protegeu os líderes militares hutus quando Ruanda passou a ser controlada pelos tutsis. Em 1997 Mobutu exila-se no Marrocos, onde morre por conta de complicações de um câncer de próstata.

As similaridades entre as narrativas expressam a opção de construir uma ficção metafórica aos eventos históricos reais. O recurso garante construir com segurança narrativas que descrevam uma sociedade repleta de conflitos sem assumir posturas diante de discursos históricos ou mesmo políticos. Porém, Winick não assume uma postura total e meramente isenta, já que na edição de número 9 da revista *Batwing* o protagonista demonstra antipatia ao embaixador e primeiro ministro Matthew Kalu (chamado de Vanul em outro trecho), sendo descrito por David como "um megalomaníaco"[344], "responsável por tantas decapitações"[345], ainda que protegido por diplomacias. Ficam claras as bandejas de uma balança moral que separa o super-herói Batwing de políticos criminosos, Senhores de Guerra e um departamento de polícia corrupto.

Nepotismo e corrupção são marcas registradas em Tinasha de Batwing assim como o são em Gotham de Batman. Como membro do corpo policial local, David sente na pele essa corrupção dentro da própria instituição de segurança pública. Em sua primeira edição, numa caixa de texto recordatória em primeira pessoa, o personagem descreve o departamento de polícia como um "oceano de incompetência e corrupção"[346]. Na edição de número 6 de *Batwing*[347] o protagonista, David, recebe um suborno para evitar investigações que comprometam o crime organizado atrelado ao movimento rebelde de um Senhor da Guerra. Ainda que Winick não cometa o estereótipo de Tarzan ou mesmo Tintim em sua representação do Congo, não deixa de fazer valer as noticiosas imagens que a mídia internacional faz da nação, pouco envolvendo realmente elementos locais e culturais singulares.

Por toda a série a relação entre o protagonista e a corporação policial será de incompatibilidade. Apesar de fazer parte do corpo de policiais, David demonstra não se

[344] Como consta na fala de David Zavimbe no quarto quadro da página 32 da revista *A Sombra do Batman* de número 9, fevereiro de 2013.
[345] Página 41 da mesma edição citada acima.
[346] Página 37 da revista *A Sombra do Batman* de número 1, pela editora Panini, em junho de 2012, onde a edição original, *Batwing* número 1, aqui no Brasil, foi publicada.
[347] Na revista *A Sombra do Batman* de número 6 em novembro de 2012, editora Panini.

afinar com a maior parte das condutas de seus colegas, mais disfarçadamente no papel do policial Zavimbe e através de discursos mais impositivos no papel de Batwing. Na edição 4 de *Batwing*, na quarta página, o herói, depois de retirar o corpo de uma mulher morta por Massacre de uma residência em chamas, diz aos policiais presentes na cena do crime: "E cada um de vocês, que diz servir este povo... deve lutar até o último suspiro para descobrir quem fez isso com ela". Construindo uma relação amorosa ao protagonista, David tem interesse romântico em sua colega de profissão Kia Okura, por quem nutre respeito e admiração, o único caso de afinidade.

O tráfico de drogas é o problema central nas primeiras edições de Batwing, sendo seguido do problema paramilitar. Os Senhores de Guerra são, também, traficantes, e o Tigre Sangrento, um dos seus antagonistas principais, do grupo paramilitar Exército do Amanhecer, um grupo paramilitar de Senhores da Guerra e seus meninos soldados, é uma mistura visual desses líderes do narcotráfico e supervilão tradicional. Na edição 6 de Batwing é dito que o objetivo e sustento da organização são os tráficos de drogas e armas[348]. David se vê envolvido em uma rede de conflitos que circunda a polícia local e líderes que desejam os controles dos vilarejos próximos. Logo surge um outro vilão, Massacre que, na edição de número 7, caça e mata antigos heróis do grupo O Reino, que participaram de um conflito entre o ditador Masika Okura, militantes guerrilheiros e a República do Povo.

Outro formato de crime que ganhou destaque midiático na África foi o de pirataria marítima em praticamente toda a costa continental. Tal modalidade também foi tratada pela cinematografia. Em 2013 foi lançado o filme *Capitão Phillips*, protagonizado por Tom Hanks, sob direção de Paul Greengrass. Baseado na novela autobiográfica do capitão Richards Phillips, que comandava o navio cargueiro Maersk Alabama que foi tomado por piratas somalis no ano de 2009. No elenco do núcleo de piratas, no filme, o ator Barkhad Abdi interpreta o somali Abduwali Muse, que liderou a embarcação e o grupo que invadiu o navio cargueiro. Trata-se, obviamente, de uma narrativa ficcional, mas buscou fazer isso com o máximo de verossimilhança. Na edição de número 9 de *Batwing* os piratas somalis são citados, confrontando com David na edição seguinte. Os piratas, chamados "Os Chacais", foram representados pela estética

[348] Na primeira edição do título *Batwing* já se faz menção a isso, se fortalecendo nesta edição, que no Brasil saiu na revista *A Sombra do Batman* de número 6.

que mistura elementos tecnológicos e peles de animais, talvez inspirado no afrofuturismo[349]. Porém, esses piratas somalis, na ficção de Batwing, atuam na costa atlântica da África.

A geografia africana, em sua inegável extensão e vastidão, atende às narrativas de Batwing com certa redução. Obviamente, com mais liberdade poética, já que os meios de transportes permitem o trânsito entre as regiões africanas, diferente do período do Tintim. Ainda que centrando suas narrativas na capital ficcional de Tinasha, na República Democrática do Congo, Batwing aventura-se em vários lugares africanos. Na edição de número 6 de seu título, enfrenta o vilão Massacre em Gizé, capital do Egito. A Nigéria, no estado distrital de River, é cenário nas edições 10 e 11, com a presença de um barão do petróleo que discursa sobre a desigualdade social com a existência de favelas e o desprezo das lideranças aos sindicatos de trabalhadores e suas greves. Uma nação ficcional chamada Tundi é governada por um super-ditador (com superpoderes) e descrita como grande importadora de diamantes e metais preciosos. Tundi é o nome dado a uma região geopolítica no norte de Gana.

A África tem por maior incidência religiosa o cristianismo e o islamismo, havendo adequações culturais em sua mais ampla diversidade. Nas histórias em quadrinhos do Batwing o assunto não é abordado com profundidade, mas em um dos arcos de histórias, ainda sob a tutela escrita de Winick, o protagonista confronta uma seita macabra, o Culto ao Pai Perdido, que promove sacrifícios através de um fanatismo com tons de sobrenaturalidade. Nas representações visuais do vilão central e seus asseclas, o artista, Marcus To, nas edições de número 13 e 14[350], parece fazer uso de uma estética de aproximação com o estereótipo produzido sobre o vodu

[349] O conceito e termo nasce na reflexão de Mark Dery, na década de 1990, ao tratar de intervenções artísticas que comunga questões afro-americanas com uma possibilidade de futuro artística, por conseguinte, política. A estética faz eficiente amalgama entre o momento artístico histórico afro-americano e inúmeras apropriações artísticas do continente africano, principalmente após movimentos separatistas e de independências. São usos artísticos de elementos visuais (mas não apenas visuais) diversos de diversas culturas africanas, enaltecendo a representatividade desses modelos até então desconsiderados por serem limitados, nas interpretações colonizadas sobre arte, como primitivismos. Mais detalhes precisos sobre a interpretação do movimento artístico e sua aplicabilidade a Indústria Cultural estão na entrevista de Mark DERY (1994) e no livro Afrofuturism 2.0. ANDERSON, Reynaldo; JONES, Charles E. **Afrofuturism 2.0: The Rise of Astro-Blackness**. Editora Lexington Books, 2015.

[350] A edição de número 13 da revista *Batwing* saiu por aqui na edição de número 14 da revista *A Sombra do Batman* e a seguinte na edição de número 16 do título citado.

haitiano e sua relação com o terror conhecido pelos estadunidenses em antologias como *Tales of Voodoo*, da editora *Eerie Publications* em 1968, por exemplo.

A série, apesar de todo o esforço e a pretensa pesquisa de Winick, teve vida curta, em comparação com outros super-heróis. Mesmo com os avanços que tenhamos diante dos saberes sobre o outro, no caso, o congolês, ainda há um longo caminho a percorrer. Mas as diferenças dos tratamentos em Tintim e em Batwing nos diz coisas importantes. Nos diz sobre as sensibilidades interferidas por estereotipias historicamente localizadas, socialmente construídas. Vemos elementos reais tratados através do exagero, seja de seu uso ou de sua interpretação, em ambos os casos. Mas é evidente que o projeto discursivo em *Tintim na África* (*Tintim no Congo*) é bastante diferente da proposta oportuna em *Batwing*, não havendo necessidade de que se façam acusações ou condenações, mas sendo enriquecedora e propícia a sua análise crítica.

Vemos muitas mudanças ocorridas entre as publicações de Tintim na década de 1930 e a imersão da mitologia do Batman no Congo pós-2000. Visíveis mudanças marcam o trajeto entre as duas obras e suas representações do Congo e ainda que não o façam, ambas, de forma concisa, se valem da *mea culpa* artística, ou seja, de uma liberdade autoral dos artistas envolvidos no enredo, no texto e na arte. São, entretanto, construções arquetípicas da realidade do outro, que tenderam, como visto, a seus momentos históricos e suas posturas sociais. Nos vale, enquanto pesquisadores, educadores e historiadores, como sintomas a serem utilizados tanto para a desconstrução pedagógico quanto para a produção de um saber histórico.

Conclusão

Há uma constante dinâmica de alternações nas representações sociais dentro das narrativas de histórias em quadrinhos. Acima de tudo, as representações precisam fazer sentido não apenas às redes de discursos e imaginários de seus leitores consumidores, mas, também, serem legitimadas através de acordos de reconhecimento. Entre os autores e os leitores há um silencioso acordo de complementaridades de saberes. É preciso haver pontos que liguem uma imagem

mental sobre a dada representação de maneira que a maior parte dos envolvidos ratifiquem.

É fundamental se fazer uma leitura crítica da representação para não apenas se compreender sua construção como para iniciar o processo de desconstrução. Se há uma construção imaginária, discursiva, representativa sobre a África nas histórias em quadrinhos, a sua desconstrução é um excelente exercício educacional. Serve, então, esta abordagem à prática de compreensão do objeto-fonte a ser utilizado como instrumento pedagógico e a contemplação efetiva de seu uso em sala de aula para desfazer imaginários detratores de regiões africanas e mesmo da África como homogênea. As duas histórias em quadrinhos propostas, com ênfase específica, aqui, para a narrativa do Batwing, nos abre a possibilidade de desconstrução através da leitura crítica.

As distâncias temporais de ambas as produções, a primeira na primeira metade do século XX e a segunda no primeiro decênio do século XXI ofertam duas propostas. A história do neocolonialismo e as estruturas discursivas tanto de sua aplicação no período quanto de sua justificativa a posteriori, na história em quadrinhos escrita por Hergé, fornecem uma gama de possibilidades temáticas a serem trabalhadas em sala de aula. A história do Batwing, nos roteiros de Winick, proporciona uma abordagem crítica sobre as políticas africanas, em particular a história política da República Democrática do Congo[351]. O primeiro grande passo para desmitificar uma história, retirá-la de seu estado de ausência na nossa formalização de conhecimento, é tratá-la como presença vívida.

Nesta proposta, não se atende apenas à premissa inicial de abordar a África e a sua representação num meio de entretenimento. A população negra trazida escravizada para as colônias da América portuguesa desde o século XVI[352], bem como todo o revés de ocultamento e silenciamento de suas histórias faz com que a lei 10.639 seja não apenas uma abertura de conhecimentos humanos, mais, também, uma justiça social. Compreender a extensão da África e as interferências ativas ou passivas de seus povos nos ajuda a entender a história humana em uma maior amplitude. Por

[351] LIMA, 2016b.

[352] PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

conseguinte, nos permite um proveitoso afastamento dos preconceitos, um distanciamento racional das generalizações e de todas as possíveis estereotipias que possam surgir de tal lavoura.

Faz-se, aqui, primeiro, um trato historiográfico com o uso de histórias em quadrinhos enquanto objeto e fonte da história. A inserção de tal produção humana encontrou nas áreas de comunicação e artes terrenos seguros, mas são registros importantes de visões de uma dada sociedade, no caso a ocidental europeia e estadunidense, sobre as realidades políticas dos outros. As fontes aqui escolhidas e tratadas falam, de todo modo**,** de história e são as suas posturas pertencentes aos seus lugares e tempos que nos interessam. O exercício de seu uso dentro do campo da história, com cuidado e criticidade, é uma clara oferta de enriquecimento dos saberes.

Segundo, é um trabalho que sintoniza com as expectativas de aplicação da lei 10.639, especificamente o ensino de história da África. O uso das histórias em quadrinhos é para ampliar o prisma de análise sobre os espaços de manutenção de discursos e imaginários preconceituosos que abarcam, entre tantos meios, o entretenimento. Para muitas pessoas, são através de despretensiosos meios de lazer que as ideias estereotipadas e pejorativas são assimiladas e transmitidas, havendo, deste modo, uma grande necessidade de se produzir analises críticas sobre tais produções no intento de se conquistar novos saberes através da desconstrução dos velhos e defasados.

A sua desconstrução vem sendo a estratégia mais honesta diante da pejorativa formação de um imaginário sobre a África. No caso brasileiro, por conta da lei, entende-se que muito mais que uma obrigação formal para o reconhecimento de uma história negada[353], é preciso reler a África do cinema e dos quadrinhos, a África que se perpetua no imaginário e no preconceito. Para tal, há uma justa somatória de conhecimentos e abrangências culturais, étnicas e raciais, que assegura a inclusão das diferenças. É preciso desmitificar as Áfricas das imagens que lhes foram atribuídas em narrativas ficcionais diversas. Que nos sirvam, então, enquanto sintomas de uma

[353] PESSOA, Jaciara Maria de Medeiros. **Leis 10.639/03 e 11.645/08: (Re)construindo a História Afrobrasileira e Indígena**. In: Luiz C. L. Marques e Newton D. A. Cabral (Orgs.). Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História - Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade. Recife, 16 a 19 de outubro de 2010, p.416.

desconstrução em sala de aula ou mesmo como registro de uma mazela histórica que um dia contemplemos somente como passado.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Reynaldo; JONES, Charles E. **Afrofuturism 2.0: The Rise of Astro-Blackness**. Editora Lexington Books, 2015.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclusão da obrigatoriedade do ensino dos temas História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

DERY, Mark. Black To The Future: Interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate, and Tricia Rose. In: DERY, Mark (org). **Flame Wars: The Discourse of Cyberculture**. Duke University Press, 1994.

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África - VIII: África desde 1935**. UNESCO, Brasília, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, Editora Edufba, 2008.

GONÇALVES, Maria Alice Resende; RIBEIRO, Ana Paula Alves (Org.). **História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola**. Coleção A Lei 10.639/03 e a Formação de Educadores – volume 1. 1ª edição. Outras Letras Editora, Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, Maria Alice Resende; RIBEIRO, Ana Paula Alves (Org.). **Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro**. Coleção A Lei 10.639/03 e a Formação de Educadores – volume 2. 2ª edição. Outras Letras Editora, Rio de Janeiro, 2014.

JANZ, Rubia Caroline. **Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? Uma proposta de análise**. In: Anais do XV Encontro Estadual de História da ANPUH – SC - 1964 - 2014: Memórias, Testemunhos e Estado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.

LIMA, Sávio Queiroz. **Um Conto de Duas Cidades: História de Duas Editoras e Muitos Mundos nos Quadrinhos**. In: Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos – ECA-USP. São Paulo. 23 a 26 de agosto de 2011.

LIMA, Savio Queiroz; PIMENTA, Lucas. Um Índio na Imensidão 'faraônica': O olhar educacional do quadrinho Tiki sobre a rodovia Transamazônica. In: MODENESI, Thiago; BRAGA JR, Amaro X. (Org.). **Quadrinhos & Educação** – Volume 1: Relatos de Experiências e Análises de Publicações. 1ª edição. Recife, Tarcísio Pereira Editor, 2015.

LIMA, Savio Queiroz. Há Outros “Griots”: Outros Olhares sobre a África nos Quadrinhos. In: **Revista Temporis[ação]**, volume 16, número 2. Dossiê Temático sobre Histórias em Quadrinhos. Goiás, Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2016a.

LIMA, Savio Queiroz**.** Tintin no Congo e a Lei 10.639: Conflitos e Acordos para Aplicação em Sala de Aula. In: MODENESI, Thiago; BRAGA JR, Amaro X. (Org.). **Quadrinhos & Educação** – Volume 3: Fanzines, Espaços e Usos Pedagógicos. 1ª edição. Recife, Tarcísio Pereira Editor, 2016b.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. UNESCO, Brasilia,2010.

PESSOA, Jaciara Maria de Medeiros. **Leis 10.639/03 e 11.645/08: (Re)construindo a História Afrobrasileira e Indígena**. In: Luiz C. L. Marques e Newton D. A. Cabral (Orgs.). Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História - Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade. Recife, 16 a 19 de outubro de 2010.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

ROGERS, Vaneta. **Winick Brings Batman, INC´s Batwing to DCnU Solo Series**. In: Newsarama. Disponível em: http://www.newsarama.com/7793-winick-brings-batman-inc-s-batwing-to-dcnu-solo-series.html. Postado em 13 de junho de 2011. Acessado em 20 de outubro de 2016.

SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África - VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. Brasilia, UNESCO, 2010.

RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM:
UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DEBATIDAS DE ACORDO COM OS JORNAIS INGLESES

Aline Barbosa Pereira Mariano[*]

O Imperialismo está inscrito na história da Europa como um dos movimentos mais importantes do século XIX. E no contexto de disputas por territórios no continente africano, a Conferência de Berlim é frequentemente referida como o evento no qual as potências europeias teriam dividido a África entre si, dando origem a um mapa colonial que cobriria toda a extensão territorial africana.

Contudo, um exame detido da documentação produzida acerca do evento, como os jornais publicados durante os dias de conferência ou a Ata Geral redigida ao final das discussões, indicam que questões relativas à divisões territoriais não estavam em pauta quando da realização das sessões do encontro.

Neste artigo, serão analisados 100 exemplares de jornais ingleses publicados entre os dias 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 – período de realização do evento – e, por amostragem, a partir de informações como o título das notícias, os temas mais recorrentes e a Ata Geral, além da alusão a jornais que fazem referência a outras "Conferências de Berlim", buscaremos apontar quais teriam sido as questões mais importantes debatidas pelos plenipotenciários europeus e qual a relevância e abrangência dos temas relativos às disputas territoriais.

Os termos da Conferência

Quando se trata de buscar a compreensão do significado que a Conferência de Berlim teve no momento em que foi realizada, um dos principais aspectos que deve ser considerado nos jornais são os nomes usados em referência ao evento.

[*] Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF)

No que tange os jornais publicados entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, os 100 periódicos selecionados para o presente estudo estão divididos por termo usado para nomear a Conferência conforme a tabela que segue:

Tabela 1 – Termos usados para nomear a Conferência

Nome do jornal (Abreviação)	Nº de publicações	Conferência do Congo	Conferência de Berlim	Outros *
London Evening Standard (LES)	23	3	18	2
St. James's Gazette (SJG)	13	6	5	2
Globe (GLB)	6	4	-	2
London Daily News (LDN)	2	1	-	1
Morning Post (MP)	1	1	-	-
Yorkshire Post and Leeds Intelligencer (YPLI)	12	7	1	4
Leeds Mercury (LM)	1	-	-	1
Huddersfield Chronicle (HC)	2	2	-	-
York Herald (YH)	1	1	-	-
Yorkshire Gazette (YG)	3	1	-	2
Sheffield Daily Telegraph (SDT)	6	5	-	1
Bristol Mercury (BM)	2	2	-	-
Western Daily Press (WDP)	1	-	-	-
East & South Devon Advertiser (ESDA)	1	-	1	-
Western Morning News (WMN)	3	3	-	-
Nottingham Evening Post (NEP)	6	3	2	1
Nottinghamshire Guardian (NG)	1	-	-	1
Manchester Courier and Lancashire General Advertiser (MCLGA)	5	3	1	1
The Ipswich Journal (IJ)	1	1	-	-
Bridport News (BN)	1	1	-	-
Derby Daily Telegraph (DDT)	1	-	-	1
Swindon Advertiser and North Wilts Chronicle (SANWC)	1	1	-	-
Birmingham Daily Post (BDP)	1	1	-	-
Shields Daily Gazette (SDG)	1	1	-	-
Liverpool Mercury (LPM)	1	1	-	-
Gloucester Citizen (GC)	2	-	1	1
Portsmouth Evening News (PEN)	2	1	1	-
Total	100	49	30	21

* Outros termos que também aparecem: Lord Granville and the Congo Conference - LES (1) /SJG (1) /YPLI (1); Germany, England and France - LES (1); The Berlin Conference and its work - SJG (1); Notes from Berlim - GLB (2); The United States and the Congo - LDN (1); The West African Conference - YPLI (1); Opening the West African Conference - YPLI (1); Sem manchete, mas no interior da notícia aparece o termo Conferência do Congo - YPLI (1) /YG (1) /WDP (1) /GC (1); Liverpool Merchants and the Congo Conference - LM (1); America and the Congo Conference - YG (1) /NEP (1) /MCLGA (1); Manchester and the Congo Conference - SDT (1); Summary of Foreign News - NG (1); Italy and the Congo Conference - DDT (1).

Analisando os números dos termos sob os quais a Conferência é referenciada podemos estabelecer alguns apontamentos. De partida, notamos que os termos que aparecem em maior número são Conferência do Congo e Conferência de Berlim, respectivamente. E isso é significativo quando contrapomos o nome que acabou prevalecendo como referência para a História – Conferência de Berlim – e o que foi deliberado no encontro.

Sem partir para o conteúdo das notícias, mas nos atendando apenas à Ata Geral redigida e assinada após o fim da Conferência, lemos logo nos seus primeiros parágrafos que o objetivo do encontro era:

> regular num espírito de boa compreensão mútua as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico [rio Congo e Níger].[354]

Dos 100 exemplares de jornais presentes na Tabela 1, 49, ou seja, aproximadamente a metade, abordam o encontro por meio do termo Conferência do Congo, expressão mais de acordo com o principal assunto tratado nas discussões, a região do rio Congo. É importante destacar que o número de vezes que a expressão Conferência do Congo foi usada nas chamadas dos jornais sofre um acréscimo de 13 se somarmos os termos da categoria “outros”. Sendo assim, de 100, 62 jornais apontam o Congo no destaque de suas publicações acerca da Conferência.

Se, por um lado, falar em Conferência do Congo passa uma ideia mais precisa a respeito do principal tema debatido nas sessões, por outro, o uso do termo Conferência de Berlim não transmite a mesma noção de especificidade. Ao contrário,

[354] Disponível em: <www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf> Acesso em: 10 mar. 2017.

escolher uma expressão que salienta o lugar de realização do evento na Europa pode reforçar uma tendência eurocentrada de análise histórica.

Citamos acima Conferência do Congo e Conferência de Berlim como os principais termos de referência ao encontro; juntos eles somam 79 dos 100 destaques de notícia catalogados, sem contar os 13 espalhados pela categoria "outros". Não obstante, pelo que podemos aferir na Tabela 1, havia ainda outras opções de nomenclatura usadas pelos correspondentes da época. Entre os termos diferenciados destacamos *West Africa Conference* que, mesmo generalizando toda a região Oeste, ressalta a parte da África que concentrava as atenções dos delegados do encontro; e *Berlin Congo Conference*, que ao mesmo tempo situa a região em África que teria suscitado as rivalidades europeias e o país da Europa responsável por abrigar os congressistas.

Dada a variedade de opções disponíveis para designar a Conferência de 1884-1885, podemos supor que naquele momento ainda não estava definido o termo que passaria a denominar posteriormente o evento. A julgar pela desproporção entre os termos encontrados e o uso majoritário da expressão Conferência do Congo, e considerando os limites da pesquisa, poderíamos supor a viabilidade da adoção desse termo após o fim do encontro.

Não se trata, aqui, de supor com base em especulações quais teriam sido os outros rumos possíveis para a nomeação do evento. Tendo em vista que sabemos agora o que não estava posto na época, a saber, que o termo Conferência de Berlim se consagrou na alusão ao encontro, podemos supor que naquele momento todos os termos mencionados na Tabela 1 eram utilizados e, por isso, eram passíveis de se afirmar como referência ao evento.

Em um trabalho que se propõe a acompanhar os desdobramentos de uma reunião diplomática com base nas informações publicadas em jornais, é imprescindível dedicar uma atenção especial ao modo como evento é mencionado no destaque de cada notícia. Refletindo um pouco mais sobre as possibilidades de escolha do termo e suas implicações, introduzimos alguns dados que nos permitem complexificar um pouco mais a questão.

É importante lembrar que outras conferências ao longo da história também foram nomeadas como Conferência de Berlim. Nesse sentido, o que segue é um

apanhado de algumas publicações encontradas que falam das muitas outras conferências realizadas na cidade de Berlim.

Vale mencionar que não é nossa intenção nesta etapa do trabalho expor em detalhes cada um dos eventos abaixo apresentados e contrapô-los em uma análise comparativa. Basta para os presentes fins aludir o ano em que cada um apareceu na imprensa inglesa e mostrar como se tratavam de eventos outros que não o encontro realizado entre 1884 e 1885.

As outras Conferências de Berlim

Para os anos anteriores a 1884-85, a notícia mais antiga encontrada trata de uma reunião que acabou ficando mais conhecida como Memorando de Berlim. Sobre essa reunião, com o termo Conferência de Berlim em sua chamada de capa, o periódico inglês *Huddersfield Chronicle*, de 16 de maio 1876 apresenta as seguintes palavras:

> Pode ser satisfatório que os problemas da Turquia estejam por um tempo confiados a Turquia; mas é difícil imaginar como eles podem ser substancialmente atenuados por mera conversa, quer a partir de São Petersburgo ou o *Foreign Office* de Viena. O sultão não pode prometer mais do que ele já prometeu, e é claro que ele é incapaz de cumprir seus compromissos, já que sua autoridade só é nominalmente reconhecida pelos fanáticos muçulmanos de províncias remotas.[355]

Por esse jornal sabemos, sem muitos detalhes, que as questões do momento giravam em torno de problemas que envolviam a Turquia. Mas, felizmente, não apenas o *Huddersfield Chronicle* aborda esse acontecimento. Também do dia 16 de maio é o jornal *Bury and Norwich Post*, que traz em suas páginas as seguintes palavras por ocasião do encerramento da Conferência:

[355] It may be satisfactory that the troubles of Turkey are for a time to be confined to Turkey; but it is hard to see how they can be substantially alleviated by mere talk either from the St. Petersburg or from the Vienna Foreign Office. The Sultan cannot promise more than he has already promised, and it is clear that he is unable to fulfil his engagements, as his authority is only nominally recognized by the fanatical Mussulmans of remote provinces. (*Huddersfield Chronicle*, West Yorkshire, 16 maio 1876).

> A Conferência em Berlim está praticamente terminada. Não obstante os incidentes que surgiram, a agitação em Salônica, os problemas na Bulgária e a crescente fermentação entre a população maometana, já havia se chegado a um acordo sobre todos os pontos na sexta, para que a minuta relativa a ele pudesse ser assinada naquela noite. As condições de ontem, incorporadas em uma nota elaborada pelo príncipe Gotchakoff e tolamente aceita pelo príncipe Bismarck e conde Andrassy, foram comunicadas aos representantes das outras potências responsáveis que as tomaram *ad referendum*. O objetivo do acordo é uma política mais enérgica com vista à pacificação e a eventual proteção dos estrangeiros e cristãos contra o fanatismo muçulmano. Todos os rumores sobre intervenção armada e outras soluções radicais são infundados, mas este fato não exclui estipulações sobre medidas de precaução no caso de certas eventualidades.[356]

Pela leitura dos extratos citados podemos perceber que a reunião ocorrida em Berlim no ano de 1876 parece ter se concentrado nas questões religiosas da época, especialmente no que diz respeito às ações de populações muçulmanas ao Leste da Europa. Como dito anteriormente, as notícias encontradas atualmente acerca desse acordo aparecem, em sua grande maioria, com o nome de Memorando de Berlim, mas, quando de sua realização, pelo menos alguns jornais chamavam o evento de Conferência de Berlim.

Dando um salto até os anos posteriores a 1885, chegamos a uma das Conferências sobre as quais mais material foi encontrado. Informamos aqui que a busca na base de dados do *British Newspaper Archive* – site de onde os jornais foram retirados - é feita por meio de palavras-chave e, utilizando o termo Conferência de Berlim, foi encontrada uma série de jornais do ano de 1890. O grande número de exemplares encontrados para esse evento torna inviável um exame pormenorizado das discussões realizadas ao longo do seu desenvolvimento. Assim sendo, dos jornais selecionados para a apuração do conteúdo das deliberações da Conferência de 1890 –

[356] The Conference in Berlin are virtually over. Notwithstanding the incidents which have arisen, the disturbance at Salonica, the troubles in Bulgaria, and the growing fermentation among the Mahommedan population, an understanding on all points had been archived already on Friday, so that the Minutes relating to it could be signed that evening. Yesterday the stipulations, embodied in a Note drawn up by Prince Gotchakoff and full accepted by Prince Bismarck and Count Andrassy, were communicated to the representatives of the other guaranteeing Powers in Berlin, who took them *ad referendum*. The object of the agreement is a more energetic policy with a view to pacification, and the eventual protection of foreign subjects and Christians against Mussulman fanaticism. All the rumors about armed intervention and other radical solutions are unfounded, but this fact does not exclude stipulations about measures of precaution in case of certain eventualities. (*Bury and Norwich Post,* Suffolk, 16 maio 1876).

cerca de 15 – citamos abaixo um dos que resume de maneira exemplar os resultados acordados. Por meio do *Dover Express* do dia 28 de março, que aparece com o título Conferência de Berlim, lemos que:

> A Conferência do Trabalho decidiu [...] que o trabalho nas minas só pode ser feito por pessoas com mais de 14 anos de idade, e que a ocupação das mulheres no subsolo deve ser considerada inadmissível. As crianças só devem ser admitidas em fábricas quando sua idade escolar terminar. O trabalho noturno para crianças menores de 14 anos é proibido e as crianças menores de 14 anos não devem trabalhar mais de seis horas por dia com uma pausa de pelo menos um quarto de hora. As crianças também não devem ser autorizadas a trabalhar em profissões pouco saudáveis e perigosas. Em relação ao trabalho dominical, a necessidade de um dia de descanso por semana para todos os trabalhadores é admitida em todos os lados. Haverá exceção em certos casos, como em ofícios que só podem ser trabalhados em certas épocas do ano, mas mesmo nestes casos, todo operário deve ter pelo menos um segundo domingo livre.[357]

A também chamada *Labour Conference*, como o próprio nome sugere, tratou de questões do âmbito trabalhista que, ao que tudo indica, eram fonte de tensão no final do século XIX. Nesse jornal vemos reproduzido um padrão que, como vamos constatar a seguir, irá se manifestar em grande parte dos jornais ingleses: os eventos são apresentados por mais de um nome. Às vezes em um mesmo jornal encontramos uma conferência tratada por termos distintos em dias alternados ou, dentro de um mesmo exemplar, a chamada aparece com um nome e, no interior da notícia, o termo adotado é outro.

Ao longo do século XX também é possível encontrar periódicos ingleses informando seus leitores acerca das muitas Conferências ocorridas na cidade de Berlim. O que temos a seguir é um apanhado de algumas das quais tivemos contato por meio de jornais disponíveis no arquivo. Todos os jornais apresentados abaixo

[357] The Labour Conference has decided [...] that work in mines may only be done by persons over 14 years of age, and that the occupation of women underground is to be considered generally inadmissible. Children are only to be admitted into factories when their school years age are over. Nightwork for children under 14 years is to be forbidden, and children under 14 must not work more than six hours a day with a pause of at least a quarter of an hour. Children are also not to be allowed to work at unhealthy and dangerous occupations. With regard to Sunday labour, the necessity for one day of rest in week for all workmen is admitted on all sides. There are to be exceptions in certain cases, as in trades, which can only be worked at certain times of the year, but even in these cases, every workman is to have at least every second Sunday free. (*Dover Express*, Kent, 28 mar. 1890).

aparecem com a designação Conferência de Berlim no topo das notícias. Contudo, ratificando o que foi posto acima, em alguns deles, outra nomenclatura é usada no interior da mensagem para reportar-se ao evento.

Em 15 de agosto de 1903 o LDN registra a realização da *Berlin Conference* ou, como também é chamada, *Wireless Telegraph Conference*, sobre a regulamentação internacional do telegrafo sem fio. No ano de 1914, no BDP, uma *Berlin Conference* ou *Shipping Pool Conference*, foi realizada para tratar de assuntos relativos ao comércio Atlântico. A nota encontrada é curta e não nos permite saber de muitos detalhes de seus objetivos. Mas, do que podemos apreender, parte das questões tratavam das linhas de comércio e, por esse jornal especificamente, sabemos que os debates do dia compreendiam a inclusão das linhas canadenses.

Muitas reuniões ocorridas em Berlim eram eventos que contavam com representantes de outras nações e deliberavam sobre questões internacionais, sendo o motivo escolhido para a adoção do título Conferência de Berlim relacionado ao local de sua realização, o que é uma realidade para muitos eventos além dos realizados em Berlim. Daí decorrem pelo menos duas consequências: em primeiro lugar, um grande número de eventos acaba sendo registrado com o mesmo nome e, consequência disso, os nomes em si não apresentam muitas pistas sobre a natureza das discussões.

Entretanto, também encontramos assembleias que lidavam com questões internas à Alemanha. Em 1918, ano em que teve fim a Primeira Guerra Mundial, o jornal NEP traz informações sobre a *Berlin Conference* ou *Federal Conference*, na qual foram apresentadas notas sobre a convocação de uma Assembleia Nacional. As consequências das políticas do pós-Guerra na Alemanha, de acordo com esse jornal, levaram a necessidade do estabelecimento de uma presidência provisória sobre todos os territórios pertencentes ao antigo império alemão enquanto a assembleia não fosse reunida.

O Yorkshire Evening Press (YEP) de 19 de setembro de 1934 fala sobre a abertura da *British Officials at Berlin Conference*. Nela foi realizada negociação entre Inglaterra e Alemanha acerca das dívidas atrasadas alemãs para a importação de carvão, têxteis e outras matérias primas e produtos.

Em 27 de novembro de 1941, no *Cornishman Cornwall*, é anunciado que na chamada *Berlin Conference* ocorreu a assinatura do *Anti-Commintern Pact*. Por fim, em

04 de fevereiro de 1954, já no pós-Segunda Guerra, o YEP aponta que as expectativas de que o ponto de vista do senhor Molotov, político e diplomata russo, sobre as eleições livres na Alemanha pudesse concluir o impasse sobre o futuro da nação.

Essas são apenas algumas das muitas Conferências de Berlim noticiadas por jornais britânicos. Outras para os anos de 1924, 1926 e 1945, por exemplo, também foram encontradas. Dessa variedade decorre o fato que o uso do termo não é exclusivo para nenhum dos eventos. Em todos os casos expostos notamos como o termo não remete ao cerne das questões. Assim como os demais eventos que apareciam nos jornais com mais de um nome, se tratada por *Congo Conference,* a reunião em Berlim passaria uma ideia mais precisa do que de fato tratou o encontro diplomático de 1884-1885.

Todo o debate acerca dos termos da Conferência se faz pela constatação da imprecisão transmitida pela nomenclatura consolidada ao longo da história em referência ao evento. Quanto aos fatores que levaram a essa consolidação, é importante destacar que estamos considerando apenas a imprensa britânica. Os jornais de outras nações, como os franceses, por exemplo, que rivalizavam com a Inglaterra durante o período, em vários aspectos, também devem ser analisados comparativamente para um mapeamento mais amplo a respeito da abordagem da Conferência. Vale lembrar, além disso, que outros meios que não a imprensa também têm papel fundamental na construção da imagem de um evento histórico.

Propriedades dos jornais analisados

Foram postas até aqui questões relativas às implicações da adoção do uso de determinados termos nas chamadas das notícias, mas precisamos também considerar outros pontos relacionados aos aspectos gerais dos periódicos. O que vamos pontuar a seguir são algumas características gerais verificadas entre os 100 exemplares jornais que ajudam a compreender um pouco melhor a dinâmica do encontro.

Como critério para exposição das notícias, foi adotada majoritariamente a ordem cronológica das publicações. Os jornais foram divididos entre os quatro meses de realização da Conferência e, em cada mês, a data da publicação foi usada como referência para organizar os jornais, desde o primeiro dia para o qual temos notícias

até o último. Os jornais estão distribuídos por dia de publicação conforme exposto no calendário do Anexo I.

Parte dos jornais traz, logo no início, o local, geralmente o nome da cidade de onde partiu a informação, e o dia em que a informação foi emitida. Sabemos que as notícias veiculadas chegavam à redação dos jornais ingleses na maioria das vezes por meio de telegramas enviados por correspondentes, e que estamos tratando de jornais que noticiam na Inglaterra uma Conferência realizada em Berlim. Por isso, muitas publicações apresentam informações emitidas da capital alemã, mas também era comum a reprodução de telegramas de outras regiões da Europa abordando a perspectiva de outras nações e seus interesses políticos.

Uma consequência da distância entre o lugar de onde escreve o correspondente e o da sede dos jornais é que as notícias, não raro, são transmitidas com alguns dias de atraso entre o acontecimento relatado e a data de publicação. Vale lembrar, mais uma vez, que aqui adotamos a data em que o jornal é publicado, e não o dia em que o telegrama foi emitido.

Arquivos referentes a 100 jornais foram visitados para a elaboração do presente trabalho, mas isso não significa que foram encontradas 100 notícias distintas sobre a Conferência. Isso porque, mais de uma vez, jornais de diferentes cidades publicavam exatamente as mesmas notícias, se não na íntegra, pelo menos alguns trechos. Algumas hipóteses para essas repetições podem ser levantadas. Por um lado, tendo em vista o intervalo de dias que separa uma publicação da outra, podemos suspeitar que alguns periódicos reproduziam informações já publicadas por outros jornais. Também era possível que dois jornais recebessem informações do mesmo corresponde e, por isso, transmitissem as informações com as mesmas palavras.

Alguns exemplares se dedicavam a anunciar exclusivamente jantares promovidos para os congressistas. Um exemplo de como esses jantares eram noticiados pode ser encontrado no NEP do dia 03 de novembro de 1884 no qual lemos que:

> Um grande banquete em honra aos membros da Conferência de Berlim foi dado hoje pelos principais comerciantes desta cidade, no espaço superior do Bourse. Quase todos os embaixadores e os ministros das Relações Estrangeiras de Berlim, e os demais membros

> da Conferência, estiveram presentes. Herr Mendelssohn, presidente da Comunidade Mercantil de Berlim, propôs saúde ao imperador e aos soberanos europeus. O conselheiro do *Privy District* propôs então saúde aos membros da Conferência em francês, e Conde de Launay em alemão. Após a conclusão do banquete um concerto foi dado no salão inferior do edifício. Os membros da Conferência estiveram presentes na galeria durante a apresentação.[358]

Mais do que meros compromissos sociais da agenda diplomática, esse tipo de acontecimento transmite uma ideia de interação entre comerciantes e os plenipotenciários. Eventos como esse poderiam ser uma oportunidade de setores da sociedade alemã buscarem a garantia de seus interesses comerciais na Conferência.

Não cabe expor nem analisar pormenorizadamente aqui os conteúdos dos periódicos selecionados, mas podemos mencionar quais foram os principais temas noticiados durante o período de realização do encontro. Vários foram os pontos de debate em Berlim e muitas propostas sobre diversos temas eram postos durante as sessões. Contudo, alguns assuntos acabam se mostrando mais recorrentes que outros e são esses, os que mais aparecem ao longo dos quase quatro meses de Conferência, que apresentamos de forma sistematizada conforme exposto na Tabela 2.

[358] A grand banquet in honor of the members of the Berlin Conference was given to-day by the principal merchants in this city, in the upper rooms of the Bourse. Almost all the Ambassadors and the foreign Ministers in Berlin, and the other members of the Conference, were present. Herr Mendelssohn, President of the Mercantile Community of Berlin, propose the health of the Emperor and the European Sovereigns. Privy Councilor District then proposed the health of the members of the Conference in French, and Count de Launay [...] in German. After the conclusion of the banquet, a largely attended concert was given in the lower hall of the building. The members of the Conference were present in the gallery during the performance. (*Nottingham Evening Post*, Nottinghamshire, 03 dez. 1884).

Tabela 2 – Estimativa dos temas mais frequentes*

Jornal	Assuntos relacionados ao Congo (rio e Novo Estado)	Assuntos relacionados ao rio Níger	Futuras Anexações	Menção à Associação Internacional Africana	Notícia de não realização de sessão
LES	19	5	3	13	4
SJG	9	2	1	6	-
GLB	6	-	2	4	-
LDN	2	-	1	1	-
MP	-	-	-	1	1
YPLI	8	4	-	3	1
LM	1	-	-	1	-
HC	2	-	-	2	-
YH	1	1	-	1	-
YG	3	1	1	1	-
SDT	3	1	2	4	-
BM	1	-	1	-	1
WDP	1	-	1	-	-
ESDA	1	1	-	1	-
WMN	4	1	1	2	1
NEP	4	1	-	-	1
NG	1	-	-	-	-
MCLGA	5	1	1	3	-
IJ	1	-	-	1	-
BN	-	-	-	-	-
DDT	-	-	-	-	-
SANWC	1	-	-	-	-
BDP	1	-	-	1	-
SDG	1	1	-	-	-
LPM	-	-	-	1	-
GC	1	1	-	-	-
PEN	1	-	1	1	-

* Um mesmo jornal pode apresentar mais de um tema

Examinando os dados da Tabela 2 em relação a tudo o que já foi colocado, podemos propor algumas considerações. Mas antes de analisar os números e seu significado, é importante explicitar alguns critérios usados na organização das informações. Em primeiro lugar, foram considerados apenas os jornais que citam nominalmente os assuntos selecionados. Nos casos em que a referência a algum dos cinco temas fica implícita, os jornais não entraram na lista.

Cada assunto só é contado uma vez por jornal, e não pela quantidade de vezes em que os temas foram citados. Entende-se que o importante é mapear se determinado assunto está sendo mencionado no jornal ou não, e não a quantidade de vezes que o termo aparece no mesmo periódico. Desse modo, se um jornal mencionar a bacia do Congo cinco vezes, por exemplo, ele só será contado uma vez.

A propósito da primeira coluna, referente aos assuntos do Congo, bacia do Congo e Novo Estado do Congo são considerados em separado. Isso porque, ainda que digam respeito à mesma região e estejam condicionadas, as discussões sobre as condições para o estabelecimento da liberdade de comércio e navegação e a criação do Novo Estado do Congo ocorriam em separado.

As três primeiras colunas, não por acaso, são também, de acordo com alguns periódicos, os três pontos do programa da Conferência e, por isso, extremamente recorrentes. Seguramente em mais da metade dos jornais listados podemos encontrar um dos três, ou até todos os três assuntos: Congo, Níger ou as futuras anexações.

O caso do primeiro jornal da lista, do qual temos o maior número de exemplares, é emblemático em certo sentido. Voltando à Tabela 1, do *London Evening Standard* temos ao todo 23 exemplares. Quando divididos por termo pelo qual nomeiam o encontro, o jornal utilizou Conferência do Congo em 3 publicações, Conferência de Berlim 18 vezes e outras duas aparecem na categoria “outros”. Se compararmos esses dados com os presentes na Tabela 2, iremos perceber que o periódico também é o que mais aborda assuntos relativos ao Congo, com 19 menções. Daí concluímos que mesmo a maioria dos jornais que apresentavam o evento como Conferência de Berlim tinham a região do Congo como principal assunto.

Mesmo não sendo um dos pontos do programa, a Associação Internacional Africana, especialmente seu processo de reconhecimento por parte das potências representadas em Berlim, mostrou-se um tema frequentemente trazido pelos jornais.

Isso se dava principalmente por conta dos entraves que o não reconhecimento da Associação por parte de algumas potências europeias causavam ao avanço das negociações.

Por fim, trazemos na última coluna os jornais que noticiam a não realização de sessões da Conferência. Por mais que não sejam propriamente um tópico de discussão ou um ponto das deliberações, por um lado eles aparecem em número considerável e sua menção contribui para o quantitativo de manchetes que traziam os termos Conferência do Congo e Conferência de Berlim. Por outro, podem indicar quais eram os periódicos que possivelmente acompanhavam o desenrolar das sessões em detalhe e com mais regularidade.

É curioso notar como temas importantes para a época como o tráfico de escravos, para a Inglaterra, ou a questão da estrada de ferro não eram tão mencionados, como se poderia esperar. A questão do transporte ferroviário, inclusive, perdeu força durante os meses realização do evento e acabou sendo retirada da pauta.

A Ata Geral da Conferência de Berlim

Trouxemos até aqui elementos que nos induzem a concluir, com base nos principais assuntos que segundo os jornais ingleses eram tratados em Berlim, que não esteve em pauta a divisão do continente africano.

Não obstante, desconfianças em relação à essa conclusão poderiam advir do fato que não foram analisados todos os jornais que abordaram a Conferência. Nem todos os jornais ingleses e tampouco os periódicos das demais nações envolvidas nas negociações. Isso deixaria em aberto a possibilidade que informações essenciais concernentes a divisões territoriais estivessem presentes em outras fontes não consultadas. Nesse sentido, vale, então, dedicarmos algumas páginas ao exame da Ata Geral redigida em Berlim à 26 de fevereiro de 1885 por ocasião do encerramento das deliberações.

Isso porque com os jornais podemos acompanhar o desenvolvimento das discussões nos círculos diplomáticos em Berlim e ter acesso aos principais assuntos que estavam na pauta dos diplomatas europeus. Mas, como é aconselhável ao utilizarmos jornais como fonte histórica, é importante estabelecer uma relação

comparativa entre o que era dito nos periódicos e em outras fontes de informação acerca da Conferência. Nesse caso, para a Conferência de Berlim, temos a Ata Geral do evento elaborada quando do seu fim como um repositório privilegiado de informações a respeito das decisões adotadas e saber, até que ponto, o que foi discutido durante os meses de encontro de fato se converteu em acordos entre as nações.

Logo nos primeiros parágrafos do documento são colocados os objetivos gerais da Conferência, que já foram em parte mencionados anteriormente, mas seguem na íntegra transcritos abaixo:

> Querendo regular num espírito de boa compreensão mútua as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico; desejosos, por outro lado, de prevenir os mal-entendidos e as contestações que poderiam originar, no futuro, as novas tomadas de posse nas costas da África, e preocupados ao mesmo tempo com os meios de crescimento do bem-estar moral e material das populações aborígenes, resolveram sob convite que lhes enviou o Governo Imperial Alemão, em concordância com o Governo da República Francesa, reunir para esse fim uma Conferência em Berlim.[359]

Por esse extrato, são colocados os principais propósitos da reunião e nele vemos mencionados três assuntos que vão ao encontro dos dados da Tabela 2 (Estimativa dos temas mais frequentes): os rios Congo e Níger e futuras anexações. Não somente no registro inicial, esses três temas são predominantes em toda a Ata.

A Ata Geral da Conferência de Berlim é, no seu todo, uma compilação de documentos, divididos em sete capítulos, nos quais podemos encontrar quatro declarações, duas atas e um capítulo com as disposições gerais. Procuramos, antes de nos aprofundarmos no conteúdo de cada capítulo, estabelecer uma diferença entre ata e declaração, de acordo com o *Dicionário de tecnologia jurídica*.[360]

Para ata encontramos a seguinte definição "registro ou resenha de fatos ou ocorrências verificadas das resoluções tomadas numa sessão ou reunião de corpo

[359] Disponível em: <www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf> Acesso em: 02 maio 2017.
[360] NUNES, Pedro dos Reis. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

deliberativo ou consultivo”[361]; enquanto uma declaração, no contexto do direito internacional, é descrita como um “contrato complementar de um tratado, consistente no ato diplomático pelo qual duas ou mais potências exprimem o seu acordo e reconhecimento sobre determinado negócio, ou certos direitos, ou regras estabelecidas no interesse comum ou de seus nacionais”.[362]

Cientes da existência de diferenças entre os conceitos, podemos destacar os pontos que se mostram mais relevantes em cada um dos capítulos. No primeiro temos uma declaração referente à liberdade de comércio na Bacia do Congo, suas embocaduras e regiões circunvizinhas. Pelo que lemos no documento, o comércio de todas as nações passaria a gozar de irrestrita liberdade em todo o território compreendido pela Bacia do Congo, a qual é detalhadamente indicada em todos os seus limites logo nos primeiros artigos.

No que tange as decisões adotadas para a região oriental quanto a liberdade comercial, o estipulado na ata era “que este princípio não se aplicará aos territórios pertencentes atualmente a algum Estado independente e soberano a menos que este lhes dê consentimento para tanto.”[363]

O significado prático dessa liberdade de comércio era que as mercadorias importadas não deveriam pagar taxas “que não sejam as que poderiam ser percebidas como equitativa compensação de despesas úteis para o comércio e que, por essa razão, deverão ser igualmente suportadas pelos nacionais e pelos estrangeiros de qualquer nacionalidade.”[364]

Aparentemente, uma das demandas da França quanto à limitação do tempo de liberdade foram atendidas ao notarmos estar estipulado um prazo depois do qual a cada potência caberia o direito de decidir se a franquia de entrada seria ou não mantida, como podemos ler no quarto artigo do documento: **“**As Potências se reservam o direito de decidir, ao cabo de um período de vinte anos, se a franquia de entrada será ou não mantida.”[365]

---

[361] NUNES,1974.
[362] NUNES,1974.
[363] Disponível em: <www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf> Acesso em: 02 de maio 2017.
[364] *Ibidem.*
[365] *Ibidem.*

Na abertura do documento fala-se no desejo em regular o "comércio e civilização" em determinadas regiões africanas. Se por um lado, até aqui, a declaração aborda as implicações no âmbito comercial, por outro, o artigo 6 dá o tom da questão civilizacional ao garantir a "proteção dos aborígenes, dos missionários e dos viajantes, assim como da liberdade religiosa."[366] Seriam protegidas as instituições religiosas, científicas e de caridade com o intuito de "instruir os indígenas e lhes fazer compreender e apreciar as vantagens da civilização."[367] Nesse sentido, missionários cristãos, sábios e exploradores deveriam ter proteção especial.

Além disso, "a liberdade de consciência e tolerância religiosa são expressamente garantidas aos aborígenes como aos nacionais e aos estrangeiros."[368] Também nesse artigo já aparece o compromisso com o fim da escravidão e do que chamam de "tráfico dos negros", o que é tradado em maiores detalhes no capítulo seguinte.

Um importante apontamento, que diz respeito às nações que estariam sob a égide dos acordos, é feito, logo no início da declaração, quando é determinado que todas as disposições presentes no documento seriam válidas para as potências representadas na Conferência e não seriam aplicadas a territórios de Estados independentes e soberanos. Para os casos em que nenhuma potência exercesse soberania ou protetorado, as decisões ficariam a cargo da Comissão Internacional do Congo, instituída para fins de mediação e fiscalização do cumprimento das normas.

Retomando os temas humanitários, o capítulo 2 é inteiramente dedicado a uma declaração referente ao tráfico de escravos. O curto capítulo, com apenas um parágrafo que compreende o artigo 9, talvez seja reflexo do pouco espaço que a questão do tráfico teve durante as discussões. Quanto ao que ficou decidido, pode ser lido na íntegra na transcrição abaixo:

> Em conformidade com os princípios dos direitos dos indivíduos tal como eles são reconhecidos pelas Potências signatárias, estando proibido o tráfico de escravos, e devendo igualmente as operações que, por mar ou por terra, forneçam escravos para o tráfico ser consideradas como proibidas, as Potências que exercem ou que

[366] *Ibidem.*
[367] *Ibidem.*
[368] *Ibidem.*

> vierem a exercer direitos de soberania ou uma influência nos territórios que formam a bacia convencional do Congo, declaram que esses territórios não poderão servir nem de mercado nem de via de trânsito para o tráfico dos escravos de qualquer raça. Cada uma das Potências se compromete a empregar todos os meios disponíveis para pôr fim a esse comércio e para punir aqueles que dele se ocupam.[369]

No capítulo 3, encontramos uma declaração referente à neutralidade dos territórios compreendidos na bacia convencional do Congo, elaborado para "fornecer uma nova garantia de segurança ao comércio e à indústria e de favorecer, pela manutenção da paz, o desenvolvimento e da civilização nas regiões mencionadas no artigo 1."

Por ela, as potências se comprometeriam a respeitar a neutralidade dos territórios das referidas regiões. Também estaria garantida a neutralidade em caso de guerra. Quando houvesse alguma disputa a sugestão era, em primeiro lugar, o recurso a mediação, antes do apelo às armas.

O capítulo 4 compreende a Ata de navegação do Congo, seus tributários, lagos e canais dentro dos limites estipulados no artigo 1, sendo seguramente o maior documento saído de Berlim. Nela, como veremos, são reafirmados os postulados postos nos dois documentos anteriores referentes ao Congo, e suas disposições seriam parte do direito público internacional.

A navegação estaria inteiramente livre para navios de todas as nações para o transporte de mercadorias e passageiros, sendo os indivíduos e pavilhões de todas as nações tratados em pé de igualdade. Pelo princípio de isonomia adotado, "nos percursos e nas embocaduras do Congo, não se fará nenhuma distinção entre os indivíduos dos Estados ribeirinhos e os dos não-ribeirinhos, e não será concedido nenhum privilégio exclusivo de navegação a quaisquer sociedades ou corporações, ou a particulares."[370]

Uma das preocupações era assegurar que entraves e encargos à navegação no Congo estariam proibidos e que nenhum tributo pela simples prática da navegação seria cobrado, apenas valores em troca de serviços prestados que são especificados na ata como: (1) taxas de porto pela utilização efetiva de certos estabelecimentos locais

[369] *Ibidem.*
[370] *Ibidem.*

como cais e armazéns; (2) direitos de pilotagem; (3) direitos destinados a cobrir as despesas técnicas e administrativas como os direitos de farol, de fanal e de balizagem. As tarifas respectivas e esses serviços poderiam ser revistas ao final de um período de cinco anos.

Visando a aplicação dos termos aos quais se tinha chegado, foi determinada a criação de uma Comissão Internacional do Congo, cujas atribuições são detalhadamente definidas pelos artigos do documento. Contudo, seu raio de ação não seria ilimitado, se estendendo apenas "sobre os ditos rios [especificados no artigo 1], ribeiras, lagos e canais, salvo com o consentimento dos Estados sob a soberania dos quais estão colocados."[371]

Bem como para o Congo, uma Ata de navegação também foi redigida para o Níger, que teve suas regras dispostas no quinto capítulo. Nele lemos que:

> A navegação do Níger, sem exceção de nenhuma das ramificações ou das saídas desse rio, é e permanecerá inteiramente livre para os navios mercantes, com ou sem carga, de todas as nações, tanto para os transportes de mercadorias como para o dos viajantes. Ela deverá se conformar às disposições da presente Ata de navegação e aos regulamentos a serem estabelecidos na execução da mesma Ata.[372]

Em linhas gerais, os termos da Ata de navegação do Níger são muito parecidos aos do Congo, em questões como a igualdade que deveria prevalecer entre estrangeiros e nacionais, a garantia da neutralidade em tempos de guerra e os termos para as cobranças de taxas.

No entanto, para esse rio, e também a única ocasião em que acontece em toda a Ata Geral, duas nações europeias são citadas nominalmente em função de sua influência prévia na região. Em primeiro lugar, a Grã-Bretanha aparece se comprometendo a "aplicar os princípios da liberdade de navegação [...] já que as águas do Níger, de seus afluentes, ramificações e saídas estão ou ficarão sob sua soberania ou seu protetorado." Os mesmos termos valeriam também para a França e demais potências que viessem a exercer soberania ou protetorado no futuro.

---

[371] *Ibidem.*
[372] *Ibidem.*

No capítulo 6, por uma declaração, foram definidas as condições essenciais a serem preenchidas para que ocupações novas nas costas do continente africano fossem consideradas efetivas. Apesar de se tratar de um dos tópicos mais relevantes para as potências europeias, é interessante notar que a declaração é curta e composta apenas por dois artigos, a partir dos quais:

> Artigo 34. A potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora de suas possessões atuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a Potência que aí assumir um *protetorado*, fará acompanhar a Ata respectiva de uma notificação dirigida às outras Potências signatárias da presente Ata, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se for oportuno, suas reclamações.
> Artigo 35. As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos *territórios ocupados* por elas, nas costas do Continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada.[373]

O jornal GLB do dia 17 de janeiro de 1885 traz uma das demandas da Inglaterra quando das discussões acerca das futuras anexações, que seria o estabelecimento de uma distinção entre "*occupied* e *protected territory*". Ao que parece, pelo modo como ambos os termos são empregados nos artigos, não há diferença de jurisdição entre eles.

Finalmente, o último capítulo com as Disposições gerais versa sobre os melhoramentos que poderiam ser feitos no futuro, deixa aberta a possibilidade de adesão àquelas potências não representadas na Conferência que quisessem ser incluídas nos acordos e estipula o prazo para ratificação do acordado em, no máximo, um ano.

Considerações finais

Dentro dos limites deste trabalho buscamos apontar, mesmo que de maneira breve, como o estudo dos jornais ingleses que acompanharam o decorrer dos debates

[373] *Ibidem,* grifo nosso (*protectorat* e *territoires occupés*, no original em francês).

da Conferência de Berlim nos ajudam a elucidar algumas controvérsias criadas a respeito do encontro.

Numa análise inicial que considera apenas os termos usados pelos jornais para fazer referência ao evento já podemos notar a frequente, e em alguns casos majoritária, opção pela adoção da nomenclatura Conferência do Congo. Isso nos leva a crer que para os contemporâneos do encontro era notável que o Congo era o centro das questões sobre as quais versavam os representantes europeus em Berlim.

Indo além no conteúdo dos jornais e selecionando os principais temas encontrados em cada um deles, confirmamos a preponderância do Congo e também vemos a relevância que o rio Níger tinha para as potências europeias. Ademais, vemos como era importante para os representantes europeus garantir as condições segundo as quais as futuras anexações em território africano seriam feitas. E para que a discussão de todas essas questões pudesse ser levada adiante, se mostrava imprescindível que houvesse um acordo acerca do reconhecimento da Associação Internacional Africana. Por fim, a Ata Geral do encontro nos fornece informações acerca de todas as resoluções sobre as quais se pôde chegar a um acordo.

Talvez todos esses apontamentos não sejam ainda suficientes para apreendermos precisamente o significado que o evento em Berlim teve para Europa no âmbito do imperialismo. Contudo, nos permite somar argumentos às interpretações que defendem que, ao contrário do que ainda se pode ler sobre a Conferência, não foi durante sua realização que teria sido estabelecido o mapa do colonialismo europeu no continente africano.

Anexo I – Divisão dos jornais por dia

Novembro 1884

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						15 - SJG - YPLI - IJ
16	**17** - YPLI	**18** - LES - NEP	**19** - GLB - YG - WMN	**20** - SJG - GLB - WMN - NEP	**21** - YPLI - YH - BM	**22**
23	**24** - SJG - WDP	**25** - SJG	**26** - LES - YPLI	**27** - SJG - HC	**28** - NEP - MCLGA - BN - DDT	**29** - SANWC
30						

Dezembro 1884

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1 - NEP	**2**	**3** - SJG - NEP	**4** - YPLI	**5** - LES - YPLI - NG	**6** - ESDA
7	**8** - BDP	**9** - GC	**10** - LES	**11** - GLB - LM - MCGLA	**12** - SDT	**13** - SDT - GC
14	**15** - SDG	**16**	**17**	**18** - SJG - BM -MCLGA	**19**	**20** - LES - SJG - YPLI
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26** - LES	**27** -LES
28	**29** - LES	**30**	**31**			

Janeiro 1885

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	**2** - SJG - YPLI	**3**
4	**5**	**6** - LES - NEP	**7** - GLB - YG - MCLGA	**8**	**9** - LDN	**10** - LES
11	**12** - LES - YPLI	**13** - LES - MP	**14** - LES	**15** - YPLI	**16**	**17** - GLB - LDN
18	**19** - LES	**20** - GLB	**21**	**22**	**23** - YEP	**24**
25	**26**	**27**	**28**	**29**	**30** - SJG - SDT	**31** - SJG - SDT

Fevereiro 1885

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	**2** - SJG - WMN	**3**	**4**	**5** - LES	**6**	**7** - LES - PEN
8	**9**	**10** - LES	**11**	**12** - LES	**13** - LES	**14** - SJG
15	**16** - MCLGA	**17** - LES - SDT	**18** - LES	**19** - LES	**20**	**21**
22	**23**	**24** - LES - YPLI - SDT - PEN	**25** - YPLI - HC - YG - LPM	**26**		

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARBOSA, Muryatan. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. 2012. 208 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, resistência e colonialismo. In: BELLUCCI, Beluce. (org.). **Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – UCAM/CCBB, 2003. p. 69-92.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial (1776-1848)**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOAHEN, Albert Adu. África sob dominação colonial, 1880-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.** UNESCO, 2010.

BRAKE, Laurel; DEMOOR, Marysa. **Dictionary of Nineteenth-century Journalism in Great Britain and Ireland**. Londres: Academia Press, 2009.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DE CLERCQ, Jules. **Recueil des tratiés de la France**. Tome 14. Paris, 1880.

FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIORI, José Luíz. Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, nº 9, p. 35-44, jan/mar 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015, Porto Alegre: Alcar, 2015.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Tomo I. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

NUNES, Pedro dos Reis. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

PARADA, Mauricio; MEIHY, Murilo; MATTOS, Pablo. **História da África contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (org.). N: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.** UNESCO, 2010.

WESSELING, Henk. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998, 2ª edição, abril de 2008.

Sites consultados

www.britishnewspaperarchive.co.uk/
www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf
www.bbc.co.uk/history/domesday/dblock/GB-344000-93000/page/17
www.middevonadvertiser.co.uk/about.cfm
www.sheffield.gov.uk/content/dam/sheffield/docs/libraries-and-archives/archives-and-local-studies/collections/A%20Short%20Guide%20to%20Sheffield%27s%20Newspapers.pdf
www.worldmap1.com/england.asp
www.globalsecurity.org/military/world/congo/maps.htm

OS DEBATES SOBRE A UNIDADE NIGERIANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LITERATURA DE ACHEBE E OBIOMA

*Giovanni Garcia Mannarino**

> A unidade da Nigéria está estabelecida e não é negociável. Não devemos permitir que elementos irresponsáveis comecem com problemas e quando as coisas ficam ruins eles fogem e jogam sobre outros a responsabilidade de retornar à ordem, se necessário com seu sangue (Muhammadu Buhari – Presidente da Nigéria).[374]

> Qualquer coisa é negociável. O direito das pessoas de determinar seu futuro é que não é negociável. A maioria das nações surgiram a partir de negociações. (Wole Soyinka – Prêmio Nobel de Literatura de 1986)[375]

O ano de 2017 trouxe para a Nigéria uma nova onda de tensões. O governo federal é constantemente acusado de corrupção e de ser ineficiente na garantia de segurança à população, em especial no combate aos extremistas islâmicos do Boko Haram, que atuam no norte do país. Para agravar a situação, o presidente Muhammadu Buhari passou uma temporada no exterior tratando de problemas de saúde, o que, segundo os críticos, piorou o contexto de desmando do país.

Trazendo ainda mais agitação para o cenário político nigeriano, diversos grupos ao redor do país iniciaram mobilizações políticas baseadas em ideias étnicos e/ou separatistas que um analista chamou de "lutas pela alma da Nigéria". O grupo *Arewa Youths*, por exemplo, haussás oriundos do norte, deram um ultimato para que todos

* Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UERJ. E-mail: ggmannarino@gmail.com

[374] "Nigeria's unity is settled and not negotiable. We shall not allow irresponsible elements to start trouble and when things get bad they run away and saddle others with the responsibility of bringing back order, if necessary with their blood" (Muhammadu Buhari – Presidente da Nigéria). BUHARI, Muhammadu. Full transcript of President Muhammadu Buhari's nation brodcast. **The Guardian**, Lagos, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://guardian.ng/features/full-transcript-of-president-muhammadu-buharis-national-broadcast/>. Acessado em: 19 out. 2017.

[375] "Anything is negotiable. The right of people to determine their future is what is non-negotiable. Most nations came to be through negotiations" (Wole Soyinka).ODIEGWU, Mike. Nigeria is negotiable, say Soyinka, Dickson, others. **The Nation**, Lagos, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://thenationonlineng.net/nigeria-negotiable-say-soyinka-dickson-others/> Acessado em: 19 out. 2017.

os igbos residentes naquela região se retirassem até o dia 1 de outubro de 2017 ou seriam expulsos a força. Em resposta, o *Indigenous People of Biafra* (IPOB), conclamou os membros da etnia a voltarem para sua região de origem, no sudeste, e refundarem ali Biafra[376]. Declarações parecidas também irromperam de grupos do Delta do Níger e do Cinturão Central.[377]

Foi respondendo a esses movimentos que o presidente do país fez o pronunciamento que abriu este trabalho afirmando que a unidade nigeriana já está estabelecida e não é negociável, recusando qualquer diálogo com os grupos separatistas. Muitos nigerianos, no entanto, não concordam com o presidente e afirmam que a unidade não está estabelecida de uma forma estável e, mesmo não se alinhando automaticamente aos que desejam uma secessão, defendem a necessidade de repensar o formato em que a Nigéria está organizada.

Uma das falas constantes entre estes intelectuais é que "a Nigéria não deu certo". Uma das vozes que têm se levantado a favor do que ele chama de "reconfiguração dos protocolos de associação"[378] é o escritor e dramaturgo Wole Soyinka, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1986. Para ele, as demandas por uma reformulação nos acordos estabelecidos entre os nigerianos para compor o país são urgentes e fundamentais para reduzir a excessiva centralização política, melhorar a distribuição de recursos e a luta contra o terrorismo. Esta é, para ele, uma demanda totalmente diferente daqueles que lutam por uma secessão.[379]

O simples fato de existirem grupos separatistas e vozes demandando uma "reconfiguração nacional" comprovam que a Nigéria efetivamente não está consolidada. O país está em crise e, neste sentido, a fala do atual presidente é mais um objetivo político de determinados grupos – de manter a organização administrativa do país como está atualmente – do que a realidade.

---

[376]Uma primeira tentativa de separação dos povos da região sudeste aconteceu em 1967 quando foi declarada a independência de Biafra, fato que provocou uma guerra civil no país. Ver: FORSYTH, Frederic. **A História de Biafra**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

[377] ONYEKAKEYAH, Luke. Struggle for the soul of Nigeria. **The Guardian**,Lagos, 15 ago. 2017. Disponível em: < http://guardian.ng/opinion/struggle-for-the-soul-of-nigeria/>. Acessado em 19 out. 2017.

[378] AJELUOROU, Anote. Soyinka calls for reconfiguration of Nigeria, scores Buhari low. **The Guardian**, Lagos, 12 set. 217. Disponível em: < https://guardian.ng/news/soyinka-calls-for-reconfiguration-of-nigeria-scores-buhari-low/> . Acessado em: 19 out. 2017.

[379]AJELUOROU, 2017.

Esta situação de tensão entre os diversos grupos sociais que compõem o país e os diferentes projetos políticos para a nação não são uma novidade na Nigéria. Mesmo antes da independência estas disputas já eram uma realidade. Apesar de os primeiros movimentos nacionalistas da região serem considerados pan-nigerianos[380], na virada da década de 1940 para 1950 surgem uma série de movimentos que vão lutar ou por independência regional ou, minimamente, por autonomia[381].

Com a aproximação da libertação em relação aos colonizadores ingleses, os vários grupos presentes na Nigéria iniciam uma disputa para dominar o poder político no país e, consequentemente, controlar a distribuição dos recursos. Nesse sentido, diversas lideranças começam a mobilizar suas bases de apoio para conquistar espaço no novo cenário nacional. Algumas delas, principalmente oriundas do norte do país, eram abertamente contrárias ao formato de união que os britânicos estavam propondo.

Sir Abubakar Tafawa Balewa, por exemplo, que depois seria Primeiro Ministro da Nigéria, afirma no final dos anos quarenta: "Não queremos que nossos vizinhos do sul interfiram com nosso desenvolvimento... Gostaria de deixar bem claro que se os ingleses deixassem a Nigéria agora, neste momento, o povo do norte prosseguiria em sua conquista interrompida até o mar"[382]. E alguns anos depois ele volta a se manifestar em mensagem à Assembleia Parlamentar do Norte:

> As pessoas do sul que estão reunidas nesta região diariamente em tão grandes números são realmente intrusos; Nós não os queremos e eles não são bem-vindos aqui no Norte. Desde 1914, o governo britânico tentou tornar a Nigéria em um país. Mas as pessoas são diferentes em todos os sentidos, incluindo religião, costume, linguagem e aspirações. Nós, no norte, consideramos que a unidade da Nigéria é apenas uma intenção britânica para o país que eles criaram. Não é para nós.[383]

---

[380]Exemplos de movimentos que lutavam pela consolidação de uma unidade nacional são *Nigerian Civil Servants Union* (1912), o *Nigerian Union of Teachers* (1931) e o *Nigerian Youth Movement* (1934). Ver: FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. London: Cambridge University Press, 2008, p. 139.

[381] Entre esses movimentos poderíamos citar o *Egbe Omo Oduduwa* (1945), *Ibo Federal Union* (1944) e o *Bauchi General Improvement Union*(1943). Ver: FALOLA & HEATON, 2008, p. 151.

[382]FORSYTH, 1979, p. 22.

[383] NZE, Chris. Nigeria's unity and the conquest mentality. **The Guardian**, Lagos, 6 out. 2017. Disponível em: < https://guardian.ng/opinion/nigerias-unity-and-the-conquest-mentality/>. Acessado em 19 out. 2017.

Outra liderança nortista, Sir Ahmadu Bello, vai ainda mais além afirmando que a Nigéria pertenceria à Othuman Dan Fodio, grande liderança haussá do Califado de Sokoto entre os séculos XVIII e XIX:

> A nova nação chamada Nigéria deveria ser uma propriedade de nosso bisavô Othuman Dan Fodio. Devemos impiedosamente evitar uma mudança de poder. Devemos usar as minorias do Norte como ferramentas dispostas, e o Sul como territórios conquistados e nunca permitir que eles tenham o controle de seu futuro.[384]

A unidade nacional baseada em um sentimento pan-nigeriano está, portanto, longe de ser uma realidade nos dias de hoje, a despeito dos pronunciamentos de M. Buhari, e também era um fator de conflitos no contexto das mobilizações pela independência do país. Desde aquele momento a Nigéria vem convivendo com diversas crises internas e com uma dificuldade em construir a unidade e a coesão interna, superando as diferenças entre os diversos povos que compõe a nação.

Toda esta tensão em relação à definição das fronteiras do país é um dos principais debates nigerianos e, consequentemente, vai ser uma das temáticas constantes na literatura produzida pelos escritores nacionais. É sobre esta produção que o nosso trabalho procura se debruçar para investigar os conflitos em relação à unidade nigeriana ao longo da história do país. Focaremos, principalmente, no contexto das mobilizações pela independência da década de 1950, que analisaremos a partir do romance "A Paz Dura Pouco" (1960) de Chinua Achebe (1930 – 2013) e no período mais recente, em especial já no século XXI, utilizando o romance "Os pescadores" (2015) de Chigozie Obioma (1986 -).

A partir da análise comparativa destas duas obras e seus contextos de produção, pretendemos investigar como o debate sobre a unidade nigeriana é representado pelos autores nos romances. Acreditamos que as obras literárias constituem fontes importantes para o trabalho historiográfico na medida em que representam as sensibilidades de uma época, valores, razões e sentimentos que moviam as pessoas no passado[385]. Objetivamos, ainda, confrontar os posicionamentos

[384] NZE, 2017.
[385] PESAVANETO, Sandra. O mundo como texto. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 7, n. 14, 2003, pp. 31-45.

de Achebe e Obioma e perceber como seus trabalhos apresentam projetos de nação diferentes para a Nigéria. Antes de analisarmos as obras, no entanto, convém fazer uma breve apresentação dos autores.

Achebe é um dos principais nomes da literatura produzida na África. Nasceu em Ogidi, região sudeste da Nigéria, em 1930. Cresceu em um ambiente de forte contato entre a cultura nativa e a ocidental. Seus romances tomam a história da Nigéria, desde a chegada dos colonizadores ao período pós-independência, como pano de fundo. Foi considerado pela crítica o fundador do romance africano, título que ele não concorda[386].

Lançou seu primeiro livro – e seu maior sucesso – em 1958, "O mundo se despedaça". Depois desse se seguiram "A Paz Dura Pouco" (1960), "A Flecha de Deus" (1964), "A Man of The People" (1966) e "Anthills of The Savannah" (1987). O autor, além dos romances, produziu uma série de poemas, ensaios, contos e livros infantis. Formado em letras na Universidade de Ibadan, foi professor em universidades da Nigéria, Europa e Estados Unidos tendo recebido uma série de prêmios por sua obra ao longo da carreira.

Obioma, por outro lado, é natural de Akure, no sudoeste da Nigéria, nascido em 1986. Apesar disso, sua família é originária da mesma região em que nasceu Achebe, o sudeste, local de predomínio do grupo etno-lingistico igbo. Já morou na Turquia, Chipre e nos Estados Unidos onde hoje é professor de literatura e escrita criativa na Universidade de Nebraska-Lincoln. Ganhou projeção internacional quando foi uma das grandes surpresas literárias de 2015 ao ser um dos finalistas do *Man Booker Prize*, um dos mais importantes prêmios da literatura em língua inglesa, com seu romance de estreia "Os Pescadores", que já foi traduzido para 22 línguas. Mesmo sem ser o vencedor, ele entra em um grupo de autores africanos que vem arejando a vida literária no continente e da Nigéria desde o início do século XXI com novas publicações.

Acredito que, apesar da distância temporal entre a publicação dos dois livros, a comparação entre as obras, seus autores e contexto de produção é frutífera e possível por vários motivos. O primeiro deles é que Obioma vem sendo considerado pela crítica

[386]ACHEBE, Chinua. **A Educação de uma criança sob o Protetorado Britânico**: ensaios. Traduzido por Isa Marra Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 111-112.

o “herdeiro” de Chinua Achebe por resgatar uma tradição de contadores de histórias tradicionais de seu povo ao mesmo tempo em que traz em seus romances uma pitada de universalidade[387]. O autor, no entanto, relativiza tal ligação afirmando que os romances de Achebe teriam legado a ele traços da filosofia e a cultura igbo, mas que outras influências também foram importantes como Gabriel García Márquez e Amos Tutuola[388].

Apesar de minimizar a importância da obra de Achebe em sua produção, fica latente no livro de Obioma o quanto os romances do autor o influenciaram. Isto fica claro, por exemplo, quando o primeiro e mais consagrado livrode Achebe, “O Mundo se Despedaça”, aparece como uma referência importante no clímax do enredo de “Os Pescadores”. Tanto o romance quanto o seu personagem principal, Okonkwo, são textualmente citados na obra.

> Em outro [desenho], perto da escarpa onde ficava o caminhão de Abulu, Obembe está com uma faca, com as perninhas se movimentando comigo logo atrás. Algumas árvores são visíveis à distância, e porcos passeiam por perto. Dentro do caminhão, com vista para o que acontece na cabine, o bonequinho que o representa degola Abulu... *da mesma forma que Okonkwo matou o mensageiro da corte*. [...] Ele o tinha chamado de ‘Plano Okonkwo’, como na história de *O mundo se despedaça*. A imagem me assustou.[389]

Elleke Boehmer afirma que os romances escritos por Achebe nas décadas de 1950 e 1960 legaram para a literatura africana subsequente uma maneira de se escrever sobre a África que se provou muito influente, para não dizer paradigmática[390]. Apesar disso, considero a expressão ‘herdeiro’ um tanto simplista - e talvez ligeiramente sensacionalista e midiática - para caracterizar Obioma e as proximidades de sua escrita com a de Achebe.

Algumas semelhanças, no entanto, podem ser traçadas: a apresentação da diversidade cultural dos povos nigerianos, a utilização dos provérbios, o jogo entre diversos idiomas (igbo, inglês formal, inglês pidgin, iorubá), as críticas ao sistema

---

[387]ROCCO, Fiammetta. ‘The Fishermen,’ by Chigozie Obioma. **The New York Times**: New York.

[388]OBIOMA, Chigozie. Of Animal Metaphors and the British Legacy: An Interview with Chigozie Obioma. **Michigan Quaterly Rewiew:** Ann Arbor. Entrevista concedida a Nathan Go, 09 abr. 2015.

[389]OBIOMA, Chigozie. **Os Pescadores**. São Paulo: Globo Livros, 2016, p. 182e 190 [grifos do autor].

[390] BOEHMER, Elleke. Achebe and his influence in some contemporany african writing.**International Journal of Postcolonial Studies**. v. 11, 2009, p. 141-142.

colonial e à corrupção reinante no país após a libertação. Mas talvez o ponto central na comparação seja o fato de que ambos tentem escrever histórias que são ao mesmo tempo locais – apresentando os dramas políticos e sociais vividos pela Nigéria ao longo da colonização inglesa e após a Independência – e universais – construindo enredos que poderiam acontecer em qualquer lugar do mundo e em qualquer cultura.

Neste sentido, Helon Habila argumenta que "Os Pescadores", assim como boa parte da literatura africana, segue o que ele chama de "tradição Achebe-Ngugi", já que apresenta grande influência das histórias orais de seu povo, trilham uma linha de contadores de história e, principalmente, apresenta o que o pesquisador chama de "conceito aristotélico de tragédia".

> um homem bom e nobre mostra arrogância e é derrubado por isso pelos deuses. Aqui [em Os Pescadores], a arrogância é mostrada pelo pai dos pescadores, Mr. Agwu, que pretende ser melhor do que seus vizinhos, criando seis descendentes e dizendo: "Meus filhos serão grandes homens... Serão advogados, médicos, engenheiros..." E com essa arrogância, a luta da família contra o destino começa. Mas, como em todas as boas tragédias, após as profecias e os presságios, é o caráter e as escolhas lógicas e morais que levam a conclusão da história[391].

Esta tradição trágica na obra de Achebe começa com o suicídio de Okonkwo em seu livro de estreia, mas apresenta em "A Paz Dura Pouco" uma outra aparição interessante. Nele, o personagem principal, Obi, traça um diálogo com outro personagem sobre literatura e, em especial, as tragédias. E se referindo a romances onde suicídios de protagonistas acontecem ele argumenta que em uma tragédia verdadeira o dilema do enredo "nunca se resolve", "prossegue para sempre sem esperança", "não é purgado"[392]. Será que neste trecho Achebe já está respondendo aos críticos que tinham ficado inconformados com a morte do "herói" de seu primeiro livro escrito dois anos antes? Acredito que sim.

Uma última razão que nos faz pensar na comparação entre "Os Pescadores" e "A Paz Dura Pouco" como algo legítimo é objetivar fazer uma análise de como a literatura retratou em diferentes momentos a construção do projeto de unidade na

[391] HABILA, Helon. The Fishermen by Chigozie Obioma – four Brothers and a terrible prophecy.**The Guardian**, Londres, 13 mar. 2015.
[392]ACHEBE, Chinua. **A paz dura pouco**. Traduzido por Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 51-52.

Nigéria. Nesse sentido, tomar dois romances de contextos diferentes nos permite perceber como diferentes projetos políticos estão sendo construídos, reconstruídas e disputadas no país seja no contexto de independência ou mesmo décadas depois.

Projetando a unidade nacional: "A Paz Dura Pouco" de Chinua Achebe

"A Paz Dura Pouco" conta a história do jovem igbo/nigeriano Obi Okonkwo que estudou na Inglaterra e acabou de retornar a Lagos na Nigéria. Ao chegar, ele consegue um emprego público e começa a se ver rodeado por uma série de ofertas de propina. Passando por problemas financeiros, depois de muito resistir, ele acaba aceitando uma oferta, é flagrado e preso. O livro começa exatamente com a cena de Obi no banco dos réus e, ao longo do enredo, o narrador – onisciente – vai contando como aquele jovem recém-formado e idealista, que sempre foi contra o recebimento de propinas, acaba aceitando uma.

O romance é ambientado na Nigéria dos anos 1950, período pré-independência e o seu autor, mesmo antes da libertação, já faz uma série de críticas aos rumos que o país estava percorrendo, principalmente em relação à corrupção generalizada, os clientelismos e divisionismos que dificultavam a criação de uma identidade nacional pan-nigeriana. Como nos lembra Frederick Cooper, foram os romancistas africanos os primeiros intelectuais a trazer à tona, diante de um amplo público interno e externo do continente africano, as profundas questões sobre a corrupção dentro de governos pós-coloniais e o grau de persistência da dominação externa.[393]

Obi desde criança se destacou nos estudos sendo sempre o primeiro da turma.[394] Quando ele concluiu o ensino médio, foi agraciado com a primeira bolsa de estudos oferecida pela União Progressista de Umuofia (UPU). Esta reunia todos os nascidos na cidade de Umuofia[395] e que estavam residindo em Lagos. A UPU havia conclamado seus "irmãos de etnia" a contribuir mensalmente a fim de pagar os estudos de um compatriota – O. Okonkwo foi o primeiro agraciado - e, assim, elevar o

[393]COOPER, F. Conflito e Conexão: repensando a história colonial da África. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p.31.
[394]ACHEBE, 2013, p. 16.
[395] Umuofia é uma cidade fictícia criada por Achebe na região leste da Nigéria, de maioria igbo.

nome da cidade perante a região[396]. Enviar um jovem para a universidade significava que quando o estudante retornasse ele conseguiria um bom emprego público e poderia ajudar seus "irmãos de etnia" com favores – nem sempre dentro da lei. O valor da bolsa, no entanto, deveria ser ressarcido quando Obi se formasse, assim outros estudantes poderiam ter a mesma oportunidade.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940 foi muito comum nos centros urbanos nigerianos a fundação de uniões de auto-ajuda. Estas tinham como objetivo acolher os compatriotas de uma mesma etnia ou mesmo vilarejo quando estes chegavam às grandes cidades do país. Nestas associações eles encontravam apoio para se ambientar no novo espaço urbano, conseguiam ajuda para encontrar moradia, emprego e eram inseridos no universo político que se desenrolava nos grandes centros[397]. Elas também eram responsáveis por enviar seus jovens para estudar no exterior, obtendo formação suficiente para ocupar bons cargos no contexto da "nigerianização do serviço público".[398]

Na Inglaterra, o jovem inicialmente tinha como objetivo estudar Direito, mas acabou mudando para o curso de Letras. A ideia da UPU era que ele se formasse como advogado para defender a cidade nas disputas de terras contra seus vizinhos, mas acabaram aceitando a mudança que o jovem fez. Foi ao longo da sua estada no exterior que a Nigéria se materializou para ele, já que até então tudo que conhecia era a sua região[399]. Lá ele conheceu Clara, uma jovem também nigeriana com quem ele iniciaria um romance durante a viagem de volta para casa que fizeram, por acaso, juntos de navio.

Quando voltou para Nigéria, Obi se fixou em Lagos e conseguiu um emprego em um órgão do governo, a Comissão de Bolsas, um cargo de primeira linha, chamado "emprego europeu", que rendia a ele um salário maior do que a maioria dos seus colegas de Umuofia recebiam e contato direto com a nova elite dirigente do país. Os membros da UPU ficaram muito satisfeitos com isso já que todos que desejassem

[396] A expressão "irmãos de etnia" aparece diversas vezes ao longo da obra e cumpre ao objetivo de Achebe de mostrar como a Nigéria tinha identidades conflitantes e era resistente a aderir à identidade nigeriana. ACHEBE, 2013, p. 14, 146, 151 e 177.
[397] FALOLA & HEATON, 2008, p. 139.
[398] Período em que a administração colonial inglesa começa a abrir mais espaços para a contratação de nigerianos, que até então eram grande minoria dentro do serviço público, principalmente nos cargos mais elevados. FALOLA & HEATON, 2008, p. 148.
[399] ACHEBE, 2013, p. 22.

conseguir uma bolsa de estudos deveriam "ir ver" Obi, ou seja, pagar uma propina para ele[400]. Este, no entanto, era um jovem idealista e sempre recusou as ofertas ilegais. Quando chegou ao porto de Lagos retornando da Inglaterra, por exemplo, o fiscal que avaliou sua cabine cobrou um valor para que ele fosse liberado rapidamente e Obi ameaçou denunciá-lo.[401] Ou ainda quando estava viajando para sua terra natal de ônibus e o motorista tentou dar uma propina para policiais que os haviam parado na estrada, mas estes não aceitaram com medo de Obi que não parava de vigiar a situação.[402]

O chefe de Obi na repartição era o Sr. Green, um inglês que já trabalhava há muitos anos na Nigéria. Ele é construído por Achebe para ser o típico colonizador: arrogante, prepotente que considera os africanos incapazes de se governarem sozinhos e que acredita efetivamente na missão civilizadora da colonização. Havia também na repartição um funcionário chamado Sr. Omo, um antigo e subserviente funcionário nigeriano que se enquadra na teoria que Obi criou quando estava na Inglaterra: a de que a Nigéria só se desenvolveria quando a nova geração de nigerianos formados na universidade substituísse no poder a antiga geração de "velhos africanos", uma antiga elite parasitária que segundo Obi seria incapaz de trabalhar pelo bem da nação.[403]

Depois de alguns meses de seu retorno, no entanto, o jovem começa aos poucos a se envolver em uma série de problemas tanto com os membros da sua etnia, a UPU, como também com a sua família. As desavenças começam quando Obi anuncia que iria se casar com Clara. Ela, apesar de ser da mesma etnia que Obi, era uma *osu*, um grupo considerado pária dentro da sua sociedade por seus antepassados terem cultuado deuses diferentes. Casar com uma *osu* era considerado uma desgraça pela a família de Obi e pela UPU, mas ele não aceitava que um costume tão antigo em uma Nigéria que estava se modernizando pudesse impedir seu casamento[404]. Em especial,

[400] ACHEBE, 2013, p. 93.
[401] ACHEBE, 2013, p. 40-42.
[402] ACHEBE, 2013, p. 54-59.
[403] ACHEBE, 2013, p. 30.
[404] ACHEBE, 2013, p. 87.

ele estava chateado com os pais e usava o argumento, que se mostrou inútil, de que estes sendo cristãos deveriam acolher a todos.[405]

Os problemas de Obi aumentam quando ele se vê em uma profunda crise financeira. Mesmo ganhando um excelente salário, as cotas mensais que ele pagava para restituir a bolsa da UPU, ajudas financeira para a escola dos irmãos e para tratar a doença da mãe, custos de manutenção do carro de luxo que ele comprou e outros gastos passam a apertar seu orçamento. Para piorar, no momento que seu relacionamento com Clara estava em sua pior fase, eles descobrem que ela estava grávida e decidem fazer um aborto.

Ao mesmo tempo, ofertas de suborno começam a acontecer em seu trabalho. Inicialmente Obi as recusava, mas como a sua situação financeira se complicou ele acaba começando a aceitar. Os candidatos a bolsas de estudo no exterior o pagavam para que ele os apresentasse à Comissão de Bolsas, quem decidiria os agraciados ou não. Depois de aceitar algumas propinas Obi já tinha estabilizado sua situação financeira e resolve que aceitaria uma última vez. Naquela oportunidade, no entanto, Obi é flagrado e preso.

O meu argumento é que, em "A Paz Dura Pouco", Achebe deixa transparecer a complexidade das questões identitárias da Nigéria dos anos 1950 e os conflitos em relação à construção do novo arranjo político que se estabeleceria após a independência. Ele mostra um país que ainda não se vê como nação, um povo que ainda não tem uma identidade em comum. Os pertencimentos são regionais e, muitas vezes, locais. Nesse contexto, acredito que o personagem Obi Okonkwo – e o romance, de forma geral - foi criado pelo autor como um instrumento para contribuir no reforçoda identidade nigeriana, para ser um símbolo da nação que era almejada por ele naquele momento de independência em que o livro era lançado. Produzir esse discurso de nação criando um conjunto de referências comuns, histórias, memórias foi a forma encontrada por Achebe para colaborar no fomento desta identidade e da unidade [406]. Vejamos como isto aparece no romance:

[405] ACHEBE, 2013, p. 152.
[406] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

> Umuofia é um pequeno vilarejo na Nigéria Oriental de língua ibo. 'Os umuofianos' (é assim que eles se denominavam) que deixaram sua cidade natal a fim de arranjar trabalho e se espalharam por cidades da Nigéria inteira encaram a si mesmos como residentes temporários.[407]

Este trecho de "A Paz Dura Pouco" nos permite levantar algumas questões em relação aos jogos de identidade presentes no contexto estudado. A primeira delas é que os personagens se identificavam como 'umuofianos', ou seja, eles sentiam a necessidade de não só reforçar a sua diferença em relação às demais etnias que formavam a Nigéria como também de marcar um distanciamento em relação às outras cidades com maioria igbo. O próprio Achebe comenta em um ensaio, que muitas vezes no período pré-colonial, os igbos tinham um apego muito maior à sua cidade do que à sua etnia[408]. O grupo só ganha uma identidade conjunta quando o contato com "o outro", seja as demais etnias da região ou mesmo o colonizador, fica mais intenso.

Não podemos deixar de pontuar também que o narrador utiliza um artificio estético, uma informação é dada entre parênteses: é assim que eles se denominavam. Ou seja, Achebe tenta deixar claro como esses marcadores de identidade e diferença eram utilizados pelos próprios habitantes da cidade de Umuofia. Mais importante do que tentar identificar quando e onde surgem estes pertencimentos, é fundamental refletirmos como os atores presentes naquele contexto os utilizavam para organizar a interação entre as pessoas[409].

Uma segunda questão é que, apesar de evidenciar o grau de separação interna entre as etnias que compunham o país, Achebe não deixa de apresentar uma série de elementos que os unia, a nacionalidade. A todo momento aparecem no romance referências à Nigéria e aos nigerianos[410]. Acreditamos que isto seja uma tentativa política do autor de, no contexto da independência do país, contribuir para forjar a unidade nacional.

Vale ainda destacar um terceiro elemento. Estes umuofianos que migram para diversas partes da Nigéria sempre se consideravam 'residentes temporários'. Ou seja, para onde quer que eles fossem, seu objetivo sempre seria acumular riquezas e

---

[407] ACHEBE, 2013, p. 13.
[408] ACHEBE, 2012, p. 47.
[409] BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, p. 189.
[410] ACHEBE, 2013, p. 13, 22, 30, 42, 46, 83, 85 e outras.

retornar para sua terra natal. Isso fica evidente no trecho abaixo que se passa em uma reunião da UPU:

> 'É o dinheiro, e não o trabalho', disse o homem. 'Deixamos trabalho de sobra em casa... Qualquer um que goste de trabalhar pode voltar para casa, pegar seu facão e entrar naquele mato brabo entre Umuofia e Mbaino. Isso vai manter o sujeito ocupado até o fim da vida.' A plateia concordou que era o dinheiro e não o trabalho que os havia trazido até Lagos[411].

Podemos afirmar, portanto, que essa escolha pela afirmação da identidade umuofiana, e não a igbo ou a nigeriana, expressa uma tentativa dos nascidos nesta cidade de disputas com as demais por bens materiais[412]. Fixando a diferença entre os grupos eles estabeleciam uma disputa entre eles para acessar as riquezas disponíveis. Essa é uma temática muito importante para entender a história da Nigéria nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, no período imediatamente anterior e posterior ao processo de independência. Cada etnia, neste contexto, disputava espaço dentro do nascente estado nigeriano buscando, assim, garantir o máximo de benefícios possíveis para sua própria região.

É justamente nesse sentido que pode ser explicado o trecho abaixo. Ele se passa também em uma das reuniões da UPU, onde os seus membros estão discutindo a condenação de Obi por corrupção:

> Somos estrangeiros nesta terra... Muitas cidades têm quatro ou cinco ou até dez de seus filhos em empregos europeus nesta cidade, Umuofia só tem um, E agora nossos inimigos dizem que mesmo esse caso único já é demais para nós[413].

Os membros da UPU de Lagos estão se referindo às demais cidades nigerianas como inimigas. E esse fato não se refere apenas em relação às cidades de maioria étnica iorubá ou haussá, mas também com outras cidades igbos. Isso retoma o

---

[411] ACHEBE, 2013, p. 95.
[412] SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2007, pp. 73-102.
[413] ACHEBE, 2013, p. 15.

argumento de Achebe em relação ao apego cívico que os membros da etnia nutriam por seu próprio vilarejo.[414]

Outro ponto que vale destacar no trecho que citamos anteriormente é que eles afirmam: “somos estrangeiros nesta terra”. Ou seja, os umuofianos, por mais que fossem nigerianos e estivessem vivendo na capital da colônia, Lagos, se consideravam forasteiros ali, não se consideravam em casa. Tudo isso, mesmo levando em conta todo o movimento nacionalista que ganha força nos anos 1930 e 1940[415]. A identidade que eles reivindicavam não era a nigeriana – e neste caso nem a igbo – e sim a umuofiana.

Este fato pode ser explicado já que com a nigerianização do serviço público promovido pela administração colonial inglesa e a progressiva passagem do poder para os nativos, os movimentos nacionalistas que reivindicavam uma identidade pan-nigeriana ficam esvaziados. Neste contexto, as uniões em bases étnicas ganham força no contexto das disputas por poder político[416].

O trecho evidencia também como as disputas materiais nos ajudam a entender as demarcações indenitárias. Mais uma vez ali é exposta uma disputa pelos principais cargos no aparato administrativo da colônia – os empregos europeus, como eles diziam. Enquanto outras cidades já tinham vários conterrâneos ocupando estes cargos, Umuofia tinha apenas um, Obi, e ainda assim estava perdendo esse primeiro acesso aos bens materiais oriundos do Estado já que o jovem havia sido preso por receber propinas.

Outros elementos do romance nos permitem analisar o contexto político da época. Obi, enquanto estava no exterior, escreve um poema chamado “Nigéria”. Com versos bastante entusiasmados, o personagem conclamava seus compatriotas para construir o país: “Deus abençoe nossos nobres compatriotas,\ Homens e mulheres de toda parte,\ Ensine-os a caminhar unidos\ Para construir nossa querida nação,\ Deixando de lado região, tribo ou língua,\ Mas sempre atentos uns aos outros,” Escrito em um contexto em que Obi sonhava com uma Nigéria independente, grande e unida, esse poema nos mostra como o personagem objetivava a construção de uma identidade nacional que superasse nos limites étnicos e regionais. Além do poema que

[414] ACHEBE, 2012, p. 47.
[415] FALOLA & HEATON, 2008, p. 136 - 157.
[416] FALOLA & HEATON, 2008, p. 150.

o personagem escreve e da utilização do termo “nigeriano”, o personagens faz planos, debate com amigos e traça teorias sobre o melhor caminho a ser percorrido para a Nigéria ser uma grande nação. Ou seja, a Nigéria como um todo, para além das divisões étnicas, era o centro das preocupações e dos planos do personagem principal.

Também acho importante, para reforçar o argumento, lembrar um trecho do livro em que Obi estava sendo entrevistado por uma comissão para uma vaga de emprego. Esta era composta por dois ingleses e três “africanos”. Em dado momento Obi percebe que um dos africanos estava dormindo. Quando ele acorda, no final da entrevista, começa a fazer perguntas desconcertantes para Obi como se quisesse prejudicá-lo. Questiona, por exemplo, se ele queria um cargo público para receber propinas.

Este “africano” era oriundo de uma região do país diferente da de Obi; consequentemente, pertencia a outra etnia. O narrador afirma, então, que se não fosse este fato aquele evento seria de menor importância e, logo em seguida, entre parênteses, completa: “em benefício da unidade nigeriana a região não deve ser aqui nomeada”[417]. Ou seja, para evitar os choques entre as etnias que dificultariam ainda mais a união nacional, Achebe cria um mecanismo para ao indicar essa tensão presente em relação à união do país no contexto da independência, mas de uma forma indireta para não gerar mais animosidade.

Podemos dizer, então, que um dos marcos do romance são os silêncios do autor. Em nenhum momento Achebe comenta sobre os diversos conflitos e massacres que sua etnia estava sofrendo ao redor do país[418]. Ele parece esconder tais choques também “em benefício da unidade”. Isso mostra, mais uma vez, em minha opinião, que o projeto de Achebe era contribuir para a construção da nação, da unidade e da identidade nigeriana. O autor apresenta como a questão era complexa, como os divisionismos eram fortes, mas não deixa de dar a sua contribuição para a formação de uma nação unida.

[417] ACHEBE, 2013, p. 51.

[418] Em 1953, por exemplo, os igbos são massacrados em Kano, maior cidade do norte do país. Nos relatórios oficiais, 52 pessoas foram mortas e 245 feridas. Ver: FORSYTH,1979, p. 25.

Em busca de uma outra Nigéria: "Os pescadores" de Chigozie Obioma

A trama de "Os Pescadores" se passa nos anos 1990, período em que a nação nigeriana vivia tentativas de retorno à democracia e retrocessos ditatoriais. É narrada, retrospectivamente, por Benjamin, que relembra o drama que viveu com sua família quando era apenas um menino de nove anos de idade. Naquela época, ele e seus três irmãos mais velhos, Ikenna, Boja e Obembe, começam a faltar às aulas da escola e a se aventurar pela cidade em que vivem, Akure, no sudoeste da Nigéria, quando o pai, Sr. Agwu, é obrigado a se mudar para Yola, uma cidade no norte do país, devido a seu trabalho.

É nesse contexto que os irmãos, livres do controle paterno, iniciam suas andanças pela cidade. Inicialmente, vão adotar como brincadeira principal o futebol. Jogavam com os meninos do bairro enquanto deveriam estar na escola. Depois de muito apanharem de grupos rivais de crianças, decidem mudar de atividade e, com alguns amigos, começam a pescar no rio Omi-ala, que cruza o vilarejo e transformam-se em pescadores.

O rio já tinha sido venerado como sagrado, templos haviam sido erguidos em seu nome, mas depois da chegada do colonizador, da difusão da Bíblia e do cristianismo, os praticantes das religiões locais passaram a ser mal vistos. Consequentemente, o rio perdeu seu status sagrado e passou a ser classificado como "um berço emporcalhado", "um local amaldiçoado".[419] Foi ali, enquanto pescavam, que os irmãos são surpreendidos por Abulu, um louco morador da cidade, que faz uma profecia dizendo que Ikenna seria morto por um de seus irmãos mais novos.

Essa revelação muda a história da família que começa a se despedaçar desse momento em diante, envolvendo-se em uma série de tensões e tragédias. A partir daquele dia, Ikenna, que era o primogênito e grande exemplo para os demais, começa a se afastar dos irmãos. Acreditando efetivamente que a profecia se cumpriria, ele passa a ter medo de que um deles tentasse matá-lo. Sua relação com os mais novos vai se deteriorando sendo perpassada por discussões, rancores, pequenas brigas até que, em um momento de fúria, ele briga seriamente com Boja e acaba sendo morto por este.

[419]OBIOMA, 2016, p. 19.

Uma das grandes questões deixadas em aberto pelo livro de Obioma é a dúvida sobre os motivos das desgraças que se abateram sobre a família Agwu: a profecia de Abulu tinha efetivamente poder ou ela só acabou se concretizando porque o próprio Ikenna acreditou nela e desencadeou uma série de ações que culminaram com a sua morte? O autor afirma que os africanos são muito "supersticiosos", abordando de forma jocosa suas crenças religiosas[420]. Por outro lado, podemos lembrar da fala de Hampaté Bâ argumentando que uma das características mais constantes entre os africanos é a imbricada relação entre vivos e mortos, o visível e o invisível, o contato com o sagrado[421]. Nesse sentido, não seria totalmente fora de contexto a reação de pânico que Ikenna teve após as previsões de Abulu.

Depois do assassinato, Boja foge e desaparece. A família entra em luto para os preparativos do funeral do filho mais velho. O clima era de desespero total. O pai se sentia culpado por ter se mudado para Yola e deixado a esposa e os filhos sozinhos. A polícia investigava, colhia depoimentos dos vizinhos tentando localizar Boja. Dias depois ele é encontrado morto, dentro do poço que fornecia água para a família. O jovem havia se suicidado por medo do destino que o esperava depois do assassinato do irmão.

O desespero da família com a perda de mais um dos irmão é enorme. A mãe começa a ter problemas psicológicos, via aranhas para todos os lados, e acaba internada. Obembe, o terceiro irmão na linha cronológica, então com nove anos, que sempre foi muito estudioso e leitor voraz de livros, anuncia para Benjamin:

> - Ben, eu sei por que nossos irmãos morreram [...]
> Obembe voltou a se sentar e começou a me contar uma longa história que lera num livro cujo título não conseguia lembrar, mas que, tinha certeza, havia sido escrito por um igbo. [...] Quando terminou, ficou em silêncio enquanto eu tentava processar a história do homem forte Okonkwo, que foi obrigado a se suicidar por causa da vilania dos homens brancos.[422]

Aqui, o irmão lança mão do livro "O Mundo se Despedaça" de Chinua Achece e o final trágico de seu protagonista, Okonkwo, que acaba se suicidando depois de matar

[420] OBIOMA, 2015.
[421] HAMPATÉ BÂ, Hamadou. **Amkoullel***:* o menino fula. São Paulo: Palas Athena, 2013.
[422]OBIOMA, 2016. p. 180.

um soldado enviado pelos brancos. Obembe compara este suicídio com o de seu irmão e chega a seguinte conclusão:

> - Está vendo, Ben, o povo de Umuofia foi conquistado porque não estava unido. [...] Os homens brancos eram um inimigo comum que teria sido facilmente derrubado se a tribo tivesse lutado junta. Sabe por que nossos irmãos morreram? Pela mesma razão... porque havia separação entre eles.[423]

Obembe afirma, portanto, que o motivo da desgraça de Umuofia foi o mesmo da que se abateu sobre sua família: a desunião. Se a aldeia de Okonkwo tivesse lutado de forma coletiva contra os invasores brancos eles poderia ter resistido por mais tempo frente aos colonizadores. Da mesma forma, se os irmão permanecessem juntos e amigos como sempre foram, toda essa tragédia não teria acontecido.

O drama vivido pelos irmãos Agwu é, segundo declarações de Obioma, uma caricatura produzida por ele para fazer referência à situação política da Nigéria[424]. Assim como a família Agwu, os diversos povos que compunham o país não se mantiveram unidos depois da chegada dos ingleses. Conflitos entre os diferentes grpos, disputas por bens materiais e pelo controle do território foram uma constante na região durante e após o colonialismo, o que contribuiu, segundo ele, para o enfraquecimento da Nigéria.

O que Obembe propõe para seu irmão mais novo, portanto, é se vingar do grande causador daquela desgraça: “Mas sabe por que Ike e Boja estavam divididos? [...] Pela profecia de Abulu; eles morreram por causa da profecia de Ablu. [...] Abulu matou os nossos irmãos. Ele é nosso inimigo. [...] Eu vou matar Abulu”[425]. O jovem chega à conclusão de que a única forma de purgar o sofrimento da família seria matando o louco. Ele começa, então, a fazer uma série de planos sobre como poderia executá-lo.

Depois de algumas tentativas frustradas, Obembe e Benjamim encontram Abulu na beira do rio Omi-ala, mesmo local onde a profecia havia sido proferida. Ali os irmãos o cercam e o golpeiam usando como armas suas antigas varas de pescar com

---

[423]OBIOMA, 2016. p. 180.

[424] BETT, Alain. Chigozie Obioma: A wake-up call to Nigeria. Edinburgh: **The Skinny**,2015. Disponível em:<http://www.theskinny.co.uk/books/features/chigozie-obioma-interview-booker-prize>. Acesso em: 08 jun. 2016.

[425]OBIOMA, 2016. p. 180-181.

anzóis na ponta. O louco é morto, mas o crime é presenciado por dois soldados que por pouco não capturam as duas crianças. O que os meninos fariam agora que os soldados iriam procurar por eles pelo assassinato? Obembe decide que eles deveriam fugir, mas Benjamim, com medo, permanece em casa e deixa seu irmão ir embora sozinho, fugindo para a cidade do Benin[426]. Naquele mesmo dia Ben é preso e passaria vários anos na prisão.

Segundo declarações de Obioma, da mesma forma que as desavenças entre os irmãos é uma representação da desunião entre os povos que constituem a Nigéria, a profecia de Abulu é uma alegoria da tentativa dos colonizadores ingleses de produzir uma nação unida a partir de povos completamente diferentes entre si. O autor afirma que enquanto no romance a estabilidade de uma família é despedaçada pelo louco gerando uma série de crises entre os irmãos, na vida real as várias etnias que viviam na região são obrigadas pelos britânicos - 'loucos' que chegam para interromper a paz local – a se unir e formar um país, a Nigéria.

A nação seria, portanto, a profecia do colonizador, um modelo trazido do exterior e utilizado na formação desta nova unidade política. A população local, em um primeiro momento, "acredita no poder da profecia" e se une, tentando superar suas diferenças. Estas, no entanto, logo começam a vir à tona provocando conflitos entre vários grupos sociais. Mesmo antes da independência os embates já haviam começado e, depois dela, a disputa pelo controle dos recursos faz com que elas fiquem ainda mais intensas, culminando, por exemplo, na Guerra de Biafra (1967-1970).[427]

Referências a esses conflitos étnicos no país aparecem diversas vezes ao longo do romance. Logo após a mudança do pai para Yola, a família insiste para ir morar com ele, tentativa que é refutada pelo patriarca, pois naquela região havia um histórico de "sangrentas manifestação sectárias"[428] nas quais a sua etnia, os igbos, eram os alvos dos ataques. As últimas aconteceram já depois que o pai estava ali, quando toda uma família vizinha tinha sido assassinada.

Ao longo da obra, o autor utiliza seus personagens – em especial o Sr. Agwu – para fazer críticas à nação nigeriana e ao seu governo. Uma das temáticas mais

[426]OBIOMA, 2016, p. 262.
[427]FORSYTH, 1979.
[428]OBIOMA, 2016, p. 12.

constantes, assim como em "A Paz Dura Pouco" de Achebe, era a corrupção generalizada do país. Em uma das passagens do livro, Benjamin narra uma conversa entre a família na qual o pai falava sobre os problemas nigerianos: "Depois começou a falar da Nigéria, sobre a corrupção que devorava as entranhas do país"[429]. Em outro momento do livro, quando o pai estava em uma delegacia, um funcionário do local pede um "agrado" para o Sr. Agwu. Benjamin afirma que este, irritado já que era um ardente opositor de todas as formas de corrupção que infestavam a nação nigeriana, responde que não tinha tempo para essas coisas e se recusa a suborná-lo.[430]

O narrador relata, ainda, uma conversa entre seu pai e um de seus amigos:

> Então, primeiro eles falaram sobre assuntos corriqueiros: o emprego do Pai; seu ponto de vista sobre a desvalorização do naira sob a 'podridão política da administração atual'. [...] O Banco Central estava se encaminhando à falência e o assunto de que ele mais falou naquele dia foi sobre a morte do iminente Nmandi Azikiwe, o primeiro presidente da Nigéria, que o pai adorava e via como um mentor. Zik, como ele o chamava, estava internado em um hospital em Enugu. O pai estava amargurado. Lamentava as péssimas instalações do sistema de saúde do país. Falou mal de Abacha, o ditador, esbravejou contra a marginalização dos igbos na Nigéria. Depois, até sua comida ficar pronta, reclamou do monstro que os britânicos tinham criado ao transformar a Nigéria num país.[431]

Esse trecho nos trás uma série de elementos importantes para pensarmos os posicionamentos do autor frente ao contexto nigeriano da época e, também, sobre a constituição da nação nigeriana. Logo no início, o Sr. Agwu critica mais uma vez a corrupção do país, que ele se referia como a "podridão política da administração atual". O governo, naquele período, era comandado por um regime militar liderado pelo general Sani Abacha, que havia impedido a posse do candidato eleito no pleito democrático de 1993. Sobre ele, Agwu também falava mal o acusando de ser um ditador.

Outro assunto abordado pelo personagem neste trecho é a morte de Nmandi Azikiwe. Este tinha sido uma das principais lideranças nacionalistas do país durante o período colonial e se tornou o primeiro presidente da Nigéria após a independência.

[429] OBIOMA, 2016, p. 194.
[430] OBIOMA, 2016, p. 146.
[431] OBIOMA, 2016, p. 32.

Pertencente à etnia igbo, Azikiwe defendia um nacionalismo pan-nigeriano que promovesse a união do país superando as diferenças regionais.

Por fim, Sr. Agwu afirma que o que os britânicos fizeram ao transformar a Nigéria em um país foi criar um "mostro". Esta fala do personagem vai ao encontro das opiniões de Chigozie Obioma sobre a existência da Nigéria. O autor afirma, em uma entrevista, que as distintas etnias tinham suas próprias comunidades, suas próprias identidades, cada uma progredindo a sua maneira. Até que chegaram os colonizadores e disseram "sejam uma nação". A partir disso, Obioma se pergunta: por que nós concordamos com essa ideia britânica? Por que não podemos decidir por nós mesmos?[432]

Obioma afirma que o país tem petróleo em abundância, uma elite educada, uma grande população jovem na faixa de 70 milhões de pessoas abaixo dos 35 anos. Por que, então, depois da independência os nigerianos caíram em uma série de problemas e guerras civis entre as etnias? Por que a corrupção e as ditaduras assolam tão intensamente o país? Nesse sentido, o autor tenta fazer uma reflexão sobre os motivos pelos quais a Nigéria não deu certo e a razão pela qual ela não consegue progredir.

A origem do problema está, segundo ele, na fundação da nação. Afirma que a culpa é dos próprios nigerianos, por terem acreditado na 'profecia' dos ingleses. Os grupos étnicos da região é que deveriam ter definido seu futuro após a independência e não ter permitido a ingerência do antigo colonizador. E ele conclui defendendo a realização de um referendo para que os nigerianos escolham seu destino, já que o pertencimento a uma nação comum continua sendo uma ideia estrangeira para os nigerianos.[433]

Considerações Finais

Analisar estes romances nos permite chegar a algumas conclusões em relação ao contexto dos debates sobre a unidade do país logo após a independência, em 1960, e no início do século XXI; e também à visão que Chinua Achebe e Chigozie Obioma têm

[432] OBIOMA, 2015.
[433] BETT, 2015.

do que seria a nação e a identidade nigeriana. O primeiro via no projeto de uma Nigéria grande e unida um objetivo pelo qual ele deveria militar participando de sua construção. O país ainda não existia, não se tinha uma identidade que unisse seu povo. O próprio Achebe afirma que a identidade nigeriana para ele e para sua geração foi um sabor adquirido.[434] Havia naquele contexto, portanto, por parte dos políticos e intelectuais nacionalistas, um investimento na construção de uma identidade pan-nigeriana. Nesse sentido, podemos dizer que esta comunidade estava sendo imaginada por determinados grupos[435].

É neste sentido que Chinua Achebe produz sua obra. O autor toma para si o papel de, com sua literatura, contribuir para a construção da identidade nigeriana. Em "A Paz Dura Pouco" podemos identificar como a questão da unidade nacional era uma temática tensa no contexto da libertação, mas o autor nos dá uma série de pistas de qual era sua posição neste debate. Achebe queria ver uma Nigéria unida que superasse os divisionismos internos.

Já no final da vida o autor escreve um artigo que é publicado no *New York Times* onde ele mantém e reforça este argumento. Naquele ano – 2011 – o país passaria por eleições e as energias de Achebe estão mais uma vez voltadas para identificar o que a Nigéria precisava para solucionar seus problemas.

> Este não é um momento para lamentar todos os desafios futuros. É um momento para trabalhar no desenvolvimento, nutrição e sustentação da democracia. Mas também devemos perceber que precisamos de paciência e não podemos esperar milagres imediatos. Construir uma nação não é algo que um povo faz em um regime, em alguns anos, mesmo.[436]

"Construir a nação", este é, desde a década de 1950, o objetivo do autor. Mesmo que em vários momentos ao longo de sua vida ele tenha se decepcionado com a Nigéria, sua luta por um país forte e unido continuou até o fim. Neste artigo, ele argumentava, por exemplo, que para crescer a nação precisava abolir os clientelismos

[434] ACHEBE, 2012, p. 46.
[435] ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[436]ACHEBE, Chinua. Nigeria's Promise, Africa's Hope. **New York Times**, 15 jan. 2011.

e a corrupção, promover um ambiente democrático com eleições livres, ter uma imprensa e um judiciário que contribuam positivamente para o país[437].

E ele conclui defendendo a emergência de uma consciência patriótica afirmando que:

> E deve haver o desenvolvimento de uma nova consciência patriótica, não uma simplesmente baseada nas noções bem usadas da "Unidade da Nigéria" ou "Fé na Nigéria", muitas vezes promovidas por nossos líderes corruptos; mas uma baseada na consciência era responsabilidade dos líderes para conduzi-la e disseminá-la pela sociedade civil, escolas e intelectuais. É a partir desse tipo de ambiente que um líder, honrado pela confiança depositada sobre ele pelas pessoas, emergirá, disposto a usar o poder que lhe é dado pelo bem do povo.[438]

Por outro lado, o romance de Obioma nos permite afirmar como a Nigéria ainda hoje vivencia problemas em relação à consolidação do seu estado nacional e à construção da identidade nigeriana. A questão se prolonga por tanto tempo que até a atualidade existem vozes defendendo a divisão do país. Este não é, no entanto, o projeto defendido pelo autor, apesar de ele ser acusado de apoiar o IPOB e a independência de Biafra. Ele contra-argumenta:

> Não aprovo "Biafra" na sua atual forma e aspiração. Meu argumento tem sido consistente: a Nigéria não deve continuar como está sem qualquer reestruturação. E, possivelmente, a Nigéria nem deveria existir como país. Por que poderia? Por que deveria? Se necessário, por que deveria ser nos termos do antigo império britânico? [...] Por que não podemos decidir por nós mesmos o que deveria ser? Por que não podemos formar um sistema que seja africano, em vez de copiar o ocidental em tudo - o ocidente que, até o momento pelo menos, não teve nosso interesse em mente?[439]

---

[437]ACHEBE, 2011.

[438]And there has to be the development of a new patriotic consciousness, not one simply based on the well-worn notions of the “Unity of Nigeria” or “Faith in Nigeria” often touted by our corrupt leaders; but one based on an awareness of the responsibility of leaders to the led and disseminated by civil society, schools and intellectuals. It is from this kind of environment that a leader, humbled by the trust placed upon him by the people, will emerge, willing to use the power given to him for the good of the people. ACHEBE, 2011.

[439]“Should not continue as is without any restructuring. And possibly, Nigeria should not even exist as a country. Why should it? Why must it? If it must, why should it be on the terms of the old British empire?[...] Why can’t we decide for ourselves what it should be? Why can’t we form a system that is African rather than ape the west in everything—the west who, at the time at least, did not have our interest in mind? (Pronunciamento de Chigozie Obioma em sua rede social – Facebook – em 18 de setembro de 2017).

As ideias de Obioma dialogam muito mais com a teoria de Partha Chatterjee.[440] O autor afirma que se o modelo de criação de nações foi trazido pelos europeus para a África e para a Ásia – comunidades imaginadas, como afirma Benedict Anderson - o que restaria para os africanos e asiáticos imaginarem? Eles seriam meros consumidores das formas modulares de nação do colonizador. Ou seguindo a caricatura criada por Obioma, eles estariam simplesmente acreditando na profecia do louco.

Como argumenta Rita Chaves, a literatura no continente africano pode ser vista como um roteiro trilhado pela necessidade de articular diferenças e harmonizar contrários[441]. Isso fica especialmente evidente nos romances trabalhados. Tomando posições diferentes em relação ao debate sobre a viabilidade da nação nigeriana, Chinua Achebe e Chigozie Obioma colocam seus romances a serviço da reflexão sobre a complexidade vivida pelos países africanos pós-coloniais. Certamente a Nigéria, hoje, não tem uma unidade consolidada como reivindica seu presidente, mas só o tempo dirá os caminhos pelos quais ela irá trilhar.

Referências Bibliográficas

ACHEBE, Chinua . Nigeria's Promise, Africa's Hope. **New York Times**, 15 jan, 2011.

ACHEBE, Chinua. **A Educação de uma criança sob o Protetorado Britânico**: ensaios. Traduzido por Isa Marra Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ACHEBE, Chinua.**A paz dura pouco**. Traduzido por Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AJELUOROU, Anote. Soyinka calls for reconfiguration of Nigeria, scores Buhari low. **The Guardian**, Lagos, 12 set. 217. Disponível em: < https://guardian.ng/news/soyinka-calls-for-reconfiguration-of-nigeria-scores-buhari-low/> . Acessado em: 19 out. 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[440] CHATTERJEE, Partha. Comunidades imaginadas por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão Nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto,2000, p. 227-238.
[441] CHAVES, Rita. Escritores e projetos de emancipação. In: SANSONE; FURTADO. **Dicionário crítico das ciências sociais de fala oficial portuguesa**.1ed.Salvador: EDUFBA, 2013, p. 187.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP.

BETT, Alain. Chigozie Obioma: A wake-up call to Nigeria.**The Skinny:** Edinburgh,2015. Disponível em:<http://www.theskinny.co.uk/books/features/chigozie-obioma-interview-booker-prize>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BOEHMER, Elleke. Achebe and his influence in some contemporany african writing. **International Journal of Postcolonial Studies**. v. 11, 2009, p. 141-153.

BUHARI, Muhammadu. Full transcript of President Muhammadu Buhari's nation brodcast. **The Guardian**, Lagos, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://guardian.ng/features/full-transcript-of-president-muhammadu-buharis-national-broadcast/>. Acessado em: 19 out. 2017.

CHATTERJEE, Partha. Comunidades imaginadas por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 227-238.

CHAVES, Rita. Escritores e os projetos de emancipação In: SANSONE, Livio; FURTADO, Claudio Alves (Org). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2013.

COOPER, F. Conflito e Conexão: repensando a história colonial da África. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. London: Cambridge University Press, 2008.

FORSYTH, Frederic. **A História de Biafra**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

HABILA, Helon. The Fishermen by Chigozie Obioma – four Brothers and a terrible prophecy. **The Guardian**, Londres, 13 mar. 2015. Disponível em: < https://www.theguardian.com/books/2015/mar/13/the-fishermen-chigozie-obioma-review>. Acessado em 19 out. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. **Amkoullel***:* o menino fula. São Paulo: Palas Athena, 2013.

NZE, Chris. Nigeria's unity and the conquest mentality. **The Guardian**, Lagos, 6 out. 2017. Disponível em: < https://guardian.ng/opinion/nigerias-unity-and-the-conquest-mentality/>. Acessado em 19 out. 2017.

OBIOMA, Chigozie. Of Animal Metaphors and the British Legacy: An Interview with Chigozie Obioma. **Michigan Quaterly Rewiew:** Ann Arbor. Entrevista concedida a Nathan Go, 09 abr. 2015.

OBIOMA, Chigozie. **Os Pescadores**. São Paulo: Globo Livros, 2016.

ODIEGWU, Mike. Nigeria is negotiable, say Soyinka, Dickson, others. **The Nation**, Lagos, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://thenationonlineng.net/nigeria-negotiable-say-soyinka-dickson-others/> Acessado em: 19 out. 2017.

ONYEKAKEYAH, Luke. Struggle for the soul of Nigeria. **The Guardian**, Lagos, 15 ago. 2017. Disponível em: < http://guardian.ng/opinion/struggle-for-the-soul-of-nigeria/>. Acessado em 19 out. 2017.

PESAVANETO, Sandra. O mundo como texto. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 7, n. 14, 2003, p. 31-45.

ROCCO, Fiammetta. 'The Fishermen,' by Chigozie Obioma. **The New York Times**: New York. Disponível em:<http://www.nytimes.com/2015/04/19/books/review/the-fishermen-by-chigozie-obioma.html?_r=2>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org**.) Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2007, p. 73-102.

"DESTRUIR O VELHO PARA CONSTRUIR O [HOMEM] NOVO": A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA PELO MPLA

*João Paulo Henrique Pinto**

Agostinho Neto, ao referir-se sobre a necessidade de edificar uma nova Angola após a independência, afirmou em seu famoso discurso a necessidade de "destruir o velho para construir o novo".[442] A frase de efeito fazia referência direta à necessidade de apagar o legado perverso do colonialismo português que dominara Angola por séculos, tarefa que só seria efetivamente concretizada através da execução de um projeto socialista capaz de recriar não só um país, mas também um novo cidadão angolano.

Tanto no período da luta de libertação quanto após a independência, um dos principais problemas a ser enfrentado para a construção da nova Angola era relacionado à problemática questão identitária no país, já que, entre outros fatores, a fragmentação dos povos angolanos estimulava uma guerra intestina, que só seria encerrada de fato em 2002. Sendo assim, a construção de um discurso identitário capaz de unir todos os povos angolanos em torno de uma ideia de nação se tornou um dos projetos elaborados pelo MPLA.

De acordo com o MPLA, o objetivo de construir uma nova Angola e uma identidade que unisse os povos angolanos passava pela necessidade de criar um homem novo, que seria responsável por levar adiante o projeto revolucionário do movimento. Baseado nesse projeto, o MPLA buscou difundir seus ideais através de diversos veículos, tais como as artes, os discursos políticos e a educação.

Neste trabalho, temos como intenção principal analisar o surgimento de um discurso identitário elaborado pelo MPLA, dando ênfase às discussões em torno do conceito de homem novo. Para tanto, nossa preocupação central será compreender

* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2016). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[442] NETO, Agostinho. **Destruir o velho para construir o novo**. Luanda: Departamento de Imprensa e Propaganda. 1976.

como a educação serviu como um veículo de transmissão dos discursos identitários elaborados pelo MPLA para a construção da nova nação angolana.

Homem novo e identidade nacional angolana

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela tomada de iniciativa de movimentos nacionalistas em boa parte do continente africano. Em Angola, os movimentos culturais assumiram o protagonismo da agitação anticolonial nesta primeira fase de contestação, já que os caminhos institucionais para a participação política estavam completamente fechados aos angolanos.

Estes movimentos culturais marcados pelo nacionalismo tiveram como grande objetivo nessa primeira fase de estruturação a valorização das culturas angolanas, como foi o caso do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola[443] e da música[444] surgida nos musseques luandenses**,** a partir da década de 1940. Se a discussão proposta por estes movimentos culturais não se referia diretamente à definição de uma identidade nacional, tampouco se pode minimizar a sua influência na construção de um discurso identitário pelo MPLA um pouco mais adiante.

O início da guerra de libertação nacional em 1961 promoveu o surgimento de diversos movimentos de libertação, sendo os mais importantes o MPLA, a FNLA e a UNITA. A fragmentação do nacionalismo angolano, além de questões políticas e ideológicas, também apresentava como uma de suas razões questões de ordem identitária. Em momentos de conflito, por exemplo, aspectos étnicos e regionais eram frequentemente mobilizados para deslegitimar os movimentos nacionalistas oponentes. Em suma, a identidade era um capital simbólico de grande importância àquela altura.

Os movimentos anticolonialistas também buscaram definir a identidade da nação que se pretendia construir após a independência. A influência do discurso identitário elaborado pelo Movimento dos Novos Intelectuais de Angola pôde ser

[443] CHAVES, Rita**. A Formação do Romance Angolano** – entre intenções e gestos. São Paulo: FBLP, Via Atlântica, 1999; RAMOS, Karina Helena. **A Revista Mensagem**. Uma perspectiva sobre o discurso literário angolano (1951-1952). Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

[444] Ver: MOORMAN, Marissa. **Intonations**: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2008.

percebida no momento da fundação dos três principais movimentos de libertação nacional angolanos. Ainda que sem um apontamento claro, as três principais organizações nacionalistas reproduziram em seus documentos fundadores a concepção de identidade nacional elaborada e divulgada pelos Novos Intelectuais de Angola. Adotava-se, portanto, a ideia básica de união dos povos angolanos independentemente de aspectos étnicos, raciais, culturais ou regionais.[445] A pluralidade, portanto, era valorizada como elemento de identificação nacional.

Esta valorização da união de todos os povos angolanos sem que houvesse qualquer tipo de discriminação entre os membros da nação muitas vezes foi questão polêmica entre os movimentos de libertação. Ainda que se valessem deste discurso de união nacional, a questão identitária, principalmente no que se referia à raça, gerou intensos conflitos entre os movimentos de libertação e até mesmo crises internas. Em momentos de conflito, esta questão era sempre acionada como um argumento que conferia legitimidade a um grupo, ao passo que as acusações aos inimigos também eram feitas com base neste argumento identitário.[446]

Contudo, apesar de defenderem a união dos povos angolanos em torno do ideal da conquista da independência e da necessidade de construção da nova nação angolana, os movimentos de libertação nacional jamais se uniram em somente uma organização política que lutasse por estes ideais e tampouco se dispuseram a coordenar seus esforços na luta contra o colonialismo. Portanto, ao contrário dos discursos que pregavam a união nacional, a luta pela independência de Angola ocorreu de forma extremamente fragmentada, logo sem haver a centralização do planejamento da guerra e dos projetos para o período pós-independência.

---

[445] Sobre a UPA, ver Extrato dos Estatutos da UPA, disponível em SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975). Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.365-366. Sobre o MPLA, ver Programa Maior do MPLA, In História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473. E sobre a UNITA, ver Angola – Pátria, Liberdade, Unidade – Unita Central Commitee,1968. p.25. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numer o_da_pagina=25. Acesso em 9 de agosto de 2015.

[446] Ver, por exemplo, a troca de acusações feitas entre UPA/FNLA, MPLA e UNITA. Ver também as crises internas que o MPLA vivenciou durante as décadas de 1960 e 1970, principalmente a crise de 1962 e a Revolta do Leste. Tratei destes assuntos na minha dissertação de mestrado intitulada "A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos", defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense em 2016.

Desta maneira, durante todo o período de luta pela independência, os movimentos de libertação nacional entraram em grave conflito, principalmente entre MPLA e FNLA. Esta situação de conflito interno não se alterou após a conquista da independência em 1975, já que MPLA e UNITA travaram uma sangrenta e longa guerra civil que só seria finalizada em 2002.

Sendo assim, durante todo este período, tornava-se mais necessária ainda a construção da identidade nacional para unificar uma nação que já nascia sob risco de se fraturar. O temor sobre a divisão da nação angolana ficava nítido nas palavras de ordem divulgadas pelo MPLA no momento em que o movimento assumiu o poder: "Angola: de Cabinda ao Cunene, do Leste ao mar, um só povo, uma só nação"; ou ainda através da Lei Constitucional de 1975, que projetava em seu Artigo 5º:

> Será promovida e intensificada a solidariedade econômica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo.[447]

É necessário destacar que, mesmo afirmando construir uma identidade sob o signo da multiplicidade cultural, o MPLA elaborou um discurso identitário que também homogeneizava e reduzia a pluralidade cultural existente em Angola. Dispondo das estruturas de poder necessárias para construção identitária, o MPLA selecionou os aspectos culturais que considerava representativos da angolanidade, deixando muitas outras influências culturais fora do discurso identitário. O resultado de tal projeto é, tal como afirma Homi Bhabha, a construção de um discurso homogeneizador, já que seria impossível englobar no discurso da identidade nacional todas as matrizes culturais existentes em Angola. A seleção dos aspectos que comporiam a identidade nacional angolana, portanto, ressaltaria a diferença cultural angolana como fator construtor de uma unidade nacional.[448]

Além do discurso que se constrói sobre a cultura nacional, a simbologia que confere identidade à nação é bastante extensa, envolvendo a identificação com o território, o conhecimento de suas fronteiras, a utilização de uma linguagem, o culto

---

[447] Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975. Disponível em http://cedis.fd.unl.pt/wpcontent/ uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf.
[448] Ver: BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

aos heróis nacionais, a comunhão cultural e um passado comum. Em relação ao território nacional angolano, não houve alteração do mapa definido pelo colonialismo português, ou seja, mantiveram-se as fronteiras definidas ainda no século XIX.

Em um país de grande pluralidade linguística, o português foi escolhido como língua oficial, sendo outros idiomas de matriz africana reconhecidos como línguas nacionais. Explica-se a opção pela língua portuguesa através do argumento de que, em um país que propunha a igualdade entre todas as etnias e regiões, não seria correto escolher uma língua de um grupo etnolinguístico angolano para se tornar o idioma oficial do país. Sendo assim, a escolha da língua portuguesa pareceu a mais adequada, dado que nenhum dos grupos étnicos nacionais tinha o português como sua língua original.

No que tange à cultura, como foi dito acima, selecionou-se, ao menos em nível discursivo, aspectos de todos os povos angolanos para representar o que seria a cultura nacional. Buscava-se, então, conferir à identidade nacional um aspecto de pluralidade que, contudo, se harmonizava em torno de uma unidade nacional.

Durante a luta pela independência travada pelo MPLA e o período de tentativa de construção do socialismo em Angola (1975-1992), este discurso identitário homogeneizador foi associado também ao projeto de construir um homem novo para Angola. No dia da proclamação da independência de Angola, o então presidente Agostinho Neto expôs esta ideia ao afirmar que "a nossa luta não termina aqui. O objetivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo".[449]

É importante que se mencione que este conceito de homem novo já figurou em diversas correntes de pensamento, tais como iluminismo, liberalismo e fascismo. Contudo, a referência que se faz aqui é à abordagem do conceito de homem novo de acordo com os pensadores marxistas, já que o MPLA se aproximava desta linha ideológica, apesar de não fazer menção oficial a esta questão.[450]

---

[449] Ver, por exemplo, o Discurso da Proclamação de Independência de Angola. 11 de novembro de 1975. Disponível em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola. Acesso em 26 de abril de 2018.

[450] O MPLA só definiria oficialmente a sua opção pelo marxismo-leninismo em 1977. Entretanto, na década de 1950, momento em que o movimento surgiu, já era possível notar uma tendência ideológica inclinada ao marxismo-leninismo, opção que não foi divulgada à época principalmente devido ao

Sendo assim, a alusão à necessidade de se criar um homem novo como um modelo de cidadão do país independente também se referia, de alguma forma, à criação de uma identidade nacional para Angola. Além da pluralidade cultural, então, a identidade nacional angolana deveria ser marcada também por uma contribuição significativa dos valores revolucionários defendidos pelo MPLA.

No caso da definição do homem novo de acordo com os pensadores marxistas, sempre há a referência à questão de classe, de maneira que a classe trabalhadora ocuparia um espaço especial neste projeto de construção do homem novo. Vale destacar que não se fazia distinção entre operários das indústrias e camponeses, já que todos os trabalhadores poderiam ser transformados em homens novos.

De acordo com as ideias marxistas, o surgimento de um homem novo ocorreria somente a partir da tomada de consciência pelo trabalhador da situação de alienação em que vive. Para Karl Marx, o fundamento desta alienação que atinge e molda o sistema capitalista encontra-se justamente naquilo que seria a atividade humana básica, ou seja, o trabalho. Segundo o filósofo, a alienação do trabalhador ocorre a partir do seu estranhamento em relação ao produto de seu trabalho. Karl Marx apresenta, então, três aspectos fundamentais que caracterizam a alienação: (1) o trabalhador vê o produto de seu trabalho como algo alheio a ele, que não lhe pertence. (2) Da mesma forma, a própria atividade laboral também não está sob domínio do trabalhador, de maneira que o próprio trabalho é estranho ao trabalhador. Nesta situação, inclusive as dimensões física e espiritual dos trabalhadores parecem não lhes pertencer ou estar sob seu domínio. (3) Por fim, como consequência, o trabalhador vê em seu trabalho apenas um meio de vida que permite a sua sobrevivência, o que impede que sua atividade laboral tenha qualquer outro sentido.[451]

Nesta situação de alienação em relação ao produto, ao trabalho e à própria vida, o trabalhador acaba por se tornar desumanizado no sistema capitalista, já que todas as suas propriedades humanas são submetidas pela força do capital e se tornam

---

cenário de bipolarização da guerra fria, o que poderia causar problemas ao MPLA e limitar os possíveis apoios internacionais. Ver: TALI, Jean Michel Mabeko. **O MPLA perante si mesmo (1962-1977)**. Luanda: Nzila, 2001. Volume 2. (ver principalmente o capítulo 13 – A escolha do modelo político e a questão ideológica. p.149-180)

[451] MARX, Karl. **Manuscritos**: economía y filosofia. Madrid: Alianza Editorial, 1974, p.126.

mercadorias cuja venda permite sua sobrevivência. Portanto, segundo Karl Marx, a alienação torna o trabalhador um instrumento produtivo submetido pelas classes sociais dominantes e impede que sua dimensão humana seja reconhecida e vivenciada no sistema capitalista.

Isto posto, Karl Marx aponta que a condição básica para a emancipação das classes trabalhadoras seria a abolição de todas as classes. Sua obra, portanto, tem como propósito fundamental apresentar qual seria o caminho para a humanização dos trabalhadores alienados. Para isso, eles deveriam assumir o controle da produção, orientando-a de acordo com sua vontade consciente e suas próprias necessidades. Somente assim, de acordo com Karl Marx, a alienação e os conflitos entre os homens poderiam cessar.[452]

Para Karl Marx, a tomada de consciência que poria fim à alienação das classes trabalhadoras resultaria em uma revolução social que as levaria ao poder. Nesta fase, as estruturas econômicas do capitalismo cairiam por terra a partir da socialização dos meios de produção. A partir desta conscientização que levaria à superação do capitalismo, a classe trabalhadora sentiria a necessidade de criação de uma nova sociedade, radicalmente oposta ao capitalismo.

No processo de superação da alienação e de organização política para a superação das estruturas capitalistas, haveria, então, pela primeira vez na história, uma existência real do homem, que agora seria dotado de sua plena capacidade produtiva e seria inteiramente consciente de si.[453] A este homem novo caberia a missão de subverter das estruturas econômicas, sociais, culturais e ideológicas existentes no capitalismo para se chegar à sociedade sem classes.

A conquista da consciência pelos trabalhadores, portanto, seria responsável de certa forma pela aceleração do progresso histórico, já que seria a partir desta conscientização que a nova etapa socialista seria alcançada e com ela viriam todos os progressos prenunciados por Karl Marx.

Apesar de nunca ter mencionado em suas obras o conceito de homem novo, Karl Marx lançou as bases que possibilitaram a elaboração de um projeto de

---

[452] MARX, K. **O capital**, v I, p.93

[453] O'BRIEN, John. The instauration of the New Man of marxismo: a critique. **International Journal of Social Economics**, vol. 14. Disponível em https://doi.org/10.1108/eb014043. Acesso em 07 de novembro de 2017, p. 2.

construção de um homem novo que seria colocado em prática por diversos movimentos que tentaram aplicar suas ideias à realidade.

O conceito de homem novo surgiu entre os marxistas com intuitos propagandísticos, principalmente entre os bolcheviques que empreenderam a Revolução de Outubro de 1917. A intenção principal dos revolucionários era a divulgação de suas principais propostas e, consequentemente, a conquista de apoio entre os trabalhadores para colocá-las em prática.

Para levar adiante o projeto de desenvolver um homem novo revolucionário que levaria a URSS à construção do comunismo, os bolcheviques se valeram das artes como meio de divulgação de suas ideias. Esta escola artística, conhecida por realismo socialista ou por jdanovismo,[454] tinha como uma de suas principais características, portanto, o engajamento político. Tendo como público-alvo as classes trabalhadoras, o realismo socialista ficou marcado também pelo seu didatismo, ou seja, a utilização de mensagens diretas de fácil compreensão como forma de divulgação de proposições políticas.

Segundo Ángel Ferrero, o realismo socialista foi influenciado pelo futurismo, principalmente no que diz respeito à crítica em relação a um passado marcado pelo atraso e à louvação da chegada iminente de um futuro marcado pelo progresso e pela tecnologia. Estas características do movimento futurista exaltavam como força transformadora a juventude e as máquinas. Em um país marcado pelo atraso em relação à Europa, as propostas do futurismo tiveram grande penetração na URSS e serviram perfeitamente ao intento de transformação social defendido pelos bolcheviques.[455]

Contudo, vale destacar que o realismo socialista recebeu muitas críticas de diversas outras tendências artísticas, inclusive de artistas ligados ao futurismo. Em geral, estas críticas eram fundamentadas pela ideia de que o realismo socialista submetia a arte ao interesse político e servia mais como uma propaganda, privando-a da livre experimentação e das inovações.

---

[454] Este termo faz referência a Andrei Jdanov, comissário do stalinismo responsável pela produção cultural e pela propaganda do regime soviético.

[455] FERRERO, Ángel. La consctucción del hombre nuevo: de la revolución de octubre al post-comunismo. Una perspectiva histórica. Nómadas. **Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. 33, 2012.1, p.5.

Influenciado, portanto, pelo futurismo, o realismo socialista teria como uma de suas preocupações centrais a produção de uma arte que fosse engajada com os ideais marxistas e possibilitasse a divulgação destas ideias entre os trabalhadores. Nota-se, pois, que o objetivo central do realismo socialista não seria representar a vida como ela é, mas sim como ela deveria ser no futuro de acordo com as propostas marxistas. Para isso, estes artistas vinculados às ideias bolcheviques representavam em suas obras tipos sociais, ou seja, os personagens eram criados como representações das classes sociais, sendo o trabalhador o principal foco destas produções por ser considerado a força motriz da revolução social. O realismo socialista criou, então, um modelo romantizado que se referia ao homem novo marxista.

A ideia de criação de um homem novo esteve presente em diversos movimentos que buscavam implementar o socialismo em seus projetos políticos. Influenciados pelo discurso do homem novo elaborado e desenvolvido pelos bolcheviques, muitos países africanos de inspiração marxista utilizaram este vocabulário político para concretizar suas ideias, entre eles São Tomé e Príncipe,[456] Moçambique[457] e Angola.[458]

No caso de Angola, o discurso sobre o homem novo recebeu também grande influência em função da convivência e troca de experiências com revolucionários de Cuba, país onde a temática relacionada ao homem novo tinha muita força, em especial devido à figura de Ernesto Che Guevara.

Uma vez apresentado o surgimento do discurso político marxista que se refere à construção de um homem novo, passemos agora à análise de quais eram as características fundamentais deste novo cidadão revolucionário. Para isso, serão analisados também discursos de Agostinho Neto que apresentam os princípios para a construção do homem novo em Angola após a independência.

O conceito de homem novo, como vimos, está ligado em sua origem ao ímpeto de transformar radicalmente o modo de produção capitalista. Para que esta revolução pudesse se desenvolver conforme o esperado pelos marxistas, seria necessário criar

[456] NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra. **Anuário Antropológico**/2014. Brasília, UnB, 2015, v.40, no.1:133-163.
[457] CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidades, colonialismo e libertação. Maputo: Marimbique, 2010.
[458] ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira. **"Um só povo, uma só nação"**: o Estado e a diversidade cultural em Angola (1975-1979). Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 2005.

um novo padrão de moralidade relacionado ao comportamento revolucionário que elevaria a consciência do operariado e o estimularia na tarefa de criação de uma sociedade sem classes. Caberia principalmente à juventude, principal ator na construção do socialismo, uma atitude sempre hostil em relação à luta de classes e à alienação dos trabalhadores. Esta moralidade comunista, portanto, estava conectada a fatores objetivos e subordinada inteiramente aos interesses das classes trabalhadoras.[459]

A ideia de criação de um homem novo vinha associada também à crença em um progresso ininterrupto da humanidade, como referiram diversos pensadores marxistas, tais como Karl Marx, Friedrich Engels, Leon Trotsky, Mao Tsé-Tung e Ernesto Che Guevara. Apesar da pluralidade de autores que trataram da questão, é possível notar que o homem novo seria considerado um homem superior, dotado de habilidades para interferir no mundo moderno e de padrões morais extremamente rígidos, tal como apontou Leon Trotsky:

> O ser humano determinará para si mesmo a tarefa de dominar os seus próprios sentimentos, de levantar seus instintos ao nível máximo de consciência, de maneira que se elevará a si mesmo a um grau superior, ou seja, se transformará num super-homem. O ser humano se tornará incomparavelmente mais forte, mais inteligente, mais refinado. Seu corpo, mais harmônico; seus movimentos, mais rítmicos; sua voz, mais musical; as formas ganharão uma teatralidade dinâmica. A média humana se elevará ao nível de um Aristóteles, de um Goethe, de um Marx.[460]

Portanto, somente com a criação de um homem novo através de aspectos éticos, filosóficos e humanistas seria possível construir o novo mundo mais livre e igualitário que os marxistas almejavam. O homem novo, portanto, teria o papel de promover a revolução social.

Augusto Nascimento ressalta que esta moralidade a que se atribuía ao homem novo era certamente inalcançável e serviu muitas vezes também como uma forma de imposição de vontades políticas em detrimento dos costumes locais.[461] A lealdade aos

---

[459] PERICÁS, Luíz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004, p.169.
[460] TROTSKY *apud* LEONHARD, Wolfgang. **O futuro do comunismo soviético**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977, p. 21.
[461] NASCIMENTO, 2015, p. 137.

governantes e líderes dos movimentos de libertação acabavam sendo o fim último do repetitivo discurso sobre o homem novo em África.

Entretanto, é necessário ressaltar que a criação do homem novo de acordo com os pensadores marxistas não dizia respeito somente a um novo padrão de moralidade, mas fazia referência direta também à questão econômica. Além do sacrifício e coragem necessários para a concretização da revolução, da valorização do coletivismo em contraposição ao individualismo e da ética revolucionária capazes de transformar a humanidade, o homem novo também deveria ser um exímio trabalhador, dedicando-se à produção com afinco para a elevação da produção de riquezas para a nova sociedade.

No caso de Angola, a importância do trabalho do homem novo seria fundamental para a edificação da nação após a independência, tema recorrente nos discursos do presidente Agostinho Neto:

> Não poderemos esquecer a palavra de ordem que os camaradas trabalhadores têm repetido com frequência: quem não trabalha não come. Pois bem, quem não quer trabalhar ou no porto, ou na lavra, ou na fábrica, ou na repartição – fora! Não come: aprenda primeiro a trabalhar. Porque, ao mesmo tempo que consome energias do nosso Povo, esse chamado trabalhador prejudica, sabota a nossa vida econômica e a nossa vida pública.[462]

Além da dedicação ao trabalho e da criação de uma moralidade revolucionária, outro tema que se tornou relevante em todos os pronunciamentos dos líderes do MPLA foi a necessidade de disciplina do homem novo. Este tema, além de se referir ao trabalho, também fazia uma referência direta à necessidade de obediência ao MPLA para a defesa da revolução. Dizia Agostinho Neto:

> Nós temos, portanto, de nos disciplinar. Há necessidade de mais disciplina – ali onde não há disciplina não pode haver revolução, não pode haver de forma nenhuma novos passos no sentido de libertar completamente o Homem na nossa terra. É preciso disciplina tanto na escola como no campo e na repartição pública.[463]

---

[462] NETO, Agostinho. **Sem unidade não poderemos bater o inimigo**. Discurso proferido pelo camarada Agostinho Neto, na Praça 1º. De Maio, no dia do 19º. Aniversário do MPLA. 1975a.
[463] NETO, 1975a, p. 26.

Este discurso disciplinador tão comum nas palavras dos líderes do movimento já mostrava, ainda que de forma indireta, a formação de um Estado e de um partido autoritários, como seria visto nas décadas seguintes. Justificava-se muitas vezes este apelo à obediência e à disciplina pelo contexto de imersão em uma duríssima guerra civil contra a UNITA.

Da mesma maneira como o homem novo deveria ser dotado de uma moralidade revolucionária, ter afinco no trabalho e ser disciplinado em relação à autoridade, defendia-se que o homem novo também deveria ter conhecimentos suficientes para atuar politicamente, tomando sempre partido do objetivo de superação das estruturas capitalistas e criação do comunismo.[464] Para isso, seria elaborada nos países socialistas uma grande produção cultural e educacional que divulgasse estes ideais sob uma forma mais palatável ao público a que estas mensagens se destinavam.

Em Angola, assim como em todos os países africanos que tentaram pôr em prática a teoria marxista, o projeto de construção de um homem novo vinha atrelado à necessidade de construção de uma nova nação após a libertação do imperialismo. A conquista da independência era apresentada pelo MPLA como o caminho necessário para a criação de um homem novo angolano, sendo este o protótipo do cidadão ideal para o país independente, e símbolo, portanto, da identidade nacional que se queria construir para Angola.

Neste sentido, o MPLA buscou valorizar algumas características que seriam indispensáveis ao homem novo angolano. Entre estas características, há que se destacar a ideia de que os angolanos, durante todo o período colonial, resistiram bravamente às investidas dos portugueses em defesa da liberdade, fato que teria conferido ao povo angolano uma identificação própria, como afirmou Agostinho Neto: "De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum da Pátria, cimentados pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos de seu exemplo."[465]

---

[464] PERICÁS, Luíz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004, p.154.
[465] NETO, Agostinho. **Discurso da Proclamação da Independência de Angola**. 1975b. Disponível em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola. Acesso em 26 de abril de 2018.

O MPLA buscou divulgar o ideal do homem novo a partir não somente de seus discursos oficiais, mas também através da educação de seus militantes, como é possível observar através dos materiais didáticos produzidos pelo movimento durante a luta pela independência e no período em que se tentou construir o socialismo em Angola. O mesmo pode-se dizer sobre o estímulo dado pelo movimento/partido para a produção artística angolana, que teria como principal função o engajamento na construção de uma nova nação e do homem novo angolano.

As primeiras experiências educacionais do MPLA durante a guerra de libertação

O acesso à educação foi extremamente limitado em Angola durante a maior parte da vigência do colonialismo. Apesar de ser oferecido pelo Estado, foram as missões religiosas católicas e protestantes que desempenharam o protagonismo no sistema educacional da colônia até meados do século XX. Marcelo Bittencourt ressalta que, mesmo que tenha um impacto reduzido, o acesso à educação nas missões religiosas possibilitava aos nativos uma oportunidade de ascensão social, ainda que limitada.[466]

A educação era basicamente voltada aos colonos portugueses, sendo que pouquíssimas vezes os nativos conseguiam ingressar no sistema educacional formal e, quando o faziam, raras eram as possibilidades de se alcançar os graus mais altos da educação. As instituições educacionais eram mal distribuídas pelo território de Angola, pois se concentravam principalmente nos centros urbanos, excluindo assim enorme parcela da população do acesso à educação. Os conhecimentos oferecidos nas escolas atuantes no período colonial eram voltados principalmente à metrópole, sem que houvesse uma grande preocupação com o conhecimento das particularidades da colônia como seria mais lógico.[467]

---

[466] BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos juntos!** O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p.147.

[467] KEBANGUILAKO, Dinis. **A Educação em Angola**: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na Primeira República: 1975-1992. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia, 2016, p.150-153.

Entretanto, cabe ressaltar que na última fase do período colonial, principalmente durante a década de 1960 e o início da década seguinte, o governo metropolitano aumentou substancialmente os investimentos na educação em Angola, o que possibilitou a inclusão de nativos no sistema educacional. Mesmo que a taxa de matrícula nas classes iniciais tenha quintuplicado entre 1960 e 1973 (passou de 105.782 para 521920), é necessário destacar que este impacto foi muito limitado se pensarmos no montante da população de Angola à época. Contudo, mesmo que limitado, este incremento no investimento em educação não pode ser desconsiderado.[468]

Além de um impacto bastante reduzido, deve-se considerar que a lógica que guiava o colonialismo português tinha como objetivo principal a assimilação dos nativos aos padrões de cidadania e de cultura da metrópole, isto é, baseava-se em uma ideia de superioridade cultural que justificava a integração (ao menos a nível discursivo) ao império português.[469]

Visto este quadro complexo do sistema educacional de Angola durante o período colonial, muitos intelectuais e nacionalistas manifestaram sua contrariedade ao tipo de educação oferecida em Angola pelo sistema colonial, como fez Agostinho Neto:

> Os nativos são educados como se tivessem nascido e residissem na Europa. Antes de atingirem a idade em que são capazes de pensar sem esteio, não conhecem Angola. Olham a sua terra de fora para dentro e não ao invés, como seria óbvio. Estudam na escola, minuciosamente a História e a geografia de Portugal, enquanto que as da Colônia apenas folheiam em sinopses ou estudam muito levemente. Ingenuamente, suspiram pelas regiões temperadas do norte, por onde lhes arda o coração. Não compreendem esta gente que aqui havia, os seus costumes e idiossincrasia. Não têm tradições. Não têm orgulho de sua terra porque nela nada encontram de que se orgulhar; porque não a conhecem. Não têm literatura, têm a alheia. Não têm arte sua. Não têm espírito.
> Não adotam uma cultura; adaptam-se a uma cultura.
> Os indivíduos assim formados têm a cabeça sobre vértebras estranhas, de modo que as ideias, as expirações do espírito são

[468] SILVA, Elisete Marques da. O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial. **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa, n. 16 e 17, p.103-130, 1992-1994.
[469] SHIPWAY, Martin. **Decolonization and its impacts**: a comparative approach to the end of the colonial empires. Malden: Blackwell, 2008.

> estranhas à terra. Daí o olhar-se esta, a sua gente e hábitos, o mundo que os rodeia, como estranhos a si – de fora.[470]

A crítica de Agostinho Neto ia fundamentalmente contra a ideia propagada pela metrópole de assimilar as populações locais. A aversão declarada ao estudo de história, da geografia e dos padrões culturais europeus atestam isso. Sendo assim, Agostinho Neto já apontava para a educação como um importante instrumento na divulgação do nacionalismo angolano.

A escola, de acordo com as ideias expressas por Agostinho Neto, deveria ser um espaço de conhecimento da nação que se formava, onde seria construído e divulgado também o discurso que caracterizava a identidade nacional angolana. A educação, portanto, seria um instrumento importantíssimo para a divulgação das causas nacionalistas por permitir a valorização e o desenvolvimento daquilo que era considerado legitimamente angolano. Da mesma maneira, as escolas deveriam ser espaços de construção dos homens novos da nação que se construía. Logo, a educação deveria servir como arma contra o colonialismo e instrumento de construção de uma nova nação e de seus cidadãos.

Vale retomar aqui argumentos avançados por estudiosos do conceito de nação. A imaginação da nação é, de acordo com Benedict Anderson, uma construção discursiva que dá significado e estabilidade a um grupo nacional.[471] Contudo, seguindo as ideias de Partha Chatterjee, as nações pós-coloniais constroem a soberania e a imaginação nacional a partir da exaltação de um campo espiritual, onde a diferença aparece como marca fundamental de identidade.[472] Neste sentido, o MPLA lançaria mão da educação como um importante instrumento na divulgação deste discurso identitário que buscava ressaltar as especificidades da identidade nacional angolana. O discurso que modelava a imaginação da nação, portanto, seria transmitido também através da educação.

---

[470] Agostinho Neto citado por Luís Kandjimbo em Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, a geração literária de 48 e o problema do slogan Vamos Descobrir Angola. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs). **Mário Pinto de Andrade** – um intelectual na política. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 60.

[471] ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[472] CHATTERJEE, Partha. Comunidades Imaginadas por Quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Mapping the nation.** Verso, Londres, 1996.

Neste sentido, o Programa do MPLA apresentava uma sessão que versava exclusivamente sobre a necessidade de desenvolver a instrução, a educação e a cultura em Angola, onde eram apontados como objetivos do movimento para a estruturação do país após a independência:

> - Liquidação da cultura e da educação colonialistas e imperialistas. Reforma do ensino em vigor. Desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano.
> - Combate vigoroso e rápido contra o analfabetismo em todo o país.
> - A instrução púbica revelará da competência do Estado e estará sob sua direção direta.[473]

Como vimos, o colonialismo português tinha como um dos seus princípios básicos empreender uma dominação também pela via da cultura, obedecendo, portanto, a uma lógica assimilacionista. Em contrapartida, muitos intelectuais africanos defenderam que a resistência ao colonialismo deveria também ocorrer através da cultura, tais como Aimé Césaire[474] e Frantz Fanon[475]. A defesa da luta cultural contra o colonialismo deixou marcas profundas nos intelectuais das décadas de 1950 e 1960, sendo também bastante influente em Angola, como pode ser percebido pelo já citado Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. O MPLA também trilharia o mesmo caminho, propondo a resistência cultural como elemento importante no combate ao colonialismo português. A imaginação de uma nova nação independente só ocorreria, portanto, através da exaltação da diferença cultural angolana, ainda que este seja um discurso homogeneizador como refere Homi Bhabha.[476]

A guerra de independência foi iniciada em 1961 através de ataques a símbolos de poder do colonialismo, como postos policiais e fazendas de colonos. A partir de então, os movimentos de libertação nacional, ainda que de forma pouco estruturada, deram início aos combates contra o colonialismo. Durante todo o período em que a guerra anticolonial foi feita em Angola, os avanços dos movimentos de libertação eram

---

[473] Programas do MPLA (1961). História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.474.
[474] CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1977.
[475] FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
[476] BHABHA, 1998.

limitadíssimos no que diz respeito ao domínio territorial. A guerra só se instalou de fato no extremo norte angolano e, de maneira limitada, no Leste de Angola.

Enquanto a guerra de libertação se arrastava sem conquistar grandes progressos no que diz respeito ao domínio territorial, o MPLA tentou criar, em regiões onde havia possibilidade e segurança, um sistema educacional capaz de instruir para a luta anticolonial e para a formação de pessoas com conhecimentos mais adequados à realidade angolana. A ideia e a necessidade de construir uma nova nação tornavam imperativo este empreendimento educacional.

Entretanto, é importante destacar a limitação desta iniciativa do MPLA. A criação destes centros de instrução ficaram muito limitadas ao território em que o MPLA podia agir, isto é, aos poucos locais dominados de fato pelo movimento. Sendo assim, na maioria das vezes o as escolas do MPLA se localizaram majoritariamente nas bases do movimento em Dolisie e na fronteira com a Zâmbia. Em alguns casos, estes centros de instrução se localizavam nas bases da guerrilha do MPLA em território angolano, sendo, portanto, intermitentes de acordo com o avanço dos combates.

Mesmo sem dispor de números exatos, é possível afirmar que estes centros de instrução do MPLA eram bastante limitados no que diz respeito ao número de escolas e, consequentemente, ao número de alunos que as frequentava. Contudo, mesmo não tendo uma inserção social abrangente, isso não tira o valor da iniciativa do MPLA em tentar se aventurar neste empreendimento educacional.

Foi neste contexto de expansão dos conflitos contra os portugueses que o MPLA decidiu colocar em prática algumas das suas propostas para a educação no período pós-colonial. Nas áreas em que o movimento avançava, foram criados os Centros de Instrução Revolucionária, espécies de escolas que tinham como objetivo formar acadêmica e politicamente as pessoas interessadas em colaborar com a luta anticolonial do MPLA. Em 1964, foi criado o primeiro Centro de Instrução Revolucionária em Brazzaville, local onde o MPLA se concentrou no início da guerra anticolonial. Posteriormente esta experiência foi replicada com a abertura de outros Centros de Instrução Revolucionária em outras regiões, principalmente no Leste

angolano, onde a guerra de libertação nacional teve mais força, principalmente entre os anos de 1967 e 1969.[477]

Os Centros de Instrução Revolucionária tiveram que lidar com as dificuldades encontradas durante a guerra, tais como a falta de uma estrutura adequada à educação, a pouca disponibilidade de materiais didáticos e a pequena quantidade de militantes capacitados para exercer o cargo de professor. Lúcio Lara, um dos dirigentes de maior prestígio do MPLA, que atuou também como instrutor nos Centros de Instrução Revolucionária, contou como se dava o ensino:

> Os jovens daquela área vinham para o Centro de Instrução Revolucionária para aprenderem as letras, as contas. (...) E como nós não tínhamos outros professores, era eu mesmo que fazia isso. (...) Eu ensinava tudo o que eu podia ensinar aos jovens desses Centros de Instrução Revolucionária. Era uma espécie de instrução primária geral, "embaralhada", se quiser.[478]

Nos Centros de Instrução Revolucionária ensinava-se, portanto, as disciplinas mais básicas para a formação dos angolanos, principalmente Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Geografia. Além disso, um dos objetivos principais dos Centros de Instrução Revolucionária era também a preparação política e militar de seus alunos, havendo, portanto, o estudo dos documentos oficiais do MPLA e treinamentos militares.

Anne Marie Thiesse aponta que duas das formas mais utilizadas para a veiculação de um discurso que caracteriza a identidade nacional são a educação e a formação de um exército de cidadãos.[479] No caso do MPLA, então, articulava-se estas duas dimensões para que o discurso identitário fosse formado e difundido pela sociedade.

Nota-se, portanto, que não era possível separar a dimensão puramente acadêmica do ensino das questões relativas à conjuntura política e militar vivida em Angola. Além da divulgação do discurso sobre a identidade nacional angolana ser feito

---

[477] Sobre os avanços e recuos da guerra de libertação em Angola, ver BITTENCOURT, 2002; TALI, 2001.
[478] Entrevista de Lúcio Lara a Sérgio Guimarães. FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente** – Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.114.
[479] THIESSE, Anne Marie. **A criação das identidades nacionais** – Europa – séculos XVIII-XX. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

através da educação, empreendia-se ao mesmo tempo a formação política e militar daqueles que seriam os homens novos angolanos.

Contudo, esta formação acadêmica, política e militar não era tarefa simples de se fazer devido à própria conjuntura vivida pelo MPLA naquele período. As dificuldades eram de toda ordem, como a falta de livros didáticos, a inexistência de uma estrutura física apropriada ao ensino e à grande carência de professores.

Apesar de existirem alguns indivíduos com mais possibilidades de exercer o cargo de professor nos Centros de Instrução Revolucionária, o número de pessoas capazes de fazê-lo era muito pequeno, o que exigia que alguém também ensinasse aos professores. Um dos militantes responsáveis por exercer esta função foi Pepetela, que apontou em entrevista a grande dificuldade e o despreparo dos professores que atuavam nas bases do MPLA:

> Por exemplo, lembro-me da introdução dos livros de matemática. Eram praticamente livros alemães, da Alemanha do Leste, que foram traduzidos para o português. Era uma matemática muito avançada, aliás, extremamente avançada, e os professores claro que não tinham essa capacidade! Então, eu andava de base em base, e ia explicando. Explicava uma parte a uma classe, digamos assim, as coisas novas que havia na matemática. Depois, no regresso, explicava uma outra coisa. Esse foi um período muito interessante, porque não parava em nenhum lugar, estava sempre a andar, e tinha várias atividades. Não era só educação, não era só guerrilha, não era só política. Era tudo junto.[480]

Ao mesmo tempo em que se formavam os Centros de Instrução Revolucionária e se prestava o serviço educacional, o MPLA buscava estabelecer vínculos mais fortes com as populações locais, já que tinham como objetivo central divulgar a causa anticolonialista através da educação. Segundo Lúcio Lara,

> Os jovens iam muitas vezes para o interior levar os mantimentos ou munições para os soldados. Eles sabiam que o fato de serem alunos do Centro de Instrução Revolucionária dava-lhes lá a obrigação moral de tomarem parte em operações de abastecimento dos guerrilheiros que estavam lá dentro. Eles carregavam alimentação, carregavam munições e muitos deles ficavam no interior, para ajudar os guerrilheiros.[481]

[480] FREIRE, 2003, p.136.
[481] FREIRE, 2003, p.123.

Sendo assim, não é difícil notar que os Centros de Instrução Revolucionária não se prendiam somente ao ensino tradicional das disciplinas básicas, mas também envolviam uma dimensão revolucionária que instruía os estudantes a se empenharem de alguma forma na luta anticolonial e a adotar os valores políticos e ideológicos do MPLA. Esta questão é muito perceptível nos materiais didáticos utilizados pelo movimento nesta incipiente experiência educacional.

A Vitória é Certa! – a alfabetização do homem novo angolano

Como vimos no Programa do MPLA, um dos objetivos mais importantes do movimento na área educacional era o combate ao analfabetismo, situação que atingia a imensa maioria da população angolana.[482] A alfabetização em massa, entretanto, não era tarefa fácil, especialmente se se levar em conta estrutura pouco apropriada de que o movimento dispunha nas bases da guerrilha. Assim como a falta de professores capacitados para exercer o cargo, a falta de materiais didáticos deixava a tarefa de educar e instruir as populações locais mais complexa ainda. É importante destacar que, a despeito das imensas dificuldades encontradas em função da guerra anticolonial, o projeto de alfabetização desenvolvido pelo MPLA ganhou o prêmio Nadejda Krupskaya da UNESCO em 1972.

Ainda que estas dificuldades fossem presentes, alguns intelectuais angolanos enfrentaram o desafio e se propuseram a levar adiante o projeto de alfabetização do MPLA. Produziu-se então o manual de alfabetização *A Vitória é Certa,* cuja autoria é coletiva, e o livro *As Aventuras de Ngunga*, de Pepetela, livros estes que foram utilizados nas bases do MPLA para a alfabetização dos alunos dos Centros de Instrução Revolucionária.

[482] Estima-se que 85% da população angolana era analfabeta em 1975, momento da conquista da independência. Ver: PAXE, Isaac Pedro Vieira. **Políticas educacionais em Angola** – desafios do direito à educação. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2014.

O manual *A Vitória é Certa*, escrito por diversos autores do Centro de Estudos Angolanos, mas com participação fundamental de Pepetela,[483] teve uma forte inspiração do método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, cuja proposta central é articular o aprendizado da leitura com a realidade social em que os alunos estão inseridos. Desta maneira, este método de alfabetização se caracteriza também como uma forma de interferência direta na realidade e de transformação social.[484]

O método de alfabetização Paulo Freire envolve três etapas principais: (i) a investigação de temas e palavras mais significativas para o educando, isto é, são escolhidos assuntos e palavras relacionadas diretamente ao interesse e ao cotidiano de quem é alfabetizado; (ii) a tematização, momento em que se toma consciência da realidade social através de discussões e análises sobre os significados sociais dos temas e palavras estudados; e (iii) a problematização, etapa a partir da qual o professor estimula o educando a superar uma visão simplista do mundo, de maneira que haja a conscientização sobre os temas discutidos nos encontros.[485] A partir destas etapas, palavras vão sendo dissecadas para que a alfabetização aconteça.

É importante notar que o método Paulo Freire servia perfeitamente às atividades educacionais e políticas desenvolvidas pelo MPLA, uma vez que se dava muita importância para a alfabetização em Angola, bem como à necessidade de tomada de consciência daqueles que passavam pelo processo de alfabetização. Relacionava-se, portanto, a necessidade de alfabetizar os angolanos ao projeto de combate ao colonialismo português em Angola.

Inspirado no método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire e também pela exitosa luta contra o analfabetismo em Cuba após a revolução de 1959, Pepetela dividiu o manual *A Vitória é Certa* em lições, sendo que cada uma delas contém uma ilustração responsável por estimular a discussão entre os alunos. A representação gráfica das questões motivadoras dos debates merecerá destaque em nossa análise

---

[483] De acordo com Adolfo Maria, a elaboração do Manual de Alfabetização teve colaboração de outros autores, mas foi Pepetela quem de fato levou o projeto adiante. Adolfo Maria não identifica quem seriam os demais colaboradores que escreveram o manual. Adolfo Maria citado por FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **Entre raças, tribos e nações**: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012, p. 279.

[484] FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

[485] FREIRE, 1999.

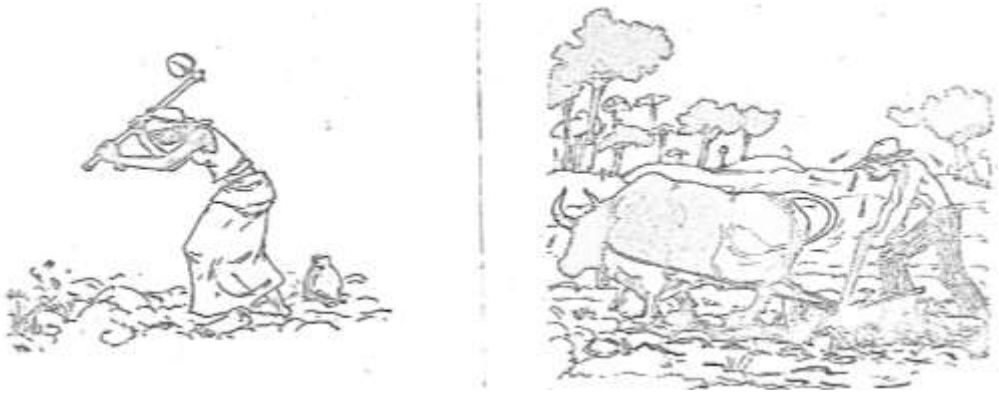
por ser uma manifestação de alguns princípios políticos e ideológicos defendidos pelo MPLA. Por isso, analisaremos estes desenhos concomitantemente à observação de outros elementos do manual de alfabetização *A Vitória é Certa*.

A partir do debate inicial proposto através dos desenhos de abertura das lições, a obra traz uma frase relativa ao ambiente em que os alunos estavam inseridos. No caso do manual *A Vitória é Certa*, estas frases sempre eram relacionadas à luta anticolonial, à necessidade de construção de um novo país e de unir todos os povos angolanos em torno destes ideais.

Ao analisar o manual de alfabetização *A Vitória é Certa*, a primeira questão que chama a atenção é a valorização da figura dos trabalhadores ao longo das muitas lições contidas no material. Este destaque dado à figura dos trabalhadores parecia cumprir uma tarefa importante ao MPLA, seja a aproximação entre o movimento e as massas seja o entendimento de que seriam estes trabalhadores os responsáveis pela conquista da independência e pela construção de um novo país. Neste sentido, frases como "A vida do operário é dura"[486] são apresentadas no manual de alfabetização através dos exercícios de leitura e escrita.

Logo nas páginas iniciais de *A Vitória é Certa* são apresentados desenhos de trabalhadores em suas atividades diárias, onde é ressaltado, através da postura corporal e do suor que escorre dos personagens, a dedicação e o esforço necessários para a realização do trabalho. Chamava-se a atenção à dureza da vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, à importância de seu trabalho na edificação de uma nova Angola, questões afinadas, portanto, aos valores que caracterizavam o homem novo angolano e o discurso identitário que dava forma à nação.

[486] PEPETELA. **A Vitória é Certa** (manual de alfabetização). Edição do MPLA. 1961, p.26.



Ilustrações de abertura do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.2-3)

A identificação do trabalhador tanto o rural quanto o operário como figura a ser destacada na formação dos alunos dos Centros de Instrução Revolucionária também é importante devido à possibilidade de união contra os colonialistas e contra os patrões. Para isso, alguns símbolos de sujeição dos trabalhadores ao colonialismo são fundamentais por criarem uma ideia de compartilhamento da mesma vivência da opressão colonial, o que possibilitaria uma identificação imediata entre as classes sociais mais baixas e a necessidade de se lutar contra o colonialismo português.

Esta questão pode ser notada através de imagens que mostram discussões entre trabalhadores rurais e seus patrões. A identificação dos personagens da cena é possível devido à caracterização dos trabalhadores, retratados sempre com peles negras, vestindo roupas puídas, portando instrumentos de trabalho como enxadas e foices e com os punhos cerrados em gesto de protesto. Por sua vez, a figura do colono é caracterizada pela pele branca e por segurar um chicote ameaçador na direção dos trabalhadores, apresentando a pré-disposição deste à violência e à opressão. Nota-se, portanto, a intenção de criar uma identificação entre os angolanos através da contraposição ao colono e ao patrão.

A construção da imagem de um inimigo comum servia como uma forma de identificação entre os alunos dos Centros de Instrução Revolucionária e, por extensão, entre todos os povos angolanos. Ressalte-se que a criação de uma imagem negativa sobre um inimigo comum também servia ao propósito de elaborar uma visão positiva sobre os próprios angolanos. Portanto, nas ilustrações do manual de alfabetização *A*

Vitória é Certa, a caracterização dos colonialistas sempre era marcada negativamente, de maneira que a comparação entre angolanos (eu) e portugueses (outro) era profícua no que diz respeito à positivação dos angolanos.

Ilustração do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.16)

Além de ser um instrumento voltado para a alfabetização dos alunos, o manual *A Vitória é Certa* também era um mecanismo de divulgação da necessidade da união dos trabalhadores contra aquilo que era considerado prejudicial e injusto aos angolanos. Sendo assim, a valorização da mobilização e da organização dos trabalhadores também pode ser vista através da apresentação de um desenho que mostra uma reunião de sindicato, onde são retratados trabalhadores em meio a uma discussão[487] e de imagens que sugerem que as bases da guerrilha eram espaços de conversa e discussão de temas importantes.[488]

Da mesma maneira, o manual *A Vitória é Certa* elege como principal mensagem política a ser transmitida durante o processo de alfabetização o combate ao colonialismo. Esta questão se faz presente em todas as lições do livro, seja através das imagens que motivavam o início do debate entre os alunos ou através das frases de onde eram retiradas as palavras que seriam decompostas no processo de alfabetização.

[487] PEPETELA, 1961, p. 66.
[488] PEPETELA, 1961, p. 20.

Página do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.44)

Na Décima Quinta Lição do manual de alfabetização *A Vitória é Certa*, por exemplo, a imagem motivadora do debate inicial entre os alunos retrata um ataque dos guerrilheiros do MPLA a um comboio das forças portuguesas. Logo abaixo da imagem de abertura, a frase selecionada para motivar o debate entre os alunos vem totalmente ligada aos anseios políticos do movimento, afirmando que "O colonialismo vai perder a guerra". Outras frases com este mesmo teor também são utilizadas para divulgar mensagens anticolonialistas ao longo do material didático, tais como "Para conquistar a independência, o povo faz a luta de libertação"[489] e "O fim do colonialismo está perto".[490]

É interessante notar que muitas vezes o inimigo não é identificado de forma clara, isto é, há a preferência por um discurso que apresenta os portugueses sob o signo de "colonialistas". Esta estratégia discursiva tinha como intenção principal criar uma abstração sobre o inimigo, subtrair-lhe a identificação e até mesmo desumanizá-

[489] PEPETELA, 1961, p.31.
[490] PEPETELA, 1961, p.55.

lo, com o intuito de aumentar a identificação com a causa nacional defendida pelo MPLA.

Ao mesmo tempo em que buscava estimular a adesão à luta anticolonial, o manual de alfabetização *A Vitória é Certa* intentava também criar heróis nacionais que servissem como exemplo aos alunos. Contudo, estes heróis não eram personificados, dando uma ideia muito abrangente de quem seriam estes heróis e permitindo, portanto, a identificação de qualquer indivíduo com este heroísmo. Sendo assim, frases como "O guerreiro morre pelo povo"[491] e "As bombas não fazem recuar os guerrilheiros"[492] são apresentadas nas lições como promotoras do debate. Os guerrilheiros do MPLA, então, assumem uma posição de grande importância na conquista da independência, mas também na prestação de serviços fundamentais à população angolana, já que, além da luta armada, também serviam como médicos em postos de saúde e como professores nos Centros de Instrução Revolucionária, como pode ser visto na imagem abaixo, onde um guerrilheiro parece ministrar uma aula para um grupo de pessoas, levando em uma mão uma granada, em outra um livro e nas costas uma arma.

Ilustração do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.10)

[491] PEPETELA, 1961, p. 43.
[492] PEPETELA, 1961, p. 49.

O povo angolano também é identificado no manual de alfabetização de maneira heroica, aparecendo em exercícios do livro com traços de sofrimento e de bravura, características básicas do homem novo que se queria construir para Angola. Neste sentido, frases como "O povo tem fome e luta com facas e catanas. O povo não tem medo. O povo é mais forte."[493] são apresentadas no manual *A Vitória é Certa* como motivadoras do debate e como instrumentos da alfabetização, mas certamente também relacionadas à construção da nação angolana e de sua identidade.

Vale ressaltar também que os angolanos são apresentados de maneira homogênea, sem que seja perceptível qualquer distinção entre os indivíduos que compõem a nação, questão de grande importância durante a luta anticolonial em função das intensas divisões entre os grupos nacionalistas angolanos. Interessava ao MPLA apresentar o povo como uno e indivisível, sempre leal ao movimento e aos seus ideais revolucionários.

O MPLA, então, é apresentado no manual de alfabetização como o "guia do povo"[494] e responsável por levar "o povo à vitória",[495] de maneira que o movimento se tornava fundamental para a conquista da independência e para a construção de um país mais justo ao povo angolano. O MPLA, portanto, assumia para si o papel de protagonista ao apresentar a si próprio com traços de heroísmo bastante claros.

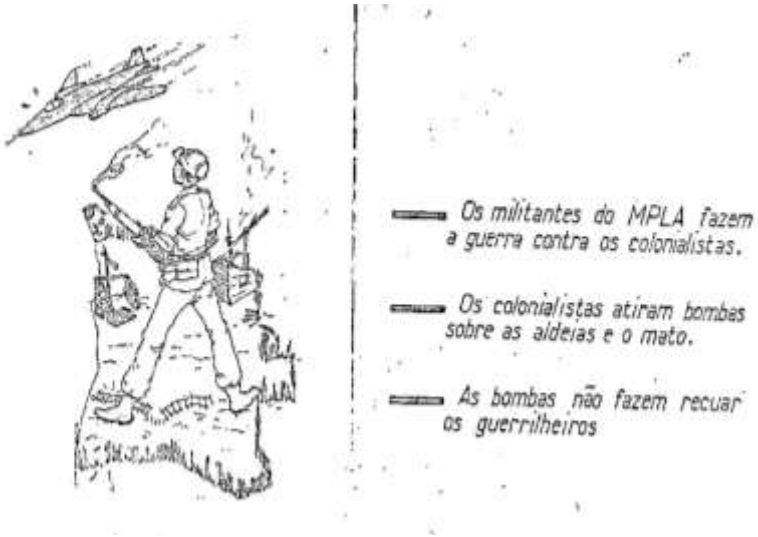


Ilustração e inscrições do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.45 e 46)

[493] PEPETELA, 1961, p. 55.
[494] PEPETELA, 1961, p. 43.
[495] PEPETELA, 1961, p. 39.

Além de exaltar os feitos dos heróis da guerra anticolonial e do povo angolano, é possível perceber que o manual de alfabetização *A Vitória é Certa* também destacava como inimigos os colonialistas, a quem é atribuída a designação de "carrascos do povo".[496] A crueldade do inimigo era ressaltada a todo o momento através de denúncias das atrocidades da guerra, como se vê em "Os colonialistas atiram bombas sobre as aldeias e o mato"[497] e em "Os colonialistas têm aviões e bombas. As bombas fazem fogo e fume. Elas matam e ferem".[498] Destaca-se também no manual a desproporção de forças da luta anticolonial e as ações desumanas dos inimigos da nação angolana.

> Os colonialistas portugueses vieram. Desembarcaram no rio Zaire. As armas deles eram poderosas. O povo usava apenas zagaias e facas. Os colonialistas mataram e roubaram. Puseram o povo na miséria. Mas eles não podem resistir à coragem do povo.[499]

Esta abordagem binária apresentada no manual de alfabetização cria, portanto, um discurso identitário através de imagens fortes sobre portugueses e angolanos. Aos colonialistas são atribuídas caracterizações sempre negativas, ressaltando a todo o momento a crueldade e a covardia daqueles que eram considerados os carrascos do povo angolano e responsáveis por propagar a injustiça. Ao contrário, aos angolanos cabem características extremamente positivas como a bravura e determinação para enfrentar inimigos militarmente superiores e todas as atrocidades que a guerra trazia consigo. Neste sentido, também se ressalta sofrimento a que os angolanos vinham sendo submetido desde a chegada dos colonialistas. O homem novo angolano, portanto, seria o herói nacional capaz de enfrentar, ao lado do MPLA, os inimigos portugueses para libertar Angola e construir um novo país.

A necessidade de construção de uma identidade nacional angolana tornava imperativa a identificação de um território destinado à nova nação que se construía. Para isso, o manual de alfabetização *A Vitória é Certa* apresenta constantemente

[496] PEPETELA, 1961, p.55.
[497] PEPETELA, 1961, p.47.
[498] PEPETELA, 1961, p.55.
[499] PEPETELA, 1961, p.57.

ilustrações do mapa de Angola. Em muitos casos, as imagens de abertura das lições contidas no livro apresentam o território nacional como um palco onde os personagens da ilustração atuam. Em geral, os angolanos são os protagonistas das cenas desenhadas e assumem a posição do combatente que defende o território nacional da invasão portuguesa. Por isso, muitas vezes os personagens que representam os angolanos seguram armas em uma posição agressiva, visando expulsar os colonos de sua terra. Nas representações dos portugueses também é possível notar alguns símbolos que remetem à crueldade do colonialismo, como a palmatória e o chicote.

Ilustração do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.14)

Um detalhe que chama a atenção nas representações do território nacional angolano é a forma como são desenhadas as fronteiras. Em praticamente todos os mapas angolanos contidos no manual de alfabetização, as fronteiras são representadas por uma cerca que separa Angola dos países limítrofes, o que remete à ideia de que o território nacional é uma propriedade dos angolanos e à necessidade proteção contra novas invasões. Esta mensagem era reforçada ainda por frases apresentadas nos exercícios propostos no livro como "Angola é nossa terra"[500] e "Angola é dos angolanos".[501]

[500] PEPETELA, 1961, p. 8.
[501] PEPETELA, 1961, p. 10.

A distinção entre *nós* e os *outros* era fundamental para a elaboração da identidade nacional. Neste sentido, além do inimigo português, também era necessário construir e divulgar a ideia de que o território nacional unia as diversas etnias presentes em Angola, o que conferia à diversidade uma imagem de unidade nacional. As temidas fronteiras internas da nação, que podiam ser referências importantes aos angolanos, eram suprimidas, de maneira que somente as fronteiras da nação eram representadas nas ilustrações dos livros didáticos.

Por vezes, além da dimensão bélica das representações do território nacional, o mapa de Angola também é representado como um ambiente plural, harmônico e pacífico. No detalhe da imagem de abertura da Primeira Lição, por exemplo, vê-se um mapa de Angola habitado por agricultores e pescadores, cortado por ferrovias, com tipos variados de construções e árvores características de Angola. Desta forma, além de ressaltar a opressão colonial e a guerra pela independência, *A Vitória é Certa* também apresentava Angola como um espaço agradável de convivência.

Ilustração do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.8)

Nesta mesma perspectiva de evidenciar a possibilidade da existência de uma Angola plural e harmônica, o manual *A Vitória é Certa* também tinha como uma de suas mensagens mais fortes a valorização da união entre todos os povos angolanos.

Neste discurso sobre a nação angolana, portanto, a pluralidade não era vista como uma dificuldade para a integração do povo angolano.

Durante a guerra de independência, a fragmentação do nacionalismo em vários movimentos de libertação colocava em xeque a união dos grupos existentes em Angola em torno de somente uma identificação nacional. Este risco podia ser sentido pela própria divisão étnica, racial, regional e ideológica que marcou as disputas entre os nacionalistas durante as décadas de 1960 e 1970. Sendo assim, este discurso sobre a identidade nacional angolana veiculado através do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* apontava a união nacional como questão fundamental para a conquista da independência e para a construção da nova nação angolana.

Esta questão da divisão dos angolanos apareceu no manual de alfabetização *A Vitória é Certa* através de frases simples e diretas, que intentavam criar entre os alunos um sentimento de identificação entre todos os grupos que comporiam a nação. Explicava-se a composição do povo angolano e a necessidade de união entre os grupos a todo momento:

> Angola é uma grande nação onde há muitos grupos de pessoas. Há grupos grandes e grupos pequenos. Eles vieram das antigas tribos: luchazes, cuanhamas, basundi, luvale, kimbundo, hele o, cabindas, lundas, umbundu.
> Há tyokwe, bângales, cuvale, maiombe, kikongo, bunda, kwangali, kassumequele. Há mais grupos: cuamatos, mussucos, dembos, cacondas, jingas, ambó. Há ainda muitos outros grupos.
> Todos esses grupos grandes e pequenos formam o povo angolano.[502]

Vale retomar, ainda que brevemente, o argumento de Homi Bhabha sobre a homogeneização promovida pelo discurso elaborador da identidade nacional. Segundo o autor, a imaginação da nação é sempre redutora, pois busca enquadrar a multiplicidade em apenas um discurso identitário que imagina a nação. No manual de alfabetização *A Vitória é Certa*, percebe-se justamente a formação discursiva sobre a identidade nacional angolana a partir do enquadramento da multiplicidade sob a designação de "povo angolano". Nota-se, pois, que há uma abstração desta ideia de povo, que seria a base do discurso sobre a identidade nacional.[503]

---

[502] PEPETELA, 1961, p. 76.
[503] BHABHA, 1998.

Uma vez destacada a diversidade do povo angolano, o que não impedia que houvesse uma identificação nacional, o manual de alfabetização *A Vitória é Certa* passava a uma pequena lição sobre a história do início do colonialismo em Angola, que tinha como intenção mais básica provar que a falta de união nacional foi um elemento fundamental que possibilitou o avanço do colonialismo em Angola.

> O colonialismo português aproveitou a luta entre as tribos angolanas. Ele aproveitou o tribalismo para conquistar Angola.
> Há muitos anos, houve muitas guerras das tribos angolanas contra os portugueses.
> Quando as tribos lutavam juntas, os portugueses perdiam. Mas as tribos angolanas não lutavam juntas muitas vezes. Assim, os colonialistas portugueses puderam vencer cada uma das tribos angolanas. Depois conquistaram toda a nação angolana.
> Antigamente o colonialismo português conquistou Angola porque o povo angolano estava dividido.[504]

Como é evidente, a intenção deste estudo não é analisar as possíveis imprecisões das lições apresentadas no manual de alfabetização *A Vitória é Certa*. Antes, interessa-nos compreender o quanto este discurso veiculado pela educação nas áreas controladas pelo MPLA formou e informou sobre a identidade nacional que se pretendia construir. Contudo, é importante destacar neste momento algumas questões centrais sobre o trecho citado acima acerca do passado angolano e do avanço do colonialismo português.

O elemento central da análise do trecho citado aponta para a divisão das "tribos angolanas" como fator que possibilitou aos portugueses o domínio de "toda a nação angolana". Atribui-se, então, uma possível imaginação de uma identidade nacional entre todos os grupos originários do território angolano atual. A utilização do termo "nação" tem como intenção, portanto, revelar uma ideia de unidade em um passado anterior à presença portuguesa em Angola.

Ora, se havia este sentimento de unidade nacional no período pré-colonial, por que estas tribos não teriam se unido contra o inimigo comum? Ou ainda: por que estas tribos tinham uma relação tão conflituosa e beligerante? A intenção de formar um discurso conveniente ao momento em que o manual foi escrito não permitia que o

[504] PEPETELA, 1961, p.75.

passado angolano fosse apresentado de uma forma mais crítica. Interessava a este discurso, pelo contrário, apresentar o passado como elemento que provava a união entre as tribos angolanas. A história, portanto, serviria como uma lição que indicava o perigo da fragmentação entre os angolanos.

Esta pequena lição de história apresentava como causa do domínio colonial português em Angola a desunião dos povos que compunham a nação. Neste mesmo sentido, o tribalismo, isto é, sentimento de superioridade de uma das etnias angolanas, também é apresentado como uma ameaça à nação e à união de seus povos. Sendo assim, a mensagem da necessidade de união nacional contra o colonialismo era cada vez mais reforçada por se considerar que o projeto nacional estaria ameaçado em caso de nova fragmentação.

O homem novo que se pretendia criar como cidadão para a Angola independente, portanto, deveria se considerar membro de uma nação una, sem que houvesse qualquer divisão interna entre os angolanos, fossem elas baseadas em questões étnicas, raciais, ideológicas ou regionais. Percebe-se então que a concepção de homem novo para o MPLA estava diretamente relacionada aos problemas encontrados durante a luta anticolonial, principalmente no que diz respeito à possibilidade de fragmentação da nação em diversos grupos, haja visto os vários problemas surgidos entre MPLA, UPA/FNLA e UNITA.

A conquista da independência e a união nacional não bastaria, entretanto, para criação de uma nova nação livre e autônoma, já que novas ameaças surgiriam após a conquista da independência. Sendo assim, o MPLA via o imperialismo como um de seus inimigos mais poderosos, já que este poderia fazer ruir todo o trabalho da luta pela independência para subjugar novamente a nação angolana.

Nas páginas de *A Vitória é Certa*, o imperialismo aparece como um inimigo mais ardiloso ainda que o colonialismo português, pois utilizava-se de estratégias mais engenhosas para a dominação dos países menos desenvolvidos como Angola. Este alerta foi transmitido através de uma interessante lição do manual de alfabetização, em que se articula o estudo das possibilidades de utilização da letra X à ameaça imperialista:

> O X é como o imperialismo. O imperialismo esconde-se sempre dos olhos dos povos e aparece de muitas maneiras diferentes. Umas vezes é o colonialismo, depois muda de aspecto e aparece como neocolonialismo. O neocolonialismo é uma maneira mais manhosa de enganar os povos da África, da Ásia e da América Latina. O X também muda muitas vezes. É como o camaleão.
> Umas vezes lê-se como che - caixa, enxada, peixe, deixe, queixo, abaixo.
> Noutras palavras ele vale csê - fixar, sexo, reflexo.
> Noutras vale zê - exame, exato, exemplo, exército, exílio, êxodo.
> Noutras ainda, vale cê - auxílio, trouxe, próximo.
> E finalmente, pode valer eis - expulsar, explorar, explosão, excelente, extraordinário, excesso.
> Mas os povos conseguem sempre descobrir e vencer o imperialismo, lutando muito. Também nós, se fizermos atenção e estudarmos, conseguiremos sempre descobrir os valores do X.[505]

A imagem de abertura desta lição também corrobora a ideia geral apresentada no capítulo, isto é, a forte ameaça oferecida imperialismo após a conquista da independência de Angola. Nesta imagem, nota-se a representação extremamente negativa do imperialismo, simbolizada por um soldado da OTAN que monta um camaleão de aspecto ameaçador e leva em seu rabo uma placa com a inscrição "neocolonialismo". Por sua vez, o soldado da OTAN segura em uma mão outra placa com a inscrição "independência incompleta" e na outra mão um saco rasgado por onde vaza dinheiro. O soldado leva consigo ainda outros símbolos de agressividade e ameaça à nação angolana, tal como a palmatória, uma adaga e uma espingarda. A mensagem novamente era bastante clara.

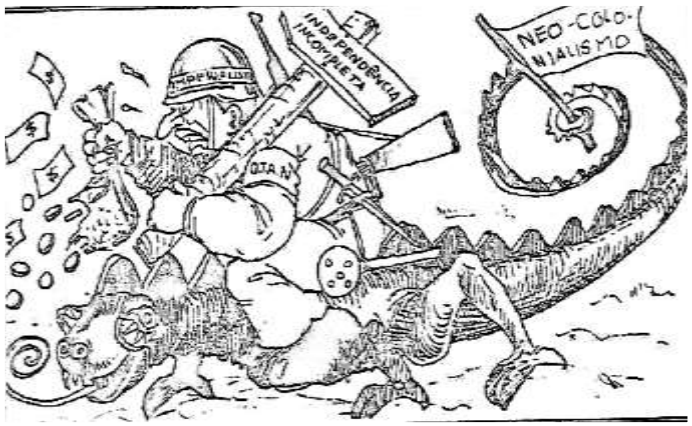


Ilustração do manual de alfabetização *A Vitória é Certa* (p.72)

[505] PEPETELA, 1961, p. 72-73.

Uma vez analisado o manual de alfabetização *A Vitória é Certa*, constata-se que a educação nas bases da guerrilha do MPLA era pautada também por princípios políticos muito claros. A alfabetização, além de ser a necessidade básica para a construção da nação independente, também servia como instrumento de divulgação das causas anticoloniais e nacionalistas defendidas pelo MPLA. Da mesma maneira, o empreendimento educacional feito pelo movimento tinha como interesse levar a mensagem de união de todas as etnias em somente uma identificação nacional. Portanto, o anticolonialismo extrapolava a luta armada, sendo a educação oferecida nas bases da guerrilha um instrumento de luta e divulgação dos princípios defendidos pelo MPLA e de concretização de seus objetivos, tais como a criação de um homem novo e a definição de uma identidade nacional para Angola.

Conclusão

Ao acompanhar o surgimento de um pensamento nacionalista em Angola foi possível identificar a necessidade que os angolanos sentiam de definir o que seria a nação angolana. A grosso modo, nota-se que o signo de identidade mais marcante definido por movimentos artísticos (literatura e música principalmente) surgidos em meados do século XX era a diversidade cultural. Desta maneira, o discurso identitário que foi construído para imaginar uma nação angolana buscava unir esta diversidade de povos, culturas e regiões em somente um grupo nacional. Contudo, é necessário destacar mais uma vez que a elaboração de um discurso que conferir unidade e coesão à diversidade angolana sob somente uma identidade nacional é necessariamente uma tentativa de homogeneização, que se concretiza na seleção dos aspectos que formam a cultura nacional.

Sendo assim, este objetivo traçado pelos nacionalistas angolanos não era de fácil realização, já que logo no início da guerra anticolonial já ficara nítida a dificuldade de unir os movimentos de libertação em torno de um comando único capaz de unificar suas forças. Esta questão seria muito perceptível não só durante a guerra contra o colonialismo, mas também na guerra civil que assolou Angola até 2002.

Vista a dificuldade de unir a nação em torno de somente um projeto coeso, o MPLA buscou divulgar através de diversos meios o que seria a identidade nacional,

intentando assim, fortalecer a ideia de união nacional. Neste sentido, as primeiras iniciativas educacionais do MPLA foram marcadas por este anseio de divulgar uma definição da identidade nacional que conferisse estabilidade à nação que se intentava construir.

Como vimos, as dificuldades de se construir um sistema educacional em Angola eram enormes, principalmente no período em que a luta contra o colonialismo português ainda estava em curso. Mesmo com tantos empecilhos impostos pela guerra, o MPLA iniciou a formação de seus militantes com a intenção não só de lhes fornecer os conhecimentos básicos em português, matemática e geografia, mas também de divulgar as causas defendidas pelo movimento.

Além de um discurso marcado pela experiência da guerra anticolonial, a educação oferecida pelo MPLA nos Centros de Instrução Revolucionária já demonstravam o anseio de se criar um cidadão-modelo para a Angola independente, discurso este que ficou marcado pela ideia de construir um homem novo. Como vimos, a educação fornecida pelo MPLA visava inculcar certos valores ideológicos e políticos em seus alunos, sendo muitas vezes voltados a uma moralidade revolucionária e ao civismo. Sendo assim, interessava ao MPLA que os alunos dos Centros de Instrução Revolucionária defendessem a todo momento a luta anticolonial, dando provas de abnegação individual em prol dos interesses do movimento e, em última instância, da construção da nação. Sendo assim, através da educação o MPLA estimulava a disciplina, a lealdade ao movimento/partido, o afinco no trabalho para a reconstrução da economia e o interesse pelos valores revolucionários do marxismo.

Após a independência, já dispondo das estruturas fundamentais do Estado, o MPLA continuou o projeto de construção do homem novo em Angola através da educação. Entretanto, se aquilo que remetia ao velho e ultrapassado já fora destruído, o caminho para a construção do homem novo ainda estava por ser trilhado.

Documentação

Extrato dos Estatutos da UPA, disponível em SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975). Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.365-366.

FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. A África ensinando a gente – Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975. Disponível em http://cedis.fd.unl.pt/wpcontent/ uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf.

MPLA, In História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473.

MPLA. Discurso da Proclamação de Independência de Angola. 11 de novembro de 1975. Disponível em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola. Acesso em 26 de abril de 2018.

PEPETELA. **A Vitória é Certa** (manual de alfabetização). Edição do MPLA. 1961. Disponível no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

UNITA. Pátria, Liberdade, Unidade – Unita Central Commitee,1968. p.25. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=25. Acesso em 9 de agosto de 2015.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. **Contra o vento – Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)**. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates. 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira. **"Um só povo, uma só nação"**: o Estado e a diversidade cultural em Angola (1975-1979). Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 2005.

BENDER, Gerald. **Angola sob o domínio português**: mito e realidade. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1980.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Marcelo. **Dos Jornais às armas**. Trajetórias da contestação angolana. Lisboa: Veja Editora, 1999.

BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos juntos!** O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BOSSLET, Juliana Cordeiro Farias. **A Cidade e a Guerra** – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

BRITO, Manuel. **História e Educação em Angola**: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BRUNSCHWIG, Henri**. A Partilha da África Negra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidades, colonialismo e libertação. Maputo: Marimbique, 2010.

CARRETERO. Mario. **Documentos de Identidad** – la construccón de la memoria histórica en un mundo global. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CARRETERO, Mario. ROSA, Alberto. GONZÁLES, María Fernanda (orgs). **Enseñanza de la historia y memoria colectiva**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo** – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1977.

CHATTERJEE, Partha. Comunidades Imaginadas por Quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Mapping the nation.** Verso, Londres, 1996.

CHAVES, Rita**. A Formação do Romance Angolano** – entre intenções e gestos. São Paulo: FBLP, Via Atlântica, 1999.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11), Abril de 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, set./dez/ 2004.

CLARENCE-SMITH, Gervase. **O III Império Português (1825-1975)**. Lisboa: Teorema, 1985.

COOPER, Frederick. Africa's Past and Africa's Historians. **Canadienne Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines**, volume 34, no. 2, 2000. p.p.298-336.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERRERO, Ángel. La consctucción del hombre nuevo: de la revolución de octubre al post-comunismo. Una perspectiva histórica. Nómadas. **Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. 33, 2012.1.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **Entre raças, tribos e nações**: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente** – Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A Educação em Angola**: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na Primeira República: 1975-1992. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia, 2016.

LEONHARD, Wolfgang. **O futuro do comunismo soviético**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura (orgs). **Mário Pinto de Andrade** – um intelectual na política. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

MARX, Karl. **Manuscritos**: economía y filosofia. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

MARZANO, Andrea. Nossa dança, nossos pais, nossos filhos. Apontamentos para uma história social do carnaval luandense. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, Irati, volume 7, número 2, jul-dez 2016.

MOORMAN, Marissa. **Intonations**: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2008.

NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra. **Anuário Antropológico**/2014. Brasília, UnB, 2015, v.40, no.1:133-163.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do Mato**: os “novos assimilados” em Luanda (1926-1961). Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2013.

NETO, Agostinho. **Sem unidade não poderemos bater o inimigo**. Discurso proferido pelo camarada Agostinho Neto, na Praça 1º. De Maio, no dia do 19º. Aniversário do MPLA. 1975a.

NETO, Agostinho. **Discurso da Proclamação da Independência de Angola**. 1975. Disponível em http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola. Acesso em 26 de abril de 2018.

NETO, Agostinho. **Destruir o velho para construir o novo**. Luanda: Departamento de Imprensa e Propaganda. 1976.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Espelhos pós-coloniais, imagens coloniais: discursos e representações sobre os portugueses em livros didáticos angolanos de História elaborados no pós-independência (1979-2000). **Anos 90**, Porto Alegre, v.21, n.40, dez. 2014.

O’BRIEN, John. The instauration of the New Man of marxismo: a critique. **International Journal of Social Economics**, vol. 14. Disponível em https://doi.org/10.1108/eb014043. Acesso em 07 de novembro de 2017.

PAXE, Isaac Pedro Vieira. **Políticas educacionais em Angola** – desafios do direito à educação. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2014.

PERICÁS, Luíz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.

PINTO, João Paulo Henrique. **A identidade nacional angolana** – definição, construção e usos políticos, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2016. Disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/td/2011.pdf. Acesso em 21 de agosto de 2016.

RAMOS, Karina Helena. **A Revista Mensagem**. Uma perspectiva sobre o discurso literário angolano (1951-1952). Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo** – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHIPWAY, Martin. **Decolonization and its impacts**: a comparative approach to the end of the colonial empires. Malden: Blackwell, 2008.

SILVA, Elisete Marques da. O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial. **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa, n. 16 e 17, p.103-130, 1992-1994.

TALI, Jean Michel Mabeko. **O MPLA perante si mesmo (1962-1977)**. Luanda: Nzila, 2001.

THIESSE, Anne Marie. **A criação das identidades nacionais** – Europa – séculos XVIII-XX. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

O JAGADO DE CASSANGE: AS MEMÓRIAS DA GUERRA

*Marilda dos Santos Monteiro das Flores**

O militar português, Henrique Augusto Dias de Carvalho, coordenou uma expedição à Lunda, registrando os acontecimentos, coletando material, observando comportamentos, clima e as características da ocupação lusa, entre os anos de 1884 e 1888. O resultado dessa expedição ficou registrado em oito livros que descrevem características do povo da região, ressaltam o teor científico da expedição e possui um grande número de fotografias e mapas. [506]

Entre descrições climáticas, características da população, coleta de material para ser enviado à Secretaria dos Negócios de Marinha e Ultramar o militar também escreveu um livro que procurou organizar as causas de um conflito que permanecia como um entrave para a efetivação da conquista portuguesa no território: *O Jagado de Cassange na província de Angola.*[507] O livro de memórias, foi publicado em 1898, dez anos após o fim da expedição e foi endereçado ao Conde de São Januário, um militar com experiência em assuntos coloniais portugueses e um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa. A instituição, criada em 1875, tinha o objetivo de reafirmar a posição portuguesa em África fazendo frente aos outros países que estavam em franco desenvolvimento industrial e buscavam ocupar todos os espaços nessa corrida.

O livro faz uma espécie de justificativa pelo interminável conflito na região e o autor apresenta uma cronologia dos acontecimentos para justificar a interminável "Guerra a Cassange". O objetivo foi discutir a formação da população da Cassange e os embates que resultaram na ocupação das terras. Para tanto destacou a ação de alguns jagas na relação com os portugueses apresentando os acordos e as dificuldades que

* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS- UNIRIO), sob orientação da Professora Doutora Andrea Marzano; membro do grupo de pesquisa Áfricas. E-mail: marildasmflores@gmail.com

[506] Ver mais sobre a expedição em: RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências**: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888, São Paulo, Alameda, 2015.

[507] CARVALHO, Henrique A. D. de. **O Jagado de Cassange na província de Angola**, Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1898.

enfrentavam para efetivar o controle do território. Tanto consultando arquivos militares ou ouvindo a população nativa sobre as origens dos povos de Cassange a conclusão do autor apontou para índole guerreira e a resistência dos jagas como um entrave para a dominação.

A região já era palco de constantes guerras entre os portugueses e os Reinos já estabelecidos no território desde o século XV. Para os portugueses, naquele momento em que a Europa estava implementando um esforço para ocupar todos os espaços possíveis no continente africano, era importante um predomínio mais efetivo para marcar a presença lusa. Isso passava pelo controle de algumas regiões que eram essenciais aos seus planos. Uma dessas regiões que mereceu destaque, por conta do objetivo da dominação lusa, foi a Cassange. Manter o território controlado era condição fundamental. Para tanto, seriam necessárias algumas ações contra líderes locais, os jagas, que estavam dificultando o controle do território por parte dos portugueses.

Esse grupo, em especial, estava causando muitos problemas à entrada dos portugueses e isso por conta da resistência em ceder espaços ou em submeter-se aos acordos propostos pelos lusos. A região da Cassange representava um entrave aos planos do governo e as ações se estenderam por um longo período de tempo. A resistência acabou gerando alguns combates que foram obscurecidos na campanha lusa do século XIX. A dificuldade dos militares em controlar a região gerou um sentimento de desafio e uma guerra, contra o Jagado de Cassange, que se estendeu após o fim da monarquia portuguesa e início da república.

O objetivo desse texto é lançar um olhar panorâmico sobre os embates entre portugueses e uma parte da sociedade que habitava a região centro-sul da África, a partir dos relatos produzidos por Henrique A. Dias de Carvalho em sua viagem à região da Lunda, no período entre 1884-1888. Vale lembrar que no ano de 1884, em Berlim, uma conferência discutiu questões relativas aos interesses coloniais de alguns países da Europa em África. Entre esses interesses estava o comércio na bacia do rio Congo; o comércio de pessoas que seriam escravizadas; a regulamentação das ocupações no Continente africano, além da efetivação das ocupações europeias realizadas em períodos anteriores.

A reunião realizada em Berlim serviu para que as potências europeias, em conflito por conta do controle da região, delimitassem as suas áreas de atuação e constituíssem normas para a ocupação do continente. Na prática, se organizaram para assegurar a posse sobre alguns territórios, divulgando a ideia de Direito Internacional sobre espaços transformados em colônias. Para Portugal a Conferência significava a possibilidade de perda da autonomia dos territórios que ocupava, já que os outros países se recusaram a reconhecer o direito histórico, como um dos critérios para ocupação, além de instituírem a livre navegação em rios que, tradicionalmente, estavam em territórios ocupados pelos portugueses. [508]

Outra questão que foi pesada para os portugueses foi a decisão referente a novas ocupações. Portugal planejava unir os territórios de Angola e Moçambique (Mapa cor-de-rosa),[509] mas foi impedido por conta de litígio com os ingleses, que almejavam ocupar a maior parte do continente.[510] Mesmo tendo assinado um acordo com a França e com a Alemanha, que não possuíam pretensões no espaço desejado por Portugal, a reação da Inglaterra foi contrária ao acordo, pois a intenção portuguesa entrava em conflito com o objetivo inglês de construir uma ferrovia que iria ligar o Cairo à Cidade do Cabo.[511]

A necessidade de demarcar espaços no Ultramar, fez com que Portugal investisse em expedições para reconhecimento e ocupação do território, especialmente do rio Cuango e, à medida que avançava sobre os territórios, firmava acordos, muitas vezes impostos a força, de vassalagem (obediência, submissão) com os povos nativos. Em maio de 1884 o major do Exército, Augusto Henrique Dias de Carvalho, iniciou uma expedição partindo de Malange rumo a Mussumba do Calanhi, local da corte do Império Lunda. O objetivo da expedição, além de fazer contato para realização de atividades comerciais, observar a fauna, a flora, realizar observações

[508] A Ata da Conferência de Berlim, instituiu no capítulo IV (Ata de Navegação do Congo. Artigo 13), que a navegação no rio Congo seria livre para os países de todas as nações. Ver mais em: Ata da Conferência de Berlim, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História.

[509] Mapa cor-de-rosa foi o nome que recebeu o projeto português para exercer soberania sobre os territórios que ficavam entre Angola e Moçambique. Atuais Zâmbia, Zimbábue e Malawi, numa vasta faixa territorial.

[510] CHARLES, Arlindo José; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **Cartografia Histórica da África** - Mapa cor de Rosa, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Passado Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder, Paraty, Rio de Janeiro, 2011, p. 9.

[511] Ferrovia que não chegou a ser construída.

meteorológicas e estudar as condições de navegação nos rios, marcava e reafirmava a presença portuguesa nos territórios. Durante os quatro anos da expedição, o major organizou uma coleção de oito volumes com o material coletado que, atualmente, está depositado no acervo da na Sociedade de Geografia de Lisboa. [512]

Entre o material produzido por Henrique de Carvalho, o livro de memórias *O Jagado de Cassange na província de Angola,* foi o espaço escolhido pelo autor para apresentar as suas impressões a partir do que observou durante a sua viagem e expôs os motivos, segundo sua observação, da dificuldade que os portugueses estavam enfrentando na região de Cassange. É um livro de memórias que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa e apresenta um panorama da história de Angola, em especial sobre a região que atualmente é conhecida como Cassange, identificando as famílias, origens dos nomes locais. Mesmo que a obra seja apresentada como um livro de memórias, o autor baseou os seus escritos em relatos, que chamou de oficiais, pois copiou trechos de arquivos militares e de catálogos dos governadores de Angola. A obra foi endereçada ao Conde de São Januário na tentativa de prestar alguns esclarecimentos sobre uma guerra que estava acontecendo na região da Cassange.

Henrique de Carvalho argumentou que a sua pesquisa iria "poupar muito trabalho de investigação e buscas nos archivos".[513] Justificou a sua importância apresentando as fontes que utilizou para organização da sua escrita, pois acreditava que elas continham informações desde a chegada dos portugueses ao território e que seriam fundamentais ao entendimento e mapeamento do conflito. Outra fonte utilizada pelo autor, além das já citadas, foi a coleta de testemunhos. Para ele os depoimentos teriam a função de complementar as lacunas nos documentos oficiais, além de fornecer algumas informações sobre as "populações indígenas escripta por diversos e por mim, alcançadas em regiões diferentes, no que mais ou menos há concordancia e se completam, suprindo a deficiência de documentos locais".[514]

Henrique de Carvalho optou por um estilo de escrita cronológica apresentando fatos que envolviam os povos da região de Cassange e destacando a dificuldade

[512] A Sociedade de Geografia de Lisboa abriga a colecção etnográfica, constituída por de objetos recolhidos durante a expedição. A Sociedade de Geografia de Lisboa, divulga o material de forma permanente no site da instituição. Disponível em: http://www.socgeografialisboa.pt/organica/ - acesso em 24 de abril de 17

[513] CARVALHO, 1898, p. 6.

[514] CARVALHO, 1898, p. 6.

portuguesa em conseguir controlá-la. Iniciou o texto fazendo uma apresentação dos povos que eram chamados de *Achibangálla* e afirmando que esses só passaram a ser conhecidos, pelos portugueses, entre os anos de 1849 e 1866, período em que os lusitanos já possuíam uma presença representativa de controle no território. [515]

Henrique de Carvalho construiu a sua narrativa buscando apresentar as origens dos conflitos entre os portugueses e os povos de Cassange, tecendo uma rede de conexões entre outros povos e os espaços ocupados, já que uma das dificuldades apresentadas pelos portugueses, além da localização, era a presença de diferentes nações que habitavam a região.

Outra preocupação do autor foi explicar a origem do nome *Cassange.* Ele argumentou que o nome faz uma referência ao neto de *Quinguri*, um jaga da região. A criança nasceu após um pacto entre as três principais famílias locais: *Culanxingo (Quinguri, Lunda), N'gonga (Libollo) e Calunga (Jinga).* Segundo o acordo, o descendente*,* que recebeu o nome de Cassange, seria o novo líder local. A influência do neto de Quinguri foi tão intensa que, além dar nome ao jagado, toda a região entre a margem do rio Cuango e a Serra de Talla Mugango passou a ser conhecida pelo seu nome. O autor, além de detalhar os nomes dos jagas seguintes, destacou que a sucessão seguiu a ordem do acordo das famílias com o Cassange, neto de Quinguri e os jagas seguintes foram das famílias *N'gonga e Calunga,* sucessivamente.

Cassange, terra em conflito ou resistência à expedição de controle?

A Cassange, uma região de planície, cercada por uma cordilheira que se iniciava as margens do rio Cuango, [516] já havia sido um espaço ocupado pelos Quilambas e divididos em estados (sobados). Havia também uma grande feira, que nasceu a partir da aproximação entre povos de regiões vizinhas. Os portugueses logo perceberam a

[515] Antes de Henrique de Carvalho, Francisco de Salles Ferreira, publicou no Boletim do Conselho Ultramarino, as suas memórias sobre a Cassange. Boletim nº 2, de março de 1854. CARVALHO, 1898, p. 15.

[516] Vale lembrar que a região era um local de aprisionamento de pessoas que eram destinadas ao comércio humano, realizado através de uma feira. Além desse comércio, a feira contava com outros produtos como a cera, marfim e a borracha. Ver mais em: MATTOS, Regiane Augusto. **De Cassange, mina, benguela a gentio da Guiné, Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**, Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 2006, p. 29.

possibilidade de grande lucro com o comércio de pessoas e com a venda do marfim, vindo da Lunda. Havia, ainda, o entrave à livre circulação dos portugueses, por conta da proibição do trânsito de estrangeiros a partir da ordem de alguns jagas. Esses não permitiam a aproximação e delimitavam o espaço que não deveria ser além do rio Zaire (ou Quango). Os jagas, guerreiros nômades da região, conquistavam o respeito dos povos por conta da capacidade de articulação e estratégias de guerra. Para os portugueses, representaram um entrave na conquista de alguns territórios, especialmente por não aceitarem a autoridade imposta pelos por eles.

Henrique de Carvalho, ao escrever sobre os primeiros jagas e sobre os embates, apontou Culanxingo como o primeiro jaga do local e informou que esse governou até ser substituído por Gonga, um régulo que foi convidado para ocupar o lugar por ser um guerreiro temido. Depois dele, também a convite, outro régulo, Calunga, comandou o local. Mesmo que fossem líderes de povos diferentes, a aproximação com a região foi o início da liderança local.

O autor também apontou as diversas tentativas de acordo entre portugueses e os povos que habitavam a região. Esses eram, na realidade, imposições portuguesas que objetivavam o controle local. Entre alguns itens dos acordos estava a conversão ao catolicismo, que se dava através do batismo. Com o ritual batismal, além da suposta aceitação da religiosidade portuguesa era imposta a mudança do nome que fora recebido no nascimento e que possuía uma relação com a sociedade da região para um nome português, além do pagamento de tributos a Portugal.

Os episódios de guerra, que envolveram a região da Cassange surgiram como um entrave na administração portuguesa que se ocupou em silenciar os registros oficiais especialmente aqueles que pudessem fornecer vestígios sobre a efervescência do local e a dificuldade em efetivar o controle da região.

O relato do líder da expedição destacou a aproximação dos povos com o reino do Congo, por conta da aliança firmada por esse, com Portugal. O soberano ganhou um nome Português, Álvaro I, e, até a sua morte no século XVI, Portugal não teve maiores problemas na região. O batismo era uma forma de representação da cristianização dos povos e a mudança do nome dava uma nova dimensão à identidade. O problema de Portugal começou, segundo o relato, após a morte desse soberano, pois o seu filho, Álvaro II, era hostil à presença portuguesa. Mas o quadro mudou de

vez quando o reino do Congo foi atacado por um grupo de jagas e precisou da ajuda dos portugueses para reconquistar o seu reino em 1571. Esses guerreiros, além de possuírem um vasto conhecimento do território, se estabeleciam em acampamentos provisórios (quilombos) que, em geral, eram locais com caça abundante e pesca farta, aonde não era permitida a presença de outros povos.

Bem, os relatos apresentam a trajetória e os embates entre os diversos reinos que se estabeleceram na localidade. Todas as vezes que o autor faz referências aos jagas de Cassange, os apresenta como guerreiros que dificultaram a dominação portuguesa por conta das características belicosas e da dura cerviz. Isso, para o autor, foi um entrave nos relacionamentos, não só com os portugueses, mas também com outros povos. Henrique de Carvalho traçou um panorama da região apresentando as relações sociais entre os povos, com base nos relatos que recolheu durante a expedição.

Contou histórias que envolviam os lundas, os quiocos e os cassanges para iniciar a sua argumentação. Eram disputas familiares, intrigas sociais que acabaram gerando guerras e, além disso, descreveu como o português se articulava em meio a esses embates locais. Mas o livro *O Jagado de Cassange na Província de Angola*, além de ser mais um instrumento para reafirmar o direito português no território, também se ocupou em pesquisar a origem dos povos de Cassange para justificar a dificuldade que os portugueses estavam enfrentando para dominá-los. Para Henrique de Carvalho, não era somente uma questão de estratégia militar adotada pelos portugueses, mas a dificuldade advinha por conta da característica guerreira do povo e que por isso, não se sentiam intimidados com a presença ou com as armas portuguesas.

Entre tantas histórias narradas pelo autor, a de Quinguri, um jaga da região que liderava um grupo de guerreiros, merece destaque. Esses guerreiros, segundo Carvalho, eram tão destemidos que quando os portugueses perceberam as características do grupo, intencionaram trazê-los para fazer parte do seu grupo de aliados. Entretanto, eles não demonstraram interesse na proposta portuguesa e fizeram planos de se estabelecerem em alguma parte da região para desenvolver a agricultura. Isso não era interessante para as pretensões portuguesas e o comandante luso, parecendo estimular a decisão do jaga, ofereceu sementes de milho para que começassem a cultura agrícola. Com o passar do tempo Quinguri percebeu que o

milho não cresceu e acreditou que a terra não era fértil. Sem o desenvolvimento da agricultura não havia como permanecer na região. Assim, decidiram partir e continuar com a caminhada em busca de outros territórios e para subjugar outros povos. Para os portugueses essa foi a melhor opção. Henrique de Carvalho destacou a ação como um resultado da estratégia do comandante que presenteou os jagas com sementes de milho cozidas.

Henrique de Carvalho continuou o seu texto narrando diversos episódios que demonstravam a dificuldade portuguesa para dominar e, continuamente**,** atribuía o fracasso luso aos jagas que se recusavam a aceitar os acordos de vassalagem. A esses, eram impostas batalhas que pudessem demonstrar o poderio bélico dos portugueses e assim tentar submetê-los pelo uso da força ou se aproveitavam das disputas entre os povos como estratégia para ampliar seus espaços.

Sobre a região de Cassange o escritor procurou apresentar um relato que desse conta desde o século XVI até o momento da sua escrita, o século XIX. O militar destacou as características guerreiras dos jagas da região que, por conta das constantes guerras, acabavam por espalhar terror e causar temor nos demais povos. Mesmo que procurasse narrar a origem da população de Cassange, os motivos das disputas voltavam à feira e à proibição impostas pelos jagas diante da presença portuguesa.

Na segunda parte do texto sobre o século XIX, o autor destacou os problemas enfrentados, diante dos diversos ataques para roubos das cargas. Esses assaltos às caravanas causavam grandes prejuízos aos comerciantes, mas não eram o maior problema. O problema central era a centralização que estava sendo imposta pelos portugueses na disputa por territórios que eram objetos de desejos dos jagas de Cassange. Para o autor, a participação portuguesa causou a "inveja dos Cassanges" adicionado a falta de uma ação mais enérgica, da administração portuguesa, para reprimir as movimentações de alguns povos. [517]

> d'ahi as demonstrações de força e provocações dos Cassanges, Bondos e visinhos, que por princípio terem ficado impunes, deu azo a atrevimentos de maior monta, e começa por assim dizer a época em que pozeram em eviencia aquelles povos, encommodando-nos, o

[517] CARVALHO, 1898, p. 118.

> que não podia deixar de chamar a atenção da autoridade que teve de providenciar a submettel-os.[518]

Essa providencial submissão, de que fala, foi uma guerra contra os Cassanges, da qual não encontrou registros escritos em Angola, mas acreditava que no Ministério do Ultramar ou nos documentos do Governo Geral de Angola, poderia ser encontrado algum registro da guerra de 1850. Considerou essa falta de informações documentais uma lacuna nos seus escritos e solicitou uma visita para falar sobre as "Successivas operações contra Cassange em todo esse período."[519]

Logo, as operações contra a região da Cassange, segundo relatos de Henrique de Carvalho, se iniciaram desde a chegada dos portugueses à região, motivadas, a princípio, pelas disputas comerciais e territoriais. Para o autor, a dificuldade de dominação tinha as suas origens na índole guerreira da população, fato que causava dificuldade para que os portugueses tivessem sucesso na submissão desses povos. O militar traçou um panorama, para organizar a origem dos conflitos contra os cassanges, passando por disputas territoriais e de poder político. Os entraves e as disputas entre os portugueses e os povos de Cassange não eram fenômenos recentes, mas recorrentes desde a chegada lusa ao território e perduraram, a princípio, até 1911, quando uma operação do exército deu por concretizada a dominação do território.

Nova tentativa de submeter a região

A região sempre foi uma espécie de *calcanhar de Aquiles* para o governo luso. Em séculos anteriores, a dificuldade era atribuída à ação de alguns jagas que resistiam à presença portuguesa. Mesmo que os portugueses tivessem obtido sucesso em alguns locais com os acordos que conseguiram firmar, a região ainda era um ponto frágil e com poucos registros, muito por conta dos entraves de resistência.

Em 1625, o governador de Angola, João Correa, após algumas lutas com os povos do interior, proibiu a ida de "brancos, mulatos ou pretos calçados"[520] para a

[518] CARVALHO, 1898, p. 119.
[519] CARVALHO, 1898, p. 120.
[520] CARVALHO, 1898, p. 84.

região e instituiu as feiras por julgar mais seguro, por causa da hostilidade dos povos que habitavam aquele território. Henrique Carvalho escreveu ao Conde de São Januário preocupado em dar informações sobre o local e ao mesmo tempo apresentar alguns aspectos sobre a população, julgando que faltavam esclarecimentos àqueles que se ocupavam com o exercício da guerra contra os povos da região de Cassange.

Henrique de Carvalho continuou narrando sobre os embates entre os portugueses e os jagas da região. Quando conseguiam prender um jaga *rebelde,* ele era enviado para Luanda, sendo substituído por outro que já se submetera aos portugueses pagando tributos. O autor narrou o acontecido em 1850 com Bumba, um *jaga rebelde* que disputava com os portugueses a liderança na feira. No episódio narrado o autor destacou a eleição de um jaga que se submeteu aos portugueses. Bumba, não aceitando o acontecido, reuniu alguns guerreiros e iniciou uma luta que resultou na morte do jaga eleito pelas ordens portuguesas na feira de Cassange. Os portugueses, em contrapartida, organizaram uma expedição para prender o jaga que após o feito resolveu caminhar pela feira. Quando Bumba percebeu a aproximação das tropas portuguesas se misturou entre a população e conseguiu fugir contando com a ajuda de um sobrinho.[521] Entretanto, a dificuldade estava em conseguir abrigo em outras localidades, já que os outros povos temiam a represália por parte dos portugueses para quem ajudasse ao *jaga rebelde*.

O major Salles Ferreira, segundo Henrique de Carvalho continuou a perseguir o *ex-jaga* Bumba e toda a sua gente. Foram vinte e quatro dias de embates entre os portugueses e as forças do jaga. Durante os confrontos, muitos foram presos, com exceção de Bumba e de seu sobrinho. O jaga fugitivo estava com dificuldade de conseguir abrigo, pois o seu nome estava virando sinônimo de terror e assolamento por causa das ameaças portuguesas para todos que, porventura, dessem abrigo ao fugitivo.

A narrativa do líder da expedição procurou apresentar tanto as ações portuguesas quanto os resultados obtidos diante da dificuldade em controlar a feira.

[521] O sobrinho de Bumba, Banda-ngongo, um guerreiro temido e, segundo Francisco Salles Ferreira, "um dos maiores revolucionários de Cassange, que bem maltratou por vezes os feirantes; a quem muito roubou..." Ver mais em: FERREIRA, Francisco Salles. Mem**ória da Expedição à Cassange comandada pelo Major Graduado Francisco de Salles Ferreira em 1850**: África Ocidental – Disponível em: https://archive.org/details/memriadaexpedio00nevegoog/page/n3 - acesso em abr. 2017.

Entretanto, uma atitude do jaga Bumba chamou a atenção. Ante as constantes investidas portuguesas e após muitos embates, resolveu procurar um soba, que estava a serviço do major Salles, para entregar as insígnias do estado de Cassange. Esses adereços o identificavam como um líder local e, ao mesmo tempo, o diferenciava dos outros homens, pois eram símbolos de prestígio entre os povos. Assim, a atitude de Bumba ao entregar os seus pertences, aparentemente fez dele "um simples preto," perdendo o poder de influenciar os seus.[522]

O soba, chamado pelo autor de *gentio,* recebeu o material e decidiu não prender o *jaga rebelde.* A atitude gerou um grave problema para a administração portuguesa, de tal forma que decidiram prender o soba em lugar do Bumba, como castigo por deixá-lo seguir. A ação, da entrega das insígnias, foi estratégica para o *guerreiro,* mas causou inquietação para os portugueses, pois a partir daquele momento teriam a sensação de que o *jaga* poderia estar em qualquer lugar da feira observando todos os seus passos, se misturando entre a população e, o mais incômodo, não sendo identificado pelos portugueses dificultando, mais ainda, a captura.[523]

Entretanto, era preciso manter a administração da feira e para o lugar do antigo jaga foi indicado um novo, ao qual deram o nome de Dom Fernando Accacio Ferreira. Nome do rei de Portugal, sobrenome do governador e o último nome do major, Francisco de Sales Ferreira, comandante do grupo. Para ser efetivado como jaga era preciso que acontecesse uma cerimônia. No cerimonial de posse, o novo jaga prestava juramento de vassalagem à coroa portuguesa e se comprometia a não derramar mais sangue humano. Além disso, o novo jaga também firmava o compromisso de abolir o

[522] CARVALHO, 1898, p. 130.
[523] CARVALHO, 1898, p. 131.

Sambamento ou banquete e o uso do *banco de ferro*, um instrumento usado durante o ritual antropofágico. [524]

Controlando a escolha do jaga e os rituais locais os portugueses acreditavam estar encerrados os embates na região da Cassange, pois, além de acalmar a região, que vivia em constantes conflitos, essa influência servia para proteger o comércio português que estava passando por um período de decadência. Ser a representação de autoridade na região era algo fundamental, pois reforçava o caminho para ampliação do comércio com outras regiões deixando livre o caminho para a Lunda e Luba, sem a interferência dos cassanges.

Além de controlar a feira, outra estratégia do governo português foi a utilização do controle psicológico através do medo dos castigos físicos que foram impostos, segundo o autor, desde 1851 para que, lembrando do que sucedera aos antepassados, ninguém mais ousasse se revoltar contra a autoridade portuguesa.

O controle da feira foi uma vitória significativa e o comandante foi recebido com festa por conta dessa primeira conquista portuguesa contra os Cassanges. Isso significou um momento importante na administração portuguesa. No trecho da carta endereçada ao governador geral, pode ser observado o destaque que foi dado ao evento e a sua representatividade para as expectativas portuguesas.

> Mais gloria a V. Ex.ª que n'estas epochas fez respeitar o pavilhão português nos logares onde ele nunca tinha sido respeitado, nem obedecido. Este feito só por isso deixará nos corações dos Angolenses gravada eternamente a memoria de V. Ex.ª, e o futuro mostrara ainda mais claramente quaes as vantagens que se hão de colher d'esta campanha. Quartel do Commando em Pungo-Andongo, 22 de maio de 1851.[525]

[524] Segundo Henrique de Carvalho o *banco de ferro* e outros instrumentos ficaram em poder do comandante da expedição e que seriam levados para Luanda. Na cerimônia do *Sambamento* o jaga escolhido mandava um soba à região do Songo buscar um *nicango (*que poderia ser um escravo), ou alguém que não tivesse nenhuma relação de parentesco com o jaga ou com nenhum de seus auxiliares. Assim que capturado, o homem era levado para o Quilombo para ser tratado como um jaga, cuidando para que nada lhe faltasse. No dia designado para o *Sambamento,* reuniam-se todos os macotas, maquitas, as mulheres (esposas e concubinas do jaga) e todo o povo em frente à casa do jaga para observarem a execução do indivíduo, pelo jaga, diante do povo. O jaga, sentado no *banco de ferro*, inicia o ritual com a retirada do coração do escolhido. Depois de morto, havia um preparo e cozimento da carne que, em seguida, era distribuída e comida por todos os integrantes daquele Estado. Durante o *banquete,* além da alimentação, o ritual contava com danças e cânticos. Somente após todo o processo, o ritual de Sambamento poderia ser encerrado. CARVALHO, 1898, p. 131.

[525] CARVALHO, 1898, p. 134.

Além do relato exaltando os atos de bravura contra os povos chamados de *rebeldes,* destacando as ações que em tempos pretéritos deram a Portugal conquistas em outros continentes, a proclamação feita pelo major graduado e comandante geral Francisco Salles Ferreira, em 05 de maio de 1851, destacava ações específicas. Além da força militar e da vassalagem que visava conseguir obediência dos povos, levaram à região da Cassange a doutrinação religiosa, tida como elemento importante no controle da população.

> os soccoros da sacrossanta religião de Jesus Christo, fazendo entrar no grêmio da Santa Igreja os chefes, e grande parte do povo, dos idolatras d'estes sertões. Este serviço é digno d'aqueles que professam a lei do Deus d'Affonso Henriques, Augusto fundador da Monarchia Portugueza.[526]

A campanha de 1851, segundo o autor, foi a segunda ocorrência contra os *rebeldes* de Cassange. O comando do major Salles Ferreira foi exaltado por causa da vitória e da representação dessa para demonstração da autoridade lusa na região. O objetivo era interromper os prejuízos vindo dos ataques às caravanas que se dirigiam às feiras.

Mas, a suposta calmaria durou pouco e as cartas endereçadas ao governador geral informavam sobre novas investidas do ex-jaga. Na carta de abril, negam as investidas de Bumba, por causa da influência do novo jaga de Cassange que já era bem aceito pelo povo. Entretanto, em outubro uma nova carta declara que Bumba deveria ser repelido severamente. Algumas vezes, chegava a notícia de que ele havia morrido. Isso causava uma sensação de alívio para os portugueses. Mas, logo depois, um novo ataque às caravanas apagava a falsa ideia de morte e gerava inquietação além de novas tentativas para prendê-lo.

Francisco Salles, que já havia sido transferido à Luanda, foi chamado de volta para deter as novas investidas de Bumba, que tentou colocar fogo no Quilombo do jaga que estava no comando da região, para invadir a feira. Dessa vez, em 1852, a nova expedição contava com a força da artilharia, cavalaria, infantaria, voluntários e o corpo da *guerra preta de Cassange.* Foi montado um plano de forma a limitar a ação de

[526] CARVALHO, 1898, p. 136.

Bumba e sem deixar espaços para que ele conseguisse, mais uma vez, escapar das autoridades portuguesas. A dificuldade estava em saber como localizar o ex-jaga. Foram enviadas muitas mensagens aos povos para que não dessem abrigo nem permitissem que Bumba transitasse pelas terras. Muitas notícias chegavam dando contas do paradeiro de Bumba, entretanto o comandante não dava crédito às mesmas, por conta de experiências passadas e da influência do ex-jaga sobre alguns povos.

As expedições para capturar o ex-jaga e seu grupo, chamados de *rebeldes,* seguiam por montanhas, entravam por matas fechadas e sempre que conseguiam chegar a um acampamento, o resultado dos confrontos eram avassaladores com muitos mortos. A preocupação central era a manutenção das atividades da feira que estavam sendo prejudicadas pelos ataques do *jaga rebelde* e para tal feito era necessário, como pensavam, conseguir controlar os povos que se rebelavam contra a presença portuguesa na administração forçada de pessoas e do comércio.

O *ex-jaga* era tido como representante daqueles que se negavam e que resistiam à possibilidade de se submeterem aos portugueses. A sua figura também era sinônimo de resistência à presença lusa. Para desespero dos portugueses, cada investida para capturar o líder rebelde era seguida de frustações, pois o conhecimento da região favorecia que ele desaparecesse entre as montanhas, matas e rios da região. Bumba sempre conseguia evitar a sua captura. [527]

Cada fuga de Bumba era seguida de tempos de calmaria para os portugueses na feira. Em um desses momentos, o jaga que estava no comando recebeu um recado de Bumba informando das suas intenções de atacar a feira. Paralelamente, o *ex-jaga* enviou um recado aos portugueses avisando das suas ações e advertindo-os que esses deveriam se afastar do problema. O aviso foi questionado e, aparentemente, não levaram em consideração as ameaças, pois as forças portuguesas na região eram suficientes para sufocar as investidas do *ex-jaga.* Não tardou e Bumba cumpriu a sua promessa, mas as forças do Maquita Camoeigi, aliadas às portuguesas conseguiram

[527] A região da Cassange foi palco de muitas disputas. A confecção de um mapa topográfico da região foi reivindicada pelo missionário presbiteriano David Livingstone, que foi enviado pelo governo da Inglaterra campanha missionária. O mapa de Livingstone, conhecido como *Forest Plateau of Africa Map,* foi fruto de sua expedição pelo interior do continente de 1851 até 1873. Entretanto, Henrique de Carvalho contesta a versão do missionário, atribuindo o mapa a *Cândido Augusto Fortunato da Costa,* que o organizou como fruto de seu trabalho na região entre os anos 1842 a 1851, antes da chegada do referido missionário à região. CARVALHO, 1898, p. 170-171. Mapa disponível em: http://www.mappery.com/Forest-Plateau-of-Africa-Map - acesso em 03 nov. 2018.

impedir que Bumba obtivesse êxito na sua investida. Aparentemente, os portugueses saíram vitoriosos, mais uma vez, e a notícia de que Bumba havia morrido em combate se espalhou e foi motivo de alívio para os portugueses. A sua morte representava o fim da resistência à presença portuguesa, o controle geral e irrestrito da feira e da população da região.

Entretanto, o tempo de calmaria, mais uma vez, durou pouco. Começaram a chegar relatos sobre Bumba e, mais que isso, novas notícias de ataques às caravanas davam conta de que ele estava vivo e se organizando para atacar a feira. Entre ataques e fugas, muitas foram as investidas de Bumba contra as forças portuguesas e seus aliados

O ano de 1856 foi de intensos confrontos resultando em muitas mortes e prisioneiros. Estava cada vez mais difícil para os portugueses controlar a região. Quando capturavam os povos que lhes resistiam, esses eram submetidos a castigos físicos que consistia, também, em fazer transporte de mercadorias. O transporte era feito com grupos de homens que eram unidos por correntes soldadas aos seus pescoços para evitar que fugissem. Dessa maneira, acreditavam que o controle da região estava efetivado e a feira *pacificada.* Mas isso não era o suficiente, pois mesmo que a feira estivesse sob controle, o perigo estava no caminho para Luanda, por causa dos ataques às caravanas.

Diante da situação de insegurança, Bumba resolveu mudar a estratégia. Ao invés de atacar, passou a oferecer aos carregadores e às expedições de comércio uma espécie de segurança para seguirem os seus caminhos. Henrique Dias de Carvalho informou que o ex-jaga também era conhecido como D. Paschoal Machado. Entretanto, as pressões portuguesas não permitiam que o *ex-jaga* se movimentasse livremente, nem mesmo quando oferecia segurança aos carregadores. Essa situação perdurou por um tempo, mas não foi suficiente para resolver a questão de Bumba, que almejava retornar ao controle da feira. Então só restava uma solução: aproximar-se dos portugueses.

Mas diante de todas as circunstâncias, a aproximação não era uma atitude fácil, pois a imagem de Bumba estava ligada à rebeldia e insubordinação. Assim, mostrar-se compungir-se das atitudes anteriores e suplicar o perdão dos portugueses poderia representar uma oportunidade ou uma estratégia de luta. O *jaga rebelde* passou a se

apresentar como aquele que estava arrependido dos ataques e guerras que havia promovido contra os portugueses e contra a feira. Além de pedir clemência pelos seus atos, pediu permissão para se estabelecer, junto com seu povo, sob a proteção do governo luso nas terras em que estava vivendo. Isso foi um motivo de celebração para os portugueses, de tal forma que foi publicado no Boletim Oficial como uma espécie de resultado das ações portuguesas na região de Cassange.

> O Bumba ex-jaga de Cassange, que por tantos annos se conservou em rebeldia, reconhecendo afinal que d'isto só lhe proveiu a perda do estado, e severos castigos todas as vezes que ousou afrontar as nossas armas, resolveu-se há mezes já a sollicitar o seu perdão ao governo da província. Promettendo dar garantias do seu bom procedimento futuro, foi-lhe concedido.[528]

Essa condição de perdão, concedida ao ex-jaga, dava ao governo português maior tranquilidade na administração da feira de Cassange e, por outro lado, permitia que Bumba se instalasse com o seu povo na região da Caginga. O militar português continuou narrando as estratégias do governo no controle da região e sobre o entrave que representavam as investidas do ex-jaga Bumba, que em alguns momentos foi identificado com o nome português, D. Paschoal Machado. A citação do novo nome reafirmava a condição anterior de submissão, por isso em tantos momentos ter sido identificado como rebelde.

Em 1857, mês de agosto, morreu o jaga Camoeigi, aquele que fora batizado com o nome de D. Fernando Accacio Ferreira e que o Bumba tentou derrubar, algumas vezes, não conseguindo por conta das tropas portuguesas. Bem, o hábito era que deveria ocorrer uma nova escolha para ocupar o Jagado de Cassange. Alguns jagas procuraram as autoridades locais e se apresentando para o cargo. Entre aqueles que se apresentaram estava o ex-jaga Bumba. O autor do livro pede que o conde releia uma nota que ele escrevera falando sobre a morte prematura do major Ferreira Salles, nas lutas contra o Jagado de Cassange, para que se informe sobre as guerras locais.

Bumba demonstrava arrependimento e a feira estava em relativa tranquilidade. Para os portugueses ele não representava mais perigo algum e não viam motivo para que ele deixasse de participar daquele momento. Afinal, para a administração

[528] CARVALHO, 1898, p. 189.

portuguesa, a submissão de Bumba representava poder. Assim, ele foi novamente eleito para o cargo. Para o autor, isso representava uma desobediência às leis régias, mas admitiu que a decisão seria importante para que a região permanecesse em paz, que o comércio crescesse e não houvesse mais gastos com expedições de guerra. A preocupação de Henrique de Carvalho era por conta do histórico de Bumba, mas acreditava que somente o tempo poderia atestar sobre a decisão dos portugueses de retornar com Bumba ao posto de jaga.

Durante os anos seguintes, Bumba manteve correspondência com o governador de Angola, sempre reiterando os agradecimentos pela bondade real em reconhecer o seu arrependimento. Entretanto o clima de paz e reciprocidade não durou por muito tempo. Após a morte de um comandante português, novas turbulências começaram a ocorrer no local e mais uma vez o nome de Bumba apareceu como aquele que estava em confronto com as tropas portuguesas. O autor escreveu: "Como se vê o jaga Bumba de novo perjura revoltando-se contra a nossa auctoridade e força o governo geral a tomar serias providencias para o castigar e aos seus partidarios."[529]

A relação com Bumba de Cassange foi apresentada como um ciclo de idas e vindas às graças e perdões do governo português. Se em alguns momentos ele era perseguido, em outros era interessante ao governo local tê-lo como aliado, por causa da sua influência entre os povos e pelo clima de tranquilidade necessário ao desenvolvimento do comércio. Estar em paz com Bumba significava liberdade de ir e vir pelos rios, pela região de Cassange e a garantia de um comércio mais intenso com outros povos, sem a instabilidade de ataques às caravanas. Segundo o autor, a região sempre instável era um local importante aos interesses portugueses por causa do rico comércio de cera, marfim, tecidos e outros produtos. A conquista da vassalagem de Cassange, sempre foi uma condição fundamental aos interesses comerciais portugueses.

Uma região continuamente instável

[529] CARVALHO, 1898, p. 208.

Henrique Dias de Carvalho escreveu ao conde de São Januário para apresentar as justificativas sobre a dificuldade de controle da região acentuando que esse problema não era recente, mas que advinha de séculos anteriores. Ele destacou que essa questão já havia sido tratada, anteriormente, em seu livro de memórias, escrito durante a expedição (1884-1888). O período em que escreveu e o que publicou, dez anos depois (1898), foi um período de profundas instabilidades políticas, sociais e econômicas em Portugal. A questão com a Inglaterra, por conta da disputa de territórios em África (mapa cor de rosa), era outro fator sensível e que deixava o governo em situação cada vez mais complicada por conta dos embates diante dos países europeus, enfraquecendo o regime governamental. [530]

Após o fim da monarquia, que durou de 1143 até 1910, o novo momento dos portugueses, a República, procurou dar conta e encerrar o capítulo sobre a Cassange em uma ação que ficou conhecida, pelos militares como *A pacificação.* Portugal investiu no controle da região de tal forma que em 1911 enviou à região um grupamento militar com o objetivo de resolver, de uma só vez, a questão herdada do período monárquico. Essa ação militar levou à morte milhares de pessoas que protestavam contra a presença portuguesa no território ao norte de Angola. A Revista Militar destacou que os protestos na região só terminaram em 1911, "quando a população acalmou e a oposição caiu "'como uma pêra madura'".[531] Os habitantes da Baixa resistiram o tempo todo à dominação e Portugal estava ciente da dificuldade pois os relatórios, como demonstrou Henrique de Carvalho, assim informavam.

Portugal percebeu que a força bélica não seria suficiente para efetivar o controle da região. Havia uma identidade de resistência à presença portuguesa formada desde o início da ocupação. Logo, a estratégia lusa foi o investimento em

---

[530] O clima ficou mais intenso quando em 1891, no Porto, ocorreu uma revolta contra a monarquia, com apoio de alguns militares. Mesmo tendo sido controlada as manifestações contra o governo aumentaram até que em fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e seu filho D. Luís Felipe, foram mortos em um atentado. Mesmo que o outro herdeiro tenha assumido, D. Manoel II, a ação não foi suficiente e a monarquia teve fim em 1910.

[531] CANN, John P. Baixa do Cassange o catalisador que levou à correção de um erro. Tradução do Major-general Renato F. Marques Pinto, **Revista Militar**, Europress-Editores e Distribuidores de Publicações Ltda. Lisboa, nº 2508, jan. 2011, p. 13. O autor cita René Pélissier, **Les Guerres Grises: Resistance et Revoltes en Angola (1845–1941)**, Orgeval: Pélissier 1977, p. 298. A Revista Militar foi fundada por 26 oficiais do Exército e da Marinha, em 1 de dezembro de 1848 e tornada instrumento de utilidade pública, em 1992, pelo art. 3º do Dec.Lei 460/77, de 71 e pelo despacho de 11392. Publicado no Diário da República nº 74 – 2ª Série, de 2831992.

outra forma de controle para marcar a sua supremacia na região. Como Cassange era um local que sempre se mostrou resistente à presença lusitana e, por considerar os povos perigosos aos seus interesses, o governo terminou por obrigá-los ao trabalho forçado na agricultura. Foi mais uma tentativa para manter a região controlada.

O trabalho obrigatório, como foi chamado, consistia em elemento primordial para manter a população, com fama de revoltosa e insubmissa, subjugada e longe da possibilidade de se armar para uma nova guerra. Para essa tarefa, o Estado contou com a participação de empresas privadas que atuavam como braços fortes do governo. Na cultura de trabalhos forçados, a população local não possuía oportunidades nem direitos e era submetida à vontade das empresas, que controlavam a produção, as vendas e até as suas vidas cotidianas. Além do mais, também proibiam o cultivo de outros produtos agrícolas, mesmo que fosse para alimentação e ainda mantinham os funcionários mais submissos à empresa afastando-os de suas famílias. O objetivo era não dar espaço nem tempo para que se organizassem mais uma vez.

Estrategicamente, como parte da política de dominação, em 1926 foi criada a Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG), uma empresa com capital belga-luso, que recebeu, além da concessão para o desenvolvimento da cultura do algodão, a autorização para administrar um vasto território com cerca de 80.000 km², em Malange - uma região ao longo do rio Cuango, conhecida como Baixa de Cassange. A empresa cumpria o seu papel de controle local por conta da liberdade de administrar a região atuando como mais um dos braços da metrópole e as suas ações refletiam o caráter exploratório do governo colonial.

Esse controle perdurou durante cinquenta anos, até 1961, quando uma nova revolta reascendeu a chama contra a dominação portuguesa. Essa reflexão sobre uma possível origem da Revolta de 1961, ocorrida nos campos de algodão, observa a perspectiva de um militar português que escreveu em 1898, tentando buscar nas origens do povo, a resistência à dominação.

A revolta de 1961 tem versões que a ligam aos movimentos de libertação ou à luta camponesa contra a cultura obrigatória do algodão. Entretanto, os relatos de Henrique de Carvalho, demonstram que a região já era palco de disputas, antes mesmo da chegada das empresas e do início dos movimentos após a Segunda Guerra,

que culminaram com a revolta, marcando o início da Guerra Colonial. A explosão da revolta em janeiro de 1961, fruto do ambiente social e político do momento, demonstra a capacidade de resiliência dos povos do norte de Angola, mesmo após o investimento para extermínio.

Vale destacar que o país vizinho, o antigo Congo Belga, havia conseguido a sua independência em 30 de junho de 1960, passando a ser reconhecido como República Democrática do Congo. Para os portugueses esse era o grande problema, especialmente por causa da influência exercida pelo Partido Solidário Africano (PSA) nas atuações dos *maholos,* uma etnia que vivia na região da fronteira entre os dois países. O conflito se agravou de forma mais intensa a partir do momento em que parte da nação *maholo,* passou a viver em liberdade e a outra parte subjugada aos portugueses com a administração da COTONANG.[532] A realidade aponta para a dificuldade dos portugueses em reconhecer que, naquele momento, a estratégia de subjugar pelo trabalho, como fizeram no século passado, acabou por reascender a chama.

Aída Freudenthal destaca o início da revolta em 04 de janeiro de 1961, como uma ação contra os funcionários da empresa algodoeira e a negação pública, dos trabalhadores, que eram controlados pela realização de trabalhos para a empresa. Entretanto, na leitura do seu texto pode-se perceber, mais uma vez um nome que reascende a identidade local. A autora destacou que a sublevação contra os portugueses, dias depois, ocorreu nos sobados conhecidos pelo nome *Bumba* e Marimba Nguengo e, por conta disso, foi solicitada uma reunião entre os administradores locais e *revoltosos.* Segundo a autora, a reunião ocorreu com a participação de cerca de 400 a 600 pessoas, lideradas pelo soba conhecido como Bumba, "rei dos Maholos". Esse, fez questão de destacar que o conflito não era uma questão de reivindicação de bens, mas de luta pela liberdade de viver. Além disso,

[532] A ideia de conivência do governo com a administração da empresa, tem sido refutada por alguns escritores. Na atualidade a ideia é de que a empresa agia por conta própria, sem obedecer às leis do Estado. No depoimento de José Mendes Martins, um antigo funcionário da COTONANG, ele afirma que foi para a empresa logo após terminar um período de estágio e que ao chegar na empresa "verificou que tudo se passava de forma contrária às leis, que havia corrupção evidente de muita gente que andou anos a ganhar dinheiro ilícito e, na sua ingenuidade, ia denunciando o que via o que lhe acarretou alguns problemas." Entretanto, *a cultura obrigatória do algodão* só foi extinta em maio de 1961, pelo Decreto-Lei nº 43639/1961, quatro meses após os levantes. Ver mais em: NUNES, António Lopes Pires. A Sublevação da Baixa do Cassange. **Revista Militar**, nº 2517, outubro/2011. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1054

estavam sob as ordens de Kasavubu. [533] Segundo o rei dos *maholos,* as orientações que recebiam incluíam o não pagamento de impostos; a recusa ao trabalho para os brancos; o incentivo para que desenvolvessem a agricultura local além de questões religiosas.[534]

O tema sobre os conflitos em Cassange permaneceu obscurecido nos arquivos do Império português e continuou após a República. Somente no século XX, por conta da presença da imprensa /internacional que se preparava para cobrir a chegada do Paquete Santa Maria em Luanda, o tema voltou à tona. [535] Alguns autores investiram em pesquisas sobre o assunto e muito do que se conhece tem muito de suas bases nas pesquisas realizadas por René Pelissier e Aída Freudenthal, entre outros, além dos relatórios produzidos pelos órgãos oficiais, por seus representantes nas colônias e também através de relatos de combatentes ou antigos colonos.

Aída Freudenthal discutiu a questão da documentação disponível, argumentando que a mesma possibilitava uma visão parcial dos acontecimentos, uma vez que apenas alguns nomes eram identificados. [536] A argumentação oficial, que atribuía à causa da revolta a influência de grupos vindo do Congo, tirava todo o protagonismo dos povos que habitavam o local. Mais uma vez era uma tentativa de silenciamento da situação que representava um ponto frágil na colonização portuguesa: controlar a região da Cassange.

Sobre a revolta, alguns pesquisadores têm atrelado o episódio ao início da luta pela independência. Para Aída Freudenthal, ela foi fruto do movimento camponês contra a cultura forçada do algodão, por conta das péssimas condições de sobrevida a que eram submetidos. A realidade em que viviam demonstrava a maneira cruel como Estado lidava com o dia a dia da população. O major Rebocho Vaz, que comandava o

[533]Joseph Kasa-Vubu ou Joseph Kasavubu, foi o primeiro presidente do Congo-Léopoldville, nascido em Mayombe é uma região da África ocidental que se estende do Rio Congo até o rio Kouilou-Niari e inclui parte da República Democrática do Congo, de Angola, da República do Congo e também do Gabão.

[534] Ver mais sobre a revolta de janeiro de 1961 em: FREUDENTHAL, Aída. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta, **Revista Internacional de Estudos Africanos,** n. 18 - 22, 1995·1999, p. 245-283.

[535] O Paquete Santa Maria foi sequestrado quando deixou o porto de Curaçao com destino a Miami e que deveria chegar em Lisboa em 06 de fevereiro. O assalto ocorreu na madrugada de 22 de janeiro de 1961 e foi obra de um grupo de exilados políticos portugueses e espanhóis, comandados pelo capitão Henrique Galvão. A imprensa portuguesa deu ampla cobertura ao acontecimento, pois com isso obscurecia o clima de revolta na colônia. O Diário de Lisboa de 24 de janeiro de 1961, dedicou a primeira página ao acontecimento. Mesmo que tenha sido um baque na administração salazarista, o evento serviu para obscurecer as notícias sobre Angola.

[536] Op. Cit. p. 256

Batalhão de Caçadores Eventuais, órgão responsável por ações punitivas, declarou que os povos da região de Cassange estavam acostumados à condição de miséria que viviam. A sua fala traduz, de forma bem clara, o tratamento a que eram submetidos pela empresa, com a ciência do governo português. Para ele a população chamada de *indígena* era habituada àquele tipo de tratamento. Disse ainda que a população:

> Resiste a essas condições de vida porque, quanto a mim, durante a sua infância ou sucumbe à fome, às intempéries por falta de vestuário e às doenças de toda a espécie ou vinga e se torna imune a tudo [...]. Habitua-se desde tenra idade a não ter personalidade de gente, pois o único contacto […] com o europeu é-lhe altamente prejudicial e só aprende a não ser roubado e espancado. Existem sanzalas inteiras em que as águas em tempo das chuvas passam pelo leito das cubatas onde dormem e vivem, isto para satisfazer a vontade do chefe do posto e do agente da COTONANG que muitas vezes não se querem incomodar a ir mais para o interior recolher o algodão e obrigam as sanzalas a serem sempre implantadas quase sempre à beira das picadas.[537]

Outra linha de pensamento, como o de Anabela Silveira possui um discurso alinhado às questões do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e, por isso, afirma que o Estado português estava ciente de que parte dos camponeses estavam recebendo um treinamento militar e que isso já seria um indício da independência vindoura. Entretanto, cabe destacar que tanto a revolta por conta da cultura obrigatória do algodão ou por causa do movimento pela independência, encontram o seu sentido e as suas bases no século anterior, quando as expedições lusas tiveram que enfrentar a resistência dos jagas da região.

O contexto da Revolta da Baixa de Cassange

Desde a chegada dos portugueses ao território que hoje conhecemos como Angola, a ação de alguns jagas foi fundamental para difundir o sentimento de resistência e dificultar a conquista portuguesa. Nesse contexto, na Revolta de Cassange, ocorrida em janeiro de 1961 em Angola, durante o processo de

[537] VAZ, Major Rebocho. Relatório. In: AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos. **Os anos da Guerra Colonial, 1961.1975.** 1. ed. Porto: QuidNovi, 2010. p.54. Citado por: SILVEIRA, Anabela. A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada. **Revista Porto** n. 3, 2013, p.41

descolonização, pode ser observado a importância que o governo português legou ao evento através da imprensa. Obscurecendo as informações nas publicações, o governo agiu para silenciar o evento não permitindo que tivesse destaque nas páginas dos jornais metropolitanos atribuindo os ataques dos camponeses ao ambiente bipolarizado e protagonizado pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) após a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1940, as potências europeias envolvidas na Segunda Guerra Mundial, viram crescer um forte movimento anticolonialista nos territórios que ocupavam fora do continente europeu, tendo, por um lado, as ações dos Estados Unidos, que apresentavam um discurso de condenação ao colonialismo, e do outro o da União Soviética, que defendia a ideia de uma ação contra o imperialismo das nações europeias. A disputa entre esses países foi um vetor que acabou por impulsionar os movimentos que reivindicavam a independência política e a saída das nações europeias de seus territórios.

No continente africano, os movimentos nacionalistas se articulavam e defendiam a ideia de independência a exemplo do que já estava acontecendo na Ásia e nos territórios ao norte do continente.[538] Mesmo que no período após a Segunda Guerra o contexto mundial incentivasse a desocupação dos territórios colonizados, a política portuguesa caminhou em sentido contrário da saída dos territórios africanos e, ao invés de desocupar os territórios em África, incentivou a ida de novos colonos reafirmando o caráter diferenciado da colonização portuguesa.

Mas enquanto o governo incentivava a ida de novos colonos, reafirmando à comunidade internacional a diferença da ocupação portuguesa, o chamado *cultivo obrigatório*, implementado pela empresa algodoeira, rendia uma produção de cerca de 5000 toneladas de algodão por ano. Os agricultores e as suas famílias eram coagidos ao cultivo do produto, tendo que vender a produção somente à empresa. Era a Cotonang que fixava os preços, sempre muito abaixo do valor de mercado, e os que trabalhavam no cultivo do algodão eram proibidos de produzirem outros produtos, fundamentais para a alimentação. Os trabalhadores eram vigiados pelo exército português para que não produzissem alimento e nenhum outro produto além do

[538] Um exemplo foi a Líbia, norte da África, que conquistou a sua independência definitiva em 1951; depois o Marrocos e a Tunísia em 1956; a Guiné-Conacri em 1958 e Camarões, Togo, Senegal em 1960.

algodão. Quando algum fenômeno natural prejudicava a colheita os prejuízos eram assumidos pelos trabalhadores que, sem alimento e sem ter como sair do local, viam a fome e a morte assombrar a todo instante.

Essa prática de *recrutamento forçado* de trabalhadores era comum ao Estado português. E, no caso da produção de algodão, os *indígenas* eram obrigados a trabalharem longe das suas residências. Quando o solo se esgotava, os funcionários da empresa procuravam outros espaços agricultáveis e obrigavam os camponeses a deslocarem-se para outro local, sem levar em conta a distância de suas residências ou afastamento das famílias. Longe das famílias e com fome, a situação ficava cada vez mais tensa.

Os *agentes de mato* da empresa agiam com poderes ilimitados impedindo o trânsito dos trabalhadores mesmo que fosse para ver um familiar. Os camponeses eram deslocados para os locais de interesse da empresa sem consulta prévia e tudo com a ciência da administração. Até os objetos enviados para garantir o trabalho – facas (catanas) e uniformes – eram vendidos. Aqueles que esboçassem alguma reação contrária sofriam castigos físicos e, em muitos casos, pagavam multa por causa da suposta desobediência, ou seja, era a continuação da punição aplicada no século XIX.

A empresa ditava as ordens e organizava as atividades da população de acordo com os seus interesses. A "leste de Malange havia uma verdadeira 'cotonocracia' que atribuía ao africano o papel de ser apenas um abastecedor da companhia".[539] Eram da empresa todos os direitos, desde a produção até a comercialização do algodão. Assim, em janeiro de 1961, um grupo de camponeses recusou-se a fazer o plantio das sementes de algodão, iniciando uma greve contra o trabalho forçado, contra a proibição do plantio da mandioca e contra a fome.

Além do protesto contra a cultura obrigatória, os trabalhadores continuaram protestando destruindo pontes, colocando barricadas nas estradas de acesso à administração da empresa, destruindo jangadas, matando animais, invadindo lojas, quebrando igrejas e afirmando suas ações contra a presença dos europeus. Mais uma vez o governo de Portugal foi obrigado a voltar as suas atenções para a região que julgava estar controlada pela administração imposta pela Cotonang.

---

[539] Aída Freudenthal citou um estudo realizado por Pélissier, R., **La Colonie du Minotaure. Orvegal**. 1978, p. 399. Sobre a revolta da Baixa do Cassange: FREUDENTHAL, 1995-99, p. 252.

O movimento ganhou força de forma mais efetiva quando os trabalhadores da Cotonang entraram em greve por causa do atraso nos salários. Esse evento alcançou uma grande proporção, já que a imprensa internacional estava atenta à persistência portuguesa em evitar, a qualquer custo, a independência dos povos subjugados. Para o Estado Novo, a Pérola do Império era intocável e as notícias de Angola não chegavam à imprensa na Metrópole. Manter a ideia de paz era fundamental para manutenção do sistema colonial português, além de incentivar a ida de novos colonos.

Era preciso camuflar a revolta para mostrar que a imprensa internacional era a responsável por fabricar boatos para pressionar o governo português. O governo metropolitano tentou abafar o movimento, não permitindo que os jornais publicassem o acontecimento, buscando preservar a ideia da organização do ambiente colonial. A manifestação do povo de Cassange foi apresentada pelos portugueses como uma manifestação motivada por agentes externos vindos do país vizinho, o Congo, e que seriam "desordens de carácter intertribal [...] logo restauradas com o auxílio das próprias populações".[540]

A ação portuguesa fora imediata e violenta contra a revolta do cultivo obrigatório do algodão e foi dominada com bombas napalm, resultando em um número aproximado de quase 10.000 pessoas que perderam a vida na destruição causada pelos ataques aéreos às aldeias. Esse número é uma estimativa, já que alguns autores informam que a quantidade de mortos poderá chegar a um número aproximado de 20.000 pessoas. Foi uma revolta de "pobres camponeses que falhou porque os rebeldes não obtiveram armas nem apoio dos povos vizinhos, embora tenha sido precursora dos levantamentos nacionalistas de 1961".[541]

Outras versões: o messianismo e o ambiente local

O ambiente da revolta de 1961, também foi observado pela Revista Militar do Exército português, destacando as primeiras manifestações contra a empresa algodoeira – Cotonang – desde o ano de 1927, um ano depois da criação. Além da

[540] FREUDENTHAL, 1995-99, p. 253.
[541] FREUDENTHAL, 1995-99, p. 253.

empresa, as manifestações religiosas foram vistas como outro fator motivador para os distúrbios na região.[542]

Segundo John Cann, as manifestações foram fortemente influenciadas pelo Quimbangismo, uma religião fundada em 1921 por Simão Quimbango, no Congo, quando ainda estava sob domínio Belga. A nova religião, que já era conhecida entre os habitantes da Baixa, misturava práticas do culto cristão com as locais e funcionava como uma espécie de escape para as populações oprimidas pelo modo de vida imposto pela administração portuguesa.

Outra versão aponta para Antônio Mariano, um adepto religioso que, segundo relatos, deixou a Malange e foi para o Congo para trabalhar como motorista de um chefe local. Lá conheceu os doutrinamentos da União das Populações de Angola (UPA) e quando voltou à Malange tornou-se o líder de um movimento que ficou conhecido como "Guerra de Maria". O movimento ensinava que se a população usasse a água milagrosa que distribuíam, os seus corpos seriam resistentes às balas das armas lusitanas. Isso dava uma sensação de poder contra qualquer reação dos portugueses. Sem o medo da morte, qualquer inimigo se tornava possível de ser vencido.

Outra influência religiosa, anterior a de Antônio Mariano, foi a de Simão Toco. Em 1949, alunos de uma escola missionária Batista, afirmaram ter testemunhado a presença do Espírito Santo na vida de outras pessoas. Baseados nesses acontecimentos, três pessoas, mais tarde, tornaram-se líderes de uma nova religião: Simão Toco, André Landro e Davi Luvualo. Por conta do crescimento vertiginoso do novo culto e da adesão da população, os líderes foram expulsos do Congo e enviados para Angola. Essas ações não foram suficientes para isolar o movimento religioso, já que se comunicavam com seus pares através de cartas e influenciavam os hábitos na fronteira Angola-Congo. [543]

---

[542] Os protestos contra a presença portuguesa datam, segundo Pelissier, de 1911, quando o Reino do Cassange, que resistia à dominação colonial, acabou dominado pelas forças portuguesas. CANN, 2011.

[543] Os tacoistas gozavam de privilégios no Congo, como a dispensa do serviço militar e pagavam menos impostos, além de terem as suas penas, quando cometiam alguns crimes, abrandadas pelo governante local. Em 1957, o grupo se preparava para a *vinda de Jesus* ou dos seus profetas Mas o grupo perdeu a força quando membros retiraram fundos para uso próprio, rompendo com a unidade do grupo. Outros grupos religiosos desempenharam papéis importantes na organização da revolta da Baixa de Cassange. Ver mais em: KEESE, Alexander. Proteger os pretos: havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)?, **Revista, Africana Studia**, n. 6, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 97 – 125.

Mulheres usavam lenços amarrados na parte da frente da cabeça e os membros do grupo não compravam mercadorias importadas para pouparem dinheiro que seria enviado para a sede da organização religiosa. A influência de Simão Toco era tão grande que os seus seguidores desejavam que ele participasse da administração de Angola. Vale destacar que a região era habitada pelos Bacongos, povo que tinham as suas terras delimitadas na região entre o norte de Angola e o Congo. Além disso, a fronteira imposta pelos colonizadores precipitou os levantes quando parte do povo conquistou, pelo lado belga, a independência.

O movimento e a imprensa: o Diário de Lisboa

Enquanto o clima ficava cada vez mais tenso, em Lisboa as notícias filtradas não apresentavam a real situação em que se encontravam as populações de Angola, especialmente as que habitavam a Baixa da Cassange. A revolta, que tem como data oficial o dia 04 de janeiro de 1961, não obteve espaço na imprensa nos dias seguintes aos acontecimentos. Observamos, para esse momento, três ocasiões: o início da Revolta da Cassange no início do mês de janeiro de 1961; a morte de Patrice Lumumba em 17 de janeiro de 1961 e os ataques aéreos à região da Cassange em fevereiro de 1961. Esses três momentos foram escolhidos como vetores que permitirão pensar as omissões como norte da política internacional portuguesa.

O início das ações na Baixa da Cassange, na data oficial, não apareceu nem em nota nas páginas do periódico. Ao invés disso, os artigos apresentavam os acontecimentos no recém independente Congo. Além de prisões, espancamentos de manifestantes, e a discussão sobre a interferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no Congo e nas questões que envolviam o líder Patrice Lumumba, além de destacar a presença do futuro presidente do Brasil, Jânio Quadros, à cidade de Lisboa.

Enquanto na Baixa da Cassange os camponeses se recusavam a iniciar o plantio do algodão, quebravam pontes e exigiam a saídas dos brancos, as páginas do jornal apresentava um Portugal que era uma exceção no ambiente europeu. As frases dos artigos se concentravam em apresentar um país que cuidava dos seus cidadãos, apresentados como, “Povo cortês e correto, um povo de aristocratas: o operário português está assim muito próximo da velha aristocracia da terra.” Ou quando se

referia ao Ultramar destacavam que “os portugueses estimam o seu imenso Ultramar, que se estende por todo o globo”.[544]

Mesmo que as ações do exército já tivessem começado na região da Cassange, as notícias priorizavam o problema político e social no Congo, região fronteiriça com a região angolana em conflito. Em 13 de janeiro, ao lado do artigo que informava que grupos se organizavam para estabelecer a autoridade de Patrice Lumumba e dos conflitos no novo país, o periódico apresentava os investimentos do governo em Angola como, três novos bancos e uma fábrica de pneus.

Além de investimentos econômicos, a região do Congo sempre aparecia em contraste com Angola. Enquanto em Angola as notícias apresentavam o progresso econômico, no Congo as informações eram de desgaste social e da necessidade de ajuda dos países estrangeiros, mais especificamente dos Estados Unidos, por conta da morte de quase duzentos cidadãos, por dia, por falta de alimentos. Apresentavam o novo país como um verdadeiro caos pós-independência destacando a fome e o grande número de refugiados.

Em 18 de janeiro, o periódico noticiou a transferência de Lumumba para a Katanga, a pedido do presidente Kasavubu. O artigo destacou o aspecto “lamentável” da aparência de Lumumba ao chegar. A partir desse dia as principais notícias destacavam a despedida de Juscelino Kubitschek do governo do Brasil, a posse de Kennedy nos EUA e a reivindicação do presidente Modibo Keita, do Mali, ao Conselho de Segurança da ONU para que verificasse as condições de Lumumba. Nenhuma linha sobre os acontecimentos em Angola.

Enquanto os revoltosos destruíam pontes, plantações e casas e eram atacados ferozmente pelo exército português, o jornal noticiava que no Congo continuava a *imperar a anarquia.* Destacavam ainda que:

> O exemplo dessa independência prematura, deste aglomerado de tribos a que faltam requisitos indispensáveis para ascender à soberania política, devia impressionar, se não impressionou já, aqueles que jogam com a liberdade dos povos africanos como se

[544] DIÁRIO DE LISBOA, Fundação Mário Soares, nº 13795, Ano 41, Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06542.080.17294 – acesso em outubro de 2017

> fosse uma bola de futebol com que cada um dos grupos procura marcar o maior número possível de golos.[545]

Outra manchete que ganhou destaque foi o sequestro do Paquete Santa Maria.[546] O evento ganhou os principais destaques obscurecendo os acontecimentos no interior de Angola. Em fevereiro, o jornal destacou o ataque às prisões de Luanda para libertar presos políticos, mas nenhuma nota sobre a revolta camponesa nas plantações de algodão.

Entretanto, mesmo que o jornal não cobrisse os acontecimentos em Cassange, o governo português iniciou uma ação para deter os levantes. Enquanto o jornal destacava sobre o destino de Lumumba que estava numa prisão em Katanga, o exército implementava os ataques aéreos. Cerca de 17 vilas foram destruídas, levando a morte um número ainda indefinido por causa das bombas de napalm e das granadas que eram lançadas sobre a população desarmada.[547] Nenhuma nota sobre a Cassange.

Não existe um número padrão para a quantidade de mortos na revolta de 1961. Cinco, dez, vinte mil? Não se sabe, mas podemos perceber que as suas raízes estão para além da Cotonang. A empresa serviu de estratégia de dominação do Estado português e trabalhou como a mão forte para manter subjugado um povo que já resistia à opressão do trabalho forçado e a dominação lusa. Mesmo que a miséria, a fome, a crueldade no tratamento tenha funcionado como estopins e que essa revolta tenha sido o marco inicial para a Guerra Colonial ou que tenha sido uma revolta contra a miséria, ela representou um abalo nas estruturas do poder colonial. [548] Não deixar que ela tivesse um registro e silenciá-la foi a estratégia portuguesa para impedir o seu ecoar para além das terras dos povos que habitavam a região da Cassange. Os gritos continuam.

---

[545] DIÁRIO DE LISBOA, 1961, p.1

[546] Embarcação que seguia para Luanda, foi sequestrada e levada para o Recife, no Brasil. Após negociações a embarcação foi entregue ao governo português.

[547] O periódico informava que o líder havia fugido da prisão juntamente com dois amigos, Okito e M'polo. Após a fuga, roubou um carro e que estava refugiado na fronteira com Angola. A morte de Lumumba foi noticiada como fruto da ação de habitantes de uma aldeia lunda. Patrice Lumumba foi morto, por fuzilamento, desde que chegou a Katanga em 17 de janeiro de 1961 e a sua morte permaneceu em sigilo, só sendo revelada quase um mês depois e mesmo assim tirando a ação da responsabilidade do exército belga e atribuindo o ocorrido às aldeias lundas.

[548] Ver mais em: PELISIER, René. **História das Campanhas de Angola**: resistência e revoltas (1845-1941), Ed. Estampa, Lisboa, 1986.

O movimento voltou a eclodir em 1961, cinquenta anos depois da última guerra contra os povos da Cassange, em 1911. A região, sempre hostil, já era um problema para o governo português desde a sua chegada ao território angolano. 1961 foi a continuação de uma reação a 1911, 1850 e a outros embates de resistência em séculos anteriores. [549] O ocorrido acabou por expor a ferida que acreditavam estar cicatrizada. Não era mais uma revolta. Era uma continuação.

A Revolta de Cassange foi apresentada no relatório de março de 1961 como uma ação subversiva de militantes que conheciam o modo de pensar dos camponeses. Mas, muito mais que uma reação contra a cultura do algodão os embates na região da Cassange representaram continuação do sentimento contra a dominação portuguesa e deixou à mostra a revolta acumulada durante os longos anos de opressão.

Mesmo que a memória da Revolta da Baixa de Cassange seja um elemento em disputa, por conta dos movimentos anticoloniais que reivindicam a sua autoria para o início da guerra colonial, vale relembrar o caráter insurgente da região. As ações contra a presença portuguesa, na Baixa em 1961, além de ser uma manifestação contra a cultura do algodão e ser mais um elemento na luta de libertação, pode ser observada como uma continuação das disputas ou dos embates ocorridos desde a chegada dos portugueses a Angola. Se, entre os séculos XVI até o XIX a região foi um entrave à dominação, nos séculos seguintes, ela manteve a sua capacidade de se refazer, protestar e resistir.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Marcelo.**Estamos juntos!** O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

CANN, John P. Baixa do Cassange o catalisador que levou à correção de um erro. Tradução do Major-general Renato F. Marques Pinto, **Revista Militar**, Europress-Editores e Distribuidores de Publicações Ltda. Lisboa, nº 2508, jan. 2011.

CHARLES, Arlindo José; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **Cartografia Histórica da África** - Mapa cor de Rosa, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica,

[549] Ver mais sobre o contexto da Revolta ocorrida em 1961 em: BITTENCOURT, Marcelo. "O falar das armas". *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 60-66.

Passado Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder, Paraty, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Francisco Salles. Mem**ória da Expedição à Cassange comandada pelo Major Graduado Francisco de Salles Ferreira em 1850**: África Ocidental – Disponível em: https://archive.org/details/memriadaexpedio00nevegoog/page/n3 - acesso em abr. 2017.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**. Século XVII. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPGHS da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREUDENTHAL, Aída. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta, **Revista Internacional de Estudos Africanos,** n. 18 - 22, 1995·1999, p. 245-283.

KEESE, Alexander. Proteger os pretos: havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)?, **Revista, Africana Studia**, n. 6, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

MATTOS, Regiane Augusto. **De Cassange, mina, benguela a gentio da Guiné, Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**, Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 2006.

NUNES, António Lopes Pires. A Sublevação da Baixa do Cassange. **Revista Militar**, nº 2517, outubro/2011. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1054

PELISIER, René. **História das Campanhas de Angola**: resistência e revoltas (1845-1941), Ed. Estampa, Lisboa, 1986.

RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências**: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888, São Paulo, Alameda, 2015.

SILVEIRA, Anabela. A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada. **Revista Porto** n. 3, 2013.

Documentação

CARVALHO, Henrique A. D. de. **O Jagado de Cassange na província de Angola**, Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1898.

DIÁRIO DE LISBOA, Fundação Mário Soares, nº 13795, Ano 41, Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06542.080.17294 – acesso em outubro de 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações são discursos produzidos com uma intencionalidade, que visam instituir uma ideia e legitimar escolhas. Discutir como o poder em África foi, ao longo dos séculos, representado é uma oportunidade para desconstruirmos ideias ultrapassadas que reforçam o eurocentrismo e, ao mesmo tempo, abrirmos caminho para novas reflexões, a partir de novas bases epistemológicas.

O livro *Áfricas: representações e relações de poder* buscou trazer ao público vozes dos agentes africanos, sejam eles literatos, artistas, intelectuais, funcionários estatais, revolucionários... Nossa intenção aqui foi abrir espaço para as representações que os próprios africanos fizeram de si mesmos, com a intenção de trazer à tona a perspectiva de homens e mulheres que foram, por tanto tempo, silenciados e omitidos da História Universal.

Os artigos deste livro apresentam os discursos de poder, ideias de nação e de população construídos, na maior parte, por pessoas de origem africana e por seus descendentes na diáspora. Trata-se de uma contribuição que lança novos olhares sobre a produção artística, literária e histórica feita pelos africanos, a fim de compreender os processos de apropriação e ressignificação. Tais processos são fundamentais para a condução dos africanos contemporâneos na construção de suas identidades sociais, pois evidenciam quais aspectos, características e elementos que constituem o poder foram selecionados e quais foram negados pelos diferentes processos históricos.

Os textos aprofundam pensamentos e discursos políticos que buscaram encontrar soluções para a relegado status dos países do continente ou que tentaram trazer uma perspectiva diferente daquela apregoada no ocidente, destacando o protagonismo dos sujeitos africanos em contar sua própria história e tecer suas próprias filosofias.

Dessa forma, pretendemos contribuir para o avanço do campo histórico sobre as relações políticas e sociais em África, a partir da valorização das vozes africanas na construção dos discursos e representações. Que possamos seguir caminhando rumo a construção de novos paradigmas epistemológicos que nos ajudem a superar os velhos etnocentrismos e que nos permitem a compreensão dos processos históricos a partir da ótica africana.

Mariana Bracks (organizadora)